

pesquisa da UEPA. É pesquisador CAPES coordenando o projeto de pesquisa Rede Brasil-Amazônica de Gestão Estratégica em Defesa, Segurança e Desenvolvimento na UFOPA. E-mail:

RONALDO CARMONA Doutor em Geografia. Mestre em Geografia pela USP (2012). Articulista da Revista Principios e autor do livro *A Questão Nacional e Transição ao Socialismo na África do Sul, Índia e Rússia* (2009). Membro da Direção Nacional do Partido Comunista do Brasil (PC do B).

AIALA COLARES DE OLIVEIRA COUTO Bacharel e licenciado em Geografia pela FCG (UFPA), Especialista em Cidades na Amazônia, pelo Programa de Formação Internacional em Pós-graduação em Áreas Amazônicas FIPAM/NAEA/UFPA, Mestre em Planejamento do Desenvolvimento PLADES/UFPA, Doutorando em Desenvolvimento em Ciências do Desenvolvimento Socioambiental pelo PDTU/NAEA/UFPA. Professor Assistente III da Universidade do Estado do Pará (UEPA) e Coordenador do Curso de Geografia da mesma instituição, Professor Adjunto da Universidade da Amazônia (UNAMA) e pesquisador do Observatório de Estudos em Defesa da Amazônia (OBED), ganhador do prêmio NAEA 2008.

Este livro destina-se aos operadores do Direito, Cientistas Sociais, Criminalistas e outros profissionais e pesquisadores interessados em compreender os processos sociais, espaciais, políticos e 7 culturais que interferem na dinâmica da Defesa e da criminalidade na América Latina, com destaque especial para o Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Facultad de Derecho de la Universidad de la Habana e na cidade de Santarém-Pará, a UFOPA.



DEFESA E CRIMINALIDADE EM BUSCA DA CONVERGÊNCIA PARA A SEGURANÇA
Aiala Colares de Oliveira Couto • Durbens Martins Nascimento • Jarsen Luis Castro Guimarães • Ronaldo Carmona (orgs.)

AIALA COLARES DE OLIVEIRA COUTO
DURBENS MARTINS NASCIMENTO
JARSEN LUIS CASTRO GUIMARÃES
RONALDO CARMONA

(Organizadores)

DEFESA & CRIMINALIDADE

Em Busca da Convergência para a Segurança

DURBENS MARTINS NASCIMENTO Doutor em Ciências: Desenvolvimento Socioambiental (2005), atualmente é Diretor Geral do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da UFPA. Publicou em 2014 *Regularização Fundiária em Áreas da União na Amazônia Paraense*. Em parceria com pesquisador da UNIFAP, Jadson Porto, publicou, em 2013, *Fronteiras em perspectiva comparada e temas de defesa e segurança da Amazônia; Dinâmicas Periférico-Estratégicas da Fronteira da Amazônia Setentrional: das políticas públicas e redes institucionais à integração espacial*; e *Interações Fronteiriças no Platô das Guianas: novas construções, novas territorialidades* (2011). Publicou *Amazônia e Defesa: dos Fortes às novas conflitualidades* (2010); *Relações Internacionais e Defesa na Amazônia* (2008); e em 2007, com vários autores, *Governança, Integração e Meio Ambiente na Amazônia*. E-mail: durbens.naea@gmail.com

JARSEN LUIS CASTRO GUIMARÃES Doutor pela UFPA-NAEA (2012) e Pós Doutor pelo Programa Sociedade Natureza e Desenvolvimento/UFOPA (2014). Mestrado em Economia Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2000). Atualmente é Diretor do Instituto de Ciências da Sociedade / UFOPA para o período (2014-2018). É consultor ad hoc do Comitê de ética em

DEFESA & CRIMINALIDADE

Em Busca da Convergência para a Segurança



Universidade Federal do Pará

Reitor: Carlos Edilson de Almeida Maneschy

Vice-Reitor: Horácio Schneider

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação: Emmanuel Zagury Tourinho



Núcleo de Altos Estudos Amazônicos

Diretor: Durbens Martins Nascimento

Diretor Adjunto: Armin Mathis

Conselho Editorial do NAEA

Ana Paula Vidal Bastos (cedida à UNB), Armin Mathis, Durbens Martins Nascimento, Edna Ramos de Castro, Fábio Carlos da Silva, Francisco de Assis Costa, Ligia Terezinha Lopes Simonian, Luis Eduardo Aragón Vaca, Nírvia Ravena, Oriana Trindade de Almeida, Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior, Silvio José de Lima Figueiredo, Simaia do Socorro Sales das Mercês



Coordenador de Comunicação e Difusão Científica

AIALA COLARES DE OLIVEIRA COUTO
DURBENS MARTINS NASCIMENTO
JARSEN LUIS CASTRO GUIMARÃES
RONALDO CARMONA
(Organizadores)

DEFESA & CRIMINALIDADE

Em Busca da Convergência para a Segurança

Belém, PA
NAEA
2015

Copyright dos autores

Coordenadoria de Comunicação e Difusão Científica do NAEA

Ana Lucia Prado

Lairson Barbosa da Costa

Roseany Caxias

Capa e Editoração

Ione Sena

Revisão gramatical

Júlio César Pedrosa

Roseany Caxias

Albano Rita Gomes

Revisão de ABNT

Rosângela Caldas Mourão

Ruthane Saraiva da Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

(Biblioteca do NAEA/UFPA)

Defesa e Criminalidade: em busca da Convergência para a Segurança /
Durbens Martins Nascimento [et al...] (organizadores). – Belém: NAEA;
UFPA, 2015.

274 p.: il.; 23 cm

Inclui bibliografias

ISBN: 978-85-7143 – 138-6

1. Segurança nacional - Amazônia. 2. Amazônia – Defesa. 3. Crime
e criminosos – Amazônia. 4. Segurança pública - Amazônia. 5. Violência –
Aspectos morais e éticos - Amazônia. 6. Tráfico de drogas - Amazônia. I.
Nascimento, Durbens Martins.

CDD 22. ed. 327.811

NAEA

Rua Augusto Corra, 1

Campus Universitário do Guamá Setor Profissional • CEP 66075-110

(91) 3201-7231 • naea@ufpa.br

AGRADECIMENTOS

O livro materializou-se pelas mãos e mentes de vários colegas, aos quais gostaríamos de agradecer.

À Rosângela Mourão, ao Júlio César Pedrosa, da UFOPA, ao Albano Rita Gomes, ao Lairson Barbosa da Costa, à Roseany Caxias, ao Leonardo Sarmiento e ao Valber Reis. Estes colegas contribuíram na revisão, na edição do livro e na organização dos papers.

Nossos agradecimentos à Editora NAEA e a todos os técnicos, alunos, professores e bolsistas do NAEA.

À CAPES, por meio do Programa de Apoio ao Ensino e à Pesquisa Científica e Tecnológica em Áreas de Interesse Nacional (Pró-Estratégia), que garantiu todo o recurso financeiro que propiciou sua publicação.

À Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), pela parceria com a CAPES, que viabilizou o Pró-Estratégia. A este pela enorme contribuição aos Estudos de Defesa.

Agradecimento ao Instituto de Estudos Contemporâneos e Cooperação Internacional (IECint), pela parceria no âmbito do projeto de pesquisa *Rede Brasil-Amazônia de Gestão Estratégica em Defesa, Segurança Pública e Desenvolvimento*. Aos colegas do IECint, Ronaldo Carmona e Rubens Diniz, Secretário-Executivo.

Aos coordenadores deste Projeto, Jarsen Luis Guimarães Castro, Aiala Colares Couto e Ronaldo Carmona.

Aos bolsistas do Observatório Criminal do Tapajós (OBCRIT), da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA).

Aproveitamos para agradecer aos colegas pesquisadores pela convivência nos últimos 10 anos e pelo aprendizado que proporcionaram em assuntos no âmbito da Defesa, da Segurança Internacional e da Segurança Pública: Celso Castro, João Roberto Martins Filho, Antônio Ramalho, Eliézer Rizzo de Oliveira, Sergio Luiz Cruz Aguilar, José Miguel Arias Neto, Manuel Domingos Neto, Adriana Marques, Márcio Rocha, Paulo Pellegrino, Héctor Saint-Pierre, Sabrina Medeiros, Jadson Porto, Alcides Vaz, Cleber Franklin, Shiguenoli Miyamoto, Paulo Roberto Loyolla Kuhlmann, Eduardo Migon, Alberto Luiz Teixeira, Maria Celina d'Araújo, Samuel Alves Soares, Eurico de Lima Figueiredo, Carlos Alberto Mejías Rodríguez, William Moreira, Rubens Diniz, Alexandre Fuccille, Marcelle da Costa Silva, Eliane Surpeti, Ana Zuleide Barrosa da Silva, Aurilene dos Santos Ferreira, Raimundo Jorge, Cauby Monteiro, Wolf Enderman, Wando Dias Miranda, Ronaldo Carmona, Jarsen Luís Castro Guimarães e Aiala Colares de Oliveira Couto.

A todos os colegas que participaram do Encontro da Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ABED), realizado exitosamente em Belém, em agosto de 2013.

Por fim, manifestamos nossa gratidão a todos os pesquisadores e bolsistas do projeto; particular menção aos que são organizadores deste livro, autores e coautores dos *papers* que o compõem: Abner Vilhena de Carvalho, Adriano Del Pino Lino, Arlín Perez Duhart, Augusto César Ferreira de Baraúna, Aurilene dos Santos Ferreira, Bruno Machado de Melo, Carlos Alberto Mejías Rodrigues, Clívia Santana da Silva, Erick Fleming Roque Barreto, Márcio Rocha, Marinalva Cardoso Maciel, Obede Rodrigues Cardoso, Simone Shizue da Costa Hoshi, Tarcísio da Costa Lobato e Wando Dias Miranda.

Os organizadores

APRESENTAÇÃO

Este livro reúne trabalhos extraídos das pesquisas apoiadas pela CAPES por meio do Projeto de Pesquisa *Rede Brasil-Amazônia de Gestão Estratégica em Defesa, Segurança Pública e Desenvolvimento*, consórcio do qual participam o NAEA, a UEPA, a UFOPA e o IECint, no âmbito do *Programa de Apoio ao Ensino e à Pesquisa Científica e Tecnológica em Assuntos Estratégicos de Interesse Nacional (Pró-Estratégia)*.

Do projeto participam docentes pesquisadores, estudantes de mestrado e doutorado, assim como estudantes de graduação, estes principalmente da UFOPA, organizados no Observatório Criminal do Tapajós (OBCRIT), coordenado pelo professor Jarsen Luis Castro Guimarães, autoridade acadêmica na pesquisa sobre as motivações da criminalidade na Amazônia. Os resultados destas são visíveis na cidade de Santarém, como demonstram as pesquisas de Abner Vilhena de Carvalho, vice-coordenador do Observatório Criminal do Tapajós, Clívia Santana da Silva, Augusto César Ferreira de Baraúna, Bruno Machado Melo, Adriano Del Pino Lino, Obede Rodrigues Cardoso, Marinalva Cardoso Maciel, Tarcísio da Costa Lobato, além dos doutorandos do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU), Aurilene dos Santos Ferreira, dedicada pesquisadora no tema das políticas públicas destinadas à fronteira e suas relações transfronteiriças, e Wando Dias Miranda, especialista no tema da gestão da redes de inteligência criadas e mantidas por instituições estatais para a proteção do Estado.

Registramos a parceria com o tenente-coronel Erick Fleming Roque Barreto, da Polícia Militar do Pará, especialista em Gestão Estratégica e Defesa Social; assim como identificamos no trabalho de Márcio Rocha, nosso parceiro e colaborador da Universidade Federal Fluminense (UFF), o exame da produção legislativa na área da Defesa Nacional, pesquisa realizada no Congresso Nacional do Brasil.

Simone Shizue, doutorando do NAEA, trata da questão do Estado Boliviano, conectando-o com questões relativas à proteção da biodiversidade e aos problemas da defesa nacional. E o professor Aiala Colares de Oliveira Couto aborda o tema do Narcotráfico na Amazônia. Sobretudo, destaca-se a estatura científica nos estudos sobre a criminalidade na América Latina, dos professores doutores Carlos Alberto Mejías Rodríguez e Arlín Pérez Duhart, ambos, da Facultad de Derecho de la Universidad de la Habana, Cuba.

Este livro destina-se a um público mais amplo. Os especialistas nos temas, entretanto, têm uma plataforma teórica e empírica destinada à compreensão dos processos sociais, espaciais, políticos e culturais que interferem na dinâmica dos fatos e eventos que configuram o objeto do livro, isto é, as interfaces entre os crimes contra a vida, contra o patrimônio, as políticas de prevenção ao delito juvenil, bem como os crimes relativos ao tráfico de drogas ilícitas, de um lado; e as políticas de defesa nacional, as políticas de proteção à biodiversidade e sua relação com a defesa nacional, assim como os arranjos políticos e institucionais no âmbito da segurança internacional especialmente na América do Sul, de outro. Este objeto ou objetos estão na agenda tanto dos Estudos de Defesa, Segurança Internacional, Estudos Estratégicos, quanto inseridos nas múltiplas disciplinas que investigam as motivações da criminalidade na América Latina.

O Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), a Facultad de Derecho de la Universidad de la Habana, Cuba, a Universidade do Estado do Pará (UEPA), Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), e o Instituto de Estudos Contemporâneos e Cooperação Internacional (IECint), por meio do projeto de pesquisa e extensão *Rede Brasil-Amazônia de Gestão Estratégica de Defesa, Segurança e Desenvolvimento*, oferecem com este livro uma contribuição para subsidiar as políticas públicas inerentes aos temas abordados, sobretudo espera que neste debate, surjam iniciativas para a busca de um mundo melhor, mais humano, fraterno e democrático.

Os organizadores

“Os estados Unidos claramente optaram pela criminalização da miséria como complemento da generalização da insegurança salarial e social. A Europa está numa encruzilhada confrontada com uma alternativa histórica entre, de um lado, há algum tempo, o encarceramento dos pobres e o controle policial e penal das populações desestabilizadas pela revolução do trabalho assalariado e o enfraquecimento da proteção social que ela requer e, de outro, e a partir de agora, **a criação de novos direitos do cidadão** – tais como o salário de subsistência, independentemente da realização ou não de um trabalho.”

(Wacquant, Loïc, **As Prisões da Miséria**, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2001, p.151).

In Memoriam

Prof^a Dr^a Eneida Corrêa de Assis
(1944 -2015)

SUMÁRIO

Parte I

- 1 O PROTAGONISMO BRASILEIRO NO CONSELHO DE
SEGURANÇA DA UNASUL 17

Durbens Martins Nascimento • Aurilene dos Santos Ferreira

Wando Dias Miranda

- 2 O ESTADO PLURINACIONAL BOLIVIANO E A SUA
CONTRIBUIÇÃO PARA A PROTEÇÃO DA BIODIVERSIDADE . 35

Simone Shizue da Costa Hoshi

- 3 DOS DILEMAS SOLUBRES EM LATINOAMERICA: LA
SEGURIDAD CIUDADANA Y LAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA
PREVENIR EL DELITO 57

Arlín Pérez Duhart • Carlos Alberto Mejías Rodríguez

- 4 O PODER LEGISLATIVO E AS QUESTÕES DE DEFESA
NACIONAL 75

Márcio Rocha

- 5 NARCOTERRITÓRIOS, MILÍCIAS E INSTITUIÇÕES: A
DIFUSÃO DA VIOLÊNCIA URBANA NA PERIFERIA DE BELÉM 107

Aiala Colares de Oliveira Couto

Parte II

- 6 A OBTENÇÃO DE DADOS EM FONTES ABERTAS NA
ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARÁ: DESAFIOS E POSSIBILIDADES DE SUA
UTILIZAÇÃO 133

Wando Dias Miranda • Erick Fleming Roque Barreto

Durbens Martins Nascimento

7 ANÁLISE DESCRITIVA DO PERFIL DOS CRIMINOSOS DE SANTARÉM-PA E DO ESTADO DO AMAPÁ: ÊNFASE AOS DADOS RELATIVOS A IDADE, ESTADO CIVIL, ESCOLARIDADE E VÍNCULO EMPREGATÍCIO	157
<i>Jarsen Luis Castro Guimarães • Augusto César Ferreira de Baraúna</i>	
<i>Clívia Santana da Silva</i>	
8 OBCRIT – OBSERVATÓRIO CRIMINAL DO TAPAJÓS. UTILIZANDO O <i>GOOGLE MAPS</i> PARA MAPEAMENTO DA CRIMINALIDADE NAS CIDADES DA REGIÃO DO TAPAJÓS	187
<i>Bruno Machado de Melo • Jarsen Luis Castro Guimarães</i>	
<i>Adriano Del Pino Lino • Abner Vilhena de Carvalho</i>	
9 VITIMIZAÇÃO NA REGIÃO NORTE: UMA ANÁLISE VIA REGRESSÃO LOGÍSTICA	211
<i>Obede Rodrigues Cardoso • Marinalva Cardoso Maciel</i>	
<i>Tarcísio da Costa Lobato</i>	
10 DA CARACTERIZAÇÃO À INCIDÊNCIA DO FENÔMENO MULTIFACETADO DA VIOLÊNCIA E SUA IMPLICAÇÃO EM DIFERENTES AMBIENTES INSTITUCIONAIS ENTRE JOVENS E ADOLESCENTES NO OESTE PARAENSE	235
<i>Abner Vilhena de Carvalho • Jarsen Luis Castro Guimarães</i>	

PARTE I

**DEFESA NACIONAL, ESTADO PLURINACIONAL,
SEGURANÇA PÚBLICA E NARCOTRÁFICO**

1 PROTAGONISMO BRASILEIRO NO CONSELHO DE SEGURANÇA DA UNASUL

*Durbens Martins Nascimento*¹

*Aurilene dos Santos Ferreira*²

*Wando Dias Miranda*³

1 INTRODUÇÃO

Este capítulo analisa o protagonismo do Brasil na América do Sul em matéria de segurança e defesa. Circunscrevemos a análise à construção de uma comunidade de segurança na América do Sul protagonizada pelo Brasil, especialmente no que concerne ao Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS). Essa atitude retira de cena os demais temas da agenda da comunidade de segurança, sobretudo os temas da agenda da integração, da democracia, dos direitos humanos e da questão ambiental. Para tanto, sustentamos que esta opção analítica permite estabelecer os parâmetros suficientes para explicitar a pertinência da hipótese de que a construção dos dispositivos institucionais e de segurança em perspectiva regional, protagonizada pelo Brasil, a exemplo deste CDSA, atende aos pressupostos da Escola de Copenhague nos estudos de segurança internacional.

O ponto de partida é o conceito de segurança que deve ser reconsiderado (FIALHO, 2004), cuja mudança visa a adequar-se à conjuntura política

¹ Doutor em Ciências: Desenvolvimento Socioambiental (NAEA/UFPA). Diretor Geral deste Núcleo da UFPA. E-mail: durbens.naea@gmail.com.

² Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU) – NAEA/UFPA. E-mail: aurilemeferreira@gmail.com.

³ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU) - NAEA/UFPA; Mestre em Ciência Política (PPGCP/UFPA); Especialista em Gestão Estratégica e Defesa Social (IESP/UEPA) e Graduado em Ciências Sociais (UFPA). E-mail: wandomiranda@outlook.com.

emergida com as transformações sociais operadas no seio da sociedade em âmbito mundial desde os anos 70 do século passado. De uma concepção de segurança restrita aos aspectos políticos e militares, sua ampliação abrange hoje um leque de outros ramos, devido às novas ameaças e a complexidade dos fenômenos que, de alguma forma, confluem para a incompletude de antigas abordagens.

O conceito de segurança na perspectiva da Escola de Copenhague abrange aspectos políticos, econômicos, sociais, demográficos, científico-tecnológicos e militares, sendo estas dimensões formadoras e integrantes do cenário societário no qual os agentes sociais e políticos, individual e coletivamente, constroem suas impressões acerca das ameaças à sua sobrevivência na sociedade (BUZAN, 1991; BUZAN; WAEVER, 2003). Na tradição da Teoria da Ação Coletiva, a segurança diz respeito a um bem público inerente ao indivíduo e à sociedade, cujo consumo é indivisível e deve ser garantido por determinadas instituições estatais construídas para esta finalidade; ao passo que o termo defesa, “muito mais limitado, embora podendo aparecer associado com todos esses aspectos, está mais relacionado com o emprego do poder militar” (VIDIGAL, 2004, p. 21). No que toca ao conceito de defesa, Alsina Junior (2006, p. 31), defendendo o caráter mais restrito ao setor militar, ainda que se interpenetre com o de segurança, sustenta que “defesa estará relacionada ao preparo e emprego dos meios humanos e materiais para a dissuasão ou derrota de ameaça que venha a se tornar concreta”. Diz-se, portanto, que defesa se refere às ações de cunho militar patrocinadas pelas instituições estatais, dentre elas as Forças Armadas, para fins de garantia da integridade territorial, da soberania do país e da defesa das demais instituições.

O tema da segurança na América do Sul tem ganhado relevância no Brasil e na América Latina (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007, p. 7; AGUILLAR, 2010). No entanto, há uma crença na cooperação como estratégia para a paz no continente sul-americano, como sustentam os neoinstitucionalistas, bem como permeia a literatura a ideia de que Brasil

seguirá firmemente os preceitos constitucionais concernentes à defesa do princípio da não intervenção, da autodeterminação dos povos e, sobretudo, da recusa em tornar-se uma força hegemônica na região. Alguns (BRIGAGÃO; SEABRA, 2009; BATTAGLINO, 2012) aceitam timidamente que a melhora nos indicadores econômicos e sociais do Brasil nos últimos 15 anos tem induzido a uma mudança na inserção internacional do Brasil. Eles veem a modernização do sistema de defesa do Brasil ou ambição de poder em face do desenvolvimento sustentado, baseado no mercado interno, e a alteração estratégica da política externa para outras áreas historicamente “esquecidas”, como a América do Sul e a África, como efeitos de uma virada na política externa sem efeitos concretos para a comunidade sul-americana de segurança e defesa.⁴ Deste modo, em que medida as políticas de modernização das Forças Armadas e aumento da influência do Brasil no mundo, e na América do Sul em particular, revelam intencionalidades hegemônicas na área de segurança? Qual tem sido o papel do Brasil nessa área em particular?

2 SURGIMENTO DE ALTERNATIVAS TEÓRICAS NA ANÁLISE DA POLÍTICA INTERNACIONAL

O protagonismo brasileiro na América do Sul em matéria de defesa e segurança internacional pode ser interpretado como tradução de um desejo de potência na comunidade de segurança na perspectiva dos Complexos de Segurança Regional. O protagonismo refere-se à influência brasileira na política internacional dimensionada nos dois governos do presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) (HIRST; LIMA; PINHEIRO, 2010, p. 2), que se desenvolve para os aspectos relativos à defesa e segurança por meio de significativas medidas institucionais com vistas a ampliar e fortalecer o

⁴ Para Seitenfus (1994, p. 227), o Brasil deveria abandonar “o perfil acanhado e a política reativa que hoje ostenta (1994 – *grifo nosso*), em favor da ocupação, via competência, de um efetivo espaço na cena mundial.” Lopes (2013, p. 284) trata da trajetória da política externa brasileira, principalmente sobre a evolução do sistema de formulação e tomada de decisão.

aparelho de defesa e de segurança em face das mudanças verificadas em escala global, dentre as quais o aumento dos conflitos não convencionais, como o terrorismo, e a guerra assimétrica na Síria, no Iraque e na Nigéria.

Com a guerra civil o objetivo de avaliar os pressupostos dessas iniciativas brasileira, recorrem-se a duas políticas de defesa. A análise da Política Nacional de Defesa (PND – 2004) e da Estratégia Nacional de Defesa (END – 2008) permite afirmar que elas conformam o marco regulatório, delineando as regras que orientam o comportamento brasileiro na América do Sul em particular, especificamente na área de segurança e defesa. Apesar deste enfoque centrado na segurança, nota-se claramente uma preocupação estratégica, também, com a dimensão ambiental, societal e econômica, as quais se unem ao objeto convencional, isto é, o Estado, que permanece como a referência principal (BUZAN; WAEVER, 2003b). Essa identidade de segurança para o Brasil, nessas dimensões sociais, gera um problema relevante para os níveis individual e coletivo, os quais têm sido elencados como vulneráveis na teoria de segurança da Escola de Copenhague e objeto de críticas (MCSWEENEY, 1996), à medida que colocam em risco a relação tradicional do Estado com a sociedade, cujo efeito imediato e em médio prazo é a probabilidade de militarização da sociedade, com graves consequências para a sobrevivência de preceitos democráticos, por meio da securitização de temas ambientais, econômicos e sociais, dentre estes a caracterização e definição de ameaças.

Contudo, vê-se claramente que a agenda do CDSA não reproduz os princípios políticos convencionais, ao tratar o problema da segurança somente sob o prisma policial-militar. Um balanço das reuniões dos chefes de estado sul-americanos com o objetivo de montar o Conselho mostra que escapa da pauta o tema exclusivo do aparato militar. Mas como estes eventos poderiam ser abordados sob o enfoque da Escola de Copenhague?

As teses desta escola sugerem uma crítica inicial ao modelo básico que sustentava o pressuposto realista da anarquia, que exige a expansão da política doméstica e do interesse nacional em escala internacional.

Durante a Guerra-Fria, as unidades políticas independentes que interagiam no sistema internacional sem um governo supranacional com capacidade para frear os impulsos belicosos surgidos no plano nacional (MCSWEENEY, 1996), passam a comportar-se estrategicamente em face do equilíbrio militar provocado pelas superpotências, o chamado “equilíbrio do terror”, desencadeado a partir da década de 1970 do século passado entre os EUA e a ex-URSS deslocam as tensões e conflitos para os elos mais fracos do sistema.

Diante dessa realidade emergida da “antiga” ordem, o realismo e suas ulteriores formulações revelam suas fraquezas e vulnerabilidades, quanto à permanência de algumas de suas teses relativas à sobrevivência dos estados e seus respectivos complexos militares, de referenciar temas como os direitos humanos, a escassez ambiental e as migrações, sobretudo, a contaminação contínua das sociedades pela ação dos narcotraficantes, traficantes de seres humanos e de órgãos, os quais ganham relevância na agenda global definidos como ameaças à integridade das sociedades.

Neste sentido, a abordagem teórica que explora a dinâmica regional de segurança na perspectiva da Teoria do Complexo de Segurança Regional (CSR), proposto por Buzan (1991) e Buzan e Waever (2003), sugere interpretar a dinâmica ampliadora de temas de segurança na América do Sul pela exigência de uma liderança regional, que neste caso, aponta para o Brasil.

O foco teórico, portanto, encara o problema da segurança internacional a partir da agenda do alargamento de temas de segurança para além do estritamente militar, que seria a dinâmica do relacionamento interestatal surgido dos escombros da bipolaridade nas relações internacionais⁵. Isto é, a securitização de temas como escassez de alimentos, explosão demográfica etc. e a questão ambiental seriam a novidade no *front*. Contudo, como afirma Saint-Pierre (2013, p. 11), tal hipótese de alargamento não é novidade para

⁵ Saint-Pierre, Héctor (2013, p. 11-37), para uma análise crítica da assimilação destes conceitos por parte de importante literatura sobre Defesa e Segurança Internacional.

a política norte-americana, que muito antes do 11 de setembro de 2001 organizou seu sistema de segurança pelo prisma da securitização de temas e questões normalmente tidos como da sociedade, nem para os militares latino-americanos que estiveram no poder e implantaram diversas ditaduras no continente, os quais trataram a segurança no binômio “segurança-desenvolvimento”, estendido particularmente ao conjunto da vida social, como querem hoje os teóricos de Copenhague.

Todavia, os padrões regionais de segurança tornaram-se mais proeminentes na política internacional no pós-Guerra Fria, com a formação de estruturas de poder global na atualidade (BUZAN, 1991; BUZAN; WAEVER, 2003). O mapeamento destas estruturas revela o surgimento de uma liderança regional em várias regiões do globo, a exemplo do papel da África do Sul no continente africano e do Brasil na América do Sul, assim como da Alemanha na Europa.

Esse comportamento protagonista de estados nacionais com alguma capacidade de exercer influência sobre os demais, no intuito de garantir proteção às coletividades, revela que o debate trazido por Buzan supera a tese extrema da *Global Governance*, que analisa as tendências supondo a convergência de vários atores, entre eles e com supremacia, o estado-nação, no entrelaçamento das escalas local, regional e global, reduzindo o impacto do tema da força, substituído pela cooperação entre povos e nações. Para tanto, um condomínio pensando e agindo na resolução de problemas comuns, cuja convergência em torno do conceito de globalização proporcionaria a diminuição da capacidade de o Estado referenciar-se com exclusividade nos processos decisórios em matéria de política internacional, sentindo-se ameaçado, no que concerne à sua soberania, por ONGs, empresas transnacionais (ETNs) e pelos movimentos sociais, agindo com forte capacidade mobilizadora em um mundo “sem fronteiras” e fortemente conectado pela Internet.

Esta visão conhecida como policêntrica configuraria as relações internacionais distribuídas em diversos centros de poder. Além disso, o poder de agenda, nesta conjuntura, inclui temas como a sustentabilidade

ambiental, direitos humanos, rede de proteção a minorias sexuais e étnicas, dentre outros, num processo de tomada de decisão em que ONGs e ETNs influenciam autoridades e governos fora do território delimitado pelo estado-nação, cujos agentes, portanto não estatais, possuem poder de barganha junto aos *policymaking* na elaboração e execução de políticas estatais.

De outro lado, a perspectiva institucional, mostrando como no cotidiano são produzidas as decisões pelos burocratas que operam na malha institucional de defesa e segurança, para testar a hipótese da delegação de poder a esses funcionários que fazem, na prática, a política externa (VANHOONACKER; MAURER, 2010), soma-se aos defensores da Teoria dos Jogos (CORREA, 2001; O'NEIL, 1994; ROSS, 2011) em política internacional, interpretando a racionalidade estratégica dos agentes como um cenário de competição visando à maximização de seus interesses, como especialmente em política comparada faz Tsebilis (2004).

Contudo, a estrutura de poder no plano mundial parece aproximar-se mais do que aponta a abordagem ampliadora da Escola de Copenhague do que das abordagens tradicionais do neorrealismo e do neoinstitucionalismo, pois esta enfatiza as instituições para a paz mais do que a segurança do Estado e da sociedade, e o neorrealismo, devido à forma pela qual trata o uso da força como recurso inerente aos estados nacionais no sistema global. Deste ponto de vista teórico, a construção das estruturas de defesa e segurança em perspectiva regional, que se estende para a sociedade como o CDS aceita os pressupostos da ameaça e da guerra e, ao mesmo tempo, busca inserir as bases sugeridas pelo institucionalismo, à medida que torna possível a criação dos instrumentos para a cooperação e a paz.

3 PROTAGONISMO BRASILEIRO NA AMÉRICA DO SUL

Aqui na América do Sul, a consolidação das democracias liberais, nas três últimas décadas, após igual período de autoritarismo, repôs a questão do padrão estratégico a ser desempenhado por elas no processo de realinhamento

mundial. Distantes de guerras e de ameaças que possam desestabilizar o continente, os sul-americanos se defrontam com o dilema que parece emergir das compras de armamentos que fizeram Brasil e Venezuela. Por outro lado, a persistência de antigas tensões e de reivindicações territoriais, a exemplo da disputa pelas Ilhas Malvinas ou Falklands (para os ingleses) e a recente crise motivada pela ação militar das Forças Armadas colombianas em território equatoriano, cuja Operação Militar conjunta com os EUA, que lhe forneceu suporte técnico e de informações, resultou na morte do guerrilheiro conhecido como Raúl Reyes e mais 16 outros na madrugada de 1^a de março de 2008.

A reação do Equador e da Venezuela em aumentar a presença de suas respectivas forças militares nas suas fronteiras⁶, em resposta ao ataque das Forças Especiais que destruíram o acampamento das FARC naquele ano, revelou que o processo de consolidação da estabilidade no continente ainda sofre abalos, embora, neste caso, circunscrito a esses países, mas que são capazes de gerar instabilidade institucional com graves consequências na hipótese da frequência desses eventos.

De outra parte, os esforços da diplomacia brasileira em encetar parcerias com a França, Ucrânia e Rússia na área militar tem alertado especialistas e autoridades vizinhas ao Brasil acerca de seus intentos⁷. Ainda que a Constituição brasileira, no Art 4º, prescreva que se deve, nas relações internacionais, a) orientar-se pela independência nacional; b) prevalência dos direitos humanos; c) autodeterminação dos povos; d) não-intervenção; e)

⁶ Recente livro lançado no Brasil, o qual versa sobre as fronteiras da União Europeia e da América do Sul focando a investigação nos dilemas dos processos de transfronteirização, revela que nem sempre prevalece na prática o discurso do avanço da cooperação entre sociedades na contemporaneidade (NASCIMENTO; PORTO, 2013).

⁷ Em 17/10/2013 o governo brasileiro anunciou a cooperação militar com a Rússia ao fechar a compra de R\$ 2 bilhões em baterias antiaéreas. Na oportunidade, informou que Brasil e Rússia participarão da produção de caça de próxima geração. “O T-50 é o projeto de caça de quinta geração em estágio mais avançado no mundo. Só os EUA têm um avião deste tipo hoje, o F-22. A denominação é genérica e indica a adoção de itens como alto índice de informatização e capacidade de voo furtivo, o chamado “invisível ao radar”. Sua grande vantagem é a abertura da Rússia à cooperação – os EUA não vendem o F-22” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2013, p.4).

igualdade entre os estados; f) defesa da paz; g) solução pacífica dos conflitos; h) repúdio ao terrorismo e ao racismo; i) cooperação entre os povos para o progresso da humanidade; j) concessão de asilo político; e, por último, a busca da integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações; é inegável o papel de liderança do Brasil, demonstrado na tentativa de formação da ALCA, na constituição do Mercosul e na criação do CDS, o qual preenche uma lacuna na institucionalidade em matéria de segurança e defesa (TEIXEIRA JUNIOR, 2011, p. 144). O Brasil manterá esses princípios em política externa? Sustentamos à luz dos fatos, que o Brasil construiu aos poucos, e após décadas de paralisia nesta área, as bases econômicas, políticas e militares para produzir efeitos ameaçadores na região.

A peça constitucional, nestes aspectos, expressa as intenções de um país democrático e interessado na resolução pacífica de conflitos em escala mundial. Contudo, se realistas como a PND e a END, o fortalecimento das estruturas de defesa e segurança revela-se um processo inevitável, se se observam as iniciativas governamentais para a implementação dos dispositivos legais necessários a essa ampliação. A PND, criada em 1996; o Ministério da Defesa, surgido em 1999; a elaboração da END, em 2004; o anúncio, tramitação e aprovação do Livro Branco de Defesa, em 2008; os acordos dilaterais com a Ucrânia, a Rússia e a França; as compras de armamentos e tecnologia de segurança e defesa; enfim, tudo isso, a nosso ver, indica que o Brasil operou na última década no sistema internacional para consolidar o seu protagonismo no Complexo de Segurança Regional.

A criação da UNASUL por 12 países, em 23 de maio de 2008, e do CDS, por sugestão do Brasil e da Venezuela, em Reunião Extraordinária realizada em Salvador, Bahia, Brasil, no dia 16 de dezembro de 2008, revela que a cooperação prevalece na busca da permanência de uma zona de estabilidade na América do Sul.

O CDS foi criado como órgão de consulta, cooperação e coordenação em matéria de defesa, e objetiva consolidar no continente uma zona de paz,

estabilidade democrática e desenvolvimento sustentável e, ao mesmo tempo, tem contribuído à paz na região, à medida que fortaleceu a identidade sul-americana no campo da defesa, partindo de características sócio-históricas, sub-regionais e nacionais. A experiência do Conselho, embora recente, mostrou sinais de que as resistências à cooperação entre os países estão sendo paulatinamente superadas, ainda que prevaleçam desconfianças entre os parceiros, de descrença quanto ao futuro de uma comunidade sul-americana agindo em conformidade com os preceitos da não-intervenção e do pacifismo.

De todo modo, há evidências de que a UNASUL desempenhou e desempenha até aqui uma atração ideológica para impor uma agenda nacionalista no continente, porque inseriu no discurso de seus principais atores da região a ideia da proteção conjunta perante a forte influência norte-americana. Esta tese é encontrada em vários documentos.

O exame, entretanto, das políticas de defesa (PND e a END – 2008) permite encontrar evidências para uma interpretação prudente em relação a que estas iniciativas evitem o aparecimento de teses hegemônicas sobre o papel do Brasil no continente sul-americano e no mundo. Porém, a agressividade da END, que atribuiu aos órgãos de defesa nacional a responsabilidade específica do desenvolvimento de uma mentalidade de defesa na sociedade civil, bem como deu maior ênfase na indústria de defesa, além de uma definição mais objetiva das novas ameaças, como o terrorismo e a guerra cibernética, sobretudo quando estabeleceu a formação do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, que entrou em operação em 25 de agosto de 2010, certamente estimulou nos países vizinhos a imaginar que o Brasil deseja transformar-se em potência militar. Ao mesmo tempo, cabe assinalar que a END estabeleceu orientações claras para a implantação de novas unidades militares – Programa Amazônia Protegida e os Pelotões Especiais de Fronteira (PEF) na Amazônia brasileira – o que alterou, aos poucos, o emprego das Forças Armadas, ao priorizar, também, o Atlântico Sul como teatro de operações na eventualidade de um conflito de média e alta intensidades, principalmente porque em suas simulações apareceu fortemente

a imagem da cobiça pelas riquezas naturais, a longo prazo, dentre estas o Pré-Sal.

Neste sentido, para os seus vizinhos, à medida que podem desenvolver percepções antigas de que o Brasil tem interesses hegemônicos na região, recolocou-se com incrível atualidade a questão do papel da política de segurança nas fronteiras sul-americanas. Além disso, essa mudança geoestratégica rompeu em parte com a influência da política externa dos EUA na região. Esta política residiu em destacar o papel de governos e sociedades como filiados à estratégia de manutenção da divisão dessas sociedades Sul-americanas, não integradas e leais à estratégia norte-americana.

Protagonizado por Brasil e Venezuela, o esforço do primeiro em exercer um papel significativo de potência emergente, aliado às evidências da existência de traços históricos, geográficos, culturais e éticos comuns, cuja dinâmica permite interpretá-las como uma janela de oportunidade para a formação de uma comunidade de segurança, conduziu, inexoravelmente, o Brasil para a constituição de uma liderança na América do Sul, bem como ambicionar está projeção em escala mundial.

A reorientação da política externa do Brasil para a América do Sul e África, em menor escala, conduzida pelos dois governos de Lula e no atual governo de Dilma Rousseff, demonstrou, nas últimas duas décadas, que a manutenção dos desejos de contribuir com a diminuição das assimetrias socioeconômica e política, existentes nestes continentes, não impediu a formação de uma comunidade de segurança que simultaneamente, assegurou um caminho de influência importante no mundo global, como demonstrado na tentativa de mediação na tensão EUA-Irã, para permitir que o enriquecimento de urânio fosse realizado na Turquia e depois reconduzido ao Irã sob a supervisão direta da Agência de Energia Atômica (AEA). Embora tenha sido malogrado, o esforço – cujas razões não cabe aqui adiantar – provocou o aumento da visibilidade internacional do Brasil.

A intencionalidade da PEB, que desempenhou um protagonismo na política internacional, assim como articulou mundialmente os debates sobre a defesa de um meio ambiente saudável, mostrou também que a comunidade

de segurança da América do Sul teve capacidade de influenciar eventos em escala global. É importante lembrar a tenaz decisão do Brasil em integrar o Conselho de Segurança das Nações Unidas, movida pela visibilidade política no mundo e pela conduta de equilibrar as forças concorrentes no plano mundial, mas que pode reacender antigos temores na Argentina. Ambos, Brasil e Argentina, protagonizaram uma corrida armamentista pelo controle da região do Prata na primeira metade do século XX.

Outro aspecto importante, que merece nota, trata-se de ações de desenvolvimento no âmbito das Operações conjuntas entre as Forças Armadas Sul-Americanas, como em 8/10/2003, com impacto na mídia do continente americano, quando as Forças Armadas dos EUA e da Argentina, com a participação de observadores do Brasil, Paraguai, Uruguai e Bolívia, repousando sob a supervisão dos primeiros, realizaram exercícios na cidade Argentina de Mendoza e San Luis, tendo como base de apoio dos norteamericanos o aeroporto de El Plumerillon (1.600 km de Buenos Aires). A operação, denominada *Exercício Águia III*, teve como finalidade desenvolver estratégias de combate ao terrorismo.

Finalmente, no presente, as compras brasileiras para reequipar as Forças Armadas, a construção do submarino com propulsão nuclear, a aquisição de caças da Rússia, enfim, a implantação de sistemas de comunicação e monitoramento nas fronteiras, como o Sistema de Monitoramento das Fronteiras (SISFRON), assim como a aquisição de aviões da Rússia pela Venezuela para reequipar a Força Aérea, apontam para expectativas quanto à corrida armamentista na região.

A modernização do aparelho de defesa do Brasil, desde 2009, permitiu a aquisição de 99 Super Tucanos A-29, 43 caças de bombardeio A-1 AMX, 34 helicópteros utilitários AS 365k Panteras, 50 helicópteros EC 725 Cougar, 200.000 fuzis de assalto Imbel IA2, 250 tanques Leopard de 42 toneladas 1A5, 175 blindados Urutu 6x6 de transporte de tropas, 2.000 veículos VBTP-MR de transporte de tropas, 4 drones. Certamente, a chegada desses equipamentos ainda não fazem do Brasil uma potência militar. Porém,

somados com o marco regulatório aprovado e o significativo contingente das Forças Armadas, de aproximadamente 342.300 mil efetivos, são evidências que permitem conjecturar pela possibilidade real de caminhar para tornar-se uma potência. Portanto, o Ministério da Defesa em 1999, a PND atualizada em 2008, a END de 2008 e a Livro Branco de Defesa são partes de um pacote voltado para estimular institucionalmente a indústria de defesa e alicerçar a montagem de um sistema de defesa avançado. Por outro lado, é ilustrativo que esses dados ainda estão distantes para uma confrontação militar, em termos convencionais, com potências tradicionalmente com imensa capacidade de destruição, particularmente os EUA.

A percepção dessa fraqueza no plano militar, entretanto, tem conduzido os militares brasileiros a adotar a doutrina Gama. A doutrina, originada em Brasília, concebe o cenário de uma guerra para o Brasil, no qual o confronto seria irregular e carreado para interior da floresta Amazônica, que se transformaria no palco da guerra. Sob este prisma, as Forças Armadas brasileiras se utilizariam da guerra de guerrilha para enfrentar o inimigo mais forte, nesta hipótese, os EUA. A tese introduz atuação estratégica e tática do emprego das forças especiais em movimento de resistência com o apoio popular, modelo reproduzido da grande guerra de resistência vietnamita.

4 CONCLUSÃO

O incremento da inserção internacional do Brasil, como resultado da arrojada política externa nos dois governos do Presidente Lula, não encontra na literatura especializada, lugar para a hipótese de um protagonismo que pode ser interpretado como ambição hegemônica na área da defesa e da segurança regional. A ênfase dada à cooperação em defesa não anula o processo de securitização de temas consoante a Escola de Copenhague como questão central da agenda das relações internacionais.

A possibilidade de construção de uma potência em defesa está distante das reflexões e da prática político-institucional. Apesar de não ser essa a intenção do Estado brasileiro, não deve ser descartada a construção de uma interpretação na perspectiva do Complexo Regional de Segurança, tendo o Brasil como liderança. Ao contrário, reforça-se, como vimos na hipótese do protagonismo político-estratégico do Brasil na América do Sul nos casos indicados, ou seja, a formação da UNASUL e do CDA como medidas concretas visando a contribuir com os países da região na implantação de projetos de desenvolvimento logrados historicamente.

O Brasil avança somando-se ao que dissemos acima, para garantir sua hegemonia no continente, ainda que os discursos, peças políticas da diplomacia e os pronunciamentos ratifiquem o contrário. Assim, o Brasil contribuiu para inventar e fortalecer instituições, bem como modernizou e moderniza suas Forças Armadas como projeto estratégico em face da reduzida capacidade de enfrentamento bélico dos demais países da região.

REFERÊNCIAS

AGUILLAR, Sergio L. C. **Segurança e Defesa no Cone Sul**: da rivalidade na Guerra Fria à cooperação atual. São Paulo: Porto de Ideia, 2010.

ALSINA JUNIOR, J. P. S. **Política externa e política de defesa no Brasil**: síntese imperfeita. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, Centro de Documentação e Informação, Coordenação de Publicações, 2006.

BATTAGLINO, Jorge M. “The coexistence of Peace and conflict in South America: toward a new conceptualization of types of Peace”. **Rev. Bras. Polit. Int.** v. 55, n. 2, p. 131-151, 2012.

BRASIL. Governo Federal. Presidência da República. **Política de defesa nacional**. 2004. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br>>. Acesso em: 9 set. 2013.

_____. _____. **Ministério das Relações Exteriores**. 2013. Disponível em:<<http://www.gov.mre.gov.br>>. Acesso em: 12 fev. 2013.

BRASIL. **Estratégia Nacional de Defesa: paz e segurança para o Brasil**. Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008. Aprova a Estratégia Nacional de Defesa, e dá outras providências. 2. ed. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2008.

BRIGAGÃO, Clóvis e SEABRA, Rafael. Panorama estratégico da política externa brasileira: os caminhos da inserção internacional. **Relações Internacionais**, Lisboa, v. 24, p. 75-081, 2009.

BUZAN, Barry. **People, States and Fear: an agenda for International Security Studies in the Post-Cold War Era**. Hemel Hempstead, Harvester, 2nd edn, 1991.

BUZAN, Barry; WAEVER, Ole. **Regions and powers: the structure of international security**. Cambridge, Cambridge University Press, 2003.

CORREA, Hector. **Game Theory as an Instrument for the Analysis of International Relations**. 2001. 15 July. Web. 22 Oct. 2012. Disponível em:<http://www.ritsumeai.ac.jp/acd/cg/ir_college/bulletin/vol14-2/14-2hector.pdf>. Acesso em: 10 maio, 2014.

DAGNINO, Renato. **A indústria de defesa no Governo Lula**. São Paulo: Expressão popular, 2010.

FOLHA DE SÃO PAULO, 17 out 2013. Disponível em:<<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/10/1357806-brasil-compra-r-2-bi-em-armas-da-russia-e-agora-negocia-caca.shtml>>. Acesso em:

FRANKLIN, Cléber B. As relações entre o Brasil e a Venezuela e a segurança da Amazônia. In: NASCIMENTO, D. M. (Org.). **Relações internacionais e defesa na Amazônia**. Belém: NAEA, 2008.

HIRST, Mônica; LIMA, Regina Soares de; PINHEIRO, Letícia. A Política Externa Brasileira em tempos de novos horizontes e desafios, **Análise de Conjuntura**, n.12, dez. 2010.

HOBBS, Thomas. **O leviatã**. São Paulo: Abril Cultural, 1989.

LOPES, Dawisson Belém. **Política externa e democracia no Brasil**. São Paulo: UNESP, 2013.

McSWEENEY, Bill Identity and Security: Buzan and the Copenhagen School', **Review of International Studies**, v. 22, n. 1, p. 81-93, 1996.

NASCIMENTO, D. M.. A defesa da Amazônia na contemporaneidade. São Paulo: **Princípios**, v. 12, p. 44-50, 2012.

NASCIMENTO, D. M.; PORTO, L. R. **Fronteiras em perspectiva comparada e temas de defesa e segurança na Amazônia**. Belém: NAEA, 2013.

NEY, Joseph. **O paradoxo do poder americano**. São Paulo: UNESP, 2002.

O'NEIL, Barry. Game theory models of peace and war. In: AUMANN, Robert; HART, Sergiu. **Handbook of Game Theory with Economic Applications**. New York: Springer-Verlag; Print, 1994. v.2

ROSS, Don. "Game theory", *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. 2011. Disponível em: <<<http://plato.stanford.edu/archives/fall2011/entries/game-theory/>>. Acesso em: 10 maio, 2014.

SAINT-PIERRE, Héctor; MEI, Eduardo. (Org.). **Paz e guerra: defesa e segurança entre as nações**. São Paulo: UNESP, 2013.

SEITENFUS, Ricardo. **Para uma nova política externa brasileira**. Porto Alegre, Livraria do Advogado 1994.

TEIXEIRA JUNIOR, Augusto W. M. 2011. O conselho de defesa Sul-Americano da UNASUL. In: OLIVEIRA, Marcio Aurélio Guedes. (Org.). **Comparando a defesa Sul-Americana**. Recife: Universitária UFPE. 2011. p. 127-144.

TSEBELIS, Georg. **Jogos ocultos: escolha racional no Campo da Política Comparada**. São Paulo: USP, 2004

VANHOONACKER, Sophie; DIJKSTRA, Hylke; MAURER, Heidi. Understanding the Role of Bureaucracy in the European Security and Defence Policy: The State of the Art. In: ____; ____; _____. (Org.). **European Integration online Papers (EIoP)**, Special Issue 1, v. 14, 2010. Disponível em: <<http://eiop.or.at/eiop/texte/2010-004a.htm>>. Acesso em: 10 jan. 2014.

VIDIGAL, Armando A. Ferreira. O Brasil diante dos desafios internacionais em segurança e defesa. In: ROCHA, Antônio Jorge et al. (Org.). **O Brasil no cenário internacional de defesa e segurança**. Brasília, DF: Ministério da Defesa, Secretaria de Estudos e de Cooperação, 2004. 212 p.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. “A Política Externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação”. **Contexto Internacional**, v. 29, 2 jul./dez. 2007. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292007000200002>. Acesso em: 21 set. 2013.

2 O ESTADO PLURINACIONAL BOLIVIANO E A SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A PROTEÇÃO DA BIODIVERSIDADE¹

Simone Shizue da Costa Hoshi²

1 INTRODUÇÃO

O presente ensaio tratará sobre o Estado plurinacional boliviano e sua contribuição para a proteção da biodiversidade, partindo da premissa da composição de poder aos povos indígenas e seu reconhecimento, numa gestão participativa e integrada ao Estado boliviano, caracterizando, portanto o que se afigurou chamar de Estado plurinacional.

Não se queira, de modo isolado, entender que os povos indígenas somente perfazem a Bolívia, mas entenda-se que a maior composição recai sobre esses povos.

A premissa dirige-se ao contexto primordial e imemorial da composição étnica da Bolívia, pois, segundo a Constituição do país, o mesmo é assim composto: boliviano (as), afro-bolivianos (as) e nações campesinas (as).

A garantia de um Estado plurinacional está de modo inequívoco fundamentada no artigo 269, I, em que se reconhece que a Bolívia é organizada territorialmente por departamentos, províncias, municípios e territórios *indígenas originários campesinos*.

A Constituição da Bolívia é recente, quando comparada com outros ordenamentos jurídico-constitucionais de outros países. É uma carta datada de

¹ Este artigo foi objeto de apresentação oral no VI Congresso Internacional de Direito Agroambiental, realizado na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), em 2012, sofrendo neste ano de 2014 as alterações pertinentes e de acordo com o que se processou no Estado Plurinacional Boliviano nesse decorrer.

² Doutoranda do Programa de Pós-Graduação Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU) - NAEA/UFPA. Bolsista da Capes. E-mail: simonehoshi@gmail.com.

2009, por meio de referendo constitucional realizado em janeiro, que preconiza no seu preâmbulo a construção de um Estado Unitário Social de Direito Plurinacional Comunitário, que pretende se libertar do julgo colonial que foi predominante na Bolívia, bem como do neoliberalismo e do republicanismo.

O novo constitucionalismo latino-americano traz a tríade latino-americana dos Estados da Bolívia e do Equador – Estados plurinacionais, a Venezuela tem sua particularidade em apregoar no seu texto constitucional o pluralismo político, sua variada etnicidade e pluriculturalidade. Tiveram esses Estados o arraigamento de uma nova refundação do Estado, primando por aspectos antes invisibilizados pelas constituições anteriores, pelas instituições e pelo próprio povo; e de modo determinante: tiveram que admitir e reconhecer de direito uma população de composição étnica multifacetada que compõe os seus países.

Além de outros pontos contundentes, como estabelecer que a natureza seja sujeito de direitos, a constituição de um Tribunal Agroambiental, princípios morais/éticos como: o *Buen Vivir*; a consagração da *Pacha Mama*; do *Sumak Kawsai*; da elevação da água como um direito fundamental aportado no corpo constitucional, dentre outros, e que fizeram com que as Constituições desses países dessem um *giro biocêntrico*, no dizer de Gudynas (2009).

Princípios tradicionais que sempre estiveram no bojo da formação nuclear das populações indígenas passaram também a integrar o texto constitucional daqueles Estados. No caso da Bolívia, está evidente no artigo 8, I da Constituição, que assim dispõe:

- 1) El Estado asume y promueve como principios ético-morales de la sociedad plural: ama qhilla, ama llulla, ama suwa (no seas flojo, no seas mentiroso ni seas ladrón), suma qamaña (vivir bien), ñandereko (vida armoniosa), tekokavi (vida buena), ivimaraei (tierra sin mal) y qhapajñan (camino o vida noble) (NEGÓCIO; CIPRIANO, 2010, p. 52).

Assim, o Estado plurinacional assegura a toda a população indígena originária campesina a salvaguarda de seus direitos, modo de viver, sua

identidade, suas tradições e, acima de tudo, o conhecimento enraizado nessas formações nucleares.

Nesse advento é que se funda o presente artigo, em alinhar o direito dessas comunidades preexistentes, formadoras do *novo* Estado boliviano, e sua contribuição para a proteção da biodiversidade, donde parece ser possível verificar o imbricamento, ou melhor, o amalgamento entre homem e natureza, e não um processo dissociativo dos mesmos.

O método para a evolução do trabalho pautou-se em reunião bibliográfica pertinente ao tema, seguindo numa construção hipotético-dedutiva, que dispõe a seguinte proposição: o reconhecimento pelo Estado plurinacional dos elementos que o organizam, dentre eles, o povo indígena originário campesino, assegura de modo efetivo a proteção da biodiversidade na Bolívia, por meio da manutenção e respeito aos seus territórios.

2 O ESTADO PLURINACIONAL BOLIVIANO

O Estado plurinacional vem enaltecer uma nova propositura de organização do Estado e ao mesmo tempo reconhecer que em sua formação sempre houve a presença de um fator cultural premente a todo cidadão e cidadã boliviana, qual seja, sua origem indígena.

Acaba então por distinguir-se de outras formas de Estado tradicionais no âmbito jurídico; portanto, nessa ordem o Estado pode ter como formas: a união pessoal, a união real, o Estado unitário e o Estado federal (ACQUAVIVA, 2000).

Pode também, na órbita do direito público internacional, ser dividido em Estado simples e composto, pois o direito público internacional vê o Estado como unidade ou pluralidade – como Estado único ou como união de Estados (MALUF, 1999). Sendo assim, são exemplos de Estados compostos a união pessoal, a união real, a união incorporada, a confederação. A forma simples compreende os Estados unitários ou federais.

Já no tocante à estrutura interna, repousa a preocupação sobre os Estados unitários ou federais. O Estado unitário tem como característica básica o poder de criar normas locais, somente de efeito de aplicação para as normas prévias nacionais, sendo assim condicionadas; nesse Estado há um único centro de poder, que é a mesma autoridade nacional de onde promanam diretamente as normas nacionais e de modo indireto as normas locais (BURDEAU; HAMON; TROPER, 2005).

Nesse sentido, repousa também inferir que alguns Estados unitários podem assumir a forma de Estados unitários descentralizados e centralizados, o que não se confunde com desconcentrado. Isto implica dizer que quando o Estado unitário é centralizado todas as normas são adotadas por autoridades nacionais, denominadas de centrais (BURDEAU; HAMON; TROPER, 2005).

Nos Estados unitários descentralizados, como algumas constituições da América do Sul assumem, as normas locais são adotadas pelas próprias pessoas que a elas estarão submetidas ou por pessoas eleitas por elas. Decorre daí a autonomia. Numa desconcentração, a adoção das normas locais é feita por delegação, sendo em verdade uma forma de centralização (BURDEAU; HAMON; TROPER, 2005).

Dessas colocações, verifica-se no texto constitucional boliviano, iniciado pelo artigo 1º, de modo claro que é um Estado unitário social de direito plurinacional comunitário, com descentralização e autonomia; mas acima de tudo: que o Estado boliviano é assentado na pluralidade e esta se irradia para vários segmentos importantes na estruturação do Estado, quais sejam: político, econômico, jurídico, cultural e o linguístico, para que a integração do país possa ser feita e crível (NEGÓCIO; CIPRIANO, 2010).

No tocante às autonomias a que alude o texto constitucional boliviano, pode-se inferir que o povo indígena originário campesino participa dessa descentralização afirmada por Burdeau e demais, isto porque é marcado, pelo artigo 2º, que esses povos têm, por motivos imemoriais, a determinação do marco territorial, significando e recaindo na capacidade de autogoverno,

reconhecimento de suas próprias instituições, suas culturas, reconhecimento de suas entidades territoriais – consagrando desse modo a autonomia real (NEGÓCIO; CIPRIANO, 2010).

Para galgar esse plano de autonomia dos seus territórios, muito se percorreu na história boliviana, e com razão o texto constitucional, na parte preambular, dispõe que a Bolívia foi povoada – a mãe Terra, por diversos rostos, fisionomias e que, por esse motivo, houve a compreensão da pluralidade que vige em todas as coisas, fundada na diversidade como seres humanos e na cultura, ocorrendo então a conformidade, não compreendendo o racismo, até que o sofreram por advento do período colonial (NEGÓCIO; CIPRIANO, 2010).

Essa parte preambular, que evidencia o respeito à pluralidade, vem decorrente de um período colonial maquiavélico, em que houve o confisco e a destruição da memória dos povos de modo coletivo, em decorrência de derrotas sofridas, ao que dá a nomeação de *damnatio memoriae*; e de lado oposto, como movimento de luta e rejeição pelos indígenas, muitos promoveram o suicídio como modo de manifestar a indiferença diante da morte, ante a sujeição colonial (CAMARGO, 2006).

Ainda se prosseguiu processando instrumentos para tal prerrogativa, porém com a materialização no território, ou seja, como houve a rejeição manifestada por parte dos indígenas, tratou-se logo de promover a realocação dos mesmos e de modo forçado, das comunidades indígenas para núcleos urbanos, que receberam o nome de *reducciones* – que eram vilas que seguiam o modelo arquitetônico castelhano e que distribuíram por todo o mundo andino (CAMARGO, 2006).

Muitas cidades da Bolívia e do Peru nasceram dessas *reducciones*. Ao que se pode verificar, a realocação das comunidades indígenas para a área urbana foi a tentativa de novamente dar continuidade à *damnatio memoriae*; afastando-se os povos indígenas de suas raízes, de seu território e solo, aprofundava-se então a distância da memória. E não somente isso, mas dava-se maior amplitude de controle religioso e social sobre essas comunidades (CAMARGO, 2006).

Desde 1846, no governo de José Ballivián, a Bolívia já se mostrava predominantemente indígena, contando com aproximadamente 72% da população pertencente a comunidades *aymaras* ou *quechuas*, localizando-se sobremaneira em área rural; e cerca de 90% de sua população boliviana fora das zonas urbanas principais (CAMARGO, 2006).

Reflexo de uma identidade étnica que se traduz derivada de uma descendência indígena do Império *Colla*, de língua *aymara* ou do Império *Inca*, de língua *quechua* (WASSERMAN, 2004).

Por um longo período, os indígenas na Bolívia foram utilizados para serviços feudais e sem liberdade de trânsito. A esses serviços gratuitos e obrigatórios prestados ao fazendeiro, dava-se o nome de *pongueage*; e a par disso, sucessivas rebeliões indígenas ocorreram, desde 1910-1930 e 1946-1947 (CAMARGO, 2006).

Essa mesma marcha em período pretérito foi revigorada pela marcha ocorrida na Bolívia (2011) em protesto pela falta de cumprimento do governo Evo Morales, aymara, que não exitou em derrubar a salvaguarda, a proteção – o direito, da população indígena do Território indígena Parque Isiboro Sécure (Tipnis), uma reserva de 1,091 milhão de hectares, donde vivem os povos *moxeño*, *yurakaré* e *chimane* – cerca de 10 mil a 12 mil nativos (MURAKAWA, 2011).

De modo impositivo, a questão da rodovia foi apresentada de modo consumado pelo governo, de modo contumaz veio apresentando-se um projeto desenvolvimentista, contudo coadunado com a questão da Mãe Terra; e ainda há de se analisar que a esteira seguida pelo vice-presidente boliviano, Álvaro García Linera, vai ao encontro da defesa da exploração das reservas de hidrocarbonetos, leia-se: petróleo e gás natural, bem como os minérios, assumindo, portanto, um governo pautado nos assuntos mais emergentes de todos os Estados quando os temas são: eletricidade, telecomunicações, siderurgia, transportes etc. (FUSER, 2011).

O território seria atravessado por uma estrada que ligaria *Cochabamba* a *Santa Cruz* e que teve início em junho de 2011; essa estrada percorre 3

trechos e o trecho 2 é o que atravessaria a reserva indígena; a obra tem apoio econômico do governo brasileiro por via do BNDES (MURAKAWA, 2011).

O conflito apresentado nesse cenário aglutina-se ao redor do direito indígena sobre o território e sobre a produção de coca na Bolívia pelos *cocaleros*, fator este extremamente rejeitado pelos povos indígenas em temor à presença e expansão dos *cocaleros* para o seu território e a produção de cocaína pelos narcotraficantes. Sem contar a expressiva encruzilhada em que se deparou o presidente Evo Morales, antigo representante sindical dos *cocaleros* de Cochabamba.

Desde 1985, o cenário na Bolívia já se apresentava crítico, tendo como uma das matrizes a produção de coca/cocaína no país, com agravamento da profunda ajuda internacional, fazendo com que a Bolívia, juntamente com o Haiti, permanecesse como um dos países mais pobres da América; isto leva a que o setor político seja influenciado por tais fatores (HOFMEISTER, 2004)

Os movimentos nacionais revolucionários (1952) queriam aglutinar a classe campesina, operária e a média ao movimento; o termo *campesino* recaía sobre os indígenas, que se alocavam na parte rural boliviana; contudo, para cumprir os desígnios do movimento e com força política, foram alçados à categoria de campesinos – o que significa ser um grupo que já faz parte da Bolívia (CAMARGO, 2006).

A Bolívia, que em seu trajeto histórico teve em sua formação a composição indígena, a partir de 1952 teve que lidar com a realidade de um tratamento racial desigual e real; já naquele período pairava a ideia, mesmo que hipotética, de se admitir ou reconhecer um Estado pluricultural ou plurinacional – superando as diferenças ou aculturando o índio. A revolução resolveu o impasse: não tratar do tema indígena, não reconhecendo o índio como tal (CAMARGO, 2006).

O artigo 3º da Constituição boliviana prediz que integram a população boliviana: as nações e povos indígenas originários campesinos, as comunidades interculturais e afro-bolivianas, a totalidade dos bolivianos e bolivianas, confirmando a plurinacionalidade do país. Indo mais além, reconhece os

idiomas, oficializando o castelhano, como também os idiomas das nações dos povos indígenas (NEGÓCIO; CIPRIANO, 2010).

Por meio do artigo 30, I da carta constitucional, conceitua-se a expressão *povo indígena originário campesino* da seguinte forma: é toda a coletividade humana que compartilhe a identidade cultural, idioma, tradição histórica, instituições, territorialidade e cosmovisão, em que a existência é anterior à invasão colonial espanhola (NEGÓCIO; CIPRIANO, 2010).

O Estado plurinacional boliviano implica em algumas considerações, como bem aponta Tapia (2007), e a principal delas é a organização do povo indígena em comunidades ou entidades comunitárias. Isso acaba por refletir que as comunidades, tanto *quechuas* quanto *aymaras*, ainda não experimentaram uma forma concentrada de Estado, isto porque tanto na nação *quechua* quanto *aymara* há formações que reivindicam ser nações dentro das próprias nações *aymara* e *quechua* (TAPIA, 2007).

A matriz comunitária a que Tapia alude congrega três elementos que a estruturam e acabam por diferenciar de qualquer forma de concepção tradicional de Estado que se possa ter. São elas: o processo produtivo, a ordem social e a forma de governo – que se estruturam num caráter comunitário (TAPIA, 2007).

Disso resulta que para a entidade comunitária não há propriedade privada e sim um uso familiar da terra. Interessante a posição de Tapia, uma vez que apregoa que a formação de um Estado plurinacional boliviano nada ou quase nada tem a ver com uma formação política identitária, mesmo que num processo de nacionalização em larga escala, “e sim com a dimensão de controle dos recursos naturais, ou seja, com a soberania sobre o território e suas riquezas; é uma questão político-econômica” (TAPIA, 2007, p. 59).

Uma ideia, aliás, desde antes na Bolívia, como a nacionalização dos recursos naturais. No pensamento de Tapia, um Estado plurinacional seria aquele que enfrentaria o problema da igualdade entre povos e culturas (TAPIA, 2007).

Do mesmo modo, aponta Hofmeister (2004) que a ideia de regime unitário adveio na Bolívia ligada à questão de recursos naturais, e de modo

mais específico, à mineração, localizada no planalto ocidental, donde gravitava toda a atividade econômica e política do país, desconsiderando-se as ideias sobre federalismo e descentralização.

Há que se notar que, apesar de Tapia expor que a formação do Estado Plurinacional boliviano nada tem a ver com formação de uma política identitária, por outro lado cabe observar que, mesmo havendo os postulados do *Buen Vivir*, *Sumak Kawsai* e *Pacha Mama*, dentre outros, e sua incorporação em texto constitucional, seria preciso reconhecer o *enforcement* de tais postulados no cotidiano material dos povos e do próprio Estado; essa arguição levanta-se pelo fato de que, mesmo Tapia expondo o contexto da formação do Estado Plurinacional não relacionado a essa formação política não identitária, fato é que, se não houver um giro epistêmico, ou seja, a criação de uma identidade em política, esse Estado Plurinacional perde ou pode vir a perder o sentido, ou o eixo mais comum pode acontecer: a continuidade do discurso colonial eurocentrado (MIGNOLO, 2008).

Consiste esse aporte em aprender a desaprender, e assim reitera Mignolo (2008):

Em geral, política de identidades não se compromete em nível de Estado e permanece na esfera da sociedade civil. Identidade em política, ao contrário, desliga-se da jaula de ferro dos “partidos políticos” como tem sido estabelecido pela teoria política moderna/colonial e eurocentrada.

Enquanto não houver essa quebra epistêmica do conhecimento, e não se conduzir para essa formação de identidade em política, podem vir a ocorrer novas marchas, como a ocasionada em relação ao território indígena Parque Isiboro Sécore (TIPINIS); e o que se observa é a encruzilhada a que chegou o Estado de Evo Morales: necessidade em trazer e ter desenvolvimento econômico para a Bolívia, e por outro lado a manutenção do discurso da plurinacionalidade desse mesmo Estado em relação aos povos originários campesinos.

A Constituição boliviana de 2009 expõe, em mais de 70 artigos, uma forma de *compensação* pelo atraso no reconhecimento dos povos indígenas

e tudo que a eles é pertinente. Resta indagar se mesmo com um Estado plurinacional é possível observar, no cotidiano material de todo cidadão boliviano, o resultado maior de uma formação ou de uma refundação estatal como essa, que é a dignidade da pessoa humana, na dimensão de vida digna.

2 A CONTRIBUIÇÃO DO ESTADO PLURINACIONAL NA PROTEÇÃO DA BIODIVERSIDADE

O direito ao meio ambiente sadio e equilibrado é enunciado pelo artigo 33 da Constituição da Bolívia, garantindo o direito intergeracional (NEGÓCIO; CIPRIANO, 2010).

Mas é nos artigos específicos garantidos aos povos indígenas originários campesinos que se vislumbra a aliança entre a proteção de seus territórios e a proteção da biodiversidade; pode-se verificar que essa questão está de modo coeso ligada à própria identidade cultural de autodeterminação dos povos, materializada no cotidiano da produção de vida e vivenciada pelas revoltas indígenas, sendo a mais importante a de *Tupac Katari*, no final do século XVIII (WASSERMAN, 2004).

Por meio do artigo 30 e itens seguintes, que declaram os direitos desses povos, é que se pode examinar que, muito mais do que os direitos garantidos sobre a cosmovisão, identidade cultural, práticas, costumes, etc., está a proteção do território, estampada no item 4, do artigo 30, em que se prediz “a livre determinação e a territorialidade” (NEGÓCIO; CIPRIANO, 2010).

Pelo item 15 e seguintes são assegurados seus direitos exercidos em seus territórios, mesmo que haja o interesse do Estado, para a exploração de recursos naturais renováveis neles localizados; isso se garante por via da participação consultiva aos povos indígenas, por meio da participação dos benefícios dessa exploração e, principalmente, a gestão territorial autônoma, bem como o uso e aproveitamento exclusivo dos recursos naturais renováveis existentes no território (NEGÓCIO; CIPRIANO, 2010).

Mesmo não sendo objeto desse artigo, não poderia deixar de incluir o artigo 190 da Constituição, que outorga poderes e cria a jurisdição dos povos indígenas camponeses – uma oportunidade, por meio de sua cultura e tradição, de poder julgar e impor uma sanção aos seus membros, de modo particular, porém com o devido acatamento do Estado e demais instituições. Isso demonstra quão importante é a autonomia da territorialidade desses povos.

Segundo Araújo (1998), “o território é o espaço delimitado onde se encontram os demais elementos – população e governo – e no qual o Estado exerce, válida e de maneira permanente, sua soberania e domínio exclusivo”. Para Portela (2011), “o território é a área geográfica sobre a qual o Estado tem jurisdição, ali fazendo incidir sua ordem jurídica e exercendo seu poder soberano”.

Questiona-se acerca da concepção utilizada pela Carta Constitucional boliviana para o termo *território*, se está no sentido das concepções sobre o Estado e seus elementos, pela corrente tradicional, se é uma concepção de base geográfica ou se é uma concepção que ultrapassa o sentido de elemento técnico formador do Estado.

Isto porque a concepção de território, para o povo indígena, vai além de mero elemento que compõe o conceito de Estado e para a validação existencial do mesmo. O território é pertencimento, indissociabilidade, é fundamento calcado nas heranças ancestrais de vida e de morte. O território é o início e o fim para os povos indígenas.

Mas esse pertencimento, ao que parece, está intrincado ao próprio meio natural que lhe dá as condições ou a falta de condições, para algumas tarefas do cotidiano, significando isso que o indígena, em decorrência do meio físico inóspito, algumas vezes fizesse com que criasse, adaptasse ou transformasse suas percepções – ampliando ou concentrando as mesmas, para sobreviver nesse ambiente que desde a infância já lhe era apresentado (HOLANDA, 2008).

Assim, pode haver duas situações do entendimento do território: o território e a territorialidade. O território é o que circunda e promove o

espaço para o processo subjetivo de conscientização dos que fazem uso do território, e que, portanto se integram ao território, ou seja: fazem parte do território – sendo assim, esse processo expressa-se como *territorialidade* (ANDRADE, 2002).

Dentre os princípios que regem a organização territorial das entidades territoriais descentralizadas e autônomas do Estado boliviano, estampadas no artigo 270 da Constituição, está a preexistência das nações e dos povos indígenas originários campesinos. A concepção de território na Constituição boliviana tem um fundo jurídico-político; todavia, para os povos indígenas vem com a marca de ancestralidade e, para reforçar tal apontamento, a Carta não se quedou tímida em reconhecer tal cenário.

Tanto que pelo artigo 290, I, no que tange à autonomia territorial, assim expressa:

La conformación de la autonomía indígena originario campesina se basa en los territorios ancestrales, actualmente habitados por esos pueblos y naciones, y en la voluntad de su población, expresada en consulta, de acuerdo a la Constitución y la ley. (NEGÓCIO; CIPRIANO, 2010.

É dessa ligação ancestral territorial a afirmação, admissão e reconhecimento de um Estado multifacetado, com várias nações e povos indígenas, com que esse mesmo Estado Constitucional Plurinacional contribui para a proteção da biodiversidade. É oportuno salientar que, mesmo que esse reconhecimento esteja jungido à ideia puramente política, como já dispôs Tapia, ou de soberania, fato é que por meio da afirmação do território indígena em plano constitucional, acaba-se por realizar também a proteção do meio ambiente.

Não é sem razão que os camponeses têm uma larga tradição de luta pelos recursos naturais, sobretudo pela água e pela terra (WASSERMAN, 2004). A Bolívia foi construída sobre uma base camponesa, leia-se: indígena, que acabou preservando as suas tradições, linguagem, costumes e visão do mundo. É nessa esteira que as demandas por preservação de culturas

tradicionais, soberania e autonomia na utilização e comercialização dos recursos naturais fazem parte do universo simbólico andino (WASSERMAN, 2004).

Albagli (1998, p. 107) afirma que a questão da biodiversidade passou a ser fundamento da geopolítica dos Estados, nem tanto para a preservação ou conservação do meio ambiente natural, mas do processo e da utilização desses recursos naturais, e principalmente sobre os recursos genéticos; e os conhecimentos tradicionais passaram a ser a grande preocupação, materializando a mesma em convenções, como a Convenção da Diversidade Biológica (CDB) – e a esse cenário ela denominou *geopolítica da biodiversidade*.

A própria Constituição boliviana assume que o patrimônio natural é assunto estratégico para o desenvolvimento do Estado e de interesse do mesmo, não comprometendo a soberania sobre os recursos naturais, assim prediz o artigo 346 (NEGÓCIO; CIPRIANO, 2010, p. 182). Pelo artigo 348, I, II e artigo 349, I, II, dispõe-se que os recursos naturais são de caráter estratégico e de interesse público para o desenvolvimento do país, além de serem de propriedade do povo boliviano, pois que são indivisíveis, imprescritíveis e de domínio direto dos mesmos (NEGÓCIO; CIPRIANO, 2010).

Pensando nessa preservação, e ao mesmo tempo no desenvolvimento interligado entre meio ambiente e povos indígenas, é que o Estado boliviano aporta em seu texto constitucional artigo específico para áreas fronteiriças, onde se localizam populações indígenas fronteiriças, apesar de ainda esperar por lei específica que regulamente tais áreas de fronteira. Mas o que chama a atenção é a particularidade e a preocupação do Estado nessas áreas – artigo 264, I (NEGÓCIO; CIPRIANO, 2010).

Isso deriva de um processo histórico e geográfico do país, que não tem saída para o mar, e que acabou por se interiorizar. Nesse segmento é que as regiões mais atingidas pelo nível de desigualdade social e pobreza, em decorrência da discriminação étnica, são as áreas fronteiriças com Peru, Chile, Brasil, Paraguai e Argentina; e ao mesmo tempo em que esse fator da interioridade boliviana é presente, o mesmo é capaz de promover a irradiação

de suas singularidades e características para os demais países fronteiriços e com contexto indígena de fronteira (WASSERMAN, 2004).

A fixação do Estado plurinacional reafirma o comprometimento dessas populações com o seu território, como pertencimento e verdadeira identidade, isto porque a conservação desses espaços só chegou a este estágio por via dessa irmandade com o meio ambiente. Essas populações desempenharam ao longo da história a conservação e o uso sustentável dos recursos, por meio das práticas e das tradições dos saberes (ALBAGLI, 1998).

Assim, Diegues expõe:

Um aspecto relevante na definição de *culturas tradicionais* é a existência de sistemas de manejo dos recursos naturais marcados pelo respeito aos ciclos naturais, à sua exploração dentro da capacidade de recuperação das espécies de animais e plantas utilizadas. Esses sistemas tradicionais de manejo não são somente formas de exploração econômica dos recursos naturais mas revelam a existência de um complexo de conhecimentos adquiridos pela tradição herdada dos mais velhos, de mitos e símbolos que levam à manutenção e ao uso sustentado dos ecossistemas naturais. (DIEGUES, 2001, p. 50).

Diegues não dispõe *culturas tradicionais* apenas para indígenas, mas alarga o conceito para populações caiçaras, caipiras, dos mangues, etc. Por outro lado, não bastam apenas a territorialidade e o território consagrados num ordenamento jurídico, como é a Constituição boliviana, se não houver o devido investimento para essas populações.

A resistência realizada pelos povos indígenas da Bolívia contra a *damnatio memoriae*, já exposta alhures, também encontrou similitude por meio dos Kuna, do Panamá, que conseguiram do governo o reconhecimento de seu território, e a construção de estradas que passam pelos seus territórios o governo só conseguiu por meio de negociação com os mesmos (DIEGUES, 2001).

Tenta-se uma conjugação da garantia aos povos indígenas originários camponeses sobre seu território, com o Sistema Nacional de Áreas Protegidas

(SNAP). Esse sistema congrega categorias mistas de manejo; das 22 áreas, 7 combinam uma parte de parque nacional (categoria II pela IUCN) e a outra de área de manejo integrado (categoria VI pela IUCN). (GUERRERO; TOVAR, 2011).

O que se evidencia de tal situação é que o sistema estabelecido em 1992, com a promulgação da lei de meio ambiente, ampara o conhecimento substancial dos povos indígenas e sua cosmovisão, na construção e estruturação do SNAP, que recebeu o nome de *Gestão territorial com responsabilidade compartilhada*, implicando numa gestão efetiva (GUERRERO; TOVAR, 2011, p. 109).

Muitas dessas áreas protegidas acabam sobrepondo-se com território indígena, parcialmente ou totalmente, entrando nesse meio a gestão compartilhada, seguindo normas e procedimentos da cultura indígena, ao mesmo tempo em que haja o respeito sobre essas áreas (artigo 385, I e II da Constituição) (NEGÓCIO; CIPRIANO, 2010). Disso muito se justifica, pois: “quando se fala na importância das populações tradicionais na conservação da natureza, está implícito o papel preponderante da cultura e das relações homem/natureza” (DIEGUES, 2001).

A primazia da plurinacionalidade radicada no território ratifica a proteção da natureza, e a continuidade das populações nas áreas protegidas se faz importante, uma vez que a permanência das populações tradicionais em áreas naturais protegidas não se justifica somente pela proteção e pelo reconhecimento da grande bagagem de etnoconhecimento, transmitido de geração em geração, a respeito das condições naturais, pela necessidade de garantir seus direitos históricos a seu território, mas também como exemplos a serem considerados pela civilização urbano-industrial na redefinição necessária de suas relações atuais com a natureza (DIEGUES, 2001).

O processo contrário a essa permanência a que alude Diegues promove a *desterritorialidade*, uma vez que a expansão da territorialidade, quando realizada de modo violento e até mesmo de forma sangrenta, provoca a desterritorialização (ANDRADE, 2002). Algo parecido com as *reducciones* praticadas na Bolívia pretérita.

O Estado plurinacional poderia preferir sua institucionalização por via da nacionalização da diversidade cultural e da plurinacionalidade, porém enfrentaria situações sobre titularidade e soberania sobre território e recursos; desta feita, se o controle ficasse para o poder central, as nações tidas como periféricas não teriam a autogovernabilidade, nem mesmo se o poder ficasse com os departamentos; por outro lado, se a propriedade e a legislação fossem dirigidas para cada nação ou povo, estar-se-ia diante de um governo confederado (TAPIA, 2007).

Ao que parece, a opção escolhida foi a de institucionalizar o Estado plurinacional fundado numa repartição de autonomias departamentais e indígenas (TAPIA, 2007).

A contribuição dessa prerrogativa para a proteção da diversidade biológica recai no reconhecimento, pelo Estado, da existência da diversidade étnica e cultural; da composição do Estado boliviano; na admissão de um sistema comunitário, fortemente arraigado nas questões agrárias; na nacionalização dos recursos naturais, e, principalmente: na identificação do pertencimento ao território pelos povos indígenas originários camponeses, o reconhecimento das lutas coloniais travadas por esses povos.

Ainda sobre o Estado plurinacional poder contribuir para a proteção da biodiversidade, há que se chamar a atenção sobre a conservação da biodiversidade e o da biosfera, isto porque, segundo McGrath (1997, p. 34) os termos *conservação da biodiversidade* e *desenvolvimento sustentável* aparecem como sinônimos para muitos, acarretando uma espécie de comportamento justificador na conservação da biodiversidade nos projetos de desenvolvimento com uma orientação ambiental. E mais além: a priorização de áreas com alto grau de biodiversidade ou endemismo não é condição *sine qua non* do poder de aumentar ou não a probabilidade de salvamento de espécies cujos valores econômicos possam ser potenciais; e assim sendo, isso pode ser ou tornar-se uma abordagem grosseira e de pouca eficiência (McGRATH, 1997).

No caso da Bolívia, em fevereiro de 2014 a WWF Brasil congratulou-se, por meio do prêmio Presente para o Planeta Terra – *Gift to the Earth* –

com o presidente Evo Morales, por destinar uma área úmida de 6,9 milhões de hectares na Bolívia, decorrente do acordo internacional Convenção de Ramsar sobre Áreas Úmidas, do qual a Bolívia é um dos signatários desde 1990, sendo ratificada em 2002, comprometendo-se a atingir o limite de 15 milhões de hectares de áreas úmidas (IHU, 2014).

Não se sabe se, ao destinar essas áreas úmidas à conservação da natureza, o presidente da Bolívia, no fundo, não está a reiterar, dando continuidade ou reproduzindo o discurso colonial por meio da destinação de tais áreas para a conservação, excluindo essas mesmas áreas do alcance da população boliviana. Tais espaços são os *Llanos de Moxos*, um espaço úmido extenso e rico em biodiversidade (IHU, 2014, não paginado).

Não é um espaço isolado, sem presença humana; há sim sete territórios indígenas e oito áreas protegidas, além de comunidades tidas como camponesas e propriedades privadas, cuja atividade agrária é a agricultura (WWF, 2014).

Como se disse anteriormente, a proteção da biodiversidade na Bolívia é praticamente inerente à questão dos povos indígenas; ao mesmo tempo em que o Estado boliviano assumiu um compromisso ambiental de tal envergadura, foi capaz também de promover um rompimento com os mesmos povos que acreditaram no reconhecimento de suas identidades pelo Estado, como foi a decisão de passar uma estrada cortando o Território Indígena Parque Nacional Isiboro Sécure (TIPNIS).

Em palavras do vice-presidente da Bolívia, Álvaro García Linera, reproduzidas por Fuser (2011, não paginado):

O Estado não está tomando terras dos indígenas nem permitindo que as empresas petroleiras destruam essas áreas. Pedimos apenas 1% ou 2% para explorar, nada mais. Se isso afetar um pequeno trecho de natureza, terá de ser feito de qualquer forma, para tornar viável a própria estabilização deste governo de camponeses, indígenas e trabalhadores.

A aliança feita entre povo e governo e o descumprimento desse pacto em prol do desenvolvimento, sobretudo, econômico, vem tornando-se recorrente; e à guisa de ilustração, recentemente o Equador, com seu *giro biocêntrico*, ao

conceber a natureza como sujeito de direitos na Carta Constitucional do País, que também se destaca pelo princípio do *Bem Viver*, rompeu com a defesa de não exploração de petróleo no Parque Nacional Yasuní, considerado um *hotspots* de biodiversidade do mundo.

A proposta era a de, em troca de compensação econômica, deixar os campos de petróleo de Ishipingo, Tiputini e Tambococha (ITT), sem exploração, intocados do Parque Nacional Yasuní; são três blocos petrolíferos – Bloco 16, Bloco 31 e o Bloco ITT (CASTILHO; GONZÁLEZ, 2013, não paginado).

A proteção da diversidade biológica na Bolívia plurinacional perpassa a fixação e organização territorial. Perpassa também a continuidade de manutenção desses povos em territórios ancestrais, em que o *modus vivendi* aliado à natureza, por meio de seus processos produtivos, que não se realiza de modo isolado ou individual e sim para o bem do grupo, é intrínseco de sua formação, “como se deve esperar de homens para quem o viver era antes e acima de tudo um conviver” (HOLANDA, 2008, p. 25).

3 CONCLUSÃO

Vislumbrando a formação e institucionalização do Estado plurinacional boliviano, como uma das referências para o novo constitucionalismo latino-americano, pode-se observar que a proteção da diversidade biológica naquele país está intimamente ligada à proteção territorial de povos indígenas e vice-versa. Relembrando a hipótese criada no início desse trabalho, chegou-se a algumas proposituras afirmativas:

a) Que o Estado plurinacional, como resultado de uma nova postura constitucional em face da doutrinação colonialista europeia, engendrada por longos períodos, no caso boliviano, ratificou a necessidade de mudança e de enfrentamento do país diante do reconhecimento de uma nação diversificada, nos polos cultural e étnico.

b) Que em decorrência dessa pluralidade, que não se restringe apenas ao cultural e ao étnico, como também está presente no político, jurídico e econômico, acabou-se por projetar uma dimensão constitucional ancorada no amalgamento do conhecimento dos povos indígenas originários campesinos e no sistema comunitário, concebendo-se assim a criação de uma identidade *em* política ajustada à visão do que Walter Mignolo assim denomina, reforçando, portanto, a desobediência ao discurso colonial norte-americano e eurocentrado.

c) Que a efetividade de proteção ao território dos povos indígenas originários campesinos reforça e assenta a proteção da biodiversidade boliviana, mantendo essas populações em seus territórios originários, bem como fortalecendo a aliança dos seus conhecimentos à proteção dos recursos naturais renováveis, em decorrência da territorialidade que os mesmos abarcam no seio de suas vivências;

d) Que o Estado plurinacional, por conseguinte, consegue realizar a proteção da biodiversidade por meio da fixação territorial desses povos, como exemplo maior o que recai sobre o Sistema Nacional de Áreas Protegidas – SNAP, que deve obedecer a normas e regras contidas no bojo dessa sociedade comunitária para os planos de manejo das áreas protegidas.

REFERÊNCIAS

ACQUAVIVA, Marcus Cláudio. **Teoria geral do Estado**. 2. ed. rev. aum. São Paulo: Saraiva, 2000.

ALBAGLI, Sarita. **Geopolítica da Biodiversidade**. Brasília, DF: IBAMA, 1998, 276 p.

ANDRADE, Manuel Correia de. Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A.; SILVEIRA, Maria Laura (Org.). **Território: globalização e fragmentação**. 5. ed. São Paulo: Anablume, 2002.

ARAÚJO, Luis Ivani de Amorim. **Curso de Direito internacional público**. 9. ed. rev. atual. Rio de Janeiro: Forense, 1998.

BURDEAU, Georges; HAMON, Francis; TROPER, Michel. **Direito Constitucional**. 27. ed. Tradução: Carlos Souza. Barueri SP: Manole, 2005, p. 69-80.

CAMARGO, Alfredo José Cavalcanti Jordão de. **Bolívia**: a criação de um novo país a ascensão do poder político autóctone das civilizações pré-colombianas a Evo Morales. Brasília, DF: FUNAG, 2006.

CASTILHO, Inês; GONZÁLEZ, Taís. Yasuní: impasse do discurso ambiental. In: **Carta Capital**. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/blogs/outras-palavras/yasuni-retrato-do-impasse-ambiental-3200.html>> Acesso em: 10 nov. 2014.

DIEGUES, Antônio Carlos Santana. **O mito moderno da natureza intocada**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2001, 102 p.

FUSER, Igor. Bolívia, entre a preservação e o desenvolvimento. In: **IPEA**. 70 ed.ano 8. p. 9-12-2011. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2669:catid=28&Itemid=23> Acesso em: 10 nov. 2014.

GUDYNAS, Eduardo. La ecología política del giro biocéntrico en la nueva Constitución de Ecuador. **Revista de estudios sociales**. Bogotá, CO, n. 32, p. 34-47, abr. 2009. Disponível em: <<http://www.ambiental.net/publicaciones/GudynasGiroBiocentricoEcuadorRES09.pdf>> Acesso em: 20 set 2014.

GUERRERO, Eduardo; TOVAR, Antonio. Bolivia: entre los Andes y la Amazonía. In: ELBERS, Jörg. **Las áreas protegidas de América Latina**: situación actual y perspectivas para el futuro. Quito/ECU: UICN, 2011, 226 p.

HOFMEISTER, Wilhelm. Bolívia: a construção da democracia e a evolução do processo político. In: ARAÚJO, Heloísa Vilhena de. (Org.). **Os países da comunidade andina**. Brasília, DF: FUNAG; IPRI, 2004.v. 1.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e fronteiras**. 3. ed. 5.reimpr. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. 301 p.

McGRATH, David G. Biosfera ou biodiversidade: uma avaliação crítica do paradigma da biodiversidade. In: XIMENES, Tereza. (Org.). **Perspectivas do Desenvolvimento Sustentável: uma contribuição para a Amazônia** 21. Belém: NAEA; UFPA, 1997. p. 33-69.

MALUF, Sahid. **Teoria Geral do Estado**. 25. ed. atual. São Paulo: Saraiva, 1999.

MIGNOLO, Walter D. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. Tradução Ângela Lopes Norte. Cadernos de Letras da UFF – **Dossiê: literatura, língua e identidade**. n. 34, 2008. p. 287-324.

MURAKAWA, Fábio. Imagem “ecológica” de Evo Morales questionada por índios bolivianos. **Centro de estudos ambientais – Cea**. Disponível em <<http://centrodeestudosambientais.wordpress.com/2011/08/23/imagem-%E2%80%9Cecologica%E2%80%9D-de-evo-morales-questionada-por-indios-bolivianos/>> Acesso em: 20 out. 2014.

NEGÓCIO, Ramon de Vasconcelos; CIPRIANO, Rodrigo Carneiro. (Org.). **Constituições da América Latina e Caribe**. Brasília, DF: FUNAG, 2010. 820 p. v. 1.

PORTELA, Paulo Henrique Gonçalves. **Direito internacional público e privado: incluindo noções de direitos humanos e de direito comunitário**. 3. ed. rev. atual. ampl. Salvador: Jus Podivm, 2011.

TAPIA, Luis. Una reflexión sobre la idea de Estado plurinacional. **OSAL**. Buenos Aires: CLACSO, año 8, n. 22, p. 47-63, sept. 2007.

WASSERMAN, Claudia. Bolívia: história e identidade – uma abordagem sobre a cultura e a sociedades contemporâneas. In: ARAÚJO, Heloísa Vilhena de. (Org.). **Os países da comunidade andina**. Brasília, DF: FUNAG; IPRI, 2004. v.1.

REDE WWF homenageia a Bolívia pela designação da maior área úmida do mundo. **Instituto Humanitas Unisinos - IHU**. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/527974-rede-wwf-homenageia-a-bolivia-pela-designacao-da-maior-area-umida-do-mundo>> Acesso em: 10 nov. 2014.

WWF. **Amazônia boliviana ganha maior área úmida protegida do mundo**. Disponível em: <http://www.wwf.org.br/wwf_brasil/?33623/Amaznia-boliviana-ganha-maior-rea-mida-prottegida-do-mundo>. Acesso em: 10 nov. 2014.

3 DOS DILEMAS SOLUBLES EN LATINOAMERICA: LA SEGURIDAD CIUDADANA Y LAS POLITICAS PÚBLICAS PARA PREVENIR EL DELITO

Arlín Pérez Duharte¹

Carlos Alberto Mejías Rodríguez²

1 SOCIEDAD “MODERNA”- SEGURIDAD CIUDADANA- DERECHO PENAL: ¿EN BUSCA DEL ARCA PERDIDA O REABRIENDO LA CAJA DE PANDORA?

Asistimos a un mundo donde la “*plastic culture*” no tiene límites, donde no cabe duda de que la revolución en la informática, la robótica, la telemática y la biotecnología han desencadenado grandes transformaciones; donde los satélites vigilan el mundo; donde Hércules es débil ante las “potentes” capacidades financieras o tecnológicas de las grandes potencias; donde a nadie escapa que existe una concentración unipolar militar y económica; donde se pronostica que se producirá “el abandono progresivo del nacionalismo cultural y el acceso a un nuevo universalismo”; donde querer decir lo que se dice y decir lo que se quiere, se convierte en una lucha para quienes usan el lenguaje, pero lo usan en formas distintas; donde con la compra de un cosmético, el consumidor pretende no solo adquirir una mejor apariencia física, que pueda aumentar sus posibilidades de éxito en el mercado laboral o en sus relaciones con el sexo opuesto, sino también “comprar” una esperanza

¹ Doctora en Ciencias Jurídicas, profesora titular de Derecho penal y procesal de la Facultad de Derecho de la Universidad de la Habana y secretaria de la Sociedad Cubana de Ciencias Penales. E-mail: arlin@lex.uh.cu.

² Doctor en Ciencias Jurídicas, profesor titular de Derecho penal y procesal de la Facultad de Derecho de la Universidad de la Habana y Vicepresidente de la Sociedad Cubana de Ciencias Penales. E-mail: mejias@lex.uh.cu.

de juventud permanente por “detención” del tiempo; donde la publicidad identifica el modo de vida ideal normativo con el modo de vida real, bajo el supuesto de que lo real es la norma de lo racional, creando en los ciudadanos la “conciencia feliz” de que el orden social funciona correctamente; y donde los medios certifican una realidad donde el agresor es el benefactor del mundo y el agredido es satanizado para justificar la agresión.

En consecuencia, resulta casi imposible hablar de seguridad ciudadana en los tiempos que corren, denominados de forma magistral por el sociólogo Buenaventura de Sousa como la época del fascismo societal, el que a su vez se desdobra en un fascismo territorial y financiero, dando paso a una sociedad donde los contrastes son inapreciables y donde el mundo al revés del que Galeano nos hablara, ya no esté medianamente el revés en algunos momentos sino todo el tiempo.

La seguridad ha sido desde siempre una de las funciones principales de los Estados. Indudablemente, con la evolución de estos desde los modelos autoritarios hacia los estándares democráticos, ha ido evolucionando también el concepto de seguridad.

El concepto de seguridad que se manejaba antes se preocupaba únicamente por garantizar el orden como una expresión de la fuerza y supremacía del poder. Hoy, los Estados democráticos promueven modelos policiales acordes con la participación de los habitantes, bajo el entendimiento de que la protección de los ciudadanos por parte de los agentes del orden debe darse en un marco de respeto de la institución, las leyes y los derechos fundamentales. Así, desde la perspectiva de los derechos humanos, al hablar de seguridad no podemos limitarnos a la lucha contra la delincuencia, sino que estamos hablando de cómo crear un ambiente propicio y adecuado para la convivencia pacífica de las personas. Por ello, el concepto de seguridad debe poner mayor énfasis en el desarrollo de las labores de prevención y control de los factores que generan violencia e inseguridad, que en tareas meramente represivas o reactivas ante hechos consumados.

En los últimos años, los aportes de la academia y de los organismos internacionales especializados han permitido un acercamiento más

certero al concepto de seguridad ciudadana, diferenciándolo también del concepto de “*seguridad humana*”, construido en los últimos quince años a partir, fundamentalmente, de las elaboraciones realizadas en el ámbito del Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo. Este último se refiere específicamente a uno de los medios o condiciones para el desarrollo humano, el que a su vez se define: como el proceso que permite ampliar las opciones de los individuos, que van desde el disfrute de una vida prolongada y saludable, el acceso al conocimiento y a los recursos necesarios para lograr un nivel de vida decente, hasta el goce de las libertades políticas, económicas y sociales (AGUILERA, 1996).

En este cuadro, la seguridad ciudadana aparece estrictamente sólo como una de las dimensiones de la seguridad humana, pues se la concibe como la situación social en la que todas las personas pueden gozar libremente de sus derechos fundamentales, a la vez que las instituciones públicas tienen la suficiente capacidad, en el marco de un Estado de Derecho, para garantizar su ejercicio y para responder con eficacia cuando éstos son vulnerados.

Siguiendo a Elías Carranza, el término de seguridad ciudadana debe ser ampliado en su significación e impacto sustituyéndolo por el de “*seguridad de los habitantes*”, un concepto verdaderamente abarcador no sólo de la seguridad de no ser víctima de delitos, sino también la de gozar de la vigencia de un Estado constitucional de Derecho y de un estándar mínimo o razonable de bienestar en materias de salud, educación, vivienda, ingreso, etc. Este concepto no sería otro que el reciente concepto de “*desarrollo humano sostenible*”, que tiene la equidad como principio.

Apunta además el maestro que es apropiado utilizar el término “*seguridad de los habitantes*” y no “*seguridad ciudadana*”, por cuanto la palabra “habitantes” no sólo cubre a los ciudadanos sino a todas las personas sin excepción, verbigracia menores de edad, residentes, transeúntes, turistas, inmigrantes indocumentados, extranjeros en general, criterio que compartimos ante la diversidad humana y sus matices, más agudos en los tiempos modernos.

Al observar este panorama que une sociedad y ciudadanos, o mejor, habitantes; que le queda al Derecho por hacer y específicamente al Derecho Penal, bien, puede esconderse en viejas estructuras de reacción o acelerar sus mecanismos de cambio, o bien puede lograr un equilibrio entre garantías, necesidades ciudadanas y del poder, hasta compensar en niveles tolerables su intromisión, sin olvidar que se vive el shock del futuro, que nace de la superposición de una nueva cultura sobre la antigua y su impacto es mucho peor de la imaginable (CARRANZA, 1997), esta es la enfermedad de milenio, el fenómeno del cambio brusco de paradigmas y estructuras que lleva a la implementación de modelos estructurales en el Derecho penal, que tiene de base y argumento justificativo el de la seguridad ciudadana.

2 TRES MODELOS CON UN DENOMINADOR COMÚN: MÁS SEGURIDAD

a) El modelo garantista de seguridad.

De modo esclarecedor comentaba Pérez Alonso (1997): “El Derecho penal como instrumento de control jurídico social, primario y formalizado, que se articula como un sistema normativo que establece como presupuesto el delito y como consecuencias las penas o medidas de seguridad, está legitimado, pre determinativamente, por la función que está abocado a cumplir en un Estado social y democrático de Derecho, función que actualmente se muestra como una síntesis dialéctica de tres fines distintos que, de modo gráfico, se podrían representar como los tres vértices de un triángulo; en el vértice superior se encuentra la pena, cuya misión primordial es la prevención general (intimidatoria) y especial de delitos, mientras que los vértices inferiores están conformados por la mínima intervención y las máximas garantías del Derecho penal. Estos extremos integrarían el Derecho penal garantista. En este contexto, la norma jurídico penal se concibe como un imperativo que dirige sus prohibiciones y mandatos a los ciudadanos con el fin de motivarlos

para que no realicen conductas (acciones u omisiones) que suponen un riesgo objetivo de lesión para los bienes jurídicos merecedores de protección penal”.

Para este modelo garantista el pilar fundamental se localiza en el principio de legalidad, dimensionado en sus exigencias y formas; este desde el Derecho constitucional, implica una doble garantía; la formal relativa al rango de las normas tipificadoras de los delitos y las sanciones (DERECHO CONSTITUCIONAL, 1994) (*nullum crimen sine praevia lege scripta*), y la material que se traduce en la exigencia de predeterminación normativa de las conductas ilícitas y sus consecuencias (*nullum crimen sine praevia lege stricta*), dimensionamiento que ha conducido a la asunción de diferentes posturas en los marcos del Derecho penal.

Para Kohlman y Shünemann el principio de legalidad, desde su origen histórico, no ha exigido la absoluta determinación de los tipos, por lo que bastaría con una determinabilidad suficiente de su contenido, y en tal sentido nos obligamos a reflexionar junto a Huerta Tocildo, quien se pregunta: ¿exige en verdad, el principio de legalidad una determinación taxativa o al menos una determinabilidad suficiente de los tipos penales? Es innegable que la arista material del principio exige un mínimo de determinación objetiva de los tipos penales, lo que se traduce a una comprensión precisa de lo prohibido en relación con el bien jurídico que se protege; sin que sea realista la posición de los que aspiren a una certeza plena del tipo y al destierro del mismo de todo elemento valorativo, el deseo debe estar dirigido entonces a lograr un equilibrio entre la necesidad de indeterminación y el mandato de certeza, anhelando que del estudio de las normas del Derecho penal se pueda deducir el fin de protección del legislador (CLAUS, 1997).

Este modelo de las garantías implica además el respeto y la consagración normativa de sus expresiones tanto en la esfera sustantiva como material, tratando además de limitar las intervenciones del Estado en el ejercicio del “*iuspuniendi*”.

b) El modelo del Derecho penal mínimo

El modelo del denominado Derecho penal mínimo, basa su concepción en las siguientes características.

- 1) Atribución de eficacia limitada a sus instrumentos de intervención (la norma y la pena) a partir de su relación con el control social.
- 2) Deliberada reducción de su ámbito de actuación (última ratio)
- 3) Profunda desconfianza hacia un equilibrado ejercicio del poder sancionador por parte de los poderes públicos.
- 4) Límites trascendentes en el empleo de las sanciones penales.

Esta idea minimalista que dirige los postulados antes citados en los años 60 a 70 tiene que fusionarse a un nuevo modelo de seguridad que aparece relacionado con la ideología del tratamiento, siendo sus pautas las siguientes:

- 1) Búsqueda de la integración en la sociedad del delincuente.
- 2) Promoción de penas indeterminadas, el enfermo y su cura con el tiempo.
- 3) Pena de prisión sufre una valoración ambivalente, impulsándose el empleo de sanciones alternativas.
- 4) El abordaje de la delincuencia como una tarea de expertos en todas las materias.

Conjuntamente con lo anterior podemos afirmar que los primeros años del último tercio del siglo XX fueron testigos de una crisis doctrinal generalizada de la pena de privación de libertad (ARUS, 1994), las que bien pueden ser resumidas en los siguientes tópicos:

- 1) Las penas de prisión constituyen en fracaso histórico: no solamente no socializan, sino que, a partir de las investigaciones sociológicas desarrolladas desde el enfoque del interaccionismo simbólico, se han aportado valiosos datos para demostrar lo contrario;

2) Por otro lado es dable advertir que las prisiones no solo constituyen un perjuicio para los reclusos, sino, también, para sus familias; especialmente cuando el internamiento representa la pérdida de ingresos económicos del cabeza de familia;

3) Otro aspecto que ha coadyuvado a la crisis actual viene dado por la falta de interés social por el problema de las prisiones. Apatía que no se limita al ámbito carcelario común, sino que –lo que es mucho más grave– se extiende a quienes tiene a cargo la conducción del Estado. En tal sentido, y más allá de loables excepciones es patente la falta de voluntad política de los Estados en cumplir sus propias leyes de ejecución y sus propios compromisos internacionales en materia de sistemas penitenciarios³.

Por fin, al lado de estos cuestionamientos observamos una crítica no menos profunda. Nos referimos, más concretamente, a aquella concepción que censura la denominada “*ideología del tratamiento*” por considerarla un mero “*conductismo*”; una manipulación de la personalidad del interno; una negación de sus derechos y libertades fundamentales, en donde el sistema normativo de los Estados asuma, más bien, un postura propia de una moral autoritaria que la de un ordenamiento jurídico democrático.

La educación para ser un buen recluso se da en parte también en el ámbito de su comunidad, puesto que la adopción de un cierto grado de orden, del cual los jefes de los reclusos se hacen garantes frente al personal de la institución, forma parte de los fines reconocidos en esta comunidad. Esta educación se da, por lo demás, mediante la aceptación de normas formales del establecimiento y de las informales impuestas por el personal de la institución.

Puede decirse, en general, que la adaptación a estas normas tiende a interiorizar modelos de comportamientos ajenos, pero que sirven al

³ El problema, como se aprecia, no es falta o deficiencia de instrumento legal. Los instrumentos están y son, en algunos casos, bastante buenos. En tal sentido las reformas penitenciarias que tuvieron lugar en ciertos países europeos en la década de los '70 (así: Francia e Italia en 1975; Suecia en 1976; Alemania en 1977; España y Portugal en 1979), al menos, en “el plano teórico [...] alcanzaron una considerable altura”.

desenvolvimiento ordenado de la vida en la institución. Este deviene el verdadero fin de la institución, mientras la función propiamente educativa se ve excluida en alto grado del proceso de interiorización de las normas, aún en sentido de que la participación en actividades comprendidas en esta función se produce con motivaciones extrañas a ella, y de que se ve favorecida la formación de aptitudes de conformismo pasivo y de oportunismo. La relación con los representantes de los organismos institucionales, que de esa manera se torna característica del comportamiento del encarcelado, está marcada al mismo tiempo por la hostilidad, la desconfianza y una sumisión no consentida.

Lo cierto es que tales circunstancias han profundizado la controversia en torno a la utilización de la pena privativa de libertad, han contribuido a la crítica generalizada del sistema penal, y principalmente han propiciado el moderno desarrollo, en el ámbito de la teoría y en el de las legislaciones, de nuevas fórmulas sancionadoras para sustituir el internamiento.

En general, los cambios se han centrado en tres esferas principales: primera, en la reducción del campo de aplicación del Derecho penal, mediante la aplicación de profundos y bien organizados procesos de despenalización; segunda, en la consideración del delincuente no como un mero receptor pasivo del tratamiento, sino como una persona con derechos, obligaciones y responsabilidades; y tercera, en el empleo del internamiento sólo como sanción extrema de *“última fila”*, ampliando al mismo tiempo otros métodos de tratamiento o adoptando nuevas medidas que no entrañan la reclusión en centros penitenciarios.

c) El modelo de la resistencia.

Su relación con la debatida seguridad ciudadana bien puede ser ilustrado con las palabras de Chirino Sánchez cuando razona que “...el temor del delito y a ser víctima de un acto criminal han llevado al ciudadano a exigir seguridad a cualquier costo, incluso de las garantías y libertades que por centurias han engalanado las constituciones liberales. La epistemología

del riesgo exige al legislador penal la posibilidad adelantarse a los riesgos lejanos y procurar a través de mecanismos normativos la reducción de tales riesgos a mínima expresión” (SANCHEZ, 2013, p. 3).

La denominada sociedad del riesgo, cuyos fundamentos han sido valorizados por una parte de la doctrina iuspenalista; procede del modelo teórico desarrollado principalmente por el sociólogo alemán Ulrich Beck, el cual sirvió para caracterizar y defender la actual sociedad postindustrial y que expone la sumatoria de los impresionantes avances tecnológicos como reales fuente de riesgos con los decisivos comportamientos humanos que generan más riesgos, lo que en su conjunto conforma un verdadero fenómeno social estructural.

En su versión más radical el Derecho penal del riesgo implica:

1) Subversión del principio de intervención mínima Expansión del Derecho penal en contraposición de la despenalización desarrollada en la década del 60 y 70.

2) Protección de bienes supra individuales de contenido difuso

3) Bienes Jurídicos protegidos anticipadamente mediante la creación de la fórmula de los delitos de peligro abstracto

4) Flexibilización y desformalización de determinadas categorías, peligros globales y sociedad del riesgo global.

Todo lo antes señalado ha implicado el desmoronamiento de la ideología de la protección del riesgo mostrando las denominadas, *ideas del nuevo modelo*, las que van acompañadas del sacrosanto discurso de la seguridad ciudadana, las cuales pueden ser resumidas en ideas relacionadas con el protagonismo de la delincuencia clásica y no de una delincuencia incontrolable y magnificada; la prevalencia del sentimiento colectivo de inseguridad, la sociedad del riesgo y el riesgo de subsistir en la sociedad, teniendo al Derecho penal como mejor o única solución; sustentabilidad de los intereses de las víctimas; populismo y politización en cuyo eje se encuentran los movimientos sociales, ocupas Indignados y “*sin tierras*”; redescubrimiento de la prisión como mal necesario; ausencia de recelo ante el poder sancionatorio del Estado; implicación

de la sociedad en la lucha contra la delincuencia y una transformación del pensamiento criminológico

Estas características permiten explicarnos mejor la alarma del escritor Eduardo Galeano cuando declaró: “El peligrosímetro manda a matar toda sombra que se mueva, los grandes medios de comunicación son grandes miedos, las campañas electorales parecen películas de terror y la criminología corre el peligro de convertirse en una ciencia de la cerraduras. ¿De dónde viene este mundo nuestro, cada vez más nuestro? ¿Adónde va, adónde vaís?, fragmento que al ser llevado al Derecho penal moderno alerta de los llamados peligros o cantos de sirenas que acompañan a este modelo resumidos en dos ideas: Los errores del garantismo, la canonización de los principios y el discurso de la resistencia: el Derecho penal como único instrumento y el fin del mundo

Visto todo este panorama que queda por hacer, pues promover el denominado “*modelo penal bienestarista*” que interponga una aproximación social a una aproximación represiva hacia la delincuencia y donde el discurso de la seguridad ciudadana no esté basado en más policías, más cárceles y más penas, sino en la articulación sistémica, lógica y real de las políticas sociales con las políticas penales y de prevención, así se evitaría un temor más, magistralmente descrito por Zaffaroni al expresar que “... el Derecho penal políticamente ciego es un mono con una navaja” (ZAFFARONI, 2012, p. 34).

1) La inconsistencia de las políticas públicas de prevención del delito.

América Latina, reconocida como la segunda región más violenta del mundo, a partir de la década de los '80 enfrenta la violencia, y en especial la violencia delictual, como un problema central que, incluso, afecta decisivamente sus procesos de desarrollo económico. En este marco, el aumento de la violencia juvenil es uno de los principales fenómenos que enfrenta la región. Como víctimas o agresores, los jóvenes son protagonistas de todas las formas de delitos violentos.

Violencia y criminalidad son fenómenos sociales complejos que no pueden ser enfrentados con una sola estrategia, sino que requieren de un

diseño de políticas públicas que incluya iniciativas dirigidas a los diversos factores causales.

Las políticas de “*seguridad nacional*”, “*seguridad ciudadana*”, etc. se han utilizado siempre y con ese nombre por Estados autoritarios (o en periodos autoritarios de algunos Estados de Derecho) como pretexto para restringir derechos fundamentales y libertades ciudadanas en aras de una mayor eficacia frente al “desorden” y la “inseguridad”, el “caos” y el “libertinaje”, que según los inspiradores de estas políticas amenazan la paz de la convivencia social en un momento determinado. Ellas han estado acompañadas de una política criminal dirigidas a reprimir más que a prevenir. (ESTHER Y GÓMEZ, 2010).

El recurso al Derecho penal, demuestra hasta qué punto muchos políticos están más decididos a utilizar la vía represiva punitiva, como única forma de luchar contra problemas sociales, políticos y económicos, antes que adoptar medidas para prevenirlos, y si no eliminarlos por completo, reducirlos.

Las iniciativas centradas en el control y la represión ponen énfasis en las acciones del sistema de justicia criminal que permiten detectar al individuo que ha cometido un delito y utilizar los mecanismos legales para establecer su responsabilidad penal.

En diversos contextos, y últimamente en la mayoría de los países de América Latina, encontramos problemas graves de linchamientos de presuntos criminales entre otras razones por la desconfianza en la mitigación de los actos criminales. De esta forma la cara negativa de lo “*comunitario*” se hace presente también mediante iniciativas autoritarias y, en algunos casos, para-policiales.

2) Las políticas sociales de bienestar e inclusión: única solución en la prevención del delito.

Definitivamente estamos convencidos de que son las políticas sociales las que pueden cambiar el panorama actual del delito y la criminalidad, ellas se traducen en más educación y bienestar, la eliminación de la pobreza y

las diferencias sociales, la desigualdad brutal entre los extremadamente ricos y los extremadamente pobres; lograr más inclusión social, eliminar las desigualdades de género y raza; mejoras en la alimentación y en la salud, mayor atención a los intereses de la juventud y la participación real de ciudadanía en los asuntos relacionados con la seguridad y los riesgos, a través de la promoción e implementación de estrategias que involucran a los diferentes sistemas informales de prevención.

Sin embargo para el logro de tales propósitos, aun y cuando es vital la voluntad política de los Estados las políticas públicas en materia de prevención pueden ser insuficientes si no se prepara adecuadamente a los agentes encargados de conformar las estrategias.

La prevención es un concepto complejo cuya construcción se fundamenta en teorías criminológicas y sociológicas, algunas de ellas invocadas por intereses políticos y en no pocas ocasiones desajustadas a la realidad económica y social del entorno donde pueden ser aplicadas; bastaría con estudiar las disputas actuales entre las concepciones sobre el delincuente motivado y las teorías situacionales del delito; es así que diversas iniciativas de prevención pueden generar impacto en la tasa de delitos denunciados o bien en la sensación de inseguridad.

Las políticas preventivas deben tener como característica principal la focalización espacial, poblacional y temática, para lograr impactos efectivos. La razón de ello es que responden a factores y problemáticas específicas de una determinada población, para de esta forma promover la solidaridad, el fortalecimiento de las prácticas democráticas y, por ende, la consolidación de la gobernabilidad (HIKAL, 2013).

Las propuestas de prevención deben vincularse a otras políticas existentes en el mismo campo, por lo que no deben estar distantes de la política criminal, más bien deben complementarse y no deben excluir los programas que pueden tener influencia indirecta, como son los ambientales, educativos, recreativos y deportivos.

Si se desea trazar estrategias serias y responsables de políticas públicas preventivas para disminuir la criminalidad, hagamos todos los esfuerzos y

pongamos todos recursos en transformar las dos problemáticas que estimo son las más acuciantes, entre las tantas que pudiéramos señalar: la violencia juvenil y el tratamiento a los reclusos en los centros penitenciarios.

3) El mismo compás de la prevención y la represión en el tratamiento al delito y a quien delinque.

No es posible renunciar al castigo, sería una utopía. Como parte de las técnicas o medidas empleadas en las actividades preventivas, las medidas punitivas, ligadas a la disuasión de los delincuentes, también son necesarias que aparezcan como parte de las estrategias; solo que ellas deben tener en su esencia el respeto absoluto a los derechos y garantías de los delincuentes. Sin embargo si de elección racional y humana se trata, resultan más beneficiosas las medidas correctivas, orientadas a eliminar las condiciones criminógenas que inciden tanto en los victimarios como en las posibles víctimas, y las medidas mecánicas, que buscan la reducción de oportunidades para delinquir alterando el medio físico donde ocurren los hechos.

No podrán soslayarse aquellas medidas preventivas dirigidas especialmente a los victimarios de conductas específicas, evitando una evaluación general del delito cometido – el cual depende de una construcción legislativa - y tratando con más atención el fenómeno criminal y los diferentes modus operandi; también las dirigidas a las víctimas, a las instituciones y a la comunidad en general; enfocadas en la modificación del espacio urbano, en determinar las causas y condiciones que en las instituciones propician delitos , como suele ocurrir con aquellos de naturaleza económica. No menos importante será el aumento de la presencia policial para disminuir las oportunidades para la ejecución de ciertos delitos en determinadas zonas y otras medidas logren incidir sobre las características sociales de la población en general.

Los factores que inciden en la aparición de la violencia juvenil se presentan en cuatro niveles: individual, familiar, social (pares y escuela) y contextuales (condiciones de vida y entorno social) Desde esta perspectiva,

la experiencia internacional muestra que las estrategias y programas eficaces implementados para trabajar con los jóvenes cumplen determinados requisitos como son los de hacerlos participar en el diseño e implementación de los programas; centrar la atención en sus fuerzas y no en sus debilidades; generar espacios de participación y recreación, así como fortalecer sus procesos pertenencia e identidad (CARRANZA, 2004).

En este marco, la participación de los jóvenes es fundamental en la definición de sus necesidades y en los procesos de diseño e implementación de programas de prevención de la violencia y del delito.

Asimismo, la experiencia internacional da cuenta de que la intervención en el ámbito comunitario, la promoción y el fortalecimiento de actividades culturales, deportivas y recreacionales, tienen en especial un impacto positivo. La comunidad es reconocida como la principal institución para la prevención del crimen, puesto que es el ámbito donde todas las otras instituciones actúan (KLIKSBERG, 2006). En este sentido, el éxito o fracaso de instituciones como la familia, la escuela, las empresas, el comercio o la policía dependen en medida importante del contexto comunitario donde ellas operan y, por consiguiente, la eficacia de las políticas, estrategias o prácticas de prevención del delito dependen de cómo se pueda desarrollar la vida de una comunidad, especialmente de aquellas socialmente más vulnerables.

4) Las cárceles: un eslabón vital en las políticas públicas y sociales.

El otro problema es el relacionado con las políticas públicas en materia de tratamiento penitenciario y de reinserción social. Para ello un cambio importante y significativo sería logrando la humanización de las cárceles con una modificación de las estructuras, una reglamentación que propicie el respeto y la disciplina – a través de derechos y deberes - ; la creación de las condiciones de vida adecuadas para estar en prisión; reducción de los presos sin condena y del hacinamiento en las cárceles, el establecimiento de programas sociales, educativos y laborales, el establecimiento de un régimen progresivo mediante la evaluación de la conducta seguida y los valores

demostrados por los reclusos; mejoras en los procesos de selección del personal que tiene a su cargo la custodia y el correcto funcionamiento de las prisiones y la preparación y superación profesional de las fuerzas encargadas del control, custodia y reeducación en las prisiones.

No es una utopía ni ambicioso pensar, que si estas propuestas se insertan en los programas nacionales y como parte de las políticas sociales, podamos amanecer en el Siglo XXII, con índices de criminalidad aceptables para la convivencia y la seguridad social.

5) A modo de conclusión.

La seguridad ciudadana y las políticas públicas ocupan en los tiempos que corren un espacio importante de la geografía política, jurídica y de la cotidianeidad social. Encontrar las claves y los mecanismos que permitan o trasmitan sensación de tranquilidad a los ciudadanos es uno de los retos que tienen que asumir los legisladores, directivos estatales, estrategias políticos, científicos y otros actores sociales, quedando para el Derecho y en especial para el Derecho Penal la pequeña tarea de aportar, con esencia garantista y de bienestar un modelo que apoye dicho propósito, sin que su presencia suplante en momento alguno el carácter protagónico que desempeñan los mecanismos informales del control social y las estrategias de prevención y socialización.

La adecuada articulación de las políticas sociales junto a las variantes preventivas, así como el asumir que la cárcel, aún se desee su fin como un lejano sueño, es parte importante de este sistema, es la única forma de pensar en la seguridad ciudadana como un problema de todos y en el que vale la pena empeñar nuestros esfuerzos.

REFERÊNCIAS

AGUILERA, Javier. **Sobre seguridad ciudadana y democracia en buscando la seguridad:** seguridad ciudadana y democracia en Guatemala. Guatemala: Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO); Programa Guatemala, 1996.

ARUS, Francisco Bueno. “Panorama Moderno de la Pena de Prisión”. **Boletim da Faculdade de Direito**, Universidade de Coimbra, v. *LXX*, p. 247-266, 1994.

CARRANZA, Elías. Situación del delito y de los habitantes en América Latina. In: **Delito y Seguridad de los Habitantes**. México, D.F.: Editorial Siglo XXI, 1997. (Programa Sistema Penal Derechos Humanos de ILANUD y Comisión Europea).

_____. Políticas públicas en materia de seguridad de los habitantes ante el delito en América Latina. **Revista Nueva Sociedad**, n. 191, mayo-junio, p. 52-64, 2004.

CLAUS, Roxin. **Derecho Penal**. Parte General, Tomo I, traducción de la segunda edición alemana. España: Editorial Civitas, 1997.

DERECHO Constitucional: el ordenamiento constitucional y los derechos y deberes de los ciudadanos. 2. ed. Valencia: Editorial Tirant lo blanch, 1994. v. I.

ESTHER, Fernández Molina y GÓMEZ, Tarancón. Populismo punitivo y delincuencia juvenil: mito o realidad. **Revista Electrónica de Ciencia Penal y Criminología - RECPC**, 2010. Disponible em: <<http://criminet.ugr.es>>. Acceso em: 10 ago. 2014.

HIKAL, Wael. Prevención social del delito. Propuesta para la prevención y el tratamiento. **Revista de criminologia e ciências penitenciárias**. Programa de Estudos em criminologia e ciências penitenciárias. Ano 3, n. 01, març./abr./ maio, 2013.

KLIKSBERG, Bernardo. **Mitos y realidades sobre la Criminalidad en América Latina**: algunas anotaciones estrategias sobre cómo enfrentarla y mejorar la cohesión social. España: Instituto Nacional de Administración Pública, 2006. p. 1 - 34 (Más ética, más desarrollo).

PNUD. **Informe sobre Desarrollo Humano**. Disponible en el Informe sobre Desarrollo Humano para América Central: 2009-2010.

PNUD. **Informe sobre Desarrollo Humano**. 1994.

PÉREZ ALONSO, Esteban Juan. Las revoluciones científicas del Derecho Penal: evolución y estado actual de la dogmática jurídico- penal. **Anuario de Derecho Penal y Ciencias Penales**, Tomo L, 1997.

TOFFLER, Alvin. **El Shock del Futuro**. Barcelona: Plaza Janes Editores, 1990.

SÁNCHEZ, Chirino Alfredo Seguridad ciudadana y prevención del delito. Retos de la protección de datos ante las necesidades de seguridad”. **Revista Ius Doctrina**, Año 1, N°. 2, Costa Rica. P. 3. Acceso em: 1ago 2014.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **La Palabra de los muertos**. Buenos Aires: Editorial Astrea, 2012. p. 34.

4 O PODER LEGISLATIVO E AS QUESTÕES DE DEFESA NACIONAL

Marcio Rocha¹

1 INTRODUÇÃO

Defesa Nacional é um tema de interesse de todo cidadão brasileiro, pois afeta, de forma direta e indireta, o bem-estar, o desenvolvimento social e a todos indistintamente, tornando essencial que as questões envolvendo esta temática sejam debatidas de modo objetivo e transparente pelo Congresso Nacional, bem como os problemas e as decisões relacionadas ao tema sejam de conhecimento de toda a sociedade brasileira. Nesse sentido, a participação do Poder Legislativo em discussões desta natureza torna-se fundamental.

Este artigo teve o objetivo de analisar a participação do Poder Legislativo brasileiro na elaboração e na condução de políticas públicas relacionadas com a Defesa Nacional. O período selecionado para o estudo situou-se entre os anos de 1985 e 2008. Nesse período, mudanças significativas ocorreram no cenário político brasileiro, inclusive na área relativa à Defesa Nacional e Forças Armadas. Destaca-se, em 1996, a edição da primeira Política de Defesa Nacional, atualizada e reeditada em 2005; em 1999, a criação do Ministério da Defesa; e em 2008, a edição da Estratégia Nacional de Defesa. A Política de Defesa Nacional apontou para imprevisibilidades no cenário internacional como fatores a serem considerados no estabelecimento de políticas voltadas para a Segurança e para a Defesa Nacional.

A participação do Poder Legislativo brasileiro é analisada, principalmente, pela verificação do desempenho da Comissão de Relações

¹ Doutor em Ciência Política (UFF). Professor do Departamento de Relações Internacionais e Estudos Estratégicos do Instituto de Estudos Estratégicos da Universidade Federal Fluminense (INEST/UFF). E-mail: marciorochamr@yahoo.com.br.

Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN). A CREDN é uma comissão permanente do Poder Legislativo e responsável pelas questões afetas às Relações Exteriores e Defesa Nacional. Em função da complexidade e amplitude dos assuntos objetos de proposições e discussões na Câmara dos Deputados, acredita-se que os estudos e as análises dessas matérias teriam um melhor tratamento se conduzidas por grupos de parlamentares em número reduzido, porém com experiência e especialização nas diversas matérias alvo dessas discussões.

A CREDN foi criada em 1996, sendo que a compreensão do que representa esta Comissão, na atualidade, foi buscada nas transformações históricas das comissões e nas principais atividades legislativas desenvolvidas desde 1985. O estudo procurou aferir a produção legal da CREDN, tendo como indicadores as proposições legislativas, as propostas de leis, as audiências públicas, os requerimentos dos membros da Comissão, as reuniões e discussões da Comissão, etc. Esse conhecimento foi importante para a compreensão de como as questões afetas à Defesa Nacional foram tratadas pelo Poder Legislativo brasileiro nesse período.

A justificativa do estudo encontramos na necessidade de compreender o papel do Legislativo no trato de assunto de elevada importância para o Estado e para a sociedade brasileira, tornando essencial que as políticas públicas e as questões afetas à Defesa Nacional sejam debatidas de modo objetivo e transparente pelo Legislativo.

O conceito de Defesa Nacional considerado neste trabalho é o registrado na Política de Defesa Nacional (2005), ou seja, o conjunto de medidas e ações do Estado, com ênfase na expressão militar, para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas (BRASIL, 2005). Este é um conceito complexo e exige uma abordagem ampliada e multidisciplinar. Assim, foram utilizados, também, os ensinamentos de Oliveira (2005), que conceitua Defesa Nacional como um campo de atuação estatal que se orienta pelas estruturas internacionais de poder, inscrevendo-se no campo das relações exteriores. Mas também se inscreve no

campo da ação governamental voltada para o próprio país, sendo que a Defesa Nacional é uma política pública cujo objetivo é assegurar os meios, as doutrinas, os equipamentos, as normas, o preparo e todos os tipos de instrumentos da defesa última do Estado (OLIVEIRA, 2005).

No caso das questões afetas à Defesa Nacional, a Constituição Federal, de 1988, estabeleceu como responsabilidade do Poder Legislativo posicionar-se em relação a aspectos estratégicos de interesse do Estado brasileiro, tomar iniciativas como a guerra e a paz, o estado de defesa e a intervenção federal, além de autorizar o estado de sítio ou suspender qualquer uma dessas medidas.

No Brasil, nas últimas décadas, tem ocorrido um incremento nas discussões e ações envolvendo Defesa Nacional. Como exemplo, cita-se a Mensagem Presidencial enviada pelo governo Fernando Henrique Cardoso ao Congresso Nacional em 2001. Esse documento apontava o desordenamento e a imprevisibilidade do cenário internacional como fatores que tornavam necessária a adoção de novos procedimentos que permitissem estabelecer, com base em referenciais próprios, os parâmetros de Defesa Nacional, de modo que pudessem ser compatíveis com o porte político-estratégico do país (BRASIL, 2001).

Posteriormente, quando da reedição da Política de Defesa Nacional (2005), e já no governo Lula, houve novamente referência às instabilidades presentes no cenário internacional. Sobre a inserção do Brasil em um mundo marcado por um complexo potencial de ameaças, a Política de Defesa Nacional assim se pronunciou:

[...] após um longo período sem que o Brasil participe de conflitos que afetem diretamente o território nacional, a percepção das ameaças está desvanecida para muitos brasileiros. Porém, é imprudente imaginar que um país com o potencial do Brasil não tenha disputas ou antagonismos ao buscar alcançar seus legítimos interesses (BRASIL, 2001).

A ideia central nos documentos oficiais é o registro da influência e dos efeitos da nova ordem internacional e da globalização nas esferas da Defesa

Nacional e da Segurança. Fruto dessas rápidas transformações, aspectos referentes à Defesa têm assumido contornos de complexidade cada vez maiores. As consequências dessas alterações têm causado reflexos, também, na forma como o Estado procura entender e acompanhar as evoluções tecnológicas, a política internacional, a geopolítica e adaptar-se a uma situação capaz de proporcionar níveis de defesa adequados aos interesses da nação brasileira.

Com base nesse contexto e nas atribuições constantes na Constituição Federal, torna-se essencial conhecer a efetiva participação do Poder Legislativo na elaboração e condução de políticas públicas voltadas para o atendimento das necessidades identificadas com a temática Defesa. Porém, a postura do Poder Legislativo em relação à questão da Defesa Nacional merece reflexão, conforme entrevista de Eliezer Rizzo de Oliveira ao jornal *Correio Brasiliense* em 2002:

[...] não percebendo perigo para a Defesa Nacional, os parlamentares ocupam-se de temas mais prementes aos quais oferecem respostas efetivas (recursos do orçamento) ou simbólicas (políticas); deste modo, criam condições para a sua reeleição, profissionais que são da política. Pois a Defesa Nacional raramente elege alguém e um especialista neste tema pouco interessará aos partidos, que são destituídos de conhecimento neste campo. Para dedicar-se à Defesa, o parlamentar há que ser mais do que representante da sua região: é preciso encarar a dimensão nacional e internacional do Brasil. Faltando ao Legislativo uma cultura estratégica, as comissões de Defesa Nacional (que abrigam Relações Exteriores) subordinam este tema à segurança pública, que é grave e urgente. No entanto, sem uma especialização temática e sem comissões especializadas, o Legislativo continuará pesando pouco na Defesa Nacional. Não basta convocar e reverenciar autoridades militares e o ministro da Defesa. É preciso ao Legislativo ser protagonista, criar fatos políticos, convidar a sociedade, as universidades e os centros de pesquisa até mesmo para assessorá-lo.

As atividades relacionadas com a Defesa Nacional são complexas, não permitindo uma compreensão apenas a partir de análises de suas atividades visíveis, ou seja, o emprego das Forças Armadas. O entendimento e o conceito relativos à Defesa Nacional são formados em um longo processo histórico e desenvolvidos em diferentes níveis da estrutura do Estado. A organização, a lógica e a coerência das inúmeras atividades envolvidas deverão permitir que as ações e os resultados alcançados traduzam um real sentimento de segurança para a sociedade. Tal meta implica uma ampla discussão de todos os aspectos que envolvem essa questão. Esse é o motivo pelo qual a discussão desse tema deva ser desenvolvida no parlamento, local apropriado para o trato das grandes questões de interesse da sociedade.

De acordo com Stuart Mill, teórico que defende para o Poder Legislativo um papel destacado na função de controle dos demais poderes, o Parlamento é o fórum para os debates, para a crítica, para a discussão e para a fiscalização da ação governamental. Conforme Mill, a função específica da assembleia representativa é vigiar e controlar o governo; é jogar as luzes da publicidade sobre seus atos; é compelir o governo à completa exposição e justificação de todos esses atos (MILL, 1964, p. 104).

O recorte temporal estabelecido para o estudo situa-se entre os anos de 1985 a 2008; engloba o fim do ciclo de governos militares e o início da normalidade democrática no país. O grande destaque político desse momento foi a promulgação da Constituição de 1988, na qual existe o registro de atribuições e responsabilidades tanto para o Poder Legislativo quanto para o Executivo afetas à condução das questões ligadas à Defesa Nacional.

O estudo deste tema nas décadas de 1970 e 1980 foi dificultado pela baixa produção científica envolvendo assuntos dessa natureza. Como afirma Oliveira, “o pensamento e a ação política dos militares brasileiros no pós-guerra têm sido insuficientemente estudados. É sintomático o pequeno número de obras que abordam este tema” (OLIVEIRA, 1976, p. 19). Tal evidência pode ser explicada pelas características políticas reinantes, quando prevaleceram estudos e publicações abordando, principalmente, a participação

política dos militares enquanto governo. Rego (2008) afirma que os militares foram os protagonistas políticos mais ativos durante as décadas de 1960, 1970 e 1980. Stepan indica que os militares se direcionaram para uma atitude denominada “novo profissionalismo”, que enfatizava a proteção do Estado e, o mais importante, o crescimento e o desenvolvimento econômico. A esse respeito, Stepan ressalta, também, a baixa produção científica sobre esse assunto naquela época (STEPAN, 1986).

Portanto, uma das formas escolhidas para verificar a participação do Legislativo nas discussões envolvendo a temática Defesa Nacional foi o exame do processo legislativo brasileiro. Para tanto, o estudo considerou a análise de alguns indicadores comuns nos estudos legislativos, de modo a permitir uma explicação racional do envolvimento do Poder Legislativo com as questões institucionais, e mesmo conjunturais, relacionadas ao tema. O levantamento e a análise das proposições legislativas, das propostas de leis, das audiências públicas, dos requerimentos, das reuniões realizadas pelas Comissões, etc., e, principalmente, das atividades legislativas relacionadas com a CREDN, foram abrangidas no estudo com a finalidade de identificar e analisar o grau de envolvimento com as questões de Defesa.

2 AS COMISSÕES NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

O processo legislativo brasileiro se desenvolve em duas instâncias: nas organizações partidárias e nas comissões parlamentares. Essa dinâmica legislativa, no caso das organizações partidárias, tem a decisiva participação da Mesa Diretora e, principalmente, do Colégio de Líderes no processo legislativo, o que contribui para gerar uma elevada concentração de poderes nas mãos de um pequeno grupo de parlamentares. Este estudo aborda o processo legislativo sob o enfoque das atividades desenvolvidas especificamente pelas Comissões Permanentes, com ênfase para a CREDN.

Inicialmente surge um questionamento quanto ao papel das Comissões no processo legislativo. Estando as decisões do processo legislativo

concentradas nas mãos de um pequeno grupo de parlamentares – o Colégio de Líderes – questiona-se qual a efetiva participação das Comissões Permanentes nesse processo. Teriam as Comissões apenas a função de respaldar as decisões do Colégio de Líderes? Ou, a despeito do que registra a literatura sobre a concentração de poderes no Colégio de Líderes e na Mesa Diretora, existe sim espaço para importantes decisões legislativas nas Comissões Permanentes? De forma a responder a essas questões, a análise ficará circunscrita ao estudo do desempenho da CREDN, limitada ao período de 1996 a 2008, sendo que o ano de 1996 foi determinante, pois marcou a criação da CREDN.

As Comissões Permanentes são órgãos de caráter técnico-legislativo ou especializado, integrantes da estrutura institucional da casa, coparticipantes e agentes do processo legiferante. As Comissões têm a finalidade de apreciar os assuntos ou proposições submetidos ao seu exame e sobre elas deliberar (BRUSCO, 2006).

Em função da complexidade e da amplitude dos assuntos objeto de proposições e discussões na Câmara dos Deputados, acredita-se que os estudos e as análises dessas matérias teriam um melhor tratamento se conduzidas por grupos de parlamentares em um número reduzido, porém com experiência e especialização nas diversas matérias alvo das discussões. Tal disposição garantiria um adequado nível de qualidade técnica para a produção legal. Assim, as atividades legislativas, sendo desenvolvidas de forma descentralizada, ou seja, através das Comissões Permanentes, permitiriam maior participação dos parlamentares no processo decisório do Legislativo. O desenvolvimento das atividades legislativas via Comissões Permanentes significaria, também, o fortalecimento do processo legislativo, bem como um incentivo aos parlamentares na busca de um grau de especialização, o que garantiria maior participação nas decisões legislativas.

No caso das Comissões Permanentes, uma característica que se destaca é a de terem autoridade para aprovar, de forma conclusiva, certos tipos de matérias legislativas. Isso significa que os projetos de lei aprovados pelas Comissões não teriam a necessidade de tramitar por instâncias superiores

e nem de ser submetidos ao plenário da Câmara para apreciação, o que garantiria menor tempo de tramitação. No entanto, apesar de possuírem essa prerrogativa, não é comum a ocorrência desses eventos nas Comissões Permanentes. Isso tem explicação no modo como evoluíram e estão organizadas as atividades legislativas na Câmara dos Deputados.

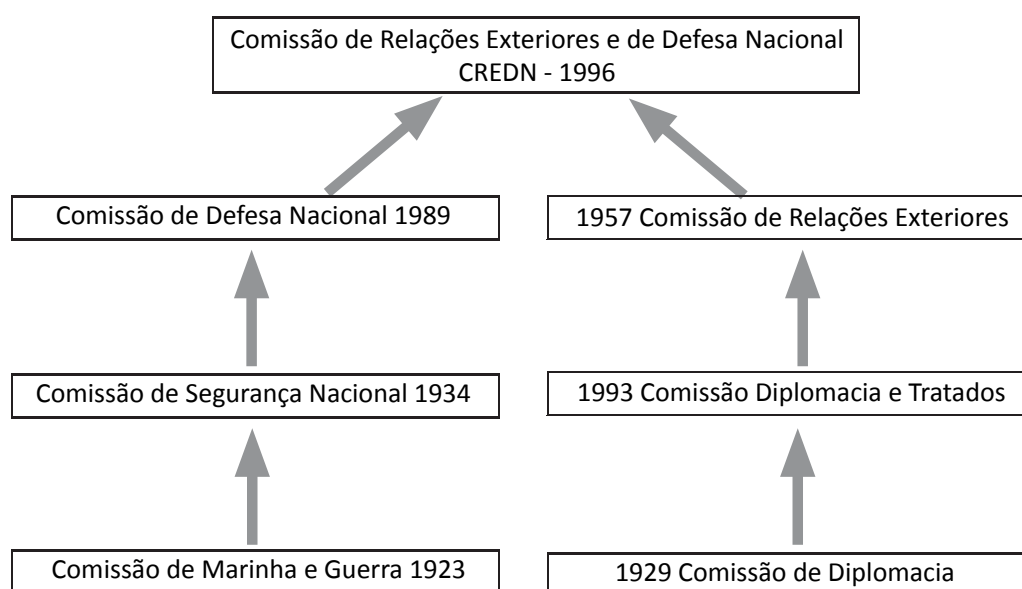
No processo legislativo brasileiro, as Comissões Permanentes adquiriram autonomia plena na produção legal com a Constituição de 1988. Ao contrário das constituições anteriores, as Comissões adquiriram poder para decidir definitivamente sobre determinados projetos de lei, conforme estabelece o Regimento Interno das Câmara e do Senado. Essa autoridade e as competências das comissões encontram-se registradas no Artigo 58 da Constituição Federal. Essa foi a principal inovação encontrada na Constituição de 1988, acredita-se com a finalidade de agilizar o processo legislativo, ou seja, “a Constituição de 1988 procurou fortalecer o sistema de comissões dotando-as da prerrogativa de aprovar legislação “terminativamente”. Pelo chamado “poder terminativo”, determinadas matérias podem ser definitivamente aprovadas pelas comissões permanentes sem a manifestação explícita do plenário” (FIGUEIREDO; LIMONGI, 1996).

3 A COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL: ANTECEDENTES E TRANSIÇÃO

No Poder Legislativo brasileiro, a CREDN é a comissão responsável para tratar dos assuntos afetos à área da Defesa. Para entender o que representa hoje esta Comissão, torna-se essencial verificar como foi a transformação das comissões com responsabilidades nos assuntos de Defesa e de Relações Exteriores ao longo da evolução do legislativo brasileiro. A CREDN é resultado da fusão, em 1996, de duas comissões permanentes: a Comissão de Defesa Nacional (CDN) e a Comissão de Relações Exteriores (CRE).

O que pode ser verificado nos longos períodos de atividades das comissões voltadas para o trato dos assuntos relacionados com a Defesa Nacional e com as Relações Exteriores, foi um progressivo e constante aumento das atividades parlamentares dessas comissões. São atividades que se caracterizavam pela abrangência e especificidade dos assuntos que englobavam. Esse aspecto refletiu, também, a percepção e o posicionamento do Brasil na comunidade internacional, constituindo atividades que um Estado moderno obrigatoriamente deve adotar no relacionamento com outros países.

Quadro 1 - Origem da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional



Em ambas as Comissões, as atividades parlamentares abordavam áreas distintas, com assuntos especializados, o que demandava conhecimentos e uma necessária experiência dos parlamentares, além de uma assessoria técnica de alto nível. O que se questiona é se o grau de conhecimento e a especialização dos parlamentares, além da assessoria parlamentar especializada das comissões, teria acompanhado o incremento e a complexidade das atribuições e atividades dessas comissões.

Na questão específica da exigência de um grau de conhecimento e experiência do parlamentar para o trato de matérias que tenham essa

demanda, verifica-se um paradoxo no Poder Legislativo brasileiro. Segundo Cunha, para as comissões desempenharem em plenitude o papel que delas se espera, deveria haver incentivos para a especialização dos parlamentares nos assuntos sobre os quais cada uma tem jurisdição. Porém, no Brasil, praticamente proibimos regimentalmente a carreira em comissão, pois os cargos de comando devem renovar-se anualmente, além de haver grande rotatividade entre os próprios membros das comissões. Em síntese, no Brasil o principal fator que depõe contra a permanência de membros titulares nas comissões por um período mais longo é o alto índice de renovação na Câmara a cada legislatura (CUNHA, 2003, p. 39).

É nesse contexto que se encontra a CREDN no momento de sua criação. De acordo com as observações de Fuccile, a dificuldade em se preencherem os cargos da Comissão de Defesa Nacional² – lembrando ainda que cada parlamentar só pode ter assento como titular em uma única Comissão – fez com que os parlamentares abrissem num primeiro momento uma exceção, permitindo que os deputados membros da Comissão de Defesa Nacional pudessem fazer parte de uma segunda Comissão. Posteriormente, dando-se conta do equívoco que tal posicionamento acarretava, e procurando valorizar institucionalmente o tema Defesa Nacional, os legisladores optaram por resgatar a norma de um deputado/uma comissão e por fundi-la com a Comissão de Relações Exteriores, haja vista que, em tese, ambas tratavam de assuntos afins.

Sendo a CREDN a integração de duas comissões, apresenta a característica de agregar atividades parlamentares que, tradicionalmente, eram desenvolvidas separadamente. Convém ressaltar que Relações Exteriores e Defesa Nacional constituem atividades distintas, se bem que na visão do Estado são atividades institucionais interdependentes, as quais devem se harmonizar e se complementar. Desse modo, as responsabilidades

² Refere-se à falta de prestígio da CDN. Pois, nenhum parlamentar queria dela participar, o que a tornava esvaziada.

A junção com a CREDN teria sido uma forma de incentivar os parlamentares a dela fazerem parte.

atuais da CREDN se caracterizam por um conjunto de atribuições amplas, diversificadas e com exigências de um alto nível de conhecimento e especialização por parte dos parlamentares que a integram, bem como da assessoria parlamentar especializada que lhe é necessária.

Nesse sentido, as principais responsabilidades legislativas da CREDN na atualidade estão relacionadas com o trato das seguintes questões (artigo 32): a) relações diplomáticas e consulares, econômicas e comerciais, culturais e científicas com outros países, relações com entidades internacionais multilaterais e regionais; b) política externa brasileira; serviço exterior brasileiro; c) tratados, atos, acordos e convênios internacionais e demais instrumentos da política externa; d) direito internacional público; ordem jurídica internacional; nacionalidade, cidadania e naturalização, regime jurídico dos estrangeiros, emigração e imigração; e) autorização para o presidente ou o vice-presidente da República se ausentar do território nacional; f) política de defesa nacional, estudos estratégicos e atividades de informação e contrainformação, segurança pública e seus órgãos institucionais; g) Forças Armadas e auxiliares, administração pública militar, serviço militar e prestação civil alternativa, passagem de forças estrangeiras e sua permanência no território nacional, envio de tropas ao exterior; h) assuntos atinentes à faixa de fronteiras e áreas consideradas indispensáveis à defesa nacional; i) direito militar e legislação de defesa nacional, direito marítimo, aeronáutico e espacial; j) litígios internacionais, declaração de guerra, condições de armistício ou de paz, requisições civis e militares em caso de iminente perigo e em tempo de guerra; l) assuntos atinentes à prevenção, fiscalização e combate ao uso de drogas e ao tráfico de entorpecentes; m) outros assuntos pertinentes ao seu campo temático.

Portanto, valendo-se dos trabalhos da CREDN, o Poder Legislativo desenvolve a função de controle e fiscalização do Poder Executivo nas áreas de Defesa Nacional e de Relações Exteriores. Embora não exista uma justificativa racional e oficial para a integração das atividades legislativas das CDN e CRE, é possível considerar que algumas das atribuições anteriores da

CRE tinham, também, ligação direta e indireta com a área da Defesa Nacional – por exemplo, intervenção em países estrangeiros, remessa de tropas brasileiras para o exterior, passagem de forças estrangeiras pelo território nacional, declaração de guerra e as condições de armistício ou de paz –, o que pode ter influenciado na decisão de juntar essas comissões. Outra explicação possível refere-se ao desprestígio da CDN e o baixo interesse despertado nos parlamentares, e como forma de incentivar a participação parlamentar na área de Defesa Nacional, teria contribuído para a integração da CDN com a CRE.

O que se questiona neste momento é se o fato de uma única comissão tratar de matérias tão diferentes, complexas, que exigem uma capacitação e experiência distinta dos parlamentares, com a agravante de, regimentalmente, não poderem permanecer um tempo razoável na comissão, ou seja, a possibilidade de especializar-se, não poderia estar contribuindo para uma falha institucional do Poder Legislativo no desenvolvimento das atribuições relacionadas com a Defesa Nacional.

4 A PRODUÇÃO LEGISLATIVA DA CREDN NO PERÍODO DE 1996 A 2008

A atuação do Poder Legislativo na área da Defesa Nacional e das Relações Exteriores ocorre, principalmente, através dos trabalhos desenvolvidos pela CREDN. Uma possibilidade de aferir essa atuação foi a mensuração da produção legislativa desenvolvida por esta Comissão. A seguir, é analisada a produção legal da CREDN, envolvendo as audiências públicas, as proposições legislativas, os projetos de lei e os requerimentos apresentados pelos parlamentares. Ressalta-se que os objetos de análise nessas atividades foram as questões que trataram, especificamente, dos assuntos afetos à área da Defesa Nacional.

5 AUDIÊNCIA PÚBLICA

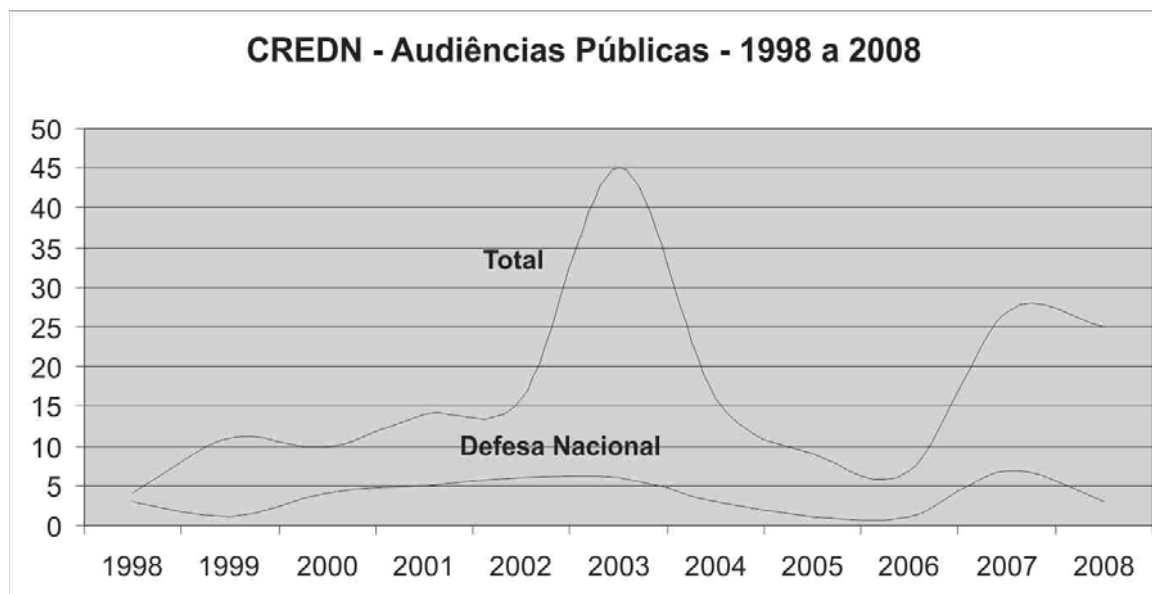
A audiência pública constitui instrumento legislativo de fiscalização e de controle de atos do Poder Executivo, tendo a finalidade de permitir o debate de assuntos de interesse público e que sejam relevantes para a sociedade. Embora os resultados de uma audiência pública não tenham o poder de obrigar o Executivo a adotar procedimentos relativos à gestão administrativa ou política, a efetividade de tal evento por si só é conseguida no momento de sua realização, quando a autoridade ou instituição submetida a tal processo se vê obrigada a dar explicações de determinados atos. A principal vantagem deste instrumento é a obrigatória transparência que resulta de tal processo. De acordo com Fledes, na maioria das vezes, recorre-se às audiências públicas, que, apesar de sua pequena importância formal, constituem o instrumento de controle mais eficiente na prática parlamentar (FLEMES, 2005, p.139).

Uma audiência pública tem, ainda, a finalidade de orientar e esclarecer os integrantes de determinada comissão sobre os detalhes que envolvem certos atos, procedimentos ou decisões sendo adotadas pelo Poder Executivo, além de permitir esclarecimentos sobre as conveniências ou inconveniências da aprovação de determinadas matérias.

No período de 1998 a 2008, a CREDN realizou uma série de audiências públicas, envolvendo autoridades, instituições e temas relacionados com a Defesa Nacional, Relações Exteriores, Aviação Civil, Segurança Pública, Economia, etc. O gráfico 1 apresenta a evolução das audiências públicas nesse período.

Embora tenha sido criada em 1996, e tendo iniciado as atividades legislativas praticamente em 1997, observa-se um razoável incremento no nível de atividade legislativa da CREDN via audiências públicas. Verifica-se um aumento anormal das atividades nos anos de 2003 e 2007, cujas causas serão apresentadas mais adiante. O gráfico 1 apresenta o total de audiências públicas ocorridas, bem como aquelas específicas para discussão de assuntos relacionados, direta ou indiretamente, com a Defesa Nacional.

Gráfico 1 - Audiências públicas – 1998 a 2008.



Fonte: o autor - Base de dados: relatórios anuais da CREDN

No ano de 1998, ocorreram quatro audiências públicas, das quais três estavam relacionadas com a criação do Ministério da Defesa. Participaram dessas audiências os Ministros do Estado-Maior das Forças Armadas, da Marinha e do Exército. A quarta audiência pública esteve relacionada com a área de Relações Exteriores, quando foi discutido o tema da violação dos direitos humanos de brasileiros residentes no exterior.

Segundo o Presidente da CREDN, o ano de 1999 foi de afirmação para a Comissão, quando se destacou o controle do legislativo para temas de política externa e de defesa. Afirmou que as questões internacionais eram uma preocupação constante da Comissão. A política externa deixou de ser restrita a segmentos específicos do Poder Executivo, assim como os Comandos Militares já não possuem a exclusividade dos temas relacionados com a segurança e a defesa do País³.

Em 1999, foram registradas onze audiências públicas, das quais apenas uma estava relacionada com a área da Defesa Nacional, com foco na criação do Ministério da Defesa. As outras audiências estiveram assim distribuídas:

³ Câmara dos Deputados. CREDN, Relatório final de atividades de 1999.

seis relacionadas com matérias de Relações Exteriores; duas com segurança pública; uma com a Aviação Civil e uma com economia.

No ano de 2000, verificou-se a realização de dez audiências públicas na CREDN. Relacionadas com a área da Defesa Nacional registram-se apenas três audiências, sendo uma com a presença do Ministro da Defesa, abordando prioridades, diretrizes e planos de trabalho do Ministério da Defesa; outra evidenciando a importância do setor aeroespacial para o desenvolvimento brasileiro, com a presença do Presidente das Indústrias Aeroespaciais Brasileiras (AIAEB); e a terceira realizada pela própria CREDN para os alunos da ESG, para relatar as atividades da Comissão e sua ligação com a Mobilização Nacional. Das outras sete audiências realizadas, quatro se referem a matérias de Relações Exteriores, uma à Segurança Pública, outra à economia e a última a assuntos ligados à imprensa.

A CREDN apresentou como temas relevantes tratados em 2000⁴, aí incluídos projetos de lei ou análises de propostas do Executivo, um total de vinte matérias da área de Relações Exteriores e oito da área da Defesa Nacional. Das oito matérias classificadas como Defesa Nacional verificou-se uma inadequação nessa classificação, visto que são matérias que deveriam ter sido inseridas em outras áreas de discussões.⁵

Em 2001, catorze audiências públicas foram realizadas pela CREDN. Desse total, cinco tinham relação com a área da Defesa Nacional. Das outras sessões realizadas, quatro eram relativas a Relações Exteriores, duas à Inteligência, uma à economia e as outras à Segurança Pública e energia.

As audiências afetas à área da Defesa Nacional abordaram os seguintes temas: (1) o Plano Colômbia e as dificuldades do Exército Brasileiro na região amazônica; (2) a situação do acordo entre o Brasil e Estados Unidos relativo

⁴ Câmara dos Deputados. CREDN, Relatório final de atividades de 2000.

⁵ Matérias classificadas como Defesa Nacional: Abuso de Autoridade no Exercício do Poder de Polícia, Acordo Brasil-Peru sobre Cooperação em Matéria de Prevenção do Consumo de Substâncias Psicotrópicas, Prevenção do Tráfico de Substâncias Entorpecentes nas Imediações de Escolas, CPI para Investigar o Comércio Ilegal de Armas e Munições, CPI para Investigar a Lavagem de Dinheiro no Brasil, CPI para Investigar a Violência no Rio de Janeiro, Programa de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Setor Espacial.

à utilização do Centro de Lançamento de Alcântara; (3) esclarecimentos do Ministro da Defesa e Comandantes da Marinha e da Aeronáutica sobre Política de Defesa Nacional, uso do Centro de Lançamento de Alcântara, reaparelhamento da Força Aérea, situação e eficiência dos radares do sistema de proteção ao vôo; (4) debate sobre proposta de revisão do conceito de segurança nacional, do Plano de Mobilização Nacional e do Ministério da Defesa, em face dos atentados terroristas nos Estados Unidos da América; e (5) debate sobre a política industrial na área de Defesa Nacional.

Amplos debates sobre política e Defesa Nacional ocorreram no Legislativo em 2002, eventos esses patrocinados pela CREDN. De um total de dezesseis audiências públicas realizadas, seis estavam relacionadas com a área da Defesa Nacional. Fato marcante nos trabalhos da CREDN, nesse ano, foram duas audiências públicas com dois candidatos à Presidência da República, o Sr. Luiz Inácio Lula da Silva e o Sr. Ciro Gomes. Ambos os candidatos discutiram com os parlamentares a política externa e a política de defesa do Brasil para o século XXI. As outras quatro audiências, realizadas no formato de seminário, abordaram: (1) Ideias para uma Concepção Estratégica: A Defesa Nacional e o Projeto Nacional; (2) Ordem Mundial, Relações Externas e Poder Militar e a Estrutura Militar e os Imperativos de Segurança Nacional; (3) o Papel das Forças Armadas na Sociedade Brasileira e a Centralidade da Questão Nacional e a Defesa Nacional; (4) Educação, Formação, Cultura Militar e Sociedade e A Segurança das Fronteiras e o Contexto Sul-Americano: Controle Interno e Boa Vizinhança.

Um especial desempenho teve a CREDN no ano de 2003. Foi o ano em que as atividades desenvolvidas atingiram o recorde de produção legislativa, não tendo paralelo mesmo nos anos posteriores. No entanto, é importante notar que 2003 foi um ano em que ocorreram vários eventos, tanto em âmbito nacional quanto internacional, e que muito influenciaram a política interna e externa do Brasil. Inicialmente, destaca-se a presença de um novo governo no país, com a posse do presidente Lula e tendo como base política de apoio o Partido dos Trabalhadores (PT), o que gerou expectativas de sérias mudanças

políticas; a implantação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), o que estimulou acalorados debates internamente; a invasão do Iraque pelos Estados Unidos e Grã-Bretanha, contrariando inclusive diretrizes da ONU, gerando duras críticas a esses países; o acidente com o Veículo Lançador de Satélite (VLS), que vitimou vinte e dois técnicos brasileiros e gerou uma crise interna quanto à política existente para o setor; e, ainda, a crise provocada com a França pelo pouso não autorizado de um avião militar francês em Manaus, a pretexto de resgatar a senhora Ingrid Betancourt, refém das FARC.

É nesse contexto que assumem, também, os novos parlamentares integrantes da CREDN. Foi o ano em que se registraram quarenta e cinco audiências públicas, um recorde até o momento. No entanto, apenas sete dessas audiências estavam relacionadas com a área da Defesa Nacional. Foram realizadas audiências com o (1) Ministro da Defesa, abordando os planos e as diretrizes do Governo para a Defesa Nacional; e com os Comandantes do (2) Exército, da (3) Marinha e da (4) Aeronáutica sobre as condições operacionais de cada Força Singular. As outras sessões trataram dos (5) resultados obtidos pelo Comando Militar da Amazônia (CMA) na operação para combater os refluxos do narcotráfico e da guerrilha colombiana na fronteira entre o Brasil, Colômbia e o Peru; (6) dos cortes de gastos do Governo que levaram ao atraso do Projeto SIVAM; (7) e com o Ministro da Defesa, para tratar da falta de previsão e data-base para reajustes da remuneração dos militares e da falta de reposição salarial desde janeiro de 2001 e, ainda, para debater os problemas das comunidades de Alcântara, afetadas pela instalação do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA). As demais audiências ocorridas em 2003 estiveram assim distribuídas: vinte e seis na área de Relações Exteriores, quatro em Segurança Pública, três em economia, uma em Inteligência, uma em comércio exterior, além de três outras sobre assuntos variados.

O ano de 2004 foi atípico para a CREDN, pois em decorrência das eleições municipais, que exigiram a presença dos parlamentares em seus estados de origem, isso acarretou uma queda nas atividades legislativas. No total, foram registradas dezesseis audiências públicas, das quais apenas três

tinham relação com a área da Defesa Nacional. A primeira sessão foi realizada com a presença do Ministro da Defesa para tratar de explicações sobre a viagem realizada à Rússia e países asiáticos, no início de dezembro de 2003, e para prestar esclarecimentos sobre a compra de jatos para reequipar a Força Aérea Brasileira (FAB), além da compra do avião presidencial. Outra sessão constou de um seminário binacional Brasil-Argentina para discutir uma agenda de cooperação em Defesa, Segurança e Paz. A terceira audiência foi um encontro com parlamentares do México para discutir o tema seguridade social nas Forças Armadas brasileiras, o papel da mulher nas Forças Armadas, educação e adestramento militar. As demais audiências registradas em 2004 foram: um total de seis sobre Relações Exteriores, duas sobre Aviação Civil e sessões específicas para Segurança Pública, ciência e tecnologia, economia, turismo e problemas relativos a fretes internacionais.

Observa-se, em 2005, nova queda nas atividades da CREDN. Relacionadas às audiências públicas, houve nove sessões, das quais apenas uma estava relacionada com a Defesa Nacional. Tratou-se da audiência com o Comandante da Força de Paz da ONU no Haiti. A sessão teve a finalidade de obter informações sobre a atuação da Força de Paz e os problemas que foram enfrentados para o cumprimento da missão, bem como informações a respeito do processo eleitoral naquele país e os desafios a serem enfrentados para instalação e fortalecimento das instituições democráticas. As demais audiências tiveram como motivações as áreas de Relações Exteriores (3), inteligência (1), turismo (1), orçamento (1), administração pública (1) e diversidade cultural em âmbito internacional (1). Entretanto, destaca-se a realização de um seminário promovido pela CREDN, tendo relação direta com a área a Defesa Nacional e cujo enfoque foi a “mobilização e produtos de defesa”, evento que contou com a presença do presidente da Câmara dos Deputados, do ministro da Defesa, além dos presidentes da CREDN, da Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP) e da Frente Parlamentar em Defesa da Indústria Aeronáutica Brasileira.

A queda anteriormente observada atingiu o índice mínimo no ano de 2006. Uma explicação possível é que esse foi um ano atípico para as atividades

parlamentares, em função de ser um período de transição e de eleições para presidente da República, deputados e senadores. Isso teve como consequência o afastamento informal de muitos parlamentares das atividades legislativas, pela necessidade de se envolverem em campanhas políticas e tentarem a reeleição.

De acordo com o relatório final da comissão, foram realizadas apenas três audiências públicas no ano. Uma debateu o tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual comercial no exterior; outra tratou da segurança de vôo e tráfego aéreo, e sobre as causas e consequências da «operação padrão» dos controladores de vôo; e a última discutiu a crítica situação em que se encontrava a Viação Aérea Rio-Grandense (VARIG). Observa-se, portanto, que nenhuma das três audiências tinha relevância para o tema Defesa Nacional.

No entanto, da análise das atividades da CREDN no período, identifica-se a realização de quatro seminários. Uma dessas sessões refere-se ao financiamento da indústria de defesa, o que, pelo enfoque e qualidade do assunto tratado, tem relação direta e contribui com o tema da Defesa Nacional. Os outros seminários estavam relacionados com as possibilidades de cooperação Brasil-Canadá, no contexto da ALCA, como alternativa para maior equilíbrio nas discussões com os EUA; e sobre paz, multilateralismo e direitos da juventude.

Quanto às atividades desenvolvidas em 2007, o Presidente da CREDN classificou o período como sendo de intensa atividade, destacando-a como uma das mais atuantes Comissões da Câmara dos Deputados. Segundo o Presidente, em 36 sessões ordinárias deliberativas, foram apreciadas 219 matérias, das 255 apresentadas ao longo do ano, incluindo mensagens, projetos e requerimentos. Das 80 mensagens do Poder Executivo que submetem à apreciação do Congresso Nacional tratados e acordos internacionais, 65 foram apreciadas. Os deputados da CREDN apreciaram ainda 21 projetos de lei e 130 requerimentos. Um recorde de produtividade⁶.

⁶ Câmara dos Deputados. CREDN – Relatório final de atividades de 2007.

Em que pesem as intensas atividades da Comissão, e contrastando com o volume de trabalho desenvolvido, foram contabilizadas apenas seis audiências públicas relacionadas com a área da Defesa Nacional, de um total de vinte e nove audiências realizadas. As audiências relacionadas com a Defesa Nacional abordaram os seguintes assuntos: (1) reaparelhamento da Marinha, (2) apresentação do programa nuclear da Marinha, (3) reaparelhamento da Aeronáutica, (4) reaparelhamento do Exército, (5) remuneração dos militares federais e reaparelhamento das Forças Armadas, e (6) implicações do uso de bombas de fragmentação.

Com a participação do ministro da Defesa e dos comandantes das Forças Singulares, o que se destacou dessas audiências foi o compromisso do Legislativo de destinar recursos financeiros para a solução de alguns problemas enfrentados pelas Forças Armadas e Ministério da Defesa. Esse compromisso político de intervir e auxiliar diretamente nos problemas apresentados pelo MD e Forças Singulares é inusitado, quando se consideram os antecedentes da relação do Poder Legislativo com aspectos da Defesa Nacional.

As demais audiências públicas ficaram assim distribuídas: oito para Relações Exteriores, duas para Aviação Civil, duas para assuntos de economia, e as demais sessões para os seguintes assuntos: educação, situação no Haiti, situação de brasileiros no exterior, centenário da imigração japonesa, a vinda do Papa Bento XVI ao Brasil, Estação Espacial Internacional, repatriação de atletas cubanos, situação da ponte Jaguarão–Rio Branco, ética e globalização e a candidatura da Estrada Real a patrimônio da humanidade.

Em 2008 foram registradas vinte e cinco audiências públicas na CREDN, e apenas quatro estavam relacionadas com a área da Defesa. Estas audiências estiveram relacionadas aos seguintes assuntos: (1) a presença de tropas do Exército no Morro da Providência e a política geral da atuação militar nos morros do Rio de Janeiro, com a presença do Ministro da Defesa; (2) discutir a situação na reserva indígena Raposa Serra do Sol e a segurança nas plataformas petrolíferas da Petrobrás, com a presença do Ministro da Defesa; (3) a situação na reserva indígena Raposa Serra do Sol, com a presença do Ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE); e (4) explicações dos objetivos e resultados alcançados na viagem à Rússia

e à França para firmar acordos na área de defesa. As demais audiências de 2008 referiam-se a: oito sobre Relações Exteriores, duas sobre a migração de brasileiros, sessões sobre a Agência Espacial Brasileira (AEB) e a situação no Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), imigração e trabalho, questões em relação ao Pré-Sal, tráfico de mulheres brasileiras, patentes farmacêuticas, questão indígena, convenção 158 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), convenção 151 e recomendação 159 da OIT, situação de trabalhadores espanhóis no Brasil, Aviação Civil e a situação de brasileiros em Madri.

Visto como as audiências públicas foram desenvolvidas pela CREDN no período, a seguir será analisada outra forma de verificar a produção legislativa dessa comissão, ou seja, as proposições legislativas.

6 PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS DA CREDN

No processo legislativo, o termo “proposição” designa as matérias objeto de deliberação pela Câmara dos Deputados. São entendidas como uma proposição as propostas de emenda à Constituição, os projetos de lei, as emendas, os requerimentos, os recursos, os pareceres e as propostas de fiscalização e controle.

A tabela 1 apresenta a variação do número de proposições elaboradas pelos parlamentares da CREDN. São proposições que abordaram assuntos variados e não apenas os das áreas de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Tabela 1 – CREDN – proposições apresentadas – 1998 a 2008.

CREDN – Proposições apresentadas – 1998 a 2008											
ANO	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Proposições	70	86	178	*	*	115	*	84	83	82	119
Defesa Nacional	00	00	02	*	*	01	*	01	00	02	08

Fonte: Autoria própria*.⁷

⁷ Os dados referentes aos anos de 2001 e 2002 ainda não foram disponibilizados pela CREDN. Os dados de 2004 estavam com erros, impedindo que fossem utilizados.

Considerando o foco deste estudo, pode-se verificar que as proposições relacionadas com a Defesa Nacional são muito reduzidas, ou quase que insignificantes quando comparadas com o total de proposições. As proposições afetas à área da Defesa abordaram os seguintes assuntos:

No ano de 2000 – Submissão à consideração do Congresso Nacional do texto do Acordo de Cooperação Mútua entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru para Combater o Tráfego de Aeronaves Envolvidas em Atividades Ilícitas Transnacionais, celebrado em Lima, em 6.12.99; e dispõe sobre o Serviço Militar Obrigatório;

No ano de 2003 – Proposta de alteração a Lei nº 6.001, estatuto do Índio, autorizando a construção de guarnições militares em terras indígenas; e submissão à consideração do Congresso Nacional do texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia sobre Cooperação no Domínio de Tecnologias Militares de Interesse Mútuo, celebrado em Moscou, em 9 de abril de 2002;

No ano de 2005 – Dispor sobre a Mobilização Nacional e criação do Sistema Nacional de Mobilização; e submissão ao Congresso Nacional do texto do Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Ucrânia sobre Cooperação em Assuntos Relacionados à Defesa, assinado em Brasília, em 21 de outubro de 2003;

No ano de 2006 – Submissão ao Congresso Nacional do texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa para Cooperação na Área da Aeronáutica Militar, assinado em Paris, em 15 de julho de 2005; e submissão ao Congresso Nacional do texto do Acordo Quadro de Cooperação em Matéria de Defesa entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina, celebrado na cidade de Puerto Iguazu, em 30 de novembro de 2005;

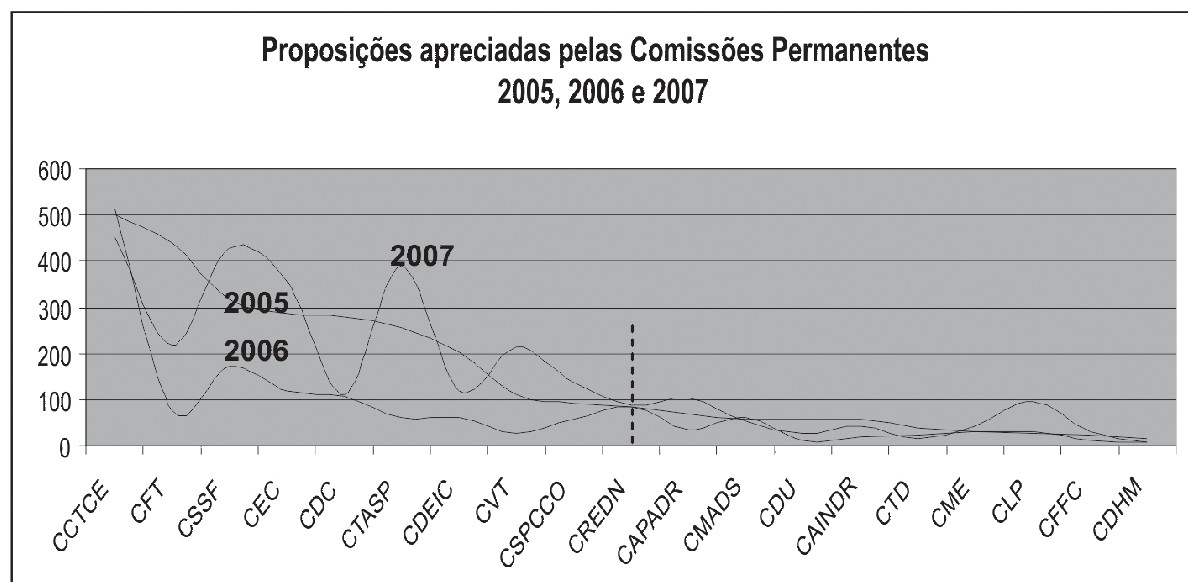
No ano de 2007 – Instituição da obrigação do ensino do Direito Internacional dos Conflitos Armados nas escolas e academias militares do Exército, da Marinha e da Aeronáutica; e dispor sobre a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal nas unidades de conservação.

A proposição é o evento que inicia um processo para o desenvolvimento de legislação, ou decisão, que irá orientar e amparar as atividades em determinadas áreas do Estado ou do governo. O baixo índice de matérias afetadas à Defesa Nacional é um índice significativo a ser considerado.

No entanto, quando se compara o total das proposições apresentadas com o das demais comissões, verifica-se que a CREDN teve um desempenho classificado na faixa intermediária frente às demais comissões. No gráfico 2 pode-se observar o volume de proposições de todas as Comissões Permanentes da Câmara dos Deputados nos anos de 2005 e 2006.

Inicialmente, nota-se uma desproporção entre o total de proposições elaboradas pelas comissões em um mesmo ano, variando de um montante máximo de 513 (quinhentos e treze) para determinada comissão e apenas 8 (oito) para outra. A explicação para esse fato reside nas características de cada comissão, na natureza dos assuntos objeto de discussão, naquilo que é digno de discussão cotidiana na esfera política ou que reflete os anseios imediatos da sociedade, etc.

Gráfico 2 – Proposições apreciadas pelas Comissões Permanentes.



Fonte: Autoria Própria. Base de dados: anuário estatístico da Câmara de (2005, 2006 e 2007).

Porém, é uma característica no processo legislativo brasileiro que as matérias relacionadas com a administração do governo são as que apresentam um maior índice de tramitação no legislativo. Essa tendência reflete-se também no volume de proposições das comissões que têm relação direta com essas matérias.

Observa-se uma queda geral nas proposições apresentadas pelas comissões de 2005 para 2006. A explicação para essa queda reside no fato de o ano de 2006 ter sido um ano de eleições para presidente da República, para deputados e senadores, o que, naturalmente, refletiu em uma diminuição das atividades legislativas. No ano de 2007, observa-se um incremento nas atividades legislativas nas diversas comissões, sendo que a explicação reside no fato de o Congresso ter sido renovado, com a apresentação de novos parlamentares e novas propostas políticas sendo pautadas etc.

Verifica-se que o nível das atividades da CREDN permaneceu inalterado, tendo sido registradas 84 (oitenta e quatro) proposições em 2005, 83 (oitenta e três) em 2006 e 85 (oitenta e cinco) em 2007, sendo, portanto, mais constante e efetiva que a maioria das comissões nesse período. No total das proposições oriundas da CREDN, deve ser observado que um percentual significativo dessas refere-se a mensagens do Poder Executivo. Tal fato ocorre em função de acordos e tratados internacionais terem a exigência de serem aprovados pelo Poder Legislativo.

6 MENSAGENS DO EXECUTIVO

Nos registros da CREDN, as mensagens do Poder Executivo aparecem como proposições. Na prática, o que é chamado de mensagem do Executivo constitui um pedido de aprovação do Poder Legislativo para iniciativas do Estado envolvendo compromissos, acordos, tratados, etc., com outros Estados ou Organizações da comunidade internacional.

Sendo a CREDN a responsável pela análise das matérias relacionadas com temas de Relações Exteriores, após o recebimento do pedido do Executivo,

o mesmo é submetido à análise de um relator e, posteriormente, submetido à apreciação do plenário da comissão. Segundo o Presidente da CREDN, em 2006 foram aprovadas mensagens de

relevante interesse nacional e internacional como, por exemplo, a Mensagem 408/2006 que submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Protocolo Constitutivo do Parlamento Mercosul, assinado pelos Governos da Argentina, do Brasil, do Paraguai e do Uruguai; a Mensagem 166/2006 que submete ao Congresso Nacional o texto do Acordo Quadro de Cooperação em Matéria de Defesa entre o Brasil e a Argentina; e a Mensagem 489/2006 que submete ao Congresso Nacional Acordo sobre o Fortalecimento da Cooperação na Área de Implementação de Infraestrutura de Construção entre o Brasil e a China⁸.

A tabela 2 apresenta o número de mensagens do Executivo submetidas ao Legislativo/CREDN para análise e aprovação. Nesse caso, a maioria das mensagens estava relacionada com matérias tratando de assuntos de Relações Exteriores. Uma característica no trato das mensagens do Executivo é a aprovação quase automática por parte do Legislativo. Também pode ser visualizado o baixo índice de mensagens que tinham relação, direta ou indireta, com assuntos da esfera da Defesa Nacional.

Tabela 2 – Mensagens do Executivo.

CREDN - Mensagens do Executivo											
Ano	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Mensagens do Executivo	53	15	58	*	*	71	*	31	47	80	46
Defesa Nacional		02	01	*	*	01	*	00	01	00	03

Fonte: Autoria própria.

⁸ Câmara dos Deputados - CREDN – Relatório final do ano 2006.

7 PROJETOS DE LEI

O projeto de lei é definido como uma proposição que tem a finalidade de criar novas leis ou, ainda, alterar leis em vigor. Um projeto de lei pode ser apresentado por um parlamentar, tanto de forma individual quanto coletiva, pelas comissões da Câmara dos Deputados ou do Senado, ou ainda pelo Presidente da República, neste caso em função de competência para iniciar processo legislativo, em matérias específicas, de acordo com a Constituição Federal.

No cotidiano, a Câmara dos Deputados exerce sua função legislativa, utilizando-se dos projetos de lei, que podem ser classificadas como ordinária ou complementar, decreto legislativo ou de resolução, ou ainda, proposta de emenda à Constituição. Normalmente, o projeto de lei tem a finalidade de regular as matérias de competência do Poder Legislativo, porém necessita da aprovação do Presidente da República, conforme estabelece a Constituição Federal.

Tabela 3 – Projetos de Lei.

CREDN – Projetos de lei											
Ano	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Projetos de lei	17	09	105	*	*	10	*	26	13	21	05
Defesa Nacional	00	01	01	*	*	00	*	01	00	02	01

Fonte: Autoria própria.

A tabela 3 apresenta os projetos de lei com origem na CREDN e que tramitaram no período de 1998 a 2008. Também pode ser observado o reduzido número de projetos de lei com matérias relacionadas com a temática Defesa Nacional.

Em função de ser uma Comissão com responsabilidades de representar o Poder Legislativo na área da Defesa Nacional, a expectativa inicial seria de que houvesse um maior número de projetos de lei que atendessem aos interesses de uma área tão crítica para o Estado quanto a da Defesa, o que não ocorreu, segundo os dados coletados.

8 REQUERIMENTOS PROPOSTOS PELA CREDN

O requerimento é um pedido pelo qual um parlamentar solicita à comissão a adoção de alguma providência em assunto ou matéria de responsabilidade do Legislativo. São os requerimentos que darão origem às audiências públicas, seminários, legislações específicas, etc. A tabela a seguir apresenta o número de requerimentos elaborados pelos parlamentares integrantes da CREDN, no período 1998 a 2008, bem como os requerimentos que estavam relacionados com aspectos da Defesa Nacional.

Tabela 4 – Requerimentos da CREDN de 1998 a 2008.

CREDN – Requerimentos											
Ano	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Requerimentos	*	75	52	94	91	112	81	59		130	-
Defesa Nacional	*	*	10	10	10	09	10	07		10	-

Fonte: Autoria própria.

Como exemplo, cita-se que os requerimentos referentes à Defesa Nacional elaborados no período estavam voltados para a obtenção de informações do Executivo sobre a situação e o reequipamento das Forças Armadas, Plano Colômbia, situação do Veículo Lançador de Satélite, problemas na Faixa de Fronteira da Amazônia, sobre a Lei do Abate, SIVAM, Indústria de Defesa, Projeto FX, etc. Destaca-se que nem todos os requerimentos resultam em ações práticas.

8 PROPOSIÇÕES TEMÁTICAS DOS DEPUTADOS EM 2005, 2006 E 2007

Tendo por base as proposições elaboradas por todos os Deputados nos anos de 2005, 2006 e 2007, e após classificá-las nas respectivas áreas temáticas, foi possível estabelecer uma comparação com as proposições apresentadas no período pelos parlamentares da CREDN.

É importante ressaltar que uma área temática com maior nível de priorização que outra não significa que tenha maior importância, mas sim que foi registrado um maior número de proposições nessa comissão. Geralmente, as áreas temáticas com maior incidência de proposições foram as relacionadas com a organização do Estado, administração pública, economia, comércio etc., ou seja, atividades fundamentais para o funcionamento do Estado.

A pesquisa destaca a baixa classificação atingida pela área temática relacionada com a Defesa Nacional, que ficou apenas na 24^a (vigésima quarta) e 25^a (vigésima quinta) posições em um universo de vinte e sete áreas temáticas.

Na prática, a baixa incidência verificada nos assuntos da área temática da Defesa Nacional reforça o que já foi constatado nas análises anteriores referentes às audiências públicas, nas proposições e projetos de leis, nos requerimentos, etc., de que existe por parte do Legislativo brasileiro um baixo interesse no trato dos assuntos relacionados com essa área.

9 SOBRE A ATUAÇÃO DA CREDN

As atividades legislativas pressupõem um nível de conhecimento e especialização dos integrantes da CREDN compatível com os assuntos tratados, porém esse requisito não tem sido observado. Segundo Flemes, o tratamento das áreas militar e da defesa no Congresso brasileiro restringe-se, como sempre, a uma discussão política desprovida de qualquer relevância para as decisões a serem tomadas (FLEMES, 2003, p. 9). Uma das causas da baixa especialização dos parlamentares em assuntos de Defesa encontra-se na própria estruturação da Câmara, quando “por força de normas regimentais, as presidências das comissões devem ser renovadas anualmente” (FIGUEIREDO; LIMONGI, 1996). Ou ainda, segundo CASSEB, quando “a proibição de reeleição nos seus cargos de comando – desconsideração, portanto, do princípio da antiguidade (*seniority*) – e a rotatividade a que estão

sujeitos seus membros, armariam um círculo vicioso: a fraqueza das comissões desestimularia os parlamentares a nelas investir seu tempo, especializando-se em suas áreas temáticas e, portanto, beneficiando o trabalho legislativo com um processamento mais qualificado das matérias. Como consequência desse desinteresse, as comissões se tornam ainda mais fracas (CASSEB, 2008, p.172).

Nos assuntos relacionados com a Defesa Nacional, o destaque dos trabalhos da CREDN esteve centrado nas audiências públicas. Para o político e para a Comissão, esta foi uma atividade legislativa produtiva, pois o debate com representantes do governo, ou outras instituições, sobre um determinado assunto polêmico, ou que demandou interesse público, deu visibilidade aos trabalhos do Legislativo. Essa talvez seja um das causas do grande número de requerimentos de parlamentares solicitando audiências públicas, em comparação com outras iniciativas legislativas.

Embora os problemas afetos à Defesa Nacional não sejam normalmente discutidos pelo Legislativo, verificou-se que principalmente as audiências públicas propiciaram raras oportunidades em que autoridades do Executivo e parlamentares puderam abordar e discutir tema tão delicado. A postura dos representantes do Executivo, ao serem questionados pelos parlamentares, permitiu orientar, conscientizar e trocar valiosas informações com o Legislativo sobre a situação em alguns setores da Defesa Nacional. Exemplos marcantes foram as audiências com o Ministro da Defesa e os Comandantes das Forças Armadas, momentos em que tiveram a oportunidade de conhecer em detalhes a real situação e as perspectivas de cada Força, bem como as intenções do Executivo no trato dessas questões. Destacam-se, também, as discussões que contemplaram as necessidades e a importância de uma base industrial de defesa. Ou, conforme Castro Santos, pode-se dizer que o contato entre os comandantes militares e os parlamentares, no âmbito das audiências públicas, melhorou significativamente as relações civis-militares. O discurso dos militares nas audiências foi homogeneamente legalista e democrático (CASTRO SANTOS, 2005).

Esse comportamento do Legislativo, no cumprimento de sua função de fiscalização, tem o aspecto positivo de forçar o Executivo a manter determinados assuntos na pauta das discussões políticas, se bem que sem influenciar, ainda, nas decisões políticas adotadas, ou a adotar, e auxiliar na construção de políticas para a Defesa.

10 CONSIDERAÇÕES SOBRE AS ATIVIDADES DA CREDN

A Constituição Federal de 1988 reforçou as responsabilidades do Poder Legislativo no trato das questões que envolvem a Defesa Nacional. No desenvolvimento dessas questões, uma das funções do Legislativo está relacionada com a fiscalização e controle das ações do Executivo, bem como a proposição de ações que possam fortalecer as atividades afetas à Defesa Nacional.

Trata-se de um assunto complexo que, no Brasil, assume contornos políticos polêmicos, mas que depende de uma ação conjunta entre Legislativo e Executivo, tendo em vista as necessidades e o objetivo maior de Defesa e Segurança. Afinal, a Defesa Nacional é uma questão de Estado para a qual é necessário o suporte político da sociedade (OLIVEIRA, 2005, p.53).

No âmbito do Legislativo, as atividades relacionadas com a Defesa Nacional são de responsabilidade da CREDN. Esta Comissão tem uma importância destacada na discussão do tema, em auxiliar na formulação de um pensamento estratégico e na elaboração e desenvolvimento de políticas públicas para o setor. Porém, verificou-se que a maioria, senão a totalidade das iniciativas governamentais para o setor, encontra-se na esfera do Executivo. Além dessa constatação, para o desenvolvimento dessas atividades, segundo estudiosos do tema, a CREDN esbarra em problemas tais como o baixo interesse político pelo tema, a falta de pessoal técnico especializado e, principalmente, a preponderância do Executivo nessas questões. Ou, conforme Oliveira, as Comissões voltadas à Defesa Nacional se destacam mais pelos aspectos cerimoniais, pelo cultivo do respeito e da atenção com os

depoentes e convidados do que pela influência nos rumos da Defesa Nacional, sendo que concorre para a fragilidade dessas comissões permanentes a baixa especialização dos parlamentares e a competição das comissões de maior importância e prestígio (OLIVEIRA, 2005, p. 107).

Da análise dos dados coletados verificou-se que foi baixa a participação do Legislativo na condução, ou mesmo fiscalização e controle, dos assuntos envolvendo aspectos da Defesa Nacional no período de 1985 a 2008. Segundo Soares (2001), os motivos são variados e dizem respeito à ausência de um debate articulado, de escassos estudos legislativos relativos ao tema, ao reduzido status de pertencer às Comissões de Defesa, mas evidencia que também a sociedade como um todo descarta a questão (SOARES, 2001). Assim, de acordo com essa tendência, um questionamento que se apresenta é até que ponto essa relativa ausência do Legislativo poderia estar contribuindo para potenciais prejuízos na condução, pelo Estado brasileiro, de estratégicos assuntos afetos ao setor de Defesa Nacional.

REFERÊNCIAS

BAAKLINI, A. I. **O Congresso e o sistema político do Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

BRASIL. **Política de Defesa Nacional**. Brasília: Presidência da República, 2005.

_____. Presidência da República. **Mensagem Presidencial ao Congresso Nacional**. Brasília, DF, 2001.

BRUSCO, D. E. Histórico das comissões permanentes da Câmara dos Deputados. (Org.). In: CASSEB, P. A. **Processo legislativo**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

CASTRO SANTOS, M, H.. Controles parlamentares e os militares no Brasil: audiências públicas e requerimentos de informação, 1995-2004. In: LLANOS, Mariana; MUSTAPIC, Ana Maria. (Org.). **Controle parlamentar na Alemanha, na Argentina e no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2005. p. 115.

CUNHA, J. P. “A Câmara dos Deputados e seu Papel na Democracia Brasileira”. In: BRIGAGÃO, C; MENDES, R. S. (Org.) **História do poder Legislativo no Brasil**. Rio de Janeiro: Multimídia, 2003. p.12-23.

FLEMES, D. Considerações acerca do controle parlamentar das Forças Armadas na Alemanha e no Brasil. In: LLANOS, Mariana; MUSTAPIC, Ana Maria. (Org.). **Controle parlamentar na Alemanha, na Argentina e no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2005. p. 159.

FLEMES, D. **Militares e Parlamento na América Latina**: uma reflexão crítica sobre a função de controle das Comissões de Defesa brasileiras. 2003. Disponível em: <portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docma>. Acesso em: 10 maio 2014.

FIGUEIREDO, A. C.; LIMONGI, F. Congresso Nacional: organização, processo legislativo e produção legal. **Cadernos de pesquisa CEBRAP**, n 5, 1996.

FUCCILLE, L. A. **A Defesa Nacional na agenda legislativa brasileira**. São Paulo, FAPESP.

OLIVEIRA, E. R. **Forças Armadas**: política e ideologia no Brasil (1946-1969). Petrópolis, Vozes, 1976.

_____. **Democracia e Defesa Nacional**. Barueri, SP: Manole, 2005.

OLIVEIRA, E. R. O Legislativo e a Defesa Nacional. Brasília, DF: **Jornal Correio Brasiliense**, 2002.

MILL, J. S. **Considerations on Representative Government**. London: Forum Books. 1964.

REGO, A. C. P. **O Congresso Brasileiro e o regime militar 1964-1985**. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

SOARES, S. A. **Forças Armadas e sistema político na consolidação da democracia**: o Brasil pós-1989. Washington, DC: CHDS/REDES, 2001.

STEPAN, A. **Os militares**: da abertura à nova república. São Paulo: Paz e Terra, 1986.

5 NARCOTERRITÓRIOS, MILÍCIAS E INSTITUIÇÕES: A DIFUSÃO DA VIOLÊNCIA URBANA NA PERIFERIA DE BELÉM

Aiala Colares de Oliveira Couto¹

1 INTRODUÇÃO

A questão urbana em Belém nas últimas décadas vem apresentando uma série de problemáticas que despertam o interesse de estudiosos da área de ciências sociais. Trabalhos de Antropologia Urbana, Sociologia Urbana, Economia Urbana e de Geografia Urbana são essenciais para o entendimento da complexidade social representada pelo cotidiano das metrópoles brasileiras.

Neste trabalho trataremos da periferia de Belém através de um estudo sobre a organização do narcotráfico, o aparecimento de milícias e o sistema de corrupção e infiltração das redes na instituição do Estado, sobretudo, na cooptação de agentes de segurança pública. Este episódio dificulta a eficácia dos serviços de segurança pública e controle de atividades criminosas; tem-se, como resultado deste processo, a manifestação do medo e da sensação de insegurança pela população de Belém.

Compreender essa relação entre narcotráfico, milícias e instituições ocorre pela necessidade de descrever as relações sociais que se estabelecem na periferia da cidade. Uma visão empírica através de observações sistemáticas é etapa importante para que se obtenha maior entendimento da problemática a partir de “dentro”, com entrevistas e registros que são importantes para a análise de discursos que apontem para estes fenômenos da urbanização.

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU) - NAEA/UFPA. Bolsista da Capes, Professor Assistente III da UEPA e Coordenador do curso de Geografia (UEPA), Professor Adjunto da Universidade da Amazônia (UNAMA) e Pesquisador do Observatório de Estudos em Defesa da Amazônia/OBED). E-mail: aialacoalres@hotmail.com.

A visão de “fora” nos remete aos estudos das redes como transformadoras e organizadoras do território, mas acima de tudo, demonstram poder de influência e articulação que facilitam os processos de criminalização dos espaços periféricos e banalização da violência urbana.

Talvez essa seja a maior questão que se manifesta a partir do tema aqui apresentado, pois a crescente sensação de insegurança que se difunde pela cidade junto à construção de “espaços estigmatizados”, além do constrangimento que se dá por ser morador de um bairro que vive sob o cerco da economia do crime, levam a uma fragmentação do tecido socioespacial da cidade.

Nestes termos, a cidade de Belém torna-se alvo fácil para a criminalidade, e sua população torna-se refém, desencadeando um sentimento de “impunidade” e de abandono por parte do Estado. Justamente nessa falha ou lacuna deixada pelas políticas públicas é que surge a figura dos “heróis” ou “justiceiros”; em sua grande maioria, agentes da polícia que prestam serviços de proteção, cobrando taxas semanais ou mensais, ou até mesmo cobrando para proporcionar serviços que já são de sua responsabilidade. Também há na periferia relações que se estabelecem com o tráfico de drogas, quando traficantes se tornam assistencialistas, proibindo assaltos em seus territórios, contribuindo com a compra de remédios para moradores, doando caixões para funerais, dentre outros. Assim, toda e qualquer tipo de ajuda em uma área precária acaba por ser bem-vinda: então a população observa as vantagens de se estar em um “narcoterritório”, o que possibilita às milícias serem encaradas como vantajosas para os moradores.

Essas redes de proteção e de atividades ilegais bastante lucrativas fazem parte do cotidiano de algumas áreas da periferia da cidade e, por conseguinte, são exemplos de contradições que se materializam a partir de processos sociais que se espacializam e contrariam todo o sistema de segurança pública.

Este ensaio divide-se em três momentos carregados de uma forte base teórico-empírica, de modo que na primeira seção buscaremos traçar uma discussão sobre a configuração territorial do narcotráfico na periferia de Belém. Aqui foram escolhidos os bairros do Guamá e da Terra Firme,

localizados na Zona Sul da cidade; estes dois bairros periféricos apontam para esta forte realidade cotidiana vivenciada pela população. Na segunda seção, o artigo aponta para uma reflexão acerca do surgimento da milícia no bairro do Guamá, o que demonstra uma atividade complexa que se mistura com os serviços de segurança privada e ao mesmo tempo contribui para a expansão da violência urbana.

Por fim, finalizamos o ensaio com uma proposta baseada no institucionalismo e na teoria da escolha racional, tentando apresentar uma explicação que leve à compreensão da relação que envolve o narcotráfico, os milicianos e as instituições; nesse caso, o Estado representado pelas instituições de segurança pública. Ressaltamos que este trabalho busca também elaborar uma reflexão sobre a atuação do estado no que diz respeito às políticas de segurança pública, apontando as falhas corriqueiras que se repetem e resultam na difusão do medo e da sensação de insegurança, e por conseguinte, no descrédito das instituições do Estado.

2 NARCOTERRITÓRIOS E REDES NA METRÓPOLE

Os territórios do tráfico de drogas nas baixadas ou periferias de Belém representam uma categoria que precisa de uma atenção especial das ciências sociais, a fim de evitar o risco de se reproduzirem informações equivocadas sobre este fenômeno. Chamamos a atenção para o fato de que já podemos falar de “narcoterritórios”, ou seja, espaços delimitados por relações de poder de grupos ligados ao tráfico de drogas, onde se estabelece o comércio a varejo e o controle, além da cooptação ou recrutamento de atores sociais para a movimentação do “negócio”.

A configuração territorial possui “uma existência material própria, mas a sua existência social, isto é, sua existência real, somente lhe é dada pelas relações sociais”, e esse conjunto de relações expressa uma “configuração geográfica” (SANTOS, 1996, p. 51).

E por isso, para o narcotráfico, a “configuração geográfica” é essencial para a implementação de atividades que sustentem a economia do crime, pois sem o território, enquanto substrato dessas relações, seria menos rentável o comércio de entorpecentes. Ao tratarmos dessas relações, buscamos compreender também as territorialidades dos grupos, pois territorialidade, para Souza (1995), refere-se a certo tipo de interação entre homem e espaço, a qual é sempre uma interação entre seres humanos mediatizada pelo espaço.

Nesse caos, percebe-se o quanto a apropriação/dominação do espaço geográfico torna-se algo simbólico do ponto de vista das relações de poder, e algo “cultural” do ponto de vista das relações sociais cotidianas, que são manifestadas no espaço e que, pela presença das relações de poder de um determinado grupo, transformam-se em território.

Vamos analisar dois bairros da periferia de Belém que vivem constantemente conflitos envolvendo facções ligadas ao narcotráfico ou às milícias. Neste momento, trataremos dos territórios do tráfico de drogas ou “narcoterritórios” de forma crítica e explicativa, revelando como esses territórios funcionam na periferia. Aqui nosso recorte espacial fundamenta-se empiricamente nos bairros do Guamá e da Terra Firme, ambos da zona sul da cidade, em uma das áreas de baixada da metrópole.

Esses bairros apresentam grandes contradições no que se refere à apropriação/produção do espaço e o processo que contribui para uma dinâmica contraditória que se reproduz na forma de desigualdades socioespaciais, desigualdades essas que são grandiosamente consumidas pela lógica da “integração perversa” da “economia do crime”.

É em ambientes que apresentam complexidade na ocupação do espaço que as atividades criminosas encontram um terreno bastante fértil, sobretudo encontrando nesses espaços uma estrutura que é utilizada para a configuração de territórios. O tráfico de drogas potencializa-se a partir de características específicas da periferia e desses bairros.

O geógrafo Rogério Haesbaert (2004, p. 58) destaca que se territorializar “significa criar mediações espaciais que nos proporcionem efetivo poder

sobre nossa reprodução enquanto grupos sociais, poder este que é sempre multiescalar e multidimensional, material e imaterial, de ‘dominação’ e ‘apropriação’ ao mesmo tempo”.

Nestes termos, o tráfico de drogas em Belém, ao territorializar-se, reproduz relações de grupos que se autoafirmam enquanto pertencentes do território, relações estas muitas vezes simbólicas, identificadas pelos membros dos grupos, ou pelas pessoas pertencentes ao “negócio” do tráfico.

Raffestin (1993) define o espaço como um conjunto de possibilidades para as ações de determinados atores, a partir do qual se forma o território: resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Esse ator, por conseguinte, define um campo para sua ação, que não corresponde necessariamente ao “espaço”, mas a um espaço especificamente construído pelo ator, que comunica suas intenções e a realidade material por intermédio de um sistema carregado de significados.

É assim que os narcoterritórios foram construídos (ou ainda são) em alguns bairros periféricos de Belém; no caso dos bairros que foram estudados a fundo pela pesquisa de campo, Guamá e Terra Firme, onde as formas espontâneas de ocupação do espaço deixaram marcas importantes para a (re) produção de atividades criminosas, uma vez que esses dois bairros contam com uma população numerosa, com grande quantidade de ruelas e becos, e também apresentam áreas ocupadas sobre as palafitas, ou seja, ainda carecem de mais investimentos do setor público no que diz respeito à infraestrutura urbana.

Compreendendo os territórios do tráfico de drogas na periferia de Belém, concorda-se com a análise de Raffestin (1993), no qual o território seria um espaço construído pelo ator, que comunica suas intenções e a realidade material por intermédio de um sistema semântico. O autor ainda destaca que, do Estado ao indivíduo, passando por todas as organizações pequenas ou grandes, encontram-se atores sintagmáticos que produzem o território. E que toda prática espacial, mesmo embrionária, induzida por um sistema de ações ou de comportamento, traduz-se por uma “produção territorial”, que

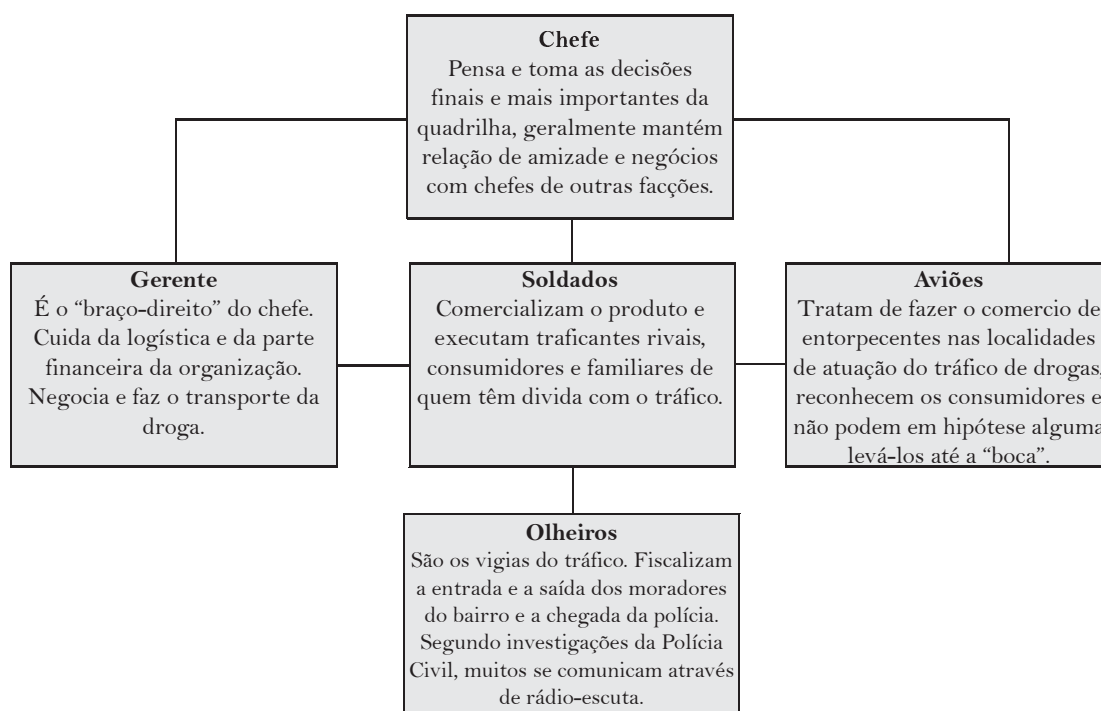
em sistemas de tessituras, de nós e de redes organizadas hierarquicamente, permite assegurar o controle sobre aquilo que pode ser distribuído, alocado e/ou possuído, permitindo, dessa maneira, realizar a integração e a coesão dos territórios.

As áreas que são de interesse do tráfico de drogas, ao constituir-se enquanto territórios, passam por estratégias e ações dos grupos criminosos, que impõem códigos de conduta e comportamento aos indivíduos, impedindo assaltos às localidades e aos moradores que estão sob a influência dos narcoterritórios; prestam ajuda, como doações em funerais de moradores das áreas, com a compra de caixões ou aluguel de ônibus para o enterro, ou até mesmo compra de remédios e em alguns casos, distribuição de sextas básicas e brinquedos durante o Natal. Estas relações foram chamadas por Dowdney (2003) de “reciprocidade forçada”.

Realidades como estas nos permitem afirmar que o tráfico de drogas, em bairros de Belém como o Guamá e a Terra Firme, vem autoafirmar-se enquanto atividade econômica, mas carregada de relações políticas e simbólicas que são reproduzidas no espaço e pelo espaço, pois enquanto relação simbólica, o crime também deixa suas “marcas”, que se manifestam pelo cotidiano destes bairros, com gírias, formas de se vestir, comportamentos, cortes de cabelo e tatuagens. Tais marcas representam em alguns casos o grau de envolvimento do indivíduo com a criminalidade; essa prática cotidiana atinge principalmente os mais jovens da periferia. Como exemplo dessa representação tem-se a tatuagem de palhaço no braço ou no peito, significando que o indivíduo já assassinou algum policial militar, ou seja, toda vez que algum criminoso comete esse ato, ele ganha mais respeito perante o grupo, necessitando, assim, diferenciar-se.

Também é importante destacar o papel das redes sociais do tráfico de drogas nestes bairros para movimentar os “negócios”, ou seja, os agentes participantes da “integração perversa” da “economia do crime”, que dão sentido aos territórios, quais sejam como destacado na relação esquemática abaixo.

Organograma 1 – Organização esquemática das redes de tráfico de drogas.



Fonte: Polícia Civil/pesquisa de campo (2014).

O esquema apresentado mostra como funcionam as redes do narcotráfico em Belém, e como essas redes de relações impõem uma lógica de organização criminosa obedecendo a uma hierarquia que envolve desde o “chefe” até os “olheiros”, todos com funções específicas; entretanto, é importante destacar que as funções podem ser alteradas, como por exemplo, quando ocorreram casos no bairro do Guamá e da Terra Firme, onde simples “aviões” do tráfico de drogas passaram depois de certo tempo a desenvolver a função de “gerentes” ou até mesmo de “soldados”.

Isso significa dizer que essas redes sociais criadas não são imutáveis, até mesmo o “chefe”, caso seja preso, deixa um substituto em seu lugar; no entanto prossegue dando ordens de dentro do presídio. São redes sociais do crime formadas a partir de atividades ilegais como o tráfico de drogas, que encontram lócus privilegiado em regiões onde o Estado não atua de forma eficaz com suas políticas públicas, ou seja, essa atuação precária das instituições governamentais permite a infiltração dessas redes, como também

o aparecimento de solidariedades entendidas só pelos membros do grupo ou da facção criminosa, ou até mesmo pelos moradores das áreas de atuação do crime. Para as Ciências Sociais, rede seria o conjunto de relações sociais entre um conjunto de atores e também entre os próprios atores.

Designam-se ainda os movimentos pouco institucionalizados, reunindo indivíduos ou grupos em uma associação cujos limites são variáveis e sujeitos a reinterpretações (COLONOMOS, 1995). Já para a Antropologia Social, a noção de redes sociais busca apoiar “a análise e descrição daqueles processos sociais que envolvem conexões que transpassam os limites de grupos e categorias” (BARNES, 1987, p.163). Nestes termos, é extremamente necessário para a organização do narcotráfico a cooptação de pessoas para a formação de relações horizontais, como destaca Santos (1979), “solidariedades orgânicas”; mas dentro dessa relação não deixemos de entender as relações mais complexas que envolvem essa atividade, sobretudo a nível nacional e internacional, dentro de uma estrutura conectada em redes locais/globais que alimentam toda a “transação” comercial ou o “negócio” do tráfico.

3 MILÍCIAS, NARCOMILÍCIAS OU JUSTICEIROS, COMO DEFINIR TAL PROBLEMÁTICA?

Outra questão que deve ser pesquisada a fundo é o surgimento de milícias organizadas no interior da metrópole, sobretudo na periferia de Belém, o que tem relação direta com a ineficiência do Sistema de Segurança Pública do estado do Pará, pois as políticas falhas e decididas de “cima” para “baixo”, que não contam com nenhum tipo de participação popular e que reproduzem uma visão estereotipada e, até mesmo em alguns casos, estigmatizada em relação aos moradores dos bairros populares, acabam resultando em um crescente processo de fragmentação do tecido urbano e em uma crescente reprodução da marginalidade/criminalidade violenta.

Considera-se que “a cidade é uma fábrica social da violência, onde os jovens dos bairros pobres são os proletários sem descanso. Mas essa luta pela

sobrevivência os arrasta à exclusão” (PEDRAZZANI, 2006, p. 97), a questão envolve um olhar a partir de “dentro” da realidade que hoje assola o cotidiano de quem mora na periferia. O descaso do Estado, a corrupção policial, o tráfico de drogas, dentre outros, são fatores que alimentam a violência urbana.

As milícias hoje em Belém se apresentam como uma forma de “segurança privada”. Em função da falha nas políticas de segurança pública, “os fenômenos de violência das grandes cidades e o sentimento de insegurança dos seus habitantes são indicadores e fatores de uma transformação radical do espaço urbano” (PEDRAZZINI, 2006, p. 99).

Essa transformação radical pela qual o espaço urbano de Belém passa na atualidade leva à necessidade de se compreender a divisão geográfica dos territórios entre o narcotráfico e as milícias ou até mesmo a cooperação entre essas duas formas ilegais de apropriação do espaço urbano, e a transformação desses espaços em territórios controlados por grupos ora ligados ao narcotráfico, ora ligados às ações de milicianos. Em alguns casos, parcerias são realizadas entre essas duas atividades ilegais, o que podemos denominar como “narcoterritórios”.

O termo milícia se apresenta como a designação genérica de organizações militares ou paramilitares que são formadas por grupos armados com poder de polícia, que pelo menos em termos teóricos não pertencem às forças armadas do Estado. No estado do Rio de Janeiro, o termo milícia foi associado aos grupos armados no domínio do território, sobretudo em favelas ou conjuntos habitacionais populares, que praticam atividades ilegais, pois combatem o narcotráfico e ao mesmo tempo se mantêm em função da cobrança de taxas aos moradores e comerciantes da região, passando uma ilusória sensação de proteção. Além disso, as milícias no Rio de Janeiro comandam serviços relacionados à distribuição de gás, acesso à Internet, TV a cabo e serviços dos transportes de vans.

Nesse sentido, a prática de controle do território se torna bastante lucrativa do ponto de vista de seu valor econômico, que é atribuído em função dos serviços prestados por esse tipo de organização criminosa, que arrecada

recursos em torno das necessidades básicas das comunidades de baixa renda e, sob a alegação de combate ao crime, se fortalece e se apropria de espaços que se tornam estratégicos. Já para a população, as milícias se apresentam como forma de “segurança alternativa”. Também há de se destacar que elas impõem seu ritmo de controle, promovem toque de recolher e muitas vezes reprimem, de forma violenta, moradores que não cumprem suas recomendações.

A ‘milícia’ conhecida em sua origem como “mineira”, organiza-se territorialmente a partir das áreas de influência, não tendo limites espaciais bem definidos, atuando, sobretudo, a partir da ideia de fronteira, o que significa estar em franca expansão de seus domínios territoriais. Sua área de expansão privilegiada são os loteamentos ilegais e irregulares da periferia urbana da região metropolitana do Rio de Janeiro (SILVA; FERNANDES; BRAGA, 2009, p. 18).

Destacamos que, no caso de Belém, contamos com a presença apenas de uma milícia que apresenta características bem peculiares, diferente das milícias do Rio de Janeiro. Na periferia de Belém elas representam algo bem recente, surgem com a proposta de uma “segurança privada”, combatem pequenos assaltantes que praticam roubos na área e protegem comerciantes. É justamente nessa relação, que envolve os comerciantes dos bairros populares e policiais militares, que a milícia em Belém se forma.

A princípio, buscava-se a segurança dos estabelecimentos comerciais; posteriormente, a relação se ampliou através da “morte por encomenda”. Soldados da milícia passaram a perseguir assaltantes que cometiam furtos a “clientes” dessas milícias, pois existe um preço que se paga para os “soldados” desenvolverem ações que envolvam a execução de ladrões que “tiram a paz” de donos de mercadinhos, açougues, padarias, restaurantes, pizzarias, dentre outros estabelecimentos comerciais.

Ressalta-se que, em sua origem, a milícia de Belém inicia sua configuração a partir da primeira década do século XXI, portanto é um fenômeno urbano bem recente e sua formação tem como base territorial o bairro do Guamá.

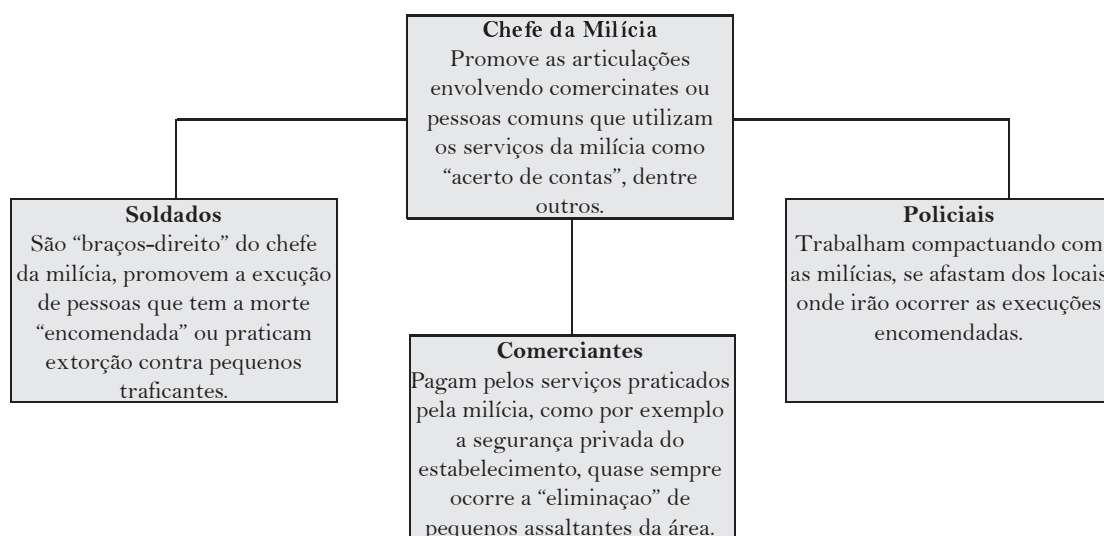
Suas primeiras atuações ocorreram primeiramente na região do Riacho Doce, na fronteira entre os bairros do Guamá e da Terra Firme, uma área crítica em termos de contrastes sociais, “cercada” pela criminalidade e pela atuação precária do Estado.

Também existe no Riacho Doce uma quantidade significativa de pequenos traficantes, que mantêm suas bocas de fumo e seus aviões espalhados praticando o comércio de entorpecentes; porém, existem muitos espaços onde ocorrem assaltos aos moradores e donos de estabelecimentos comerciais, e é justamente nessa falha no controle do território que os milicianos irão enxergar uma forma privilegiada para promover estratégias de organização que possam extrair vantagens em prol da precariedade da atuação do Estado.

Trata-se de grupos compostos principalmente por homens ligados às forças de segurança do Estado, reformados e na ativa, provenientes das polícias Civil, Militar, do Corpo de Bombeiros e, em casos mais esporádicos, das Forças Armadas. Apoiadas em um discurso fortemente moralista centrado na promessa de ordem e paz, estes grupos dominam e exploram áreas antes controladas pelo tráfico de drogas. Ao ocupar uma comunidade, as milícias “eliminam” o tráfico de drogas no varejo, mas passam a explorar as demais atividades ilegais existentes no território (SILVA; FERNANDES; BRAGA, 2009, p. 19).

Entretanto, nossa pesquisa empírica aponta para o fato de que inicialmente não existia esse conflito direto entre milicianos e traficantes, pois existiram casos em que traficantes pagaram por serviços de milicianos como, por exemplo, a morte por encomenda de outros traficantes ou de pessoas que contraíram dívidas com o tráfico de drogas. Como já analisado na primeira parte deste ensaio, os traficantes também possuem seus soldados, o que não significa que a milícia não possa exercer em alguns casos esse papel; daí se entender uma diferença bastante significativa da milícia de Belém em relação à milícia do Rio de Janeiro.

Organograma 2 – Organização esquemática da Milícia.



Fonte: Pesquisa de Campo (2013/2014).

O organograma acima faz uma demonstração esquemática da rede social da milícia em Belém, tentando demonstrar como ela está organizada em função de uma rede de relações complexas que envolvem desde o comerciante até policiais militares em serviço, o que significa dizer que existe a convivência da Polícia Militar, ou seja, a própria instituição, contaminada pela corrupção e até mesmo pela falta de perspectiva, se deixa fragilizar ainda mais, compactuando com essas ações ilegais.

Quando ocorrem execuções, as viaturas da polícia estão sempre deslocadas do lugar onde o crime ocorreu; muitas vezes os assassinatos são praticados por homens que chegam em carros escuros peliculados ou em motocicletas, em áreas onde deveria haver uma guarnição militar. No entanto, esses policiais nunca estão no local, de modo que, quando as viaturas chegam, os moradores preferem calar-se; a chamada “lei do silêncio”, quando a violência toma conta, impõe o medo e a sensação de impunidade e insegurança assola a população de bem, instaurando o “caos social urbano”.

4 INSTITUCIONALISMO, NARCOMILÍCIAS E MÍDIA: O NOVO REENCANTAMENTO DO MAL

Nesta seção procuraremos realizar uma análise exploratória baseada na pesquisa investigativa, em que o campo empírico foi fundamental para chegarmos até as informações mais precisas e importantes para podermos compreender como o tráfico de drogas está infiltrado nas instituições do Estado. Assim, busca-se descrever de forma precisa essa relação, que impacta de forma negativa na segurança pública e, por conseguinte, alimenta as organizações criminosas, criando um “círculo vicioso perverso”.

Théret (2003) destaca que as instituições não seriam entendidas, portanto, à maneira da teoria da ação racional, como o resultado intencional da ação de indivíduos otimizadores, apesar de não deixar de ser admitido que elas poderiam ser suscetíveis de sofrer a influência dos interesses e dos cálculos dos atores. Na verdade, as instituições – particularmente o Direito e a Constituição – desempenhariam um duplo papel. Constrangeriam e desviariam o comportamento humano, mas também forneceria os meios para a libertação das cadeias sociais.

Essa libertação social pode ser entendida como forma de inserção de determinados grupos sociais em várias atividades, que em alguns casos fogem do modelo de comportamento no qual o Estado tentar moldar, como padrão aceito por toda a sociedade. Como exemplo, temos um conjunto de atividades consideradas ilegais pelo fato de fugirem da conduta determinada pelo Estado, como o comércio de produtos contrabandeados e a ação de camelôs em geral, o tráfico de drogas e a “segurança privada” imposta pelas milícias, dentre outras.

O institucionalismo aqui se apresenta como uma forma coerente de se tratar da questão sobre os narcoterritórios e a milícia a partir de um individualismo metodológico, compreendendo as ações dos diversos sujeitos da pesquisa. Assim, a instituição é nessa perspectiva o que permite manter, estabelecendo limites, a tensão dinâmica entre os princípios do conflito e da

cooperação, que são constitutivos das transações: as regras comuns aceitas pelos agentes nas transações introduzem princípios de ordem que permitem que elas sejam operadas e reproduzidas no tempo (THÉRET, 2003).

Buscamos, a partir desse entendimento, frisar nossa pesquisa na compreensão dessas relações que envolvem agentes da segurança pública, representantes do Estado e narcotraficantes. Em primeiro lugar, a relação envolve a cooptação desses agentes pelo esquema de corrupção policial na periferia de Belém, popularmente conhecido como “acerto”, quando homens da polícia se dirigem até as bocas de fumo ou casas de traficantes da periferia para receber dinheiro da venda de entorpecentes. Essa relação cria um “círculo vicioso perverso”, gerando, em alguns casos, conflitos entre os próprios policiais. Em segundo lugar, existem policiais que não acreditam mais na eficiência do sistema e por isso facilmente se deixam influenciar pelo dinheiro “sujo” do tráfico de drogas; além disso, questionam o fato de serem mal remunerados, tornando esse “discurso” uma justificativa para a corrupção.

A decisão dos indivíduos em participar do esquema de corrupção está de acordo com a teoria da escolha racional para a compreensão das questões mais específicas da problemática que envolve esse tipo de território e de redes, pois essa teoria, “por sua vez, afirma que indivíduos iguais têm preferências dadas, cujos problemas referem-se simplesmente à coordenação de ação, até porque a otimização racional do comportamento exige que se encontre uma solução para ela” (THÉRET, 2003, p. 229).

Para Green e Shapiro (2000), os teóricos da escolha racional convergem, ademais, na direção de uma concepção instrumental de racionalidade na qual os indivíduos são julgados como maximizadores de sua própria utilidade, considerada de modo formalmente previsível. No entanto, esses teóricos não estão de acordo sobre o vigor das preferências concernentes aos fins humanos.

Ainda segundo os autores, alguns adotam uma aceção débil da racionalidade, limitando-se, assim, a assumir que os indivíduos usam, eficientemente, os meios disponíveis para conseguir seus próprios fins.

Outros, ao contrário, empregam uma acepção forte, a qual agrega ao princípio racional “a descrição das preferências e das crenças do ator” (FEREJONH; PASQUALE, 2001, p. 282), como a maximização da riqueza, do prazer ou do poder.

É dessa forma que a estrutura institucional do Estado em relação à segurança pública se deixa “contaminar” pelas redes do narcotráfico. O “dinheiro fácil” promovido pela extorsão ou até mesmo pela apreensão de drogas e repasse a outros pequenos traficantes, a fim de que seja realizado o comércio/varejo da droga, também gera receita para o esquema de corrupção.

Nos bairros do Guamá e da Terra Firme, existe uma forte relação entre o tráfico de drogas e a milícia. Existem casos em que a milícia já prestou serviços para narcotraficantes, como a exemplo dos “acertos de contas”, cobranças de dívidas a pequenos traficantes ou até mesmo narcotraficantes, que pagam para eliminar concorrentes em potencial. O dinheiro “sujo” dessa relação serve para a ostentação do poder, compra de armas, munição, cordões de ouro e toda e qualquer forma de representação simbólica do poder do dinheiro. Este episódio atrai mais pessoas para o esquema de corrupção e o ciclo só tende a aumentar o número de envolvidos.

Há outro elemento a se considerar: em Belém, existe um fascínio pela narrativa midiática da violência, uma espécie de mal-estar comunitário. O incidente ocorrido no dia 2 de novembro de 2014, no qual um policial militar foi assassinado com mais de 20 tiros, fez a cidade de Belém presenciar uma noite de terror em que foram registrados mais 9 assassinatos com características de execução, em pouco mais de 3 horas. Esses assassinatos continuaram nos dias que se sucederam, apresentando as mesmas características, ou seja, homens armados e encapuzados em motocicletas ou em carros peliculados que chegavam e realizavam disparos nas vítimas.

Na verdade, existe uma atuação bem dividida de grupos ligados ao tráfico de drogas e de milicianos na periferia, onde a Terra Firme mantém bases bem sólidas do tráfico de drogas, territorializadas em redes organizadas a partir de locais estratégicos que são incorporados pelas facções criminosas.

Já o Guamá, como ressaltado, é o bairro de gênese da milícia e por isso tem suas bases mais consolidadas através de acordos com comerciantes, traficantes do bairro, dentre outros. Denomino “narcomilícias” essa relação mais estreita entre tráfico de drogas e milicianos.

De certa forma, há de se considerar também a “sensação de insegurança” que cresce em Belém, onde a mídia desenvolve um papel importante nesse contexto, visto que transmite as informações muitas vezes de forma exagerada, pois se vende a informação sensacionalista sobre a violência urbana e por isso se deve questionar o papel que a mesma desempenha, inclusive em palavras e textos de incentivo aos assassinatos de pequenos criminosos, quando então surge a figura dos “justiceiros”. Algumas vezes a mídia os apresenta como “heróis” da comunidade, alimentando esse tipo de violência e ao mesmo tempo fragilizando a imagem do poder público diante da sociedade. Tem-se, assim, um novo “re-encantamento do mal”, conforme apontou Zaluar (1999), quanto à visão construída pela sociedade em torno das drogas e dos traficantes, e por que não dos “justiceiros” ou “milicianos”.

Para Misse (2006 p. 20), “violência será tudo aquilo que não é legítimo, segundo esse mesmo poder vitorioso. A condição de possibilidade de toda separação bem-sucedida do poder em relação à violência é a legitimidade desse Poder”. Segundo Arendt (1985 p. 49), “quando o indivíduo, ou o grupo de pessoas, ou a entidade, sente que seu poder está ameaçado, e que pode perdê-lo, inicia-se então o domínio pela violência”; para a autora, “o poder e a violência são distintos, porque sempre haverá um dominante e um dominado” (ARENDR, 1985, p. 49).

Entende-se que existe um interesse dos grupos pelo controle efetivo do espaço, para que as relações a partir dele estabelecidas possam manifestar uma ordem simbólica de dominação, pois o território está fundamentado no poder, no habito de governar, no domínio do espaço. Os conflitos se estabelecem a partir de relações de dominação e até mesmo de violência, resultados de conflitos sociais pelo controle efetivo do território.

A discussão que envolve o jogo complexo da relação entre o narcotráfico, as instituições e as milícias trata dessa superposição de poder, ou seja, “o poder, a competência e a habilidade de domínio não é propriedade de um indivíduo, e sim de um grupo de pessoas que continua dominando enquanto o grupo existir; ao ser desmantelado, esse ‘poder’ deixará de existir” (ARENDR, 1985, p. 24).

Com o tratamento que a mídia dá ao tema da violência urbana, constatamos uma construção imaginária sobre a violência enquanto um “ato”, desconsiderando-se uma série de variáveis que estão por trás desse “ato”. É preferível apreendê-la enquanto um processo, resultado da soma de vários fatores contextualizados em um movimento urbano dinâmico que envolve os três agentes: narcotráfico, instituições e milícias, relações superpostas e transversais, em que um se mistura ao outro, mantendo forte relação de dependência.

Voltando à Teoria da Escolha Racional, Ferejohn e Pasquale (2001 p. 7) “empregam uma definição mínima da ação racional, em que para estes autores um ato racional é um ato que foi escolhido porque está entre os melhores atos disponíveis para o agente, dadas as suas crenças e os seus desejos”. Essas crenças e valores racionalmente escolhidas pelos agentes tornam-se ações que podem ou não fugir da moralidade do Estado; quando se foge da regra, o crime deixa de ser exceção e, assim,

[...] Quando o crime deixa de ser exceção e passa a ser parte do comportamento “normalizado”, a polícia, ela própria, vai passar a participar do crime é um contra-senso semântico, chamo a esse processo através do qual a transgressão e o crime passam a ser incorporados como opções racionais de muitos e deixam de ser exceções, chamo a esse processo social de “desnormalização do individualismo” (MISSE, 2006, p. 23).

No atual contexto do capitalismo avançado, vivemos a emergência de novas formas de organizações econômicas nas quais as relações se tornam, acima de tudo, políticas, ou transformam-se em “mercadorias políticas”.

Isso, a meu ver, explica grande parte da emergência do chamado mercado das drogas e de outros mercados de bens ilícitos, bem como da generalização da corrupção, da extorsão e das organizações criminosas que oferecem proteção. Tudo isso, a meu ver, participa de um processo através do qual o capitalismo moderno, economicamente racional, vem dando lugar à reemergência do capitalismo político, que existia antes do capitalismo moderno, e que é baseado na violência e na dominação pela força como mecanismo de acumulação do capital (MISSE, 2006).

Este fato caracteriza-se enquanto um jogo de “ordem” e “desordem” que alimenta os conflitos sociais da periferia de Belém. O imaginário da violência como um “ato” e os “justiceiros” como os heróis diante dessa “guerrilha urbana” vêm sendo reproduzidos cotidianamente pela mídia jornalística e televisiva de Belém, como uma espécie de apelo comercial que alimenta a insegurança e cria um medo difuso por toda a metrópole. A violência urbana e suas metáforas de guerra funcionam numa interação perversa, diante de uma “territorialização perversa” do crime, em que “a mídia não descreve apenas o que chama de violência, ela também participa da sua construção, é também um dos atores desse drama social” (MISSE, 2006, p. 26). Então, “a violência social ocorre em todos os planos: no plano econômico, no plano político, no plano psicológico. Não há plano da existência que não seja estruturado pela violência social. Mas nas narrativas de jornal, na mídia, no que a mídia diz, a violência é só o ato, a violência nunca é o estado da violência” (SODRÉ, 2006, p. 35).

Misse (2006) afirma que não podemos imaginar que a polícia vá resolver sozinha um problema dessa magnitude, quer dizer, que o problema da chamada violência urbana seja um problema exclusivamente policial, pois não é; não é também um problema só de segurança pública, é um problema que inclui inúmeros fatores. Poderíamos citar alguns, como educação de qualidade, incentivo à educação formal, acompanhamento social às famílias desestruturadas das periferias das cidades, projetos sociais de lazer, esporte e teatro, projetos de construção de cidadania, oportunidades de qualificação profissional, infraestrutura urbana adequada, dentre outros.

Por outro lado, conter o esquema de corrupção de nossos policiais é algo também muito complexo diante de um entrelaçado de relações estabelecidas e cristalizadas diante das instituições, nas quais o próprio Estado está mergulhado. Talvez a racionalidade da escolha dos agentes não seja a única forma de se compreender o envolvimento de agentes do Estado com as redes ilegais. Mas também o próprio Estado precisa ser mais bem avaliado em suas “políticas públicas”, que se misturam com as políticas de governo e quase sempre se tornam falhas no sentido de buscar resultados positivos para a sociedade.

Os constantes homicídios que vêm ocorrendo na região metropolitana de Belém e que estão fortemente concentrados em suas periferias são sinais de movimentos urbanos que vêm se consolidando nas últimas décadas, podendo-se atribuir ao narcotráfico um papel preponderante na configuração dessas novas estruturas de poder e de conflitos sociais. A grande questão é: Como enxergar um inimigo que está dentro da própria estrutura institucional? Este talvez seja o maior desafio do Estado moderno no século XXI, de modo que, enquanto esta questão ainda não respondida perseverar, teremos que continuar convivendo com a dura realidade da violência urbana.

5 CONCLUSÃO

Os desafios das políticas de segurança pública no Brasil e no estado do Pará são de grande complexidade. Os estudos sobre a violência como fenômeno associado à questão urbana chamam a atenção para o fato da dificuldade de se compreender tal problemática, inter-relacionada com outras variáveis que ajudam a entender melhor o que vem ocorrendo nas grandes metrópoles brasileiras.

Não podemos deixar de levar em consideração, nesses estudos, a infiltração do narcotráfico nos “gargalos” deixados pelo Estado, pois isto aparece como um elemento importante para a territorialização de agentes do

tráfico de drogas ou facções criminosas em espaços urbanos periféricos que se tornam reduto da criminalidade, uma espécie de fábrica de criminosos onde jovens são cooptados pelas redes ilegais.

Por outro lado, a ineficiência do Estado e o descrédito nas instituições de segurança pública deixam outro “gargalo”, agora aproveitado por agentes do próprio Estado que passam a compor as redes de proteção armadas que prestam serviços aos comerciantes ou empresários, até mesmo realizando serviços aos traficantes, ou então promovendo políticas de extorsão sobre os mesmos, tirando proveito da “triste” realidade entranhada na periferia de Belém.

Assim, buscamos nesse ensaio apresentar de forma breve, porém carregada de conteúdo explicativo, a realidade socioespacial dos moradores dos bairros populares de Belém, em especial os dois bairros destacados aqui: o bairro do Guamá e o bairro da Terra Firme, ambos localizados na Zona Sul de Belém, em uma área de baixada, com estruturas sociais comprometidas em função do narcotráfico, uma atividade econômica ilegal que se manifesta pelo espaço geográfico de ambos.

A manifestação da criminalidade, marginalidade, violência urbana, dentre outras, são reflexos dessa estreita relação destes dois bairros com grupos ou facções criminosas associadas ao tráfico de entorpecentes; porém, o problema fica ainda mais complexo quando as instituições de segurança pública também são cooptadas pelo tráfico. Esquemas de corrupção, extorsão ou segurança privada são resultados da fragilidade institucional do Estado na questão que envolve a segurança pública.

As milícias são exemplos de estratégias políticas que fracassaram e mergulharam a cidade no caos e na sensação de insegurança promovida por um medo difuso, no qual a mídia possui um papel significativo de apresentar a violência como um ato. Nesse contexto, justiceiros são apresentados como “heróis” urbanos que a população “apoia” com incentivo dos jornais, camuflando, assim, as verdadeiras variáveis da criminalidade. Pensar a cidade ou pensar o planejamento urbano sem considerar essa dinâmica conflituosa

manifestada no interior da metrópole é descartar o verdadeiro papel da Geografia Urbana enquanto uma ferramenta capaz de se fazer compreender a cidade em sua totalidade. Eis então o papel do geógrafo, fazer ciência a partir do entendimento da realidade social complexa, fazer ciência que seja capaz de propor justiça social e cidadania, intervindo na transformação da sociedade.

REFERÊNCIAS

ARENDDT, Hanna. **Sobre a violência**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1985.

BARNES, John. Redes Sociais e Processo Político. In: FELDEMAN-BIANCO, Bela. (Org.). **Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos**. São Paulo: Global, 1987. p. 159-192.

COUTO, Aiala. **A geografia do crime na metrópole**: da economia do narcotráfico à territorialização perversa em uma área de baixada de Belém. Belém. NAEA; UFPA, 2008.

COLONOMOS, Ariel. Emergenced' unobjetetperspectivesinternacionalistes. In.: CHARILLON, Frederic et al. **Sociologie des réseaux transnationaux**. Paris: EditionsL'Harmattan, 1995. p. 21- 30.

DOWDNEY, Luke. **Crianças do tráfico**: um estudo de caso de crianças em violência armada organizada no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003.

_____. **Nem guerra nem paz**: Comparações internacionais de crianças e jovens em violência armada organizada. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2005.

FEREJOHN, John; PASQUALE, Pasquino. **A teoria da escolha racional na ciência política**: conceitos de racionalidade em teoria política. Revista Brasileira de Ciências Sociais. V. 19, n. 45. Ano 2001.

GREEN, Donald; SHAPIRO, Ian. Teoria da escolha racional e ciência política: um encontro com poucos frutos? [S.l.]: **Perspectivas**, v. 23, p. 69-206, 2000.

HAESBAERT, Rogério. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, Iná. et al. (Org.) **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

_____. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

MISSE, Michel. Mercados ilegais, redes de proteção e organização local do crime no Rio de Janeiro. **Estudos Avançados**, Rio de Janeiro, n. 21, v. 61, 2007. p. 139-157.

_____, A violência como sujeito difuso. In: (Org.). FEGHALI, Jandira; MENDES, Candido; LEMGRUBER, Julita. **Reflexões sobre a violência urbana: (in) seguranças e (des) esperanças**. Rio de Janeiro. Mauad, 2006. p. 19-31.

PEDRAZZINI, Yves. **A violência das cidades**. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SILVA, Jailson; FERNANDES, Fernando Lannes; BRAGA, Raquel Willadino. Grupos criminosos armados com domínio de território: reflexões sobre a territorialidade do crime na região metropolitana do Rio de Janeiro. **Segurança, tráfico e milícias no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 2009. p. 18-26.

THÉRET, Bruno. “As instituições Entre as Estruturas e as Ações”. **Lua Nova**, v. 58, p. 225-255. 2003.

SODRÉ, Muniz. Violência, mídia e política. In: FEGHALI, Jandira; MENDES, Candido; LEMGRUBER, Julita. (Org.). **Reflexões sobre a violência urbana: (in) seguranças e (des) esperanças**. Rio de Janeiro: Mauad, 2006. p. 33-41.

SOUZA, Marcelo. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná; GOMES, Paulo Cesar; CORRÊA, Roberto. **Geografia: conceito e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 77-116.

ZALUAR, Alba. Violência, crime organizado e poder: a tragédia brasileira e seus desafios. In: VELLOSO, João Paulo dos Reis. (Org.). **Fórum Nacional: a construção da modernidade econômico-social: governabilidade, sistema político e violência Urbana**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994. p. 83-121.

_____. A criminalização das drogas e o reencantamento do mal. In: _____. (Org.). **Drogas e cidadania**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

PARTE II

**ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA,
PERFIL DOS CRIMINOSOS, MAPEAMENTO
DA CRIMINALIDADE, VITIMIZAÇÃO, FENÔMENO
MULTIFACETADO DA VIOLÊNCIA**

6. A OBTENÇÃO DE DADOS EM FONTES ABERTAS NA ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ: DESAFIOS E POSSIBILIDADES DE SUA UTILIZAÇÃO

*Erick Fleming Roque Barreto*¹

*Wando Dias Miranda*²

*Durbens Martins Nascimento*³

1 INTRODUÇÃO

A globalização, juntamente com a evolução política, social e tecnológica, trouxe condições propícias ao desenvolvimento socioeconômico, sobretudo devido à democratização e facilidade de acesso à informação, contribuindo para o surgimento do que Castells (2005) chama “a era da informação”. Graças à era da tecnologia, surgiram diversos novos formatos de interação pessoal, mudando os relacionamentos interpessoais, tornando-se cada vez mais virtualizados, isso porque a relação espaço-tempo foi encurtada, fazendo com que aumentasse a velocidade da informação.

A sociedade da informação, para Tapanoff (2001), é o resultado de novos referenciais sociais, econômicos, tecnológicos e culturais, que resultam em um conjunto significativo de mudanças na sociedade e nas organizações. A informação passa a ser a principal matéria prima, comparável à energia que move os sistemas.

¹ Tenente Coronel da Polícia Militar do Pará; Especialista em Gestão Estratégica em Defesa Social. E-mail: erick.fleming@gmail.com.

² Doutorando do Programa de Pós-Graduação Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU) - NAEA/UFPA. Bolsista da Capes; Mestre em Ciência Política (PPGCP/UFPA); Especialista em Gestão Estratégica e Defesa Social (IESP/UEPA) e Graduado em Ciências Sociais (UFPA). E-mail: wandomiranda@outlook.com.

³ Doutor em Ciências: Desenvolvimento Socioambiental (NAEA/UFPA). Diretor Geral deste Núcleo da UFPA. E-mail: durbens.naea@gmail.com.

Segundo Berkowitz (1997), nenhum aspecto da sociedade está modificando-se tão rapidamente quanto a forma como é utilizada e aproveitada a informação. Nenhuma tecnologia está evoluindo tão rápido quanto a tecnologia da informação, e a inteligência é informação. Dentre outros fatores, isso se deu pela evolução das técnicas de transmissão de dados e pela padronização das linguagens de programação, levando ao que é visto nas chamadas “redes sociais”, uma fonte inesgotável de dados públicos e acessíveis.

O surgimento da Internet deu origem a um novo ambiente de interação, comunicação e serviços, modificando-se substancialmente a forma pela qual os indivíduos, grupos ou organizações se relacionam e trabalham. Neste sentido, a dinâmica das relações sociais e os fenômenos de massa foram impulsionados pela informação em tempo real e pelo surgimento de diversos canais de relacionamento horizontais e não hierárquicos, também conhecidos como redes sociais. Essas redes, que operam sobre a infraestrutura da Internet, possuem um papel de destaque entre as formas de comunicação mais difundidas na atualidade. Nenhuma dessas situações seria possível sem a tecnologia e sua constante evolução.

Assim, este ambiente cibernético que forma um conjunto de redes e conexões aproxima espontaneamente usuários que possuem valores e objetivos comuns, propiciando que as pessoas se comuniquem instantaneamente, agendem eventos, compartilhem mídias como fotos, áudios e vídeos, organizando-se assim em um debate público, onde são tratados diversos temas, sendo que alguns destes temas são de interesse direto ou indireto da segurança pública, tais como violência urbana, a desigualdade social, saneamento urbano e infraestrutura, desastres e a própria crise do papel do Estado. Estes debates nas redes acabam gerando um enorme volume de dados com potencial influência na formação de novos conflitos, sobretudo os que culminam em violência, criminalidade ou ações que afetam a ordem social.

Embora estas redes possuam diversas características que as diferenciam umas das outras, todas possuem o dado representado pelo texto,

imagem, áudio e vídeo como funcionalidade básica, os quais são passíveis de monitoramento através da coleta de dados. Nesse contexto, os dados são encontrados em fontes abertas, ou seja, onde não há requisitos de privacidade, ou não são negados, portanto são coletados de forma lícita e legal.

Da mesma forma que, no advento da “era da informação”, a eficiência tecnológica contribui com a sociedade em seu aprimoramento socioeconômico (CASTELLS, 2005), também a ameaça com o aperfeiçoamento de novas técnicas e capacidade de articulação e planejamento do crime organizado, contribuindo para o crescimento da violência, sobretudo em áreas urbanas. Neste sentido as inovações tecnológicas ampliaram a vulnerabilidade da sociedade e do Estado, que vivenciam o cometimento de crimes que transpassam seus limites territoriais, tais como corrupção, crimes cibernéticos, pirataria, tráfico de drogas, terrorismo, contrabando, crimes financeiros e outras fraudes.

Algumas destas tendências resultam em verdadeiras transformações comportamentais coletivas; um exemplo disso são as manifestações populares originadas em São Paulo, inicialmente contra o aumento do preço do transporte, ocorridas na metade do ano de 2013. Foram articuladas e potencializadas com transparência e publicidade por estas redes sociais, desencadeando uma onda de protestos em todo o país, evoluindo para questionamentos sobre as estruturas de poder na política brasileira, rompendo com velhas instituições como os sindicatos e partidos políticos, terminando em violentos distúrbios nas principais capitais do país, em tal dimensão, que fugiram do controle dos órgãos públicos de segurança.

À medida que os atores que fomentam esses conflitos sociais no Brasil, oriundos de diversos fatores, sobretudo socioeconômicos, encontram nas redes sociais um meio de proliferação de suas ideias, crescem também as preocupações com a segurança pública, pois é nela que se vêm impactando esses conflitos sociais; neste sentido a inteligência de segurança pública tem sido apontada ultimamente como um instrumento essencial para o enfrentamento destes problemas e também do aumento da criminalidade que

o País vem atravessando (FERRO, 2006), por isso a efetividade dos serviços de inteligência é diretamente proporcional à capacidade de antecipação destes eventos, sobretudo os que causariam danos à sociedade e ao Estado, sendo necessário o uso concentrado das forças de segurança por parte do poder público.

De uma forma mais ampla, os serviços de inteligência desempenham diversas atividades com um propósito definido, dentre as quais se destacam: aconselhamento sobre como evitar crises; apoio na gestão de crises nacionais e internacionais, analisando as intenções das diferentes partes envolvidas; elaboração de análises nas áreas relacionadas com a segurança nacional; proteção do conhecimento tanto de suas próprias fontes e atividades quanto de outras agências governamentais (DCAF, 2008). Algumas atividades estão condicionadas, portanto, para que os serviços de inteligência tenham a capacidade de desempenhar estas funções, tais como: planejamento; coleta de informações; processamento; análise e conformação; e difusão.

Então, o planejamento para articulação de ações que evitem situações de riscos à sociedade e que promovam uma intervenção do Estado depende da capacidade da gestão da informação para que possam a produzir conhecimento oportuno, verdadeiro, relevante e com significado útil, a fim de prevenir e minimizar os efeitos de eventos lesivos à sociedade e ao Estado. Então, para que isso ocorra, é necessário que se colem dados, os quais serão processados, analisados e transformados em produto de inteligência e só então difundidos (BRASIL, 2007).

Quanto à sua confidencialidade e método de obtenção, os dados que dão origem aos produtos de inteligência podem ser classificados em fontes abertas ou fontes sigilosas ou protegidas (GONÇALVES, 2008). As fontes abertas representam um alto grau de oportunidade, além do baixo custo para sua obtenção, utilizando métodos não invasivos, por estarem disponíveis ao público.

Em contrapartida, os dados protegidos, que são “negados” e de difícil acesso, exigem, pelas dificuldades e/ou riscos, o emprego de pessoal,

técnicas e material especializados após um planejamento específico (BRASIL, 2007). Porém, revestem-se de especial importância, constituindo-se num fator diferenciador que possibilita a produção de conhecimentos úteis e privilegiados (AFONSO, 2006). Neste sentido, cabe destacar a classificação dessas fontes ao longo deste trabalho.

A busca do dado negado e toda a sua problemática ficaram em voga nos últimos anos com as denúncias de Edward Snowden, ex-funcionário da Agência de Segurança Nacional (NSA), amplamente divulgadas pela imprensa mundial. As informações vazadas dão conta de que a NSA conseguiria rastrear e armazenar, de forma eficiente, milhões de telefonemas, mensagens de texto e conversas *online* com base em critérios previamente estabelecidos, decifrando de uma forma sem precedentes toda a rede de telecomunicações globais transmitidas por satélites, cabos marítimos e terrestres ligadas aos Estados Unidos da América. Porém, a despeito disso, nem toda ação de busca na atividade de inteligência é ilegal.

Assim, essa pesquisa nos leva a adentrar na área da inteligência de segurança pública, tomando como referência a legislação e a doutrina nacional de inteligência de segurança pública, para melhor compreender questões relativas às fontes abertas nos dias atuais, a maneira pela qual são obtidas para a produção do conhecimento e tomada de decisão, no sentido do redirecionamento de esforços e ações por parte dos órgãos de segurança pública para o combate à criminalidade e a preservação da ordem, e levando-nos a uma reflexão de como o processo de obtenção de dados em fontes abertas contribui para a atividade de Inteligência de Segurança.

2 A INTERNET E A ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA

Atualmente, a Internet oferece um espaço virtual para diversas manifestações sociais, porém também se apresenta como uma vasta oportunidade para organizações criminosas, devido ao seu papel de destaque

nas formas de comunicação. Por isso a Internet e as chamadas redes sociais se tornaram objeto de estudo em várias áreas do conhecimento, tais como Ciências Humanas, Sociais e Políticas e Tecnológicas.

Desta forma, a reboque da tecnologia, as atividades de inteligência acompanharam a evolução, utilizando comunicações criptografadas, vídeos, áudios, fotografias, aeronaves e satélites, a comunicação digital, dentre outras. Com as novas tecnologias disponíveis sendo amplamente utilizadas, aumentou a oferta de fontes abertas, novas possibilidades de busca, coleta e armazenamento e fluxo contínuo de dados propiciaram a construção de redes de conhecimento na atividade de inteligência, permitindo assim uma maior efetividade nas ações e na adoção de estratégias de segurança pública.

O Art. 7º da Resolução número 1, de 15 de julho de 2009 (BRASIL, 2009) regulamenta o Subsistema de Inteligência de Segurança Pública, a execução das atividades de informações e inteligência de segurança pública na área da circunscrição correspondente, cabendo-lhe, ainda, planejar, executar, coordenar, supervisionar e controlar as atividades de inteligência de segurança pública. Então, identifica-se que um dos objetivos da atividade de inteligência de segurança pública é aumentar o grau de conhecimento sobre os adversários ou adversidades, bem como os problemas que afetam a segurança e a ordem pública.

Neste sentido, a atividade de inteligência voltada para o campo da segurança pública deve valer-se de todos os recursos legais disponíveis, tal qual o uso de novas tecnologias para interceptação legal ou coleta de dados em meios de comunicações de informática e de telemática que subsidiem os processos decisórios, no que diz respeito à preservação da ordem pública, incluindo o enfrentamento à violência e à criminalidade de uma forma geral.

A respeito disso, Ferro Junior afirma que:

Em consonância com o desenvolvimento tecnológico, a Inteligência tem fundamental relevância no processo, porque interage com investigação criminal e potencializa a ação pelo uso de técnicas e ações especializadas. Métodos de análise de informações proporcionam mecanismos mais

eficazes para a realização de diagnósticos e prognósticos sobre a criminalidade. A detecção, identificação e a antecipação de ações delitivas passam a ser um trabalho constante e permitem uma visão contextual e global da criminalidade (FERRO JÚNIOR, 2008, p. 27).

Para isto, a inteligência compreende a coleta e a análise de informações e inclui as atividades destinadas a conter as atividades de inteligência adversas. Portanto, a organização da atividade de inteligência é voltada para a busca de dados que sejam úteis para ações de segurança pública, na prevenção, antecipação ou na resolução de problemas e conflitos cujos desdobramentos podem resultar em ameaças em nível local, regional ou internacional, comprometendo a segurança do Estado, a ordem pública.

Entretanto, quando estes dados são coletados em fontes abertas, apesar de serem de fácil obtenção, precisam ser confirmados e confrontados com outras fontes para assegurar sua autenticidade. Alguns analistas acreditam que dados disponíveis ao público, por meio de jornais e revistas impressos ou artigos publicados na Internet, muitas vezes podem não ser confiáveis, pois correm o risco de ter sido alvo de uma ação de desinformação⁴. Conforme declarou um norte-americano que trabalha em parceria com a comunidade de inteligência de seu país: “neste ramo, ainda há quem pense que se o dado não é sigiloso, não merece ser lido” (AFONSO, 2006).

Apesar de as fontes abertas terem o potencial de carrear conclusões estratégicas do mesmo modo que as fontes secretas, por um preço muito menor do que se obtêm com o emprego de técnicas operacionais de busca, estas fontes ainda são subestimadas. Esse é, inclusive, o entendimento do analista da *Central Intelligence Agency* (CIA), Mercado (2005), quando afirma que, nos dias de hoje, os EUA também gastam grandes somas em dinheiro para obter secretamente informações semelhantes às que estão abertamente disponíveis.

⁴ A desinformação é a informação inverídica ou errada que é divulgada com o objetivo de induzir pessoas ou organizações propositalmente ao erro, levando-os a executar um comportamento pré-determinado, conforme a Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública (BRASIL, 2007).

Nesse sentido, grande parte dos gastos com técnicas operacionais de busca seriam desnecessários, ocorrendo principalmente porque autoridades e acadêmicos em geral tendem a confundir inteligência com segredo (AFONSO, 2006).

Devido a sua relevância, a utilização de fontes abertas tem crescido nos últimos anos. No Brasil, a obtenção de dados em fontes abertas possui uma grande importância para a atividade de inteligência, tanto assim que o Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) da Presidência da República Federativa do Brasil, General Jorge Armando Félix (2005), escreveu em um artigo para o jornal *Folha de S. Paulo*, que mais de 90% do conhecimento obtido pela Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) é proveniente das chamadas “fontes abertas”, como periódicos, Internet, livros, TV etc.

O governo norte-americano, no ano de 2005, com o objetivo de modernizar e reforçar a inteligência dos EUA, devido ao descrédito após os atentados terroristas ocorridos em 11 de setembro de 2001, criou um departamento voltado exclusivamente para a coleta e o processamento de fontes abertas (HESS, 2007). O Centro de Fontes Abertas (*Open Source Center* – OSC) tem a incumbência de funcionar como uma biblioteca digital e física, para organizar tudo o que a comunidade de inteligência considere ser confiável (AFONSO, 2006).

É incontestável que o mundo está mais interligado. Segundo Castells (2005), após as décadas de 60 e 70 surgiu “um novo mundo”, em que sociedade, economia e cultura estão intrinsecamente interligados graças às tecnologias, fazendo surgir uma sociedade em rede – a sociedade informacional.

Neste contexto, a atividade de inteligência desempenha cada vez mais um papel de destaque para a adoção de estratégias a serem traçadas, pois com o desenvolvimento tecnológico dos dias atuais, onde o volume e a disponibilidade de informações, principalmente com o advento da grande rede mundial de computadores, conhecida como Internet, impactam em constantes mudanças na vida de pessoas, organizações e governos, o que tem

demandado, cada vez mais, a obtenção de conhecimentos que proporcionem agilidade e velocidade na tomada de decisão.

Sendo a atividade de inteligência um serviço de grande relevância para a segurança pública, o tema da obtenção de dados em fontes abertas é de grande relevância em razão da complexidade e quantidade de informações que são disponibilizadas publicamente na Internet nos dias atuais e seu potencial de aproveitamento na atividade de inteligência de segurança pública.

Devido às fontes abertas estarem legalmente disponíveis, muitos autores relacionam sua coleta à ética e ao custo, principalmente quando comparado com orçamentos destinados às ações de busca, tais como infiltração, entrada e interceptação de sinais ou comunicações em meios informáticos, de telecomunicações ou telemática. É essencial considerar também que a palavra inteligência ainda sofre o estigma da repressão do regime militar, associada com ataques às liberdades individuais e direitos humanos, atentando contra a constituição e a democracia. Em função dessa afirmação nos parece necessário também resgatar o histórico da atividade de inteligência de segurança pública no país, confrontando-a com os direitos fundamentais, abordando a mudança de foco de sua atuação.

3 MÉTODOS PARA REUNIÃO DE DADOS

A reunião de dados consiste na obtenção e reunião de conhecimentos ou dados pertinentes ao assunto da informação a ser produzida, processados ou não. Essa obtenção de dados acontece na fase de reunião e se dá por ações de inteligência, divididas entre coleta e busca (BRASIL, 2007).

No Brasil existe um constante debate a respeito dos meios utilizados pelas agências de inteligência e devido ao tipo de informações que são obtidas. Para Gonçalves (2008), a reunião de dados pode-se dar por “coleta” ou “busca”, procedimentos distintos. O autor ainda faz uma comparação com a doutrina anglo-saxônica, que não distingue a “coleta” de “busca”, não importando

a origem do dado, se é proveniente de fontes abertas ou se o seu acesso é restrito.

Observa-se, então, que as agências de inteligência coletam dados a partir de fontes abertas ou buscam dados a partir de oportunidades criadas ou por eventuais falhas de segurança dos ambientes dos alvos.

Segundo Cepik (2001), as atividades especializadas de busca absorvem entre 80% e 90% dos investimentos governamentais na área de inteligência em alguns países, e ainda estima que, na década de 80, somente 10% das informações coletadas saíam do âmbito dos sistemas de inteligência devido ao grande volume de dados brutos e informações primárias coletadas.

3.1 Ação de Coleta

Na Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública (DNISP) (BRASIL, 2007), a coleta é a ação especializada que visa à obtenção de conhecimentos e dados disponíveis (coleta primária) e não disponíveis (coleta secundária). Klanovicz (2006) relaciona o processo de obtenção de dados com ambientes, pessoas e fontes primárias e secundárias:

No amplo rol de fontes abertas, o processo de obtenção de dados incide, grosso modo, sobre ambientes (entidades e instituições, espaços públicos e privados, além de visitas in loco), pessoas (público em geral, aposentados, desempregados, informantes) e, tomando-se de empréstimo o jargão dos estudos historiográficos, fontes primárias e secundárias (bancos de dados, bibliotecas, mídia em geral, anais de seminários e congressos, conferências, notas de aulas e palestras, mapas e gráficos, serviços de referência, coleções iconográficas, hipertextos, fontes digitais e magnéticas) (KLANOVICZ, 2006, p. 64)

Da mesma forma, no âmbito da segurança pública, a coleta primária envolve o desenvolvimento de ações de inteligência para obtenção de dados e/ou conhecimentos disponíveis. Já a coleta secundária engloba as ações de inteligência, por meio de acesso autorizado, por se tratar de consulta a bancos de dados ou a sistemas protegidos (BRASIL, 2007).

A proliferação de bases de dados eletrônicas públicas e privadas, disponíveis através da Internet, contribuiu significativamente para o crescimento do papel desempenhado pela coleta nos processos de obtenção de dados, segundo Berkowitz (1997).

Para Mercado (2005, p. 32), a coleta de dados nos dias atuais “é menos um problema de se esgueirar em becos escuros em terras estrangeiras para encontrar algum agente secreto do que surfar na Internet, debaixo das luzes fluorescentes de um escritório apertado, a fim de encontrar alguma fonte aberta”.

Este pensamento também é corroborado por Klanovicz (2006, p. 32), quando afirma que o trabalho com fontes abertas no campo da inteligência, sobretudo no “mundo digital”, constitui-se numa tarefa relativamente fácil, no tocante à coleta de dados; em contrapartida aumenta “a probabilidade de surgirem problemas no processamento das informações obtidas, especialmente no tocante a métodos de análise”.

Essa facilidade na coleta diz respeito às inovações no campo da tecnologia da informação; porém, devido a problemas de credibilidade e até mesmo pela quantidade de informações disponíveis em meios eletrônicos, tendem a causar problemas na aplicação dos métodos para a produção do conhecimento.

3.2 Ação de Busca

Normalmente as ações de busca são procedimentos realizados pelo setor de operações de uma agência de inteligência englobando ambos os ramos da ISP (Inteligência e Contrainteligência). Segundo a DNISP (BRASIL, 2007), a finalidade é reunir dados negados, em um universo antagônico.

Essa ação especializada visa à obtenção de dados negados, por intermédio da aplicação de técnicas operacionais, tais como infiltração, entrada e interceptação de sinais ou comunicações em meios tecnológicos, ou seja, através de ações invasivas que em muitos casos não possuem o devido consentimento, daí o grande debate em torno desta temática.

Vale ressaltar que as ações de busca que utilizam ações invasivas, tais como infiltração, entrada e interceptação de sinais e de dados, necessitam de autorização judicial. Essas ações são denominadas pela DNISP como Ações de Inteligência Policial Judiciária (AIPJ). Essas ações de natureza sigilosa envolvem o emprego de técnicas especiais visando à obtenção de “indícios, evidências ou provas de autoria ou materialidade de um crime” (BRASIL, 2007).

3.3 As técnicas operacionais de Inteligência de Segurança Pública

Operação de inteligência, segundo Gonçalves (2008, p. 37), “compreende o conjunto de ações técnicas destinadas à busca do dado negado”. Na DNISP (BRASIL, 2007), as principais Técnicas Operacionais de Inteligência (TOI) de Segurança Pública são:

a) Processos de Identificação de Pessoas, que são “um conjunto de técnicas destinadas a identificar ou a reconhecer pessoas: fotografia, fotometria, retrato falado, datiloscopia, documentoscopia, DNA, arcada dentária, voz, íris, medidas corporais, descrição, dados de qualificação”;

b) Observação, Memorização e Descrição é a TOI em que os agentes “examinam, minuciosa e atentamente, pessoas, locais, fatos, ou objetos, por meio da máxima utilização dos sentidos, de modo a transmitir dados que possibilitem a identificação”;

c) Estória de Cobertura consiste na “dissimulação utilizada para encobrir as reais identidades dos agentes e das AI, a fim de facilitar a obtenção de dados (e dos propósitos) e preservar a segurança e o sigilo”.

d) Disfarce é a TOI em que o agente utiliza recursos naturais ou artificiais para “modificar sua aparência física, a fim de evitar o seu reconhecimento, atual ou futuro, ou de adequar-se a uma Estória de Cobertura”.

e) Comunicações Sigilosas consistem “no emprego de formas e processos especiais, convencionados para a transmissão de mensagens, passagem de objetos, no decorrer de uma operação”.

Segundo Almeida Neto (2009), existem dois tipos básicos de operações ou busca de inteligência: a) exploratória, que “são aquelas encetadas para colher, em um curto lapso temporal, dados necessários à produção de um conhecimento sobre um fenômeno específico que não se protraí no tempo”; ou b) sistemática, que “são aquelas feita a partir do constante monitoramento, ou seja, que se alongam no tempo devido à necessidade de acompanhamento permanente das atividades de um determinado alvo” e na AISP prestam-se, principalmente, para acompanhamento de facções criminosas, a neutralização de suas ações e a identificação de seus integrantes (BRASIL, 2007).

Apesar de o objetivo deste trabalho ser voltado à temática da coleta de dados em fontes abertas, Gonçalves (2008, p. 41) afirma que nenhum serviço de inteligência pode prescindir das operações de inteligência, “tanto para a busca do dado quanto para a identificação e neutralização da inteligência adversa”.

Por fim, uma vez que os dados foram reunidos, eles devem ser analisados, utilizando-se uma metodologia padronizada para a produção do conhecimento, e posteriormente difundidos, observando-se o princípio da oportunidade.

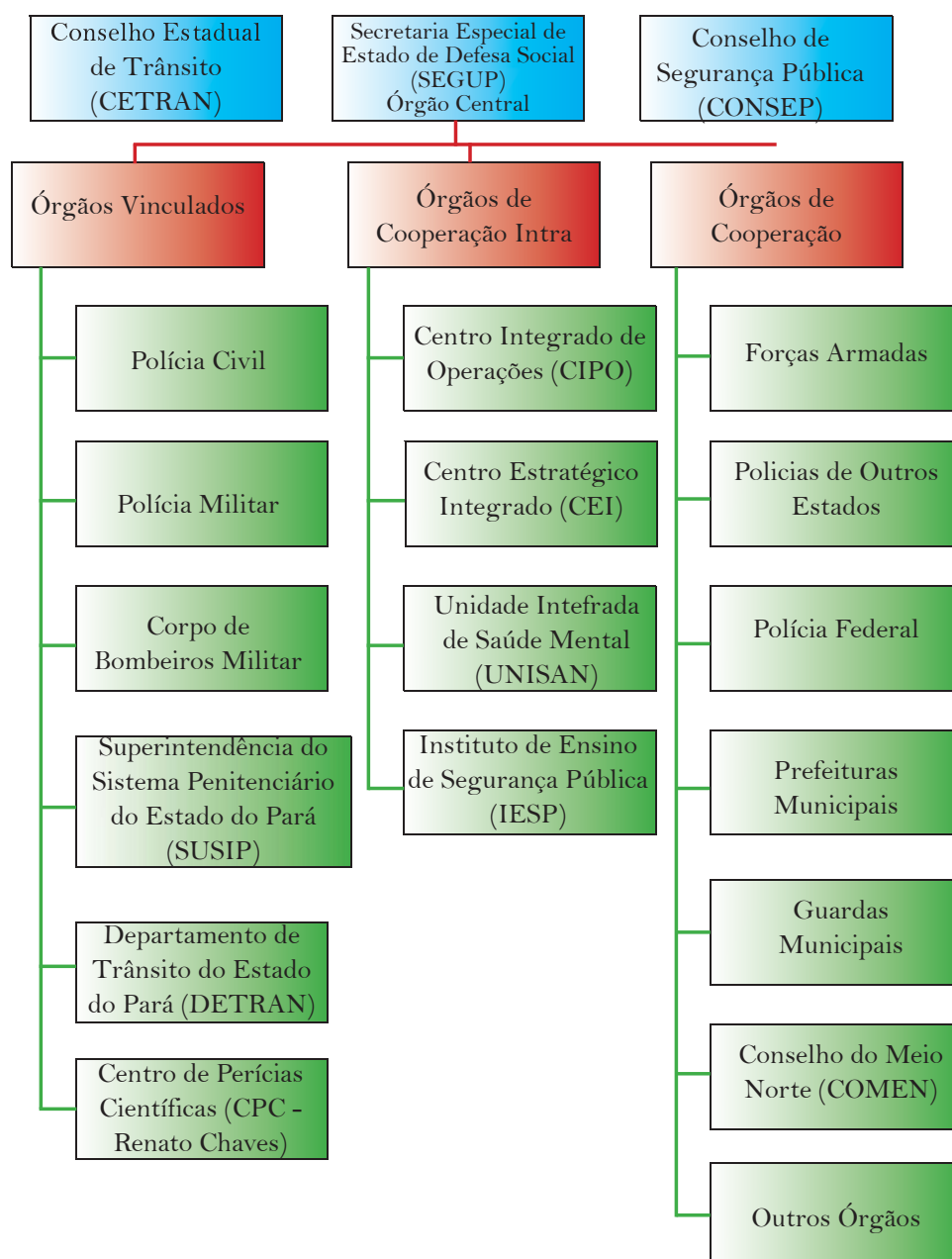
4. A ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA NO ESTADO DO PARÁ

Para Godson (1995), a atividade de inteligência voltada para a atuação do Estado caracteriza-se pelo desdobramento institucional da procura pelo conhecimento negado, em quatro funções distintas: coleta; análise; contrainteligência e ações encobertas ou clandestinas. Porém, identifica três características determinantes: estas funções estão centradas no Estado; são direcionadas para esse Estado; e são secretas.

Assim como no restante do país, a estrutura da AISP no estado do Pará também sofreu mudanças estruturais. Devido a essa reorganização, muitas alterações atingiram a atividade de inteligência no estado, a qual é

gerida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Pará (SEGUP) (Organograma 1 - SEGUP de acordo com a Lei nº 5.994, de 2 de fevereiro de 1996), desmembrando-se o Centro Integrado Estratégico (CEI) em duas secretaria adjuntas, a Secretaria Adjunta de Gestão Administrativa e a Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal (SIAC) (PARÁ, 2011).

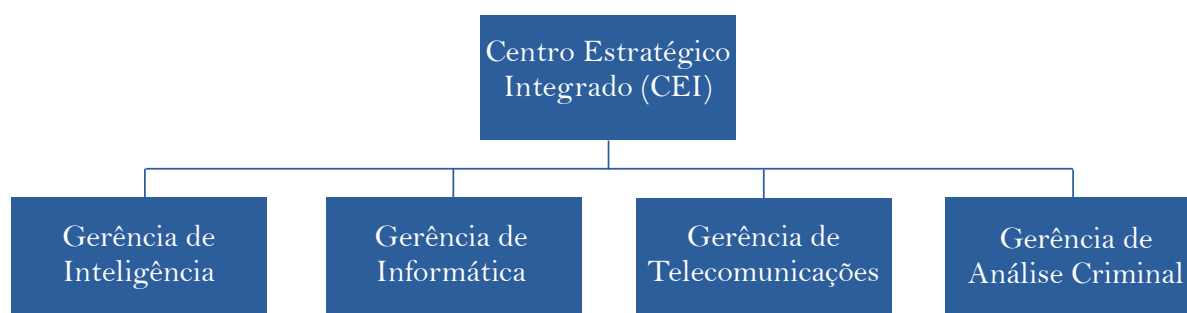
Organograma 1 – SEGUP de acordo com a Lei nº 5.994, de 2 de fevereiro de 1996.



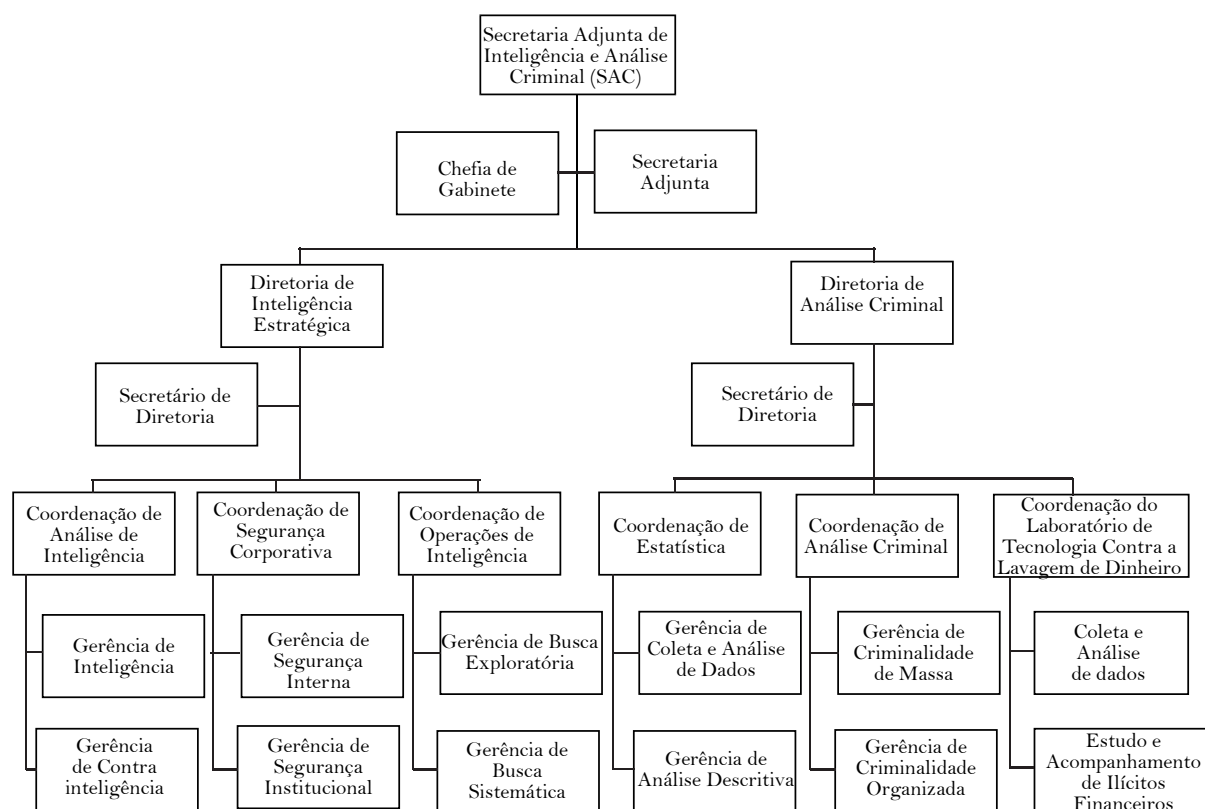
Fonte: PARÁ (2011).

O CEI (Organograma 2 – CEI) era um órgão de cooperação intrainstitucional na estrutura da SEGUP, articulando ações integradoras nas áreas de informação, informática, análise criminal e telecomunicações, sendo responsável pelo planejamento estratégico da segurança pública (PARÁ, 2003).

Organograma 2 – CEI



Organograma 3 – SIAC



Fonte: PARÁ (2011).

Na mesma lei são definidas as atribuições da Diretoria de Inteligência Estratégica (DINE), subordinada ao Secretário Adjunto de Inteligência e Análise Criminal, à qual compete

[...] desenvolver ações especializadas orientadas para a produção de conhecimentos, com vistas ao assessoramento, para o planejamento, bem como a execução e o acompanhamento das políticas de governo relativas à identificação de oportunidades e de ameaças à segurança da sociedade (PARÁ, 2011).

Ainda segundo a lei nº 7.584, é atribuição da SEGUP a gestão da política de Inteligência, bem como o assessoramento a decisão.

[...] formular, elaborar e implementar uma política de inteligência para o Estado do Pará, de forma a oferecer subsídios às autoridades para o

planejamento, execução e acompanhamento na redução da criminalidade, salvaguarda de dados e informações, segurança institucional, lavagem de dinheiro, crime organizado, ilícitos financeiros, entre outros de interesse do Poder Público (PARÁ, 2011).

Assim, podemos observar a necessidade do Estado em se organizar estruturalmente para o enfrentamento do crime pelo uso das técnicas de obtenção de informação e seu processamento em inteligência, que é a matéria-chave para o auxílio do planejamento estratégico das ações de Estado.

5 O USO DE FONTES ABERTAS NA ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA NO ESTADO DO PARÁ

Com o intuito de apresentar os resultados da pesquisa sobre a utilização e o emprego de dados obtidos em fontes abertas para a prevenção ou minimização dos efeitos de ações lesivas à sociedade e ao Estado no ano de 2013, apresentamos os resultados das entrevistas sobre questões atinentes à temática com agentes de inteligência da SIAC e da ABIN.

Como visto anteriormente, a SIAC tem como atribuição planejar, coordenar, supervisionar, monitorar e avaliar as ações de inteligência e análise criminal do SIEDS (PARÁ, 2003). A ABIN é o órgão central do Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN) e tem entre suas atribuições a execução da Política Nacional de Inteligência e a integração dos trabalhos dos órgãos setoriais de inteligência do país (BRASIL, 2002).

Sobre o tema, os agentes responderam que trabalharam com coleta de dados em fontes abertas em diversos casos, tais como assalto a banco, tráfico de drogas, distúrbios, crimes de repercussão prolongada, estatísticas de ocorrências e progressão no tempo com relevância para a segurança pública e a situação carcerária.

Na opinião dos agentes⁵, diversos motivos o levaram à coleta de dados em fontes abertas (primárias e secundárias).

O Agente 1 explicou que utilizou a coleta em fontes abertas primárias, como o Facebook, e secundária, como o INFOSEG⁶. Ele ressaltou que, “utilizando as fontes secundárias (bancos de dados utilizados pelos órgãos de segurança pública), foi possível coletar informações mais confiáveis, porém nas fontes primárias (Facebook) consegui estabelecer vários vínculos entre os alvos da operação de inteligência”. O Agente 3 ressaltou “o potencial desses dados para orientar ações de coleta e busca mais avançadas, quando necessárias, aumentando a eficiência de outras ações de reunião de dados para produção de conhecimentos de inteligência”.

Um dos aspectos que comumente chamam a atenção do agente na obtenção de dados em redes sociais são fotos, porém o Agente 1 explicou que, “quando não se tem uma foto, conseguimos endereços de escola, trabalho, amigos e etc.” A partir daí são traçados os vínculos com parentes ou outras pessoas potencialmente envolvidas no caso. O Agente 2 afirmou que, além de fotos, “o endereço obtido nas diversas fontes abertas, ajudam muito para dar início ao monitoramento dos alvos nas Operação de Inteligência”. O Agente 3, que atua com Inteligência Estratégica, ressaltou que suas buscas objetivam obter “fenômenos amplos como progressões e mudanças de tendências ao longo do tempo”, comparando e verificando os episódios obtidos em fontes abertas. Porém frisa que “os vínculos entre episódios e, às vezes, entre indivíduos e/ou grupos, também merecem destaque”.

⁵ A identidade dos agentes entrevistados deve ser mantida em reservado, devido a serem agentes de inteligência em atividade, assim suas identidades são protegidas para garantir a continuidade dos trabalhos de investigação policial. Outro fato relevante é o número limitado de oficiais de inteligência em ação na atualidade, o que faz a amostra apresentada neste trabalho ser representativa em relação ao número total dos que trabalham com fontes abertas.

⁶ INFOSEG é uma rede que reúne informações de segurança pública dos órgãos de fiscalização do Brasil. Tal rede tem por objetivo a integração das informações de Segurança Pública, Justiça e Fiscalização, como dados de inquéritos, processos, de armas de fogo, de veículos, de condutores e de mandados de prisão.

A partir daí se nota como se dá o processo de obtenção de dados, em que a totalidade dos agentes utiliza a Internet como base. Os Agentes 1 e 2 usam um perfil criado somente para a coleta de dados de alvos em potencial, da operação. Em alguns casos é feita uma solicitação de “amizade”, em outras os dados são solicitados para alguma outra pessoa ou agente que tenha acesso privilegiado ao dado requerido ou, caso não consiga acesso, em último caso é feita solicitação de quebra de sigilo à Justiça. Já o Agente 3 utiliza “sites governamentais (órgãos estaduais e federais); bancos de dados públicos (Diário da Justiça, busca processual das justiças estadual e federal); e redes sociais (principalmente Facebook e Twitter)”. Ele ressalta também que as pesquisas avançadas disponibilizadas pelo Google “conseguem obter dados da maioria dessas fontes com eficiência, mas também é importante realizar a pesquisa diretamente dentro do site da fonte”.

No caso dos Agentes 1 e 2, cabe uma observação: a utilização de perfis falsos em redes sociais já é considerada como busca de dados negados, segundo a DNISP, pois eles estão usando uma técnica operacional denominada Estória de Cobertura⁷.

Os agentes foram questionados sobre se as coletas de dados foram suficientes para determinar a materialidade de um crime ou um fato relevante nas operações citadas. O Agente 1 afirmou que já conseguiu identificar um suspeito, após ter visto um veículo usado no cometimento de um crime em uma foto exposta no perfil do alvo no Facebook, onde aparecia claramente a placa. O Agente 2 afirmou que a coleta ajuda muito; no entanto, afirmou que: “precisei utilizar técnicas operacionais para determinar a materialidade do crime”, ou seja, a busca do dado negado. O Agente 3 afirmou positivamente, destacando porém que “uma parte dos casos necessitaram verificação por outras vias para confirmar os fatos”. Em sua experiência, “a coleta e busca posteriores às fontes abertas seriam bastante prejudicadas sem os dados primários oferecidos pelas fontes abertas, pois seria necessário começar do zero”.

⁷ Estória de Cobertura: É a técnica operacional que trata dos procedimentos usados para encobrir a realização das ações sigilosas operacionais de inteligência, objetivando a preservação do sigilo dos órgãos de inteligência patrocinadores, das ações de busca e das Operações de Inteligência autorizadas, da identidade do pessoal e do material envolvidos.

Isso evidencia que, mesmo quando as fontes abertas não fornecem o dado com nível de confiabilidade suficiente, elas orientam a coleta e a busca dos elementos que podem confirmar o dado, através de outros métodos.

Sobre a relevância das fontes abertas nas respectivas operações, todos ratificaram e apontaram a facilidade e a velocidade como principais contribuições. O Agente 1, destacando a facilidade de acesso, comentou que “hoje a maioria das pessoas tem um perfil em algum lugar na Internet”. O Agente 2 acredita ser de suma importância, destacando, porém, o baixo custo, pois “a SIAC possui recursos limitados para as operações e utilizando fontes abertas em muitos casos, evita despesas com o deslocamento para outros municípios do estado”. O Agente 3 assegura que as fontes abertas são “totalmente relevantes”. Além das já citadas, sustentou que são “consideravelmente abrangentes”, além de fornecer “dados primários relevantes para outras formas de coleta ou busca, quando necessário”.

Pode-se, portanto, perceber algumas contribuições importantes levantadas pelos agentes de inteligência, são elas: rapidez, economia e abrangência.

Essa rapidez se dá por o conteúdo estar disponível quase que instantaneamente na Internet e ser amplamente compatível com as tecnologias da Web, que têm em seus navegadores uma ferramenta simples e eficaz de acesso em praticamente qualquer dispositivo computacional, incluindo os telefones inteligentes conhecidos como *smartphones*. Sem essas tecnologias, incluindo as redes sociais, um fato relevante demoraria horas até que as emissoras de TV conseguissem noticiá-lo; porém, como a informação hoje é mais democrática e descentralizada, qualquer um com acesso a um *smartphone* apresenta verdadeiros furos de reportagem ou simplesmente relata fatos que em primeiro momento não parecem ser relevantes, mas em conjunto com outros dados, após terem sido metodologicamente processados, se transformam em produtos de inteligência.

A economia é uma contribuição primordial em época de permanente contingenciamento. Este benefício foi lembrado pelos agentes ao se depararem

com o alto custo despendido com recursos especializados empregados e deslocamentos com operações de campo, pois poderiam obter os dados através de uma simples pesquisa na Internet, ou através dos meios de comunicação tradicionais. Esse entendimento é também ratificado por Mercado (2005).

Abrangência se refere à imensidão digital encontrada na Internet, caracterizada pelo volume, diversidade e disponibilidade de informações, potencializado pela geração de conteúdo por pessoas se comunicando instantaneamente, agendando eventos, compartilhando publicamente mídias como fotos, áudios e vídeos, passíveis, portanto, da coleta de dados. Ainda que a abrangência possa ser considerada uma contribuição importante, alguns autores atribuem ao tempo perdido com a filtragem dessa enorme quantidade de dados disponíveis uma possível desvantagem; porém, com a utilização das ferramentas computacionais corretas, este tempo perdido tende a ser minimizado.

6 CONCLUSÃO

Neste artigo, verificou-se que uma das grandes vantagens das fontes abertas é seu grau de oportunidade, aliado ao baixo custo de se obtê-las. Uma desvantagem seriam os problemas de credibilidade e o tempo perdido com a filtragem de uma enorme quantidade de dados disponíveis.

Em que pesem as desconfianças iniciais que recaiam sob a utilização de fontes abertas na AISP, em princípio ficou claro não haver motivos para desconsiderá-las, pois ficou evidenciado que estas podem ser capazes de conduzir a resultados semelhantes aos das fontes secretas, desde que se utilize uma metodologia de produção do conhecimento que garanta sua confiabilidade.

A partir disto, podemos inferir que a maior parte dos custos da produção do conhecimento de inteligência seriam gastos com operações, e que estes gastos seriam minimizados ao passar-se a utilizar mais fontes

abertas nesse processo, tendo em vista que as fontes abertas têm um potencial de orientar no planejamento de obtenção de dados, mesmo quando elas não são suficientes.

Apesar de o objetivo deste artigo ser voltado à temática da coleta de dados em fontes abertas, foi verificado, através do estudo de casos, que em alguns casos as fontes abertas não são suficientes; desta forma as agências de inteligência não podem prescindir das operações de inteligência, “tanto para a busca do dado quanto para a identificação e neutralização da inteligência adversa” (GONÇALVES, 2008, p. 87).

Neste artigo foi visto que uma maior efetividade nas políticas de segurança pública prestada pelo Estado, voltadas para a preservação da ordem pública e segurança da sociedade, dependem de mudanças na compreensão das atividades de inteligência e da adoção de novas tecnologias e sistemas, em face da sua complexidade.

A utilização de sistemas de informações e tecnologias voltadas para a prevenção e resolução de crimes viabilizaria a estruturação de dados sob plataformas de conhecimento e que, compartilhados, se tornariam uma fonte aberta disponível aos agentes públicos, permitindo uma maior integração dos diversos órgãos do Estado e facilitando os planejamentos de ações para prover a defesa do cidadão e da sociedade.

O planejamento de ações de segurança pública pode ser oriundo das chamadas fontes abertas, as quais não são sigilosas e estão disponíveis. Após esses dados terem sido coletados, processados, analisados e, por fim, difundidos, servirão de base para o processo decisório, orientando uma atuação mais efetiva por parte dos operadores da segurança pública. Esse processo tem como objetivo o atendimento das necessidades de tomadores de decisão em suas esferas de atribuições, corrigindo dicotomias e otimizando recursos que são reconhecidamente limitados.

REFERÊNCIAS

AFONSO, L. S. Fontes abertas e Inteligência de Estado. **Revista Brasileira de Inteligência**, Brasília, v. 2, n. 2, 2006.

ALMEIDA NETO, W. R. D. A. **Inteligência e Contra-inteligência no Ministério Público**. Belo Horizonte: Dictum, 2009.

BERKOWITZ, B. A Inteligência na era da informação. **Parcerias Estratégicas**, Brasília, 2 n. 4, 1997.

BESSA, J. D. S. **A importância da inteligência no processo decisório**. III Encontro de Estudos: Desafios para a Atividade de Inteligência no Século XXI. Brasília: Gabinete de Segurança Institucional; Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais; Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais. 2004. p. 51-71.

BRASIL. LEI No 9.883, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1999 que Institui o Sistema Brasileiro de Inteligência, cria a Agência Brasileira de Inteligência - ABIN, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1999.

_____. Decreto n. 4.376, de 13 de setembro de 2002, Dispõe sobre a organização e o funcionamento do Sistema Brasileiro de Inteligência, instituído pela Lei no 9.883, de 7 de dezembro de 1999, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2002.

_____. **Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública**. Brasília: SENASP, 2007.

_____. Resolução No 1, de 15 de julho de 2009, regulamenta o Subsistema de Inteligência de Segurança Pública – SISP. **Diário Oficial da União**, Brasília, 14 ago. 2009.

CASTELLS, M. **A era da informação: economia, sociedade e cultura – a sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, v. 1, 2005.

CEPIK, M. **Serviços de Inteligência: Agilidade e Transparência como Dilemas de Institucionalização**. Tese de doutorado em Ciência Política. Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro. 2001.

DCAF. Geneva Centre for the Democratic Control of Armed Forces - Serviços de Inteligência. **DCAF Backgrounders**, Geneva, Ago. 2008.

FELIX, J. A. Afinal, o que faz a Abin? **Folha de São Paulo**, 14 ago. 2005.

FERRO JÚNIOR, A. L. Inteligência de segurança pública e análise criminal. **Revista Brasileira de Inteligência**, Brasília, v. 2, n. 3, 2006.

GODSON. R. **Dirty tricks or trump cards: U.S. Counterintelligence and covert action**. Washington. D.C.: Brassey's, 1995.

GONÇALVES, J. B. **SED QUIS CUSTODIET IPSO CUSTODES? O controle da atividade de inteligência em regimes democráticos: os casos de Brasil e Canadá**. Tese de Doutorado em Relações Internacionais. Brasília: Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília. 2008.

HESS, P. Spies Relying More on 'Open Sources'. **Washington Post**, Washington, 6 Dez 2007.

KLANOVICZ, J. Fontes abertas: Inteligência e o uso de imagens. **Revista Brasileira de Inteligência**, Brasília, 2, n. 2, 2006.

MERCADO, S. C. Reexamining the Distinction Between Open Information and Secrets. **Studies in Intelligence - Journal of the American Intelligence Professional**, Washington, 49, n. 2, 2005.

PARÁ. Lei No 5.994, de 2 de fevereiro de 1996. Decretada em 23 de janeiro de 2003. Dispõe sobre a organização do Sistema de Segurança Pública do Estado do Pará e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado do Pará**, Belém, 2003.

_____. Lei Estadual No 7.584, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2011, Dispõe sobre a reorganização do Sistema Estadual de Segurança Pública e Defesa Social - SIEDS, e da reestruturação organizacional da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social - SEGUP. **Diário Oficial do Estado do Pará**, Belém, 29 dez. 2011.

TARAPANOFF, K. (Org.). **Inteligência organizacional e competitiva**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2001. 344 p.

7 ANÁLISE DESCRITIVA DO PERFIL DOS CRIMINOSOS DE SANTARÉM-PA E DO ESTADO DO AMAPÁ: ÊNFASE AOS DADOS RELATIVOS A IDADE, ESTADO CIVIL, ESCOLARIDADE E VINCULO EMPREGATÍCIO

Jarsen Luis Castro Guimarães¹

Augusto César Ferreira de Baraúna²

Clívia Santana da Silva³

1 INTRODUÇÃO

Santarém, cidade localizada na região Oeste do Pará, segundo dados da Polícia Civil, tem apresentado um aumento considerável da criminalidade. Guimarães (2012) trabalha essas informações ao retratar um aumento de 114,64% na década de 2000-2010. O estudo leva em consideração as categorias de crimes contra a vida, patrimônio, dignidade e liberdade sexual e tráfico de drogas. A pesquisa foi realizada na penitenciária agrícola Silvio Hall de Moura, localizada em Santarém, em dois períodos: nos anos de 2004/2005, com a aplicação de aproximadamente 353 questionários, e em 2011, com a aplicação de 408 questionários. Trabalhou-se somente com a população carcerária masculina e todos os questionários foram aplicados pelo autor (GUIMARÃES).

¹ PhD pela Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). Doutor em Ciências: Desenvolvimento Socioambiental pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU) – NAEA/UFPA. Professor do Programa de Ciências Econômicas e Desenvolvimento Regional (PCEDR), Diretor do Instituto de Ciências da Sociedade (ICS)/UFOPA e Coordenador do OBCRIT. E-mail: jarsen@bol.com.br.

² Mestre e Doutor em Direito pela Universidade Pontifícia Católica (PUC) de São Paulo. Professor da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). E-mail: augustodebarauna@gmail.com.

³ Mestre em Instituições Jurídico-Políticas pela Universidade Federal do Pará (UFPA) e Doutora em Ciências Sociais e Jurídicas na Universidad Del Museo Social Argentino (UMSA/AR). Pós-doutoranda na Universidad de la Matanza (UNLAM/AR). Professora da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). E-mail: silvaclivia@ig.com.br.

Paralelo a esse estudo, Baraúna et al. (2013) elaboram o primeiro relatório do projeto denominado “Altos estudos sobre a criminalidade no estado do Amapá”, relativo ao perfil dos condenados da Vara de Execução Penal desse estado. O referido trabalho tem como base 13.715 processos em trâmite na Vara de Execução do Estado do Amapá. Dessa totalidade a pesquisa versa somente sobre 3.104 processos, referentes aos artigos previstos nos crimes do art. 121, 157 e 155 do Código Penal, cujo campo de amostragem pesquisado ficou restrito ao quantitativo, respectivamente, de 832 processos do art. 121 do Código Penal; de 729 processos relativos ao art. 155 do Código Penal; e de 1.544 processos relativos ao art. 157 do Código Penal referentes às condenações no período de 2003 a 2012.

Diante disso, este trabalho busca traçar um perfil dos detentos de Santarém-PA e dos condenados da Vara de Execução Penal do Estado do Amapá, para crimes contra a vida e contra o patrimônio. Para isso, usa como base de dados os trabalhos de Guimarães (2012) e Baraúna et al. (2013). Pelo fato de as pesquisas apresentarem fontes de informações diferenciadas: Guimarães (2012) trabalha com dados primários, com um vasto perfil dos presos; Baraúna (2013) com dados secundários e um perfil restrito, o perfil a ser traçado limitar-se-á ao nível de escolaridade do indivíduo, idade, estado civil e vínculo empregatício para crimes enquadrados na categoria contra a vida e contra o patrimônio.

A pesquisa, realizada com alunos e sob a coordenação do Professor Dr. Augusto de Baraúna e colaboração da professora Clívia Santana da Silva, retirou do banco de dados apresentado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Amapá o perfil aproximado dos condenados julgados na Vara de Execução Penal, em relação ao crime de homicídio, roubo e furto no período de 2003 a 2012.

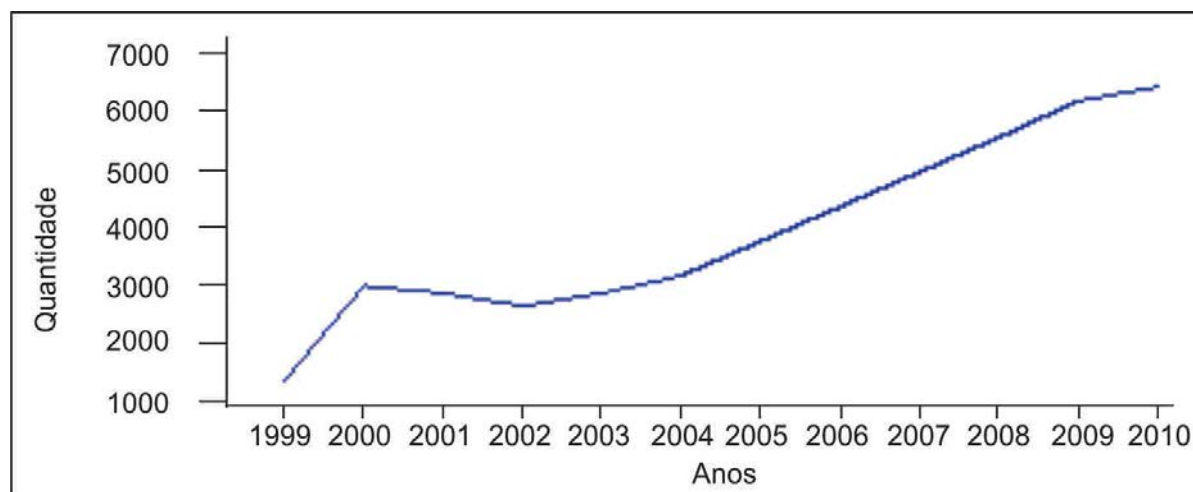
Destarte, a principal razão para a realização deste estudo é contribuir para um melhor entendimento da criminalidade em estados que se caracterizam como limítrofes e integrantes da mesma região, com intenso movimento migratório de seus habitantes entre as cidades desses estados, devido à proximidade geográfica, identidade cultural, entre outros fatores.

A partir disso, a descrição dos resultados estatísticos pode servir de auxílio para a elaboração de novos trabalhos, bem como de referência quando da construção de políticas públicas de segurança específicas de prevenção à criminalidade.

2 CRIMINALIDADE EM SANTARÉM-PA E NO ESTADO DO AMAPÁ

Objetivando-se traçar uma visão geral da criminalidade na cidade de Santarém e no estado do Amapá, observa-se a evolução dos crimes totais. De acordo com dados da Polícia Civil (2011), a criminalidade tem aumentado no município de Santarém com o passar dos anos. Ressalta-se que nos anos de 2005, 2006 e 2007, devido à falta de informações da Polícia Civil, faz-se uma estimativa para esse período. Assim, a evolução da criminalidade em Santarém é observada no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Crimes registrados pela Polícia Civil de Santarém no período 1999-2010.



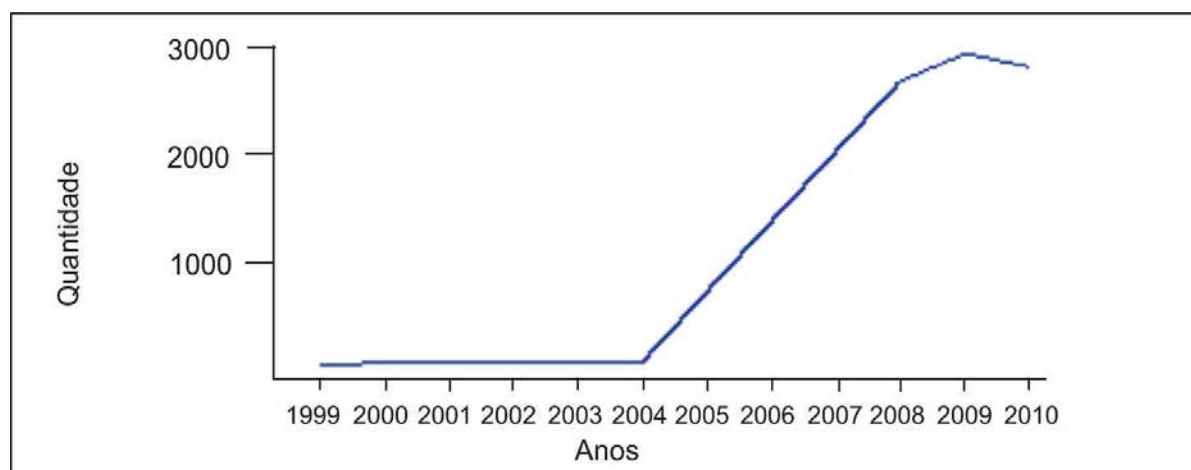
Fonte: Polícia Civil de Santarém (2011).

Com intuito de verificar a evolução dos crimes por categoria e subdivisões, em Santarém e no Amapá, de acordo com as especificidades das pesquisas, daremos um tratamento diferenciado às apresentações, vejamos:

a) Crimes contra a vida em Santarém – Nesse caso, consideram-se como crimes contra a vida os crimes de homicídio e a tentativa de homicídio.

Conforme o Gráfico 2, os crimes contra a vida em Santarém tiveram um crescimento considerado no período compreendido entre 1999-2010.

Gráfico 2 – Evolução dos crimes contra a vida em Santarém 1999-2010.



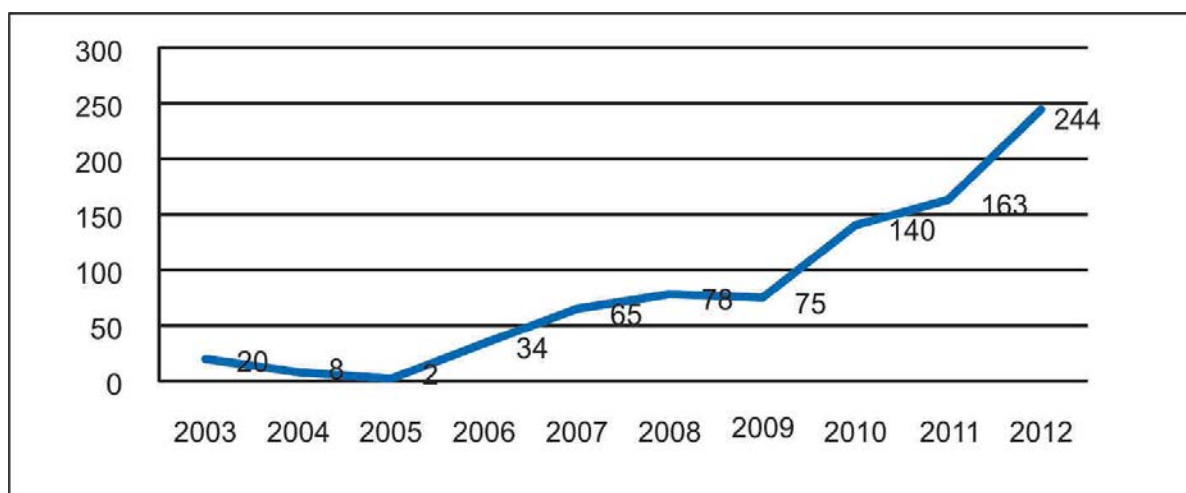
Fonte: Polícia Civil de Santarém (2011).

b) Crimes contra a vida no estado do Amapá - os crimes de homicídio também cresceram. Contudo, da análise da curva do gráfico 2 do estado do Amapá em face do gráfico 3 de Santarém, é facilmente perceptível a elevação paulatina e gradual dos crimes de homicídio no Amapá, com sutil decréscimo no ano de 2005 e 2009, enquanto em Santarém se apresenta ascendência rápida, com variação no sentido de diminuição da criminalidade no período de 2009 a 2010.

Sob o aspecto quantitativo, o Gráfico 3 ainda revela uma significativa evolução na quantidade de processos por crimes de homicídio na VEP do Estado do Amapá, relativo ao período de 2003 a 2012, onde inicialmente identificamos a existência de 20 processos no ano de 2003 e 244 processos no ano de 2012, perfazendo um aumento alarmante de 1.220%.

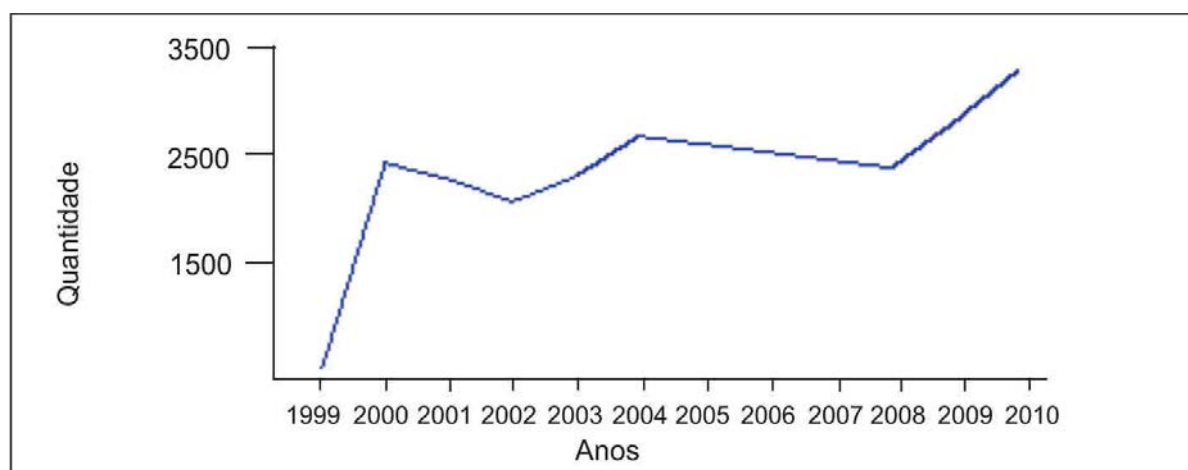
c) Crimes Contra o Patrimônio em Santarém - Consideram-se os crimes de furto e roubo.

Gráfico 3 – Evolução dos crimes de homicídio na Vara de Execução Penal (VEP) do Estado do Amapá no período de 2003 a 2012.



Fonte: Banco de dados/TJAP- (2013).

Gráfico 4 – Evolução dos crimes contra o patrimônio em Santarém 1999-2010.



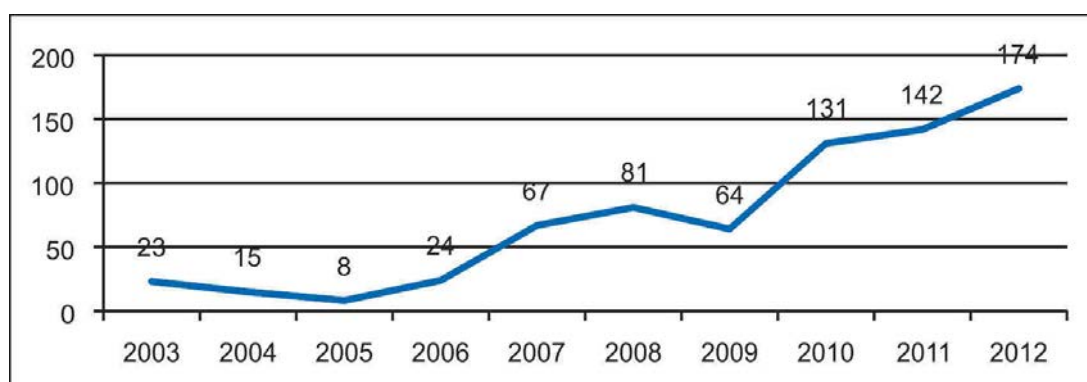
Fonte: Polícia Civil de Santarém (2011).

Conforme o Gráfico 4, apesar de apresentarem oscilações no período de 2000 a 2008, os crimes contra o patrimônio apresentaram um crescimento considerado no período compreendido entre 1999-2010.

d) Crimes de furto no estado do Amapá

No Gráfico 5 identifica-se que no ano de 2003 a VEP possuía 23 processos de furto. Já no ano de 2012 esse número passa para 174 processos com trânsito em julgado na Vara de Execução do Estado do Amapá. Assim, em menos de 10 anos o número de processos na Vara de Execução Penal com trânsito em julgado cresceu mais de 760% quanto aos crimes de furto em todo o estado do Amapá.

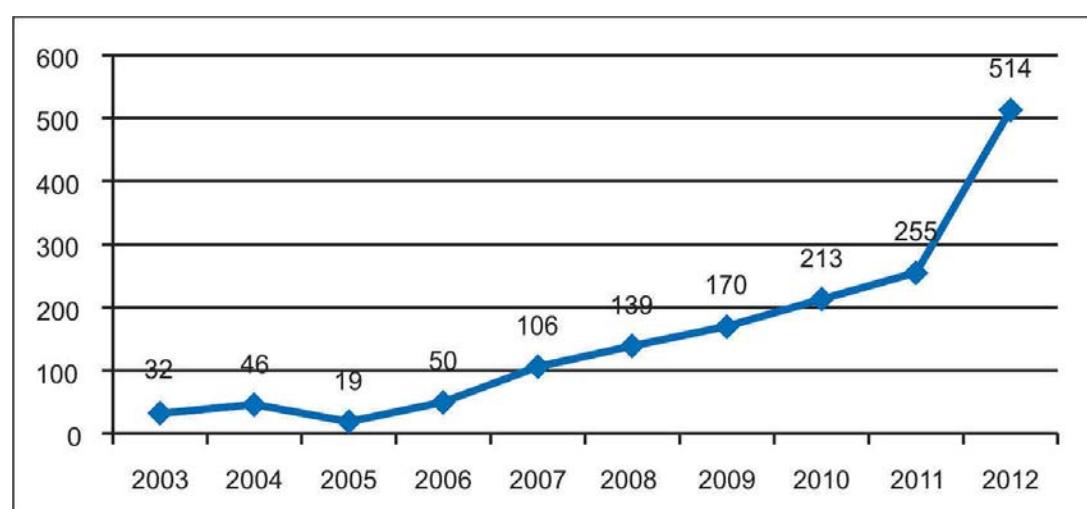
Gráfico 5 – Evolução do crime de furto entre 2003 a 2012 (artigo 155, CPB).



Fonte: Banco de dados (TJAP-2013).

e) Crimes de roubo no estado do Amapá

Gráfico 6 – Evolução ano a ano de crimes de roubo (artigo 157, CPB) para o período 2008-2012.



Fonte: Banco de dados (TJAP-2013).

Observa-se que no ano de 2008 foram 139 condenados, no ano de 2010 foram 213 processos de condenados, no ano de 2011 foram 255 condenados. Contudo, no ano de 2012 verifica-se a presença de 514 novos processos relativos ao crime de roubo em trâmite perante a Vara de Execução do Estado do Amapá. Do ano de 2003, com 32 processos, evolui-se para 514 processos no ano de 2012, identificando-se um aumento de 1.606%.

3 PERFIL DOS DELITUOSOS DE SANTARÉM – PA

Para elaboração do perfil dos detentos pesquisados na Penitenciária de Santarém, os crimes praticados são divididos em quatro categorias: 1) Crimes contra a vida; 2) crimes contra o patrimônio; 3) crimes contra a liberdade e dignidade sexual e; 4) crimes de tráfico de entorpecentes. A base de dados foi obtida com aplicação de questionários entre os reclusos daquele estabelecimento, presos provisórios ou condenados pela justiça, nos meses de março a abril de 2011. A população carcerária pesquisada oscilou de 500 a 520 detentos, sendo preenchidos 408 questionários, praticamente o universo de presos no presídio, uma vez que a maior parte do restante de presos participou da pesquisa anterior realizada em 2004/2005 (353 observações). Foi escolhida para a pesquisa somente a população carcerária masculina. Todos os questionários foram administrados pelo autor (GUIMARÃES).

Do total de questionários preenchidos, 85 delitos foram classificados na categoria de crimes contra a vida; 32 contra os costumes; 123 contra o patrimônio e 156 de tráfico de entorpecentes. Observaram-se outros tipos de crimes; porém, devido ao número pequeno de observações, serão apenas mencionados: 1 de grilagem de terras, 6 de porte ilegal de armas, 4 de formação de quadrilha e 1 de falsificação de documentos públicos. Os questionários referentes a estes outros tipos de crimes não foram analisados. Essas informações podem ser observadas na Tabela 1.

Tabela 1 – Distribuição dos crimes cometidos por indivíduos que se encontravam presos no presídio de Santarém-PA, março a abril de 2011.

Crimes	CATEGORIAS DE CRIMES					TOTAL
	Contra a Vida	Contra o Patrimônio	Contra os Costumes	Tráfico	Outros	
Valores						
Absoluto	85	123	32	156	12	408
Percentual	20,83%	30,15%	7,84%	38,24%	2,94%	100%

Fonte: Pesquisa de campo (2011).

3.1 O crime sob o enfoque da idade

Buscando compreender melhor tal pensamento, verificou-se a necessidade de comparar as idades médias dos infratores nos diferentes tipos de crime. Para tanto, realizou-se teste de hipótese para as médias, duas a duas, tomando-se como hipótese nula as idades médias dos infratores não se diferenciarem estatisticamente uma da outra, para os infratores de uma maneira geral, por categoria de crimes. Com a utilização do *software* STAT-DISK, aplicou-se o teste de comparação das médias de idades dos indivíduos das quatro categorias de crimes analisadas e verificou-se a significância do teste *t*, com um nível de significância de 95,00%. Obteve-se como resultado uma rejeição da hipótese nula, mostrando que as médias são estatisticamente diferentes. Dessa forma, pode-se afirmar que as idades médias dos infratores apresentam diferenças significantes.

Assim, há uma escala de idades médias por categorias de crimes, na qual a menor idade média é a do indivíduo que comete crime contra o patrimônio e a maior idade média é a do indivíduo que comete crime contra os costumes. As idades médias variam num intervalo de 26 a 33 anos. A idade dos presos está compreendida no intervalo de 18 a 66 anos, conforme observado na Tabela 2.

Tabela 2 – Estatística da idade por categorias de crimes dos indivíduos que se encontravam presos no presídio de Santarém-PA, março a abril de 2011.

Idade Categorias de Crimes	Estatística					
	Número de observações	Idade mínima	Idade máxima	Idade média	Mediana	Desvio padrão
Contra a vida	85	18	60	27,94	25,00	10,11
Contra o Patrimônio	123	18	52	26,24	25,00	6,56
Contra os Costumes	32	18	65	41,91	39,50	11,41
Tráfico de Entorpecentes	156	18	66	32,38	30,00	10,33

Fonte: Pesquisa de campo (2011).

Quando se comparam esses resultados com os obtidos na pesquisa de Guimarães (2008), observa-se que a escala da violência distribuída pelas idades não se modifica, pois nas duas pesquisas o indivíduo que comete crimes contra o patrimônio apresenta a menor idade média, seguido do indivíduo que comete delitos contra a vida, tráfico de drogas e por último, com a maior idade média, os que cometem crimes contra os costumes. A diferença entre os resultados das duas pesquisas consiste em um aumento na média das idades, para as quatro categorias de crimes. A mediana retrata esse fato ao mostrar na Tabela 3 que 50% dos presos da categoria de crimes contra a vida e da categoria de crimes contra o patrimônio possuem no máximo 25 anos; 50% dos presos por crimes contra os costumes com idade máxima de 39,50 anos e 50% dos presos por crimes de tráfico de entorpecentes com no máximo 30 anos. Já na pesquisa de Guimarães (2008), 50% dos presos que cometeram crimes contra a vida possuíam no máximo 23 anos e dos presos por crimes contra o patrimônio 50% possuíam no máximo 21,50 anos; 50% dos presos contra os costumes com no máximo 30,50 anos e 50% dos presos por tráfico de entorpecentes com 25 anos no máximo. Os resultados da pesquisa de Guimarães (2008) podem ser observados na Tabela 3.

Tabela 3 – Estatística da idade por categorias de crimes dos indivíduos que se encontravam presos no presídio de Santarém-PA, novembro de 2004 a abril de 2005.

Idade	Estatística					
	Número de observações	Idade mínima	Idade máxima	Idade média	Me-diana	Desvio padrão
Contra a vida	145	18	72	26.71	23.00	9.78
Contra o Patrimônio	114	18	53	23.27	21.50	6.56
Contra os Costumes	38	18	75	36.13	30.50	16.21
Tráfico de Entorpecentes	47	18	50	28.89	25.00	9.73

Fonte: Pesquisa de campo, 2005.

3.2 O Estado civil dos presos

Das pessoas que cometeram crimes, a maior parcela vive em regime de casamento ou união estável, independente do crime praticado, sendo a categoria de tráfico de drogas a que possui o maior percentual de indivíduos que apresentam esse tipo de relacionamento, com 60,90%, acompanhada pela categoria de crimes contra os costumes, com 59,37%. Com relação ao estado civil solteiro, o maior percentual encontra-se nas categorias de crimes contra o patrimônio e contra os costumes, 44,72% e 37,50%, respectivamente. Essas informações são observadas na Tabela 4.

Tabela 4 – Estado civil dos indivíduos que se encontravam presos no presídio de Santarém-PA, por categorias de crimes, março a abril de 2011.

Estado civil	Solteiro	Casado	União Estável	Separado	Viúvo
Categorias de crimes					
Contra a Vida	31 (36,47%)	10 (11,77%)	33 (38,82%)	11 (12,94%)	0 (0%)
Contra o Patrimônio	55 (44,72%)	7 (5,69%)	55 (44,72%)	6 (4,87%)	0 (0%)
Contra os Costumes	12 (37,5%)	05 (15,62%)	14 (43,75%)	01 (3,13%)	0 (0%)
T. Drogas	53 (33,97%)	11 (7,05%)	84 (53,85%)	07 (4,49%)	01 (0,64%)

Fonte: Pesquisa de campo (2011).

Confrontando esses resultados com o da pesquisa anterior (GUIMARÃES, 2008), pouca coisa muda. Na pesquisa anterior, a maior parcela da população pesquisada vive em regime de casamento ou união estável. A categoria de tráfico de drogas possui o maior percentual de indivíduos que apresentam esse tipo de relacionamento, com 61,7%, acompanhada pela categoria de crimes contra os costumes, com 57,89%. Com relação ao estado civil solteiro, o maior percentual encontra-se nas categorias de crimes contra a vida e contra o patrimônio, 48,97% e 47,37%, respectivamente, conforme observado na Tabela 5.

Tabela 5 – Estado civil dos indivíduos que se encontravam presos no presídio de Santarém-PA, por categorias de crimes, novembro de 2004 a abril de 2005.

Estado civil	Solteiro	Casado	União Estável	Separado	Viúvo
Categorias de Crimes					
Contra a Vida	71 (48,97%)	27 (18,62%)	44 (30,34%)	03 (2,07%)	0 (0%)
Contra o Patrimônio	54 (47,37%)	12 (10,53%)	45 (39,47%)	3 (2,63%)	0 (0%)
Contra os Costumes	10 (26,32%)	06 (15,79%)	16 (42,10%)	05 (13,16%)	01 (2,63%)
T. Drogas	16 (34,04%)	07 (14,89%)	22 (46,81%)	02 (4,26%)	0 (0%)

Fonte: Pesquisa de campo (2005).

3.3 Escolaridade do detento

Na pesquisa foi levada em consideração a última série cursada pelo detento, como forma de computar essa informação. Assim, as categorias de crimes contra o patrimônio e crimes contra a vida apresentam o menor nível educacional, em termos relativos, pois 82,11% e 80% dos detentos, respectivamente por categorias, possuem, no máximo, 4 (quatro) anos de estudo. A categoria de crimes de tráfico de drogas apresenta um nível educacional elevado, ou seja, 17,95% dos detentos dessa categoria possuem mais de 4 até 8 (oito) anos de estudo e 22,44% mais de 8 (oito) anos de estudo, ou seja, 40,39% possuem mais de quatro anos de estudo. Essas informações são apresentadas na Tabela 6.

Tabela 6 – Escolaridade dos indivíduos que se encontravam presos no presídio de Santarém-PA, por categorias de crimes, março a abril de 2011.

Item	Escolaridade		
	Até 4 anos de estudo	Mais de 4 até 8 anos de estudo	Mais de 8 anos de estudo
Contra a Vida	68 (80,00%)	12 (14,12%)	05 (5,88%)
Contra o Patrimônio	101 (82,11%)	13 (10,57%)	09 (7,32%)
Contra os Costumes	25 (78,12%)	04 (12,5%)	03 (9,38%)
Tráfico de Drogas	93 (59,61%)	28 (17,95%)	35 (22,44%)

Fonte: Pesquisa de campo (2011).

Confrontando esses resultados com a pesquisa de 2005 (GUIMARÃES, 2008), os indivíduos da categoria de crimes contra a vida continuam com baixo nível educacional, porém os indivíduos da categoria de crimes contra o patrimônio aparecem com o menor nível educacional, substituindo crimes contra os costumes, que na pesquisa anterior era a categoria de menor nível educacional. Já a categoria de crimes de tráfico de entorpecentes continua apresentando um nível educacional elevado, ou seja, na pesquisa anterior (2005), 57,45% dos detentos dessa categoria possuem mais de 4 anos de estudo e na pesquisa atual (2011), 40,39% possuem esse nível de estudo. Essas informações são apresentadas na Tabela 7.

Tabela 7 – Escolaridade dos indivíduos que se encontravam presos no presídio de Santarém-PA, por categorias de crimes, novembro de 2004 a abril de 2005.

Item Categorias de Crimes	Escolaridade		
	Até 4 anos de estudo	Mais de 4 até 8 anos de estudo	Mais de 8 anos de estudo
Contra a Vida	93 (64,14%)	38 (26,21%)	14 (9,62%)
Contra o Patrimônio	56 (49,12%)	51 (44,74%)	07 (6,14%)
Contra os Costumes	25 (65,79%)	10 (26,32%)	03 (7,89%)
Tráfico de Drogas	20 (42,55%)	22 (46,81%)	05 (10,64%)

Fonte: Pesquisa de campo (2005).

3.4 Identificação de vínculo empregatício dos presos

As respostas computadas referem-se à situação do detento no que tange a possuir ou não trabalho formal, isto é, com carteira assinada (o que lhe proporciona algumas garantias) ou sem carteira assinada (pequenos serviços de curta duração, em oficinas mecânicas, em áreas de garimpo, em pequenos comércios e “bicos” de maneira geral), antes da ocorrência do delito.

Assim, tendo como base a situação contratual do detento ao desenvolver certa atividade, percebe-se que em todas as categorias a maior parte dos presos trabalhava sem carteira assinada. Na de crimes contra a vida, 98,82% estavam na informalidade. Em delitos contra o patrimônio, o trabalho informal atingiu o maior percentual entre as categorias, ou seja, chegou a 100%. Contra os costumes apurou-se um percentual de 96,88%, enquanto tráfico de drogas atingiu o menor percentual por categoria, 96,15%.

Tabela 8 – Vínculo empregatício dos indivíduos que se encontravam presos no presídio de Santarém-PA, por categorias de crimes, março a abril de 2011.

Crimes Emprego	Categorias de crimes				TOTAL
	Contra a Vida	Contra o Patrimônio	Contra os Costumes	Tráfico de Drogas	
Formal	01 (1,18%)	0 (0%)	01 (3,12%)	06 (3,85%)	08 (2,02%)
Informal ou desempregado	84 (98,82%)	123 (100%)	31 (96,88%)	150 (96,15%)	388 (97,98%)
TOTAL	85	123	32	156	396

Fonte: Pesquisa de campo (2011).

Na pesquisa anterior (GUIMARÃES, 2008), na categoria de crimes contra a vida, 95,86% estavam na informalidade. Em delitos contra o patrimônio esse percentual foi de 95,61%. Contra os costumes apurou-se um percentual de 89,47%, o menor por categoria, enquanto no tráfico de drogas o trabalho informal atingiu o maior percentual, ou seja, chegou a 97,87%. Comparando-se esses resultados com a pesquisa atual, observa-se uma inversão significativa na categoria tráfico de drogas. Na pesquisa antiga, essa categoria apresentava o menor percentual de trabalhadores informais. Na pesquisa atual, a categoria de tráfico de drogas apresenta o maior percentual de trabalhadores informais.

4 PERFIL DOS DELITUOSOS DO ESTADO DO AMAPÁ

O primeiro relatório publicado pelo projeto de pesquisa e entregue à Coordenação do Curso de Direito da Universidade Federal do Amapá, referente aos dados apresentados, totalizava 13.715 processos em trâmite na Vara de Execução do Estado do Amapá (VEP), destacando-se desta totalidade a pesquisa somente sobre 3.104 processos, referentes aos artigos crimes do art. 121, 157 e 155 do Código Penal, cujo campo de amostragem pesquisado ficou restrito ao quantitativo, respectivamente, de 832 processos

do art. 121 do Código Penal; de 729 processos relativos ao art. 155 do Código Penal; e de 1544 processos relativos ao art. 157 do Código Penal, referentes às condenações no período de 2003 a 2012.

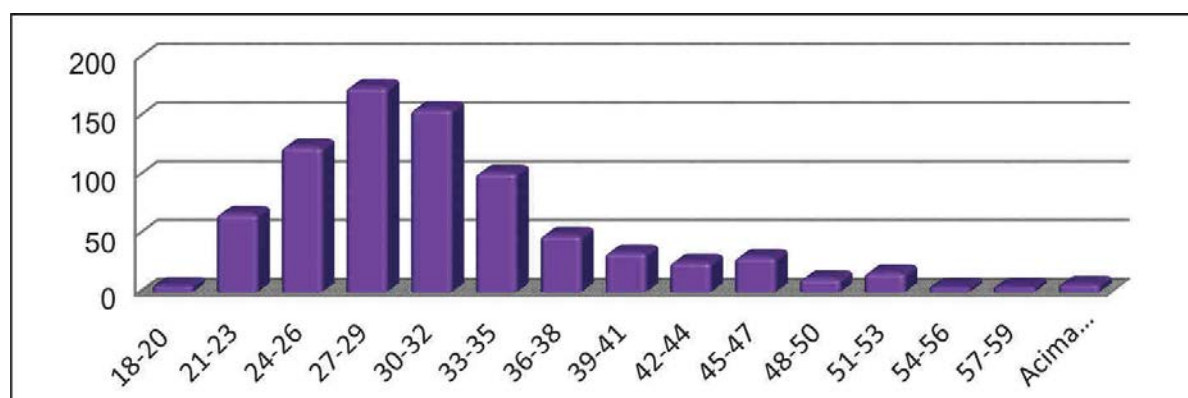
As coletas de dados com base no banco de dados da Vara de Execução Penal estão relacionadas a alguns poucos dados relevantes, de um perfil social aparente e por declaração dos próprios apenados em seu banco de dados eletrônicos, em poder do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá, os quais revelam um perfil do criminoso construído a partir de parâmetros de faixa-etária, estado civil, nível educacional e profissão.

4.1 Crime de Homicídio

a) A idade do criminoso

O Gráfico 7 do Relatório de Pesquisa do Projeto “Altos Estudos sobre a Criminalidade no Estado do Amapá” revela a faixa etária dos condenados nos crimes de homicídio em trâmite na Vara de Execução do Estado do Amapá:

Gráfico 7 – Faixa-etária dos condenados (art. 121, CPB).



Fonte: Banco de dados (JAP-2013).

Do total de 831 dos condenados na VEP, revela-se o predomínio de uma idade de 27 a 29 anos, como o período de maior incidência na prática do crime de homicídio.

Pode-se observar, ainda, que o intervalo de 24 anos a 32 anos de idade constitui o período de maior incidência na prática do crime de homicídio, ou

seja, do total de 831 dos condenados, esta faixa estaria constitui o percentual de 54,75% (455 condenados).

Do total de processos pesquisados, observa-se que 185 condenados perfaziam a idade acima de 32 anos até mais de 60 anos. Ou seja, os pesquisados nesse intervalo de idade perfazem o percentual de 22,26%.

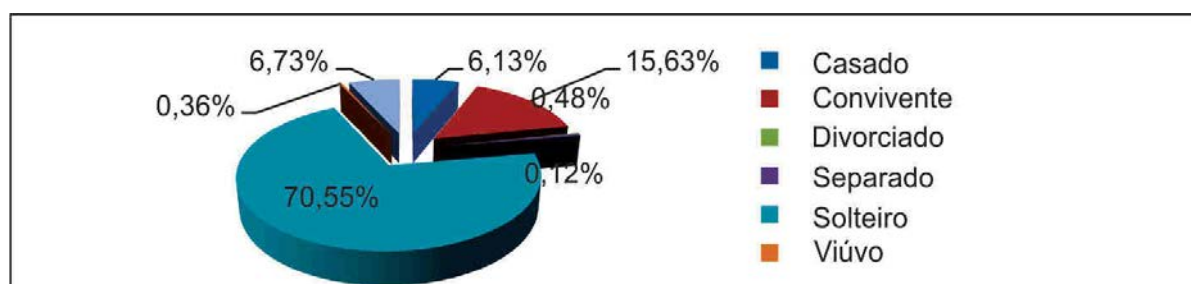
Observa-se ainda, do total de processos pesquisados, que na faixa etária 18 a 20 anos encontram-se 10 pessoas condenadas. Na faixa etária de 21 a 23 anos de idade, identificam-se 60 pessoas condenadas pelo crime de homicídio, do total de 831 processos pesquisados.

O número de não informados (células em branco) foi de 16 condenados, e dos mal informados, apenas 1 não foi investigado.

b) O Estado Civil dos presos

A ausência de relações familiares formais, revelada pelos dados coletados, aponta preferência dos presos pelo estado civil de solteiro no Amapá, caracterizando-se como uma categoria de pessoas com comportamento social pouco preocupado em construir laços emocionais na forma tradicional, conforme se observa no gráfico 8.

Gráfico 8 – Estado civil dos condenados (art. 121, CPB).



Fonte: Banco de dados (TJAP-2013).

A pesquisa realizada sobre 831 processos de condenados de crimes de homicídio em trâmite na VEP constata que 70,55% se declararam solteiros. Em números absolutos isso representa 587 solteiros. Identifica-se ainda que 15,63% ou 130 condenados se declaram na condição de conviventes.

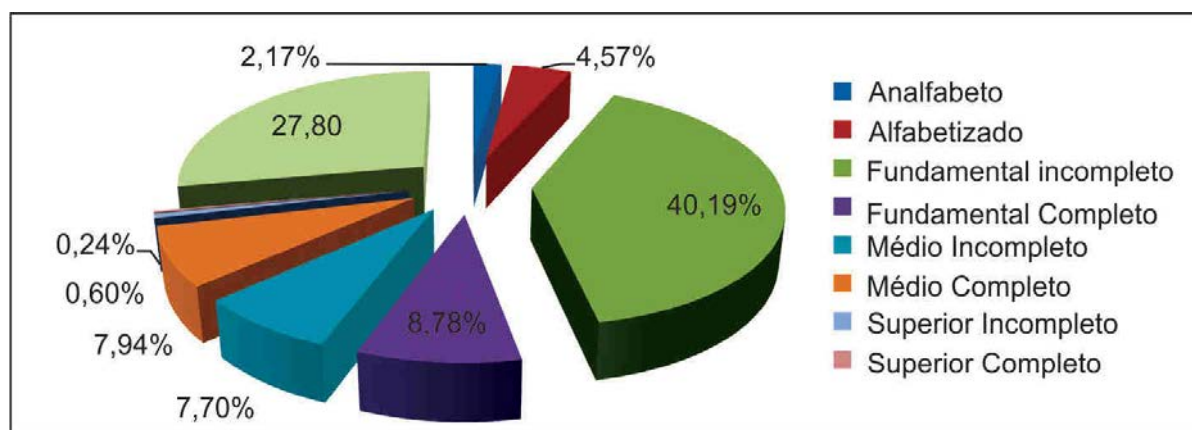
O percentual de casados e de pessoas que não informaram seu estado civil constitui, respectivamente, 6,13% (51 condenados) e 6,73% (56 condenados).

Do total de condenados pesquisados, observa-se que menos de 1% se declarou na condição de viúvo (3 condenados), de divorciado (1 condenado) e de separado (4 condenados).

c) O grau de escolaridade dos homicidas

Nesse contexto, vale observar os dados do Gráfico 9, que revela o nível educacional dos condenados com processos em trâmite perante a Vara de Execução do Estado do Amapá:

Gráfico 9 – Grau de instrução dos condenados (art. 121, CPB).



Fonte: Banco de dados (TJAP-2013).

Conforme o Gráfico 9, do total de 831 processos pesquisados, relativos aos crimes de homicídio, 40,19% (334 condenados) se declararam com educação de ensino fundamental incompleto.

A porcentagem de pessoas que não informaram seu grau de instrução constitui o total de 27,80% (231 condenados). Este quantitativo constitui quase um terço do total de processos pesquisados.

Na pesquisa observa-se que 8,78% dos condenados (73 pesquisados) se declararam com ensino fundamental completo; 7,94% dos condenados

(66 pesquisados) se declararam com ensino médio completo; e 7,70% dos condenados (64 pesquisados) se declararam com ensino médio incompleto.

Constata-se ainda o baixo índice de condenados com grau de instrução de nível superior completo (2 condenados) e de grau de instrução superior incompleto (5 condenados). Ou seja, o total de condenados não alcança o percentual de 1% dos pesquisados.

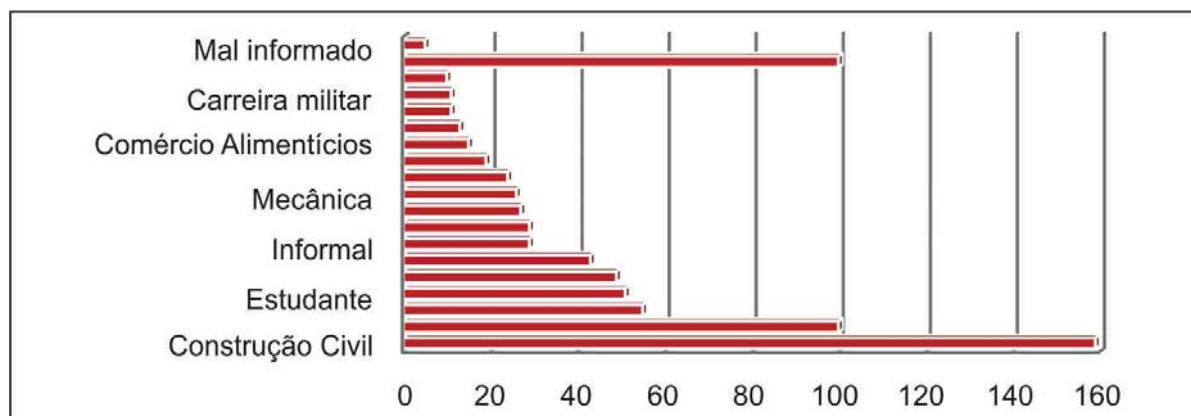
Do total de pesquisados, observa-se que 2,17% (18 condenados) se declararam na condição de analfabetos e 4,57% (38 condenados) se declararam como alfabetizados, mas não declararam com precisão seu grau de escolaridade.

d) O vínculo empregatício nas relações de trabalho dos presos

O baixo grau de escolaridade dos presos pode condicionar o tipo de atividade laboral desenvolvido por essa categoria. Assim, verifica-se a predominância de criminosos na atividade de construção civil e de serviços gerais, conforme os dados do Gráfico 10.

O Gráfico 10 está relacionado às profissões dos condenados sentenciados na Vara de Execução do Estado do Amapá. O gráfico reuniu segmentos de atividades para melhor representar as profissões dos condenados e somente considerou aquelas mais importantes, com números superiores a 10 incidências identificadas.

Gráfico 10 – Categoria de profissões dos condenados (art. 121, CP).



Fonte: Banco de dados (TJAP-2013).

Do total de 831 processos investigados por crimes de homicídio, verifica-se que 159 condenados se declararam em atividade na construção civil e 100 condenados se declararam vinculados à atividade de serviços gerais.

As demais atividades ficaram assim identificadas e a quantidade de pessoas condenadas: trabalhadores do campo (55 condenados); estudantes (51 condenados); trabalhadores autônomos (49 condenados); trabalhadores do extrativismo (43 condenados); trabalhadores informais (29 condenados); trabalhadores vinculados ao comércio (29 condenados); trabalhadores na área da mecânica (26 condenados) e trabalhadores desempregados (24 condenados).

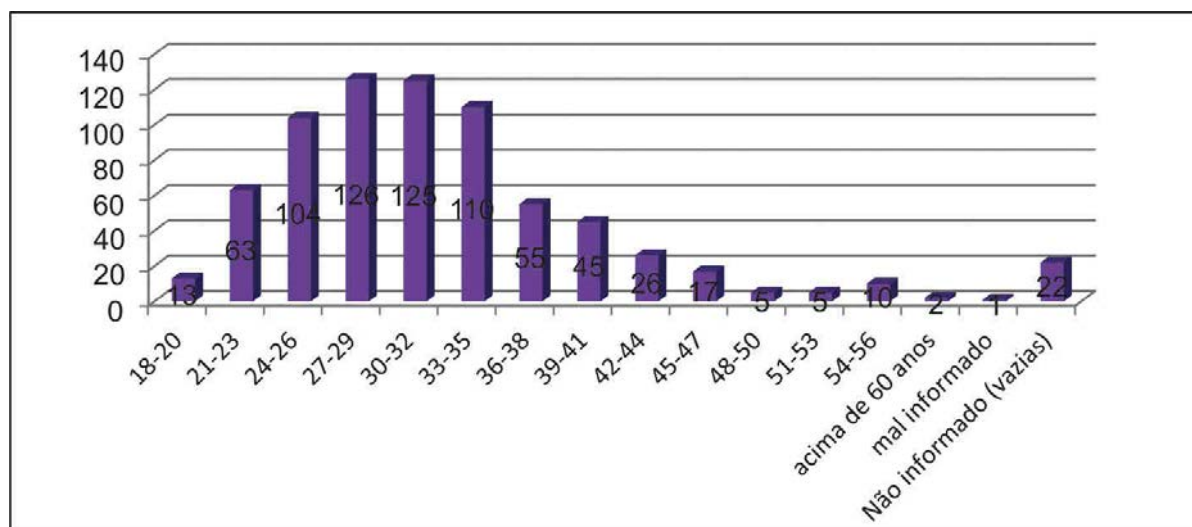
Abaixo de 20 hipóteses de incidência, encontramos outras categorias como: serviços de alimentos; comércio alimentício; doméstica; comércio informal; carreira militar e atividade artesanal.

4.2 Crime de Furto

a) A idade do criminoso

O Gráfico 11 revela a idade de maior incidência dos praticantes do crime de furto na VEP no período de 2003 a 2012:

Gráfico 11 – Faixa etária dos condenados (art. 155, CPB).



Fonte: Banco de dados/(TJAP-2013).

O Gráfico 11 decorre de pesquisa realizada sobre 729 processos de condenados da VEP pelo crime de furto (art. 155 do CPB) e está relacionada à faixa etária dos pesquisados. Desse total, 13 pessoas condenadas tinham entre 18 e 20 anos de idade; 63 pessoas condenadas possuíam entre 21 e 23 anos de idade; cerca de 104 pessoas condenadas se apresentaram entre 24 e 26 anos de idade; 5 condenados tinham entre 48 a 50 anos de idade; 2 pessoas condenadas possuíam a idade acima de 60 anos. Apenas 22 processos não informaram a idade e 1 estava mal informado ou indecifrável.

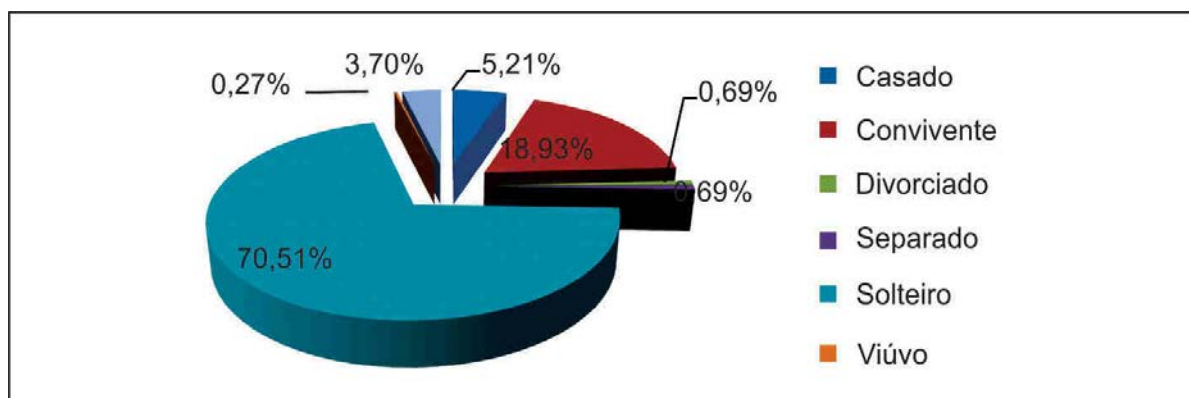
Os dados revelam que a idade entre os 27 a 29 anos de idade constitui o período de maior incidência na prática do crime de furto (126 condenados).

Observa-se, ainda, que a idade de 24 anos a 32 anos de idade constitui o período de maior incidência na prática do crime de furto, ou seja, 48,69% (355) de condenados.

b) O Estado Civil dos presos

O Gráfico 12 do Primeiro Relatório do Projeto de Pesquisa dos Altos Estudos sobre a Criminalidade no Estado do Amapá, resultado da investigação de 729 processos de condenados pelo crime de furto na VEP do Amapá, revela a relação dos agentes delituosos e a sua condição de estado civil:

Gráfico 12 – Estado civil dos condenados (art. 155, CPB).



Fonte: Banco de dados (TJAP-2013).

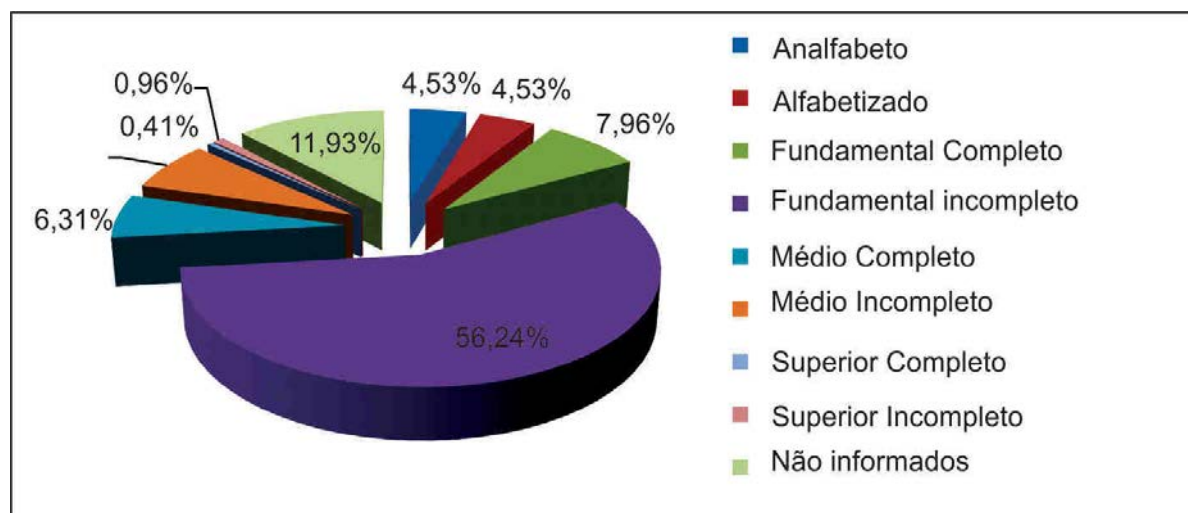
Na pesquisa observa-se que 70,51% (514 condenados) declararam condição de solteiro. Em ordem decrescente, identifica-se que 18,93% (138 condenados) são conviventes; 5,21% (38 condenados) se declararam como casados; 0,69% (5 condenados) declararam a condição de separados; 0,69% declararam a condição de divorciado (5 condenados) e 0,27% (2 condenados) se declararam na condição de viúvos.

Identificamos ainda que 3,7% (27 condenados) não informaram sua condição, estando em branco na tabela sua informação sobre o estado civil.

c) O nível de escolaridade dos criminosos

O Gráfico 13 do Primeiro Relatório do Projeto de Pesquisa dos Altos Estudos sobre a Criminalidade no Estado do Amapá identifica o grau de instrução dos condenados por crimes de furto em trâmite perante a Vara de Execução do Estado do Amapá, no período de 2003 a 2012:

Gráfico 13 – Grau de instrução dos condenados (art. 155, CPB).



Fonte: Banco de dados (TJAP-2013).

Conforme o Gráfico 13, dos 729 condenados pesquisados pelo crime de furto, 56,24% (410 condenados) possuem o ensino fundamental incompleto; 7,96% (58 condenados) declararam possuir o ensino fundamental completo; 7,13% (52 condenados) declararam possuir o ensino médio incompleto; 6,31%

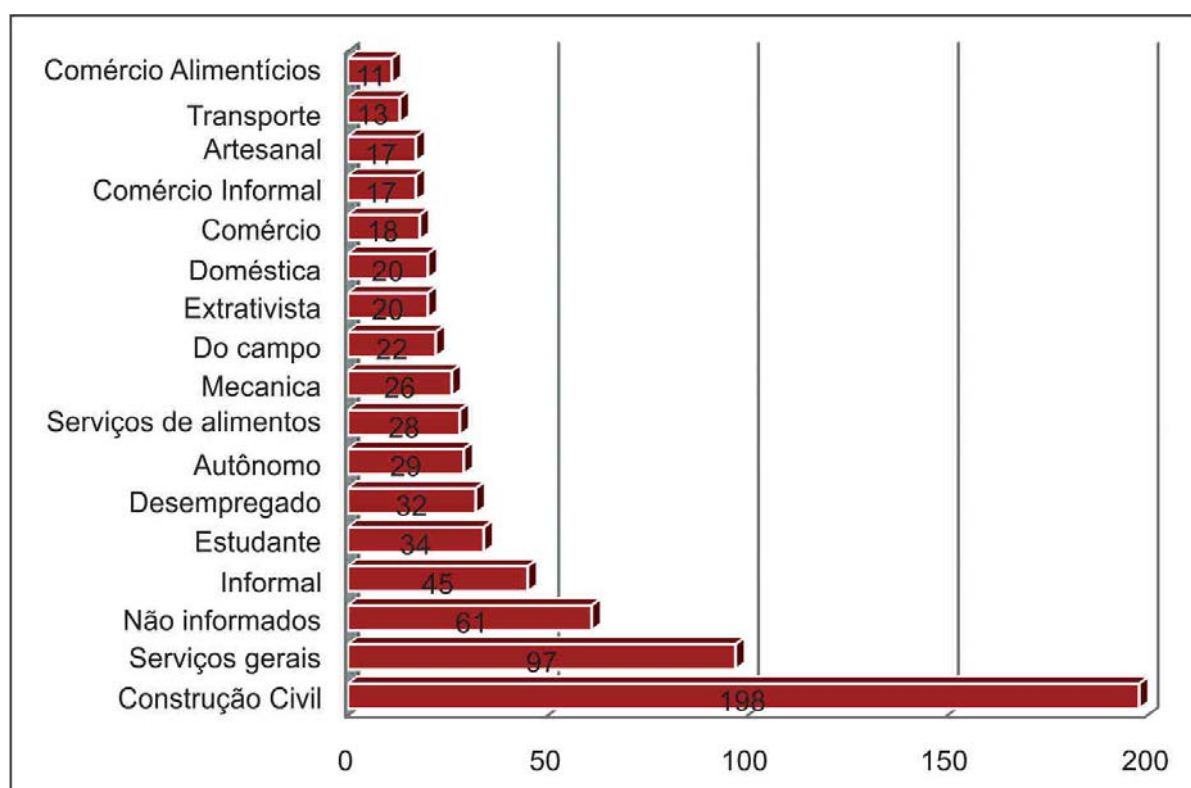
(46 condenados) declararam possuir o ensino médio completo; que 4,53% (33 condenados) declararam a condição de analfabetos; 4,53% (33 condenados) se declararam na condição de alfabetizados; 0,96% (7 condenados) declararam possuir ensino superior incompleto e 0,41% (3 condenados) declararam possuir ensino superior completo.

Apenas 11,93% (87 condenados) dos investigados não informaram o seu grau de escolaridade.

d) O vínculo empregatício dos condenados

O Gráfico 14 do Primeiro Relatório do Projeto de Pesquisa dos Altos Estudos sobre a Criminalidade no Estado do Amapá revela as principais profissões dos condenados por crime de furto na VEP no período de 2003 a 2012:

Gráfico 14 – Categoria de profissões dos condenados (art. 155, CPB).



Fonte: Banco de dados (TJAP-2013).

O Gráfico 14 está relacionado às profissões dos condenados sentenciados na Vara de Execução do Estado do Amapá. O gráfico reuniu segmentos de atividades para melhor representar as profissões e somente considerou aquelas mais importantes com número superior a 10 incidências identificadas.

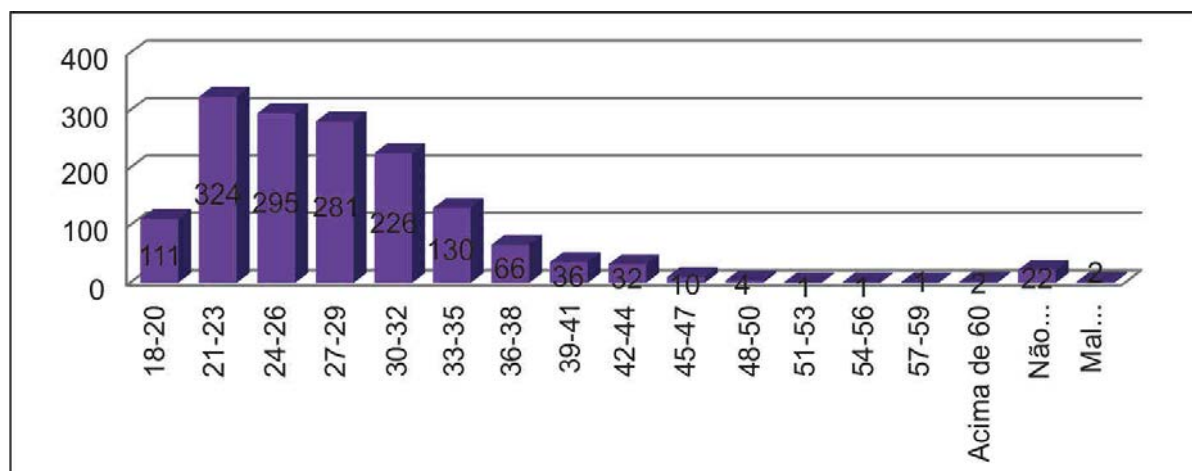
Do total de 688 processos investigados por crimes de furto, verifica-se que 198 condenados se declararam em atividade na construção civil, 97 condenados se declararam vinculados à atividade de serviços gerais e 45 condenados se declaram na condição de trabalhadores informais. Portanto, do total de 688 condenados investigados, 49,41% estão relacionados às atividades de serviços gerais, construção civil e atividade informal.

4.3 Crime de Roubo

a) A idade do criminoso

O Gráfico 15 do Primeiro Relatório do Projeto de Pesquisa dos Altos Estudos sobre a Criminalidade no Estado do Amapá é resultado da pesquisa sobre 1.544 processos dos condenados pelo crime de roubo na VEP do Estado do Amapá e revela a idade de maior incidência na prática do delito:

Gráfico 15 – Faixa etária dos condenados (art. 157, CPB).



Fonte: Banco de dados (TJAP-2013).

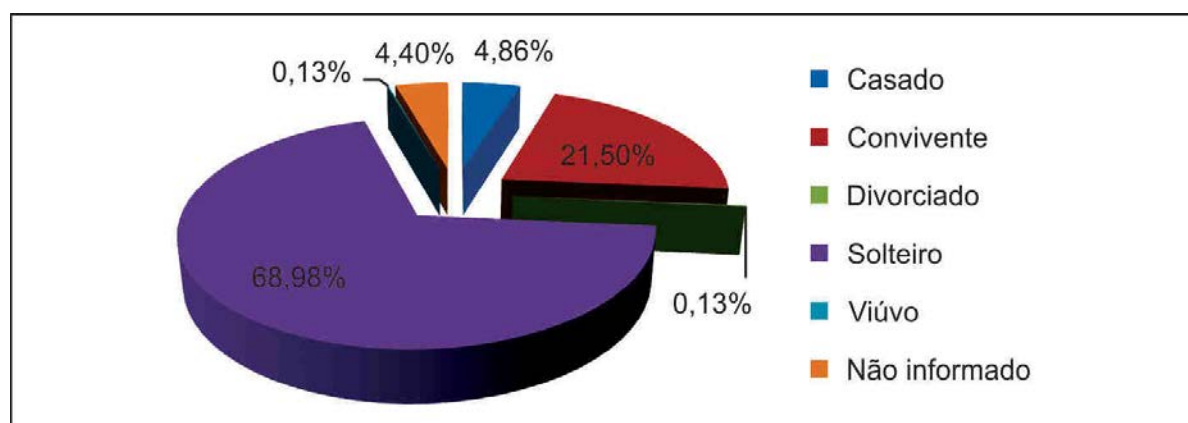
Pode-se observar que 111 pessoas condenadas tinham entre 18 e 20 anos de idade; 324 condenados possuíam entre 21 e 23 anos de idade; 295 pessoas condenadas possuíam entre 24 e 26 anos de idade; 226 pessoas condenadas possuíam entre os 27 e 29 anos de idade. Portanto, constata-se que a prática deste tipo de crime possui uma incidência maior na faixa entre 21 a 23 anos de idade, na qual se observa a ocorrência de 324 condenados pelo crime de roubo.

Na faixa de idade de 21 anos até 32 anos de idade, identifica-se o total de 1.126 condenados pelo crime de roubo, perfazendo o percentual de 72,92% do total dos 1544 dos condenados na VEP do Estado do Amapá.

b) Estado civil do preso

O Gráfico 16 do Primeiro Relatório do Projeto de Pesquisa dos Altos Estudos sobre a Criminalidade no Estado do Amapá diz respeito à pesquisa de 1.544 processos de condenados ao crime de roubo na VEP do Amapá e à sua condição de estado civil:

Gráfico 16 – Estado civil dos condenados (art. 157, CPB).



Fonte: Banco de dados (TJAP-2013).

De acordo com o gráfico acima, 68,98% dos apenados (1.065 condenados) se declararam solteiros; 21,5% dos apenados (332 condenados) se declararam na condição de conviventes; 4,86% (75 condenados) se declararam na condição

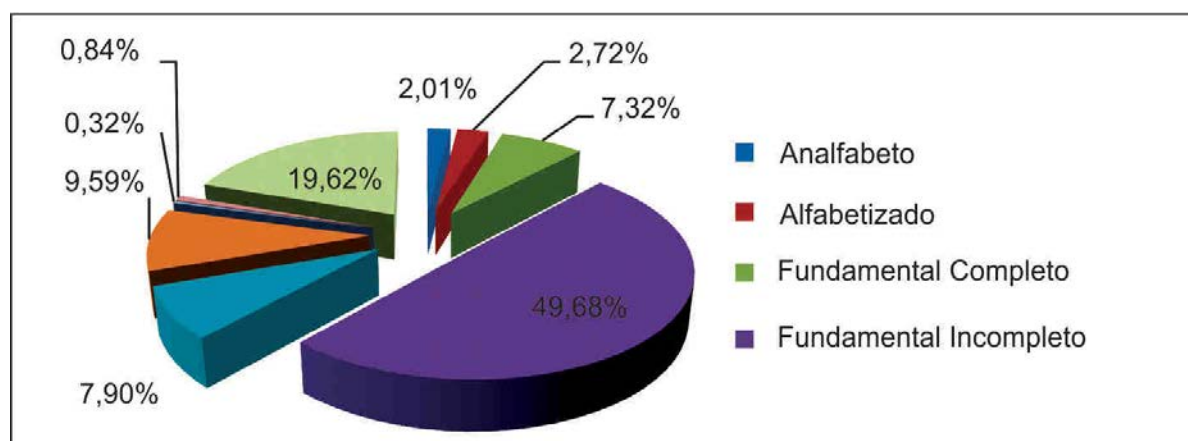
de casados; 0,13% (2 condenados) se declararam na condição de viúvos e outros 0,13% (02 condenados) se declararam na condição de divorciados.

Ademais, do total de 1.544 condenados pelo crime de roubo na VEP do Amapá, observa-se que 4,4% (68 condenados) não informaram a sua condição, estando as células em branco na tabela fornecida. Nesta amostragem não foi encontrado nenhum condenado com o estado civil de separado.

c) A escolaridade do condenado

O Gráfico 17 do Primeiro Relatório do Projeto de Pesquisa dos Altos Estudos sobre a Criminalidade no Estado do Amapá apresenta o perfil educacional dos condenados por crimes de roubo na VEP do Amapá:

Gráfico 17 – Grau de instrução dos condenados (art. 157, CPB).



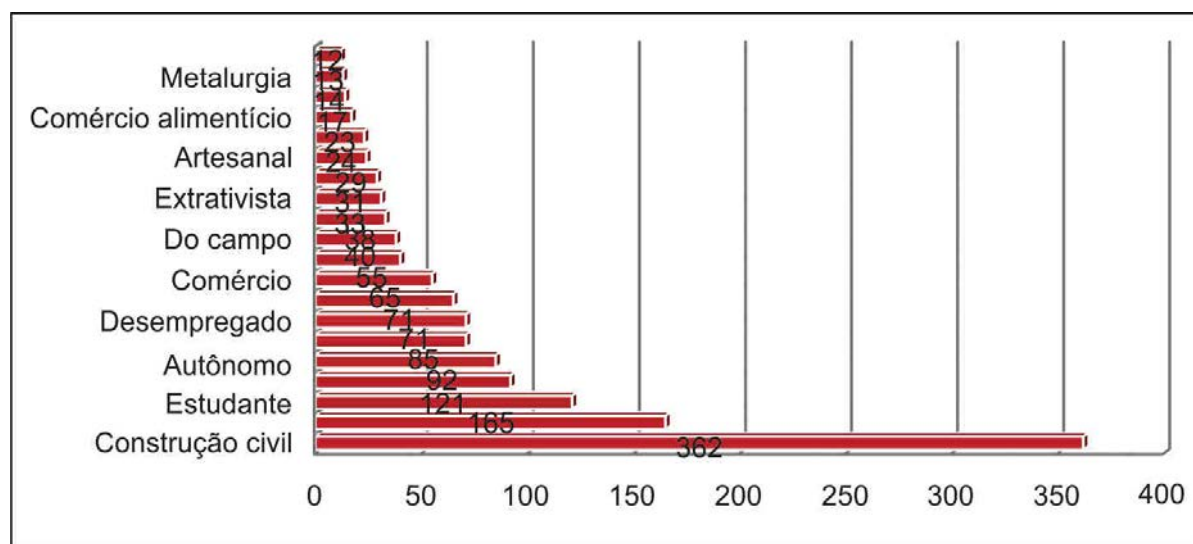
Fonte: Banco de dados (TJAP-201).

Conforme o Gráfico 17, do total de 1.544 processos pesquisados referentes aos condenados pelo crime de roubo na VEP do Estado do Amapá, 49,68% (767 condenados) possuem o grau de instrução de ensino fundamental incompleto; 2,72% (42 condenados) são apenas alfabetizados; 2,01% (31 condenados) são analfabetos; 0,84% (13 condenados) possuem o ensino superior incompleto e 0,32% (5 condenados) possuem a instrução de superior completo. O grau de instrução dos outros 19,62% (303 condenados) não foi informado.

d) Sobre o vínculo empregatício do condenado

O Gráfico 18 do Primeiro Relatório do Projeto de Pesquisa dos Altos Estudos sobre a Criminalidade no Estado do Amapá está relacionado às profissões dos condenados devidamente sentenciados na VEP do Amapá. O gráfico reuniu segmentos de atividades para melhor representar as profissões e somente considerou aquelas mais importantes, com número superior a 10 incidências identificadas.

Gráfico 18 – Categoria de profissões dos condenados (art. 157, CPB)



Fonte: Banco de dados (TJAP-2013).

Do total de 1.331 processos investigados, 362 condenados (27,19%) exerciam sua profissão vinculada à construção civil; 165 condenados (12,39%) exerciam atividade vinculada a serviços gerais e 65 condenados (4,8%) exerciam a sua atividade no mercado informal.

Portanto, conforme o Gráfico 18, observa-se, nos condenados pelos crimes de roubo na VEP do Estado do Amapá, a existência de um baixo nível de qualificação profissional ou nenhuma qualificação profissional nos praticantes desse tipo de ilícito penal.

5 CONCLUSÕES

A comparação dos dados do estado do Amapá e da cidade de Santarém revela grandes semelhanças no perfil dos presos dessas localidades, especialmente em relação ao baixo grau de instrução dos envolvidos na criminalidade.

Isto nos permite concluir que os cidadãos do estado do Amapá e da cidade de Santarém não têm igual oportunidade de acesso aos sistemas de desenvolvimento socioeconômico regulares e oficiais e apresentam tendência a desrespeitar as regras formalmente impostas pela lei.

Como consequência, apresentam-se dados elevados de prática de crime contra o patrimônio, refletindo a frustração da maioria da população em obter condições de sustentabilidade e sucesso profissional, tanto que a maioria dos presos do Amapá e de Santarém realiza trabalho informal ou ocupa subempregos, na maioria das vezes compatíveis com seu baixo grau de escolaridade.

Tantos aspectos comuns revelam que a região Norte do Brasil carece de perspectivas de crescimento socioeconômico, colecionando razões multifatoriais que impulsionam a maioria da população jovem a dedicar-se à prática de crimes em lugar de promover a cultura da paz.

A realidade local precisa ser transformada com vistas a atingir um grau de civilidade capaz de diminuir gradativamente os índices de criminalidade, fortalecer as atividades de política pública nos diversos setores da sociedade e proteger a credibilidade das instituições envolvidas com a prevenção, o combate e a ressocialização dos criminosos.

Os resultados da pesquisa alertam as autoridades para discutir novos parâmetros de enfrentamento dos assuntos afetos à segurança pública e garantir a efetividade da legislação de proteção à vida, ao patrimônio, à intimidade sexual e a tantos outros direitos fundamentais violados pela criminalidade desenfreada e crescente da região Norte.

Segundo Entorf e Spengler (2002), representantes da Teoria Interacional, a atividade criminosa não é uma constante, mas um processo que se inicia por volta dos 12 ou 13 anos, é intensificado aos 16 ou 17 anos, continuando esse processo até os 30 anos. Nesse sentido, a criminalidade é entendida como causa e consequência de uma série de relações recíprocas observadas ao longo do tempo. Assim, a ocorrência de diferenciados tipos de crimes em Santarém está estritamente relacionada com a faixa etária do indivíduo jovem.

Os resultados dos crimes contra o patrimônio, especialmente no Amapá, permitem inferir a baixa eficácia de eventuais políticas governamentais de prevenção e combate à criminalidade, com a óbvia necessidade de reforçar toda a rede de órgãos da segurança pública, revelando a importância de planejar ação integrada dos agentes públicos, com apoio da comunidade.

Os dados pesquisados também possibilitam inferir o envolvimento de pessoas em idade produtiva em crime de homicídio, com baixa participação de jovens entre 18 e 20 anos. Tal situação permite discutir possíveis prejuízos sob o aspecto econômico e educacional aos envolvidos na criminalidade, considerando que a faixa-etária dos criminosos interfere diretamente no seu acesso ao mercado de trabalho e ao desenvolvimento intelectual dessa categoria.

Sob o aspecto do nível de escolaridade dos criminosos, podemos concluir que a educação é um dos instrumentos que favorece o processo de socialização do indivíduo. Por isso, a dificuldade de acesso do sujeito aos sistemas de desenvolvimento escolar pode ser um fator determinante para um defeituoso condicionamento do seu processo de socialização. Conseqüentemente, o nível de escolaridade do criminoso pode interferir na sua conduta social, no seu processo de desenvolvimento moral e cognitivo, de forma a permitir que o indivíduo siga modelos sociocondutuais ou da aprendizagem social.

REFERÊNCIAS

BARAÚNA, Augusto C. F. et. al. **Altos estudos sobre a criminalidade no Estado do Amapá**. Primeiro Relatório. Macapá-AP, 2013.

ENTORF, H.; SPENGLER, H. **Crime in Europe causes and consequences**. [S. l.]: Springer, 2002.

GUIMARÃES, Jarsen L. C. **Motivações do crime segundo o criminoso: condições econômicas, interação social e herança familiar**. 180 f. 2012. Tese - (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido), Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, PA, 2012.

GUIMARÃES, Jarsen L. C. Criminalidade econômica: análise dos fatores econômicos e sociais que influenciam as categorias de crimes no Município de Santarém-PA. **Revista UDESC em Ação**, v. 2, n 1. Santa Catarina, 2008.

MOLINA, Antônio G. P. et al. **Criminologia**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

SANTARÉM. Polícia Civil. **Setor de operações**: informações sobre registro de ocorrências. Dados gerados pela 16ª Seccional urbana de Santarém, 2012.

8 OBCRIT – OBSERVATÓRIO CRIMINAL DO TAPAJÓS. UTILIZANDO O *GOOGLE MAPS* PARA MAPEAMENTO DA CRIMINALIDADE NAS CIDADES DA REGIÃO DO TAPAJÓS

*Bruno Machado de Melo*¹

*Jarsen Luis Castro Guimarães*²

*Adriano Del Pino Lino*³

*Abner Vilhena de Carvalho*⁴

1 INTRODUÇÃO

Este artigo é a segunda parte de um trabalho dividido em um grande tripé: motivações da criminalidade, indicadores da criminalidade e políticas públicas. Na primeira parte buscou-se observar, identificar as motivações da criminalidade. Nesse segundo momento, a partir do conhecimento das motivações, partiu-se para a construção de indicadores da criminalidade. Em um terceiro momento buscar-se-á a construção de políticas públicas específicas de prevenção da criminalidade. A partir dos resultados finais o grande trabalho será apresentado aos órgãos de segurança e aos poderes

¹ Graduando do Curso de Sistema da Informação do Instituto de Engenharia e Geociências da Universidade Federal do Oeste do Pará. E-mail: brunomachadodemelo@gmail.com.

² PhD pela Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). Doutor em Ciências: Desenvolvimento Socioambiental pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU) – NAEA/UFPA. Professor do Programa de Ciências Econômicas e Desenvolvimento Regional (PCEDR), Diretor do Instituto de Ciências da Sociedade (ICS)/UFOPA e Coordenador do OBCRIT. E-mail: jarsen@bol.com.br.

³ Mestre em Engenharia Elétrica (computação aplicada) pela Universidade Federal do Pará (2007). E-mail: adrianolino@gmail.com.

⁴ Mestre em Economia Pelo Programa de Pós-Graduação em Economia da UFPA. Professor da Universidade Federal do Oeste do Pará. Pesquisador CAPES. Pesquisador do OBCRIT. E-mail: abnervilhena@hotmail.com. E-mail: abnervilhena@hotmail.com

Executivo, Legislativo e Judiciário, a fim de uma implementação prática de um combate mais efetivo ao crime.

Há mais de dez anos um pesquisador sonhou em tratar a questão da criminalidade na região Oeste do Pará de maneira científica. A pesquisa avançou e uma equipe de professores pesquisadores e acadêmicos de diversas áreas do conhecimento, destacando-se economistas, sociólogos, das ciências jurídicas, geógrafos, estatísticos, pedagogos, entre outros, uniram-se à ideia inicial e contribuíram para o desenvolvimento de parte dos estudos que serão apresentados. Formou-se o Observatório Criminal do Tapajós (OBCRIT), fruto de um Projeto Maior da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), o Rede Brasil Amazônia de Gestão Estratégia em Defesa, Segurança Pública e Desenvolvimento.

Em 2004 foi feita a primeira grande pesquisa em um presídio da região Oeste do Pará. A fim de constatar as motivações do crime naquela região, para investigação da possível relação existente entre variáveis socioeconômicas e criminalidade, os crimes praticados por detentos da Penitenciária de Santarém foram divididos em quatro categorias: 1) Crimes contra a vida; 2) crimes contra o patrimônio; 3) crimes contra os costumes; e 4) crimes de tráfico de entorpecentes. A base de dados foi obtida com aplicação de questionários entre os reclusos daquele estabelecimento, nos meses de novembro de 2004 a abril de 2005. A população carcerária pesquisada oscilou de 350 a 380, sendo aplicados 353 questionários, praticamente o universo de presos no presídio. Foi escolhida para a pesquisa somente a população carcerária masculina. Todos os questionários foram aplicados pelo autor (GUIMARÃES, 2008).

Na pesquisa, do total de questionários preenchidos, 145 delitos foram classificados na categoria de crimes contra a vida (118 homicídios e 27 tentativas de homicídio); 38 contra os costumes (32 crimes de estupro e 6 tentativas de estupro); 114 contra o patrimônio (88 crimes de roubo e 26 de furto, extorsão e estelionato) e 47 de tráfico de entorpecentes. Observaram-se outros tipos de crimes; porém, devido ao número pequeno de observações, não foram trabalhados.

Posteriormente, nos meses de março a abril de 2011, a base de dados foi ampliada, com a replicação dos questionários em presos provisórios ou condenados pela Justiça. Nesse período, a população carcerária pesquisada oscilou de 500 a 520, sendo preenchidos 408 questionários, praticamente o universo de presos no presídio, uma vez que a maior parte do restante de presos participou da pesquisa anterior realizada em 2004/2005.

O trabalho para identificar as motivações teve duas vertentes de análise nesta segunda parte da pesquisa. Na primeira, procura-se entender o comportamento do indivíduo envolvido na atividade criminosa, analisando-se resultados obtidos, comparados aos previstos nas teorias revisadas. Na segunda, via estimação de modelos econométricos, estuda-se a relação existente entre as categorias de crimes e as variáveis socioeconômicas obtidas com a aplicação do questionário. A parte econométrica segue a metodologia utilizada por Mendonça, Loureiro e Sachida (2003a), Shikida et al. (2005), Shikida et al. (2006), chegando-se a um modelo de variável qualitativa tipo Probit (JOHNSTON; DINARO, 2001), com aplicação do procedimento de Heckman (1979), relativo à correção de viés de seleção⁵.

Como resultado final observou-se que a motivação básica para o preso cometer crimes é diferente entre as quatro categorias pesquisadas: nos crimes contra a vida observou-se a interação social como a principal motivação; nos crimes contra os costumes a interação social e a herança familiar; nos crimes contra o patrimônio a condição econômica do indivíduo; e a motivação do preso por tráfico de entorpecentes encontrou apoio nas questões econômicas, na interação social e na herança familiar do indivíduo.

A busca da explicação da realidade a partir de uma visão totalizante do mundo está na essência da filosofia desde a Grécia antiga. Segundo Engel (2003), encontram-se vestígios de preocupação e reflexão acerca do fenômeno criminalidade em pensadores como Platão (*As Leis*), segundo o qual as causas dos crimes derivam da paixão, da loucura, da procura do “prazer” e da ignorância. Já para Aristóteles (*Tratado da Política*), a causa do crime

⁵ Este trabalho utiliza apenas informações de indivíduos presos, ou seja, não trabalha com variável *controle*. Daí a necessidade de se corrigir o viés de seleção da amostra.

tinha origem na miséria e o criminoso como inimigo da sociedade deveria ser castigado (Ética a Nicómaco).

Atualmente, a questão da criminalidade mobiliza toda a sociedade na discussão de como combatê-la ou minimizá-la em tempos tão complexos, nos quais os valores, a pobreza, o esmagamento pelo consumo estão à prova o tempo todo.

Nesse sentido, o presente estudo busca mapear a criminalidade em Santarém-PA e nas áreas de fronteira da região Oeste do Pará, construindo indicadores para a criminalidade, por bairros e por categorias de crimes.

A importância e inovação desta pesquisa está em estudar o agente ativo do crime e não a vítima, a partir da divisão dos crimes em categorias. Os dados foram obtidos por meio de uma parceria entre o OBCRIT e a Polícia Militar de Santarém e das cidades de fronteira desta região, Polícia Civil e o Centro de Perícias Criminais Renato Chaves.

Pesquisadores que desenvolvem pesquisas nessa área têm declarado a falta de veracidade das informações secundárias, bem como da dificuldade de obter dados específicos sobre certos temas. Como exemplo, destaca-se o estudo de Santos e Kassouf (2008) sobre as evidências e controvérsias das causas da criminalidade, os quais relatam as dificuldades encontradas nas pesquisas empíricas, destacando a total indisponibilidade de dados e a alta taxa de sub-registros nos dados oficiais. Assim, nem sempre os dados secundários trabalhados expressam claramente a realidade estudada.

O tema criminalidade é um dos assuntos de maior preocupação por parte dos governantes do mundo todo. Segundo a Secretaria Nacional de Segurança Pública (BRASIL, 2007), as estratégias de policiamento que funcionaram há décadas passadas não estão sendo mais eficazes. É necessária a modernização e incentivos em inovações tecnológicas capazes de acompanhar o crescente avanço da criminalidade.

Com o advento da era da informação e a disponibilidade gratuita de ferramentas que permitem a geolocalização, como o *Google Maps*, estas têm contribuído muito para o desenvolvimento a baixo custo de soluções que

associam bases de dados com georreferenciamento em tempo real, fomentando o desenvolvimento e a modernização de sistemas capazes de substituir os antigos mapas de alfinetes, utilizados historicamente pelas polícias do Brasil e do mundo (HARRIES, 1999).

O Observatório Criminal do Tapajós é um trabalho que surge a partir da necessidade de apresentar à sociedade, de forma clara e objetiva, os indicadores de criminalidade por bairros de cidades que estão localizadas na região Oeste do Pará, conhecida como região do Tapajós, são elas: Santarém, Almeirim e Oriximiná.

A ideia de desenvolver esse tipo de sistema nasce a partir de um subprojeto aprovado pela Capes, com duração de 3 anos (2013-2016), denominado Rede Brasil-Amazônia de Gestão Estratégica em Defesa, Segurança Pública e Desenvolvimento, que conta com a participação das três maiores universidades do Pará: Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade do Estado do Pará (UEPA), Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) e a Organização Não-Governamental Instituto de Estudos Contemplorâneos e Cooperação Internacional-IECint, São Paulo. Cada uma dessas universidades tem um subprojeto dentro do Rede-Brasil Amazônia, sendo de responsabilidade da UFOPA a criação e manutenção dos indicadores de criminalidade do OBCRIT.

Este projeto conta com a participação de pesquisadores (as) e alunos (as) dos cursos de Economia, Gestão Pública e Direito, do Instituto de Ciências da Sociedade (ICS) e do curso de Sistemas de Informação (BSI) do Instituto de Engenharia e Geociências (IEG) da UFOPA.

Os aspectos que fundamentaram o desenvolvimento da pesquisa foram os estudos em 2008 sobre as motivações que levam o indivíduo a cometer determinados crimes, com o tema: Criminalidade Econômica: Análise de Fatores Econômicos e Sociais que Influenciam as Categorias de Crimes no Município de Santarém-PA. Nesse trabalho, desenvolvido pelo professor Jarsen Luís Castro Guimarães, foram agrupadas variáveis para analisar a

relação entre a criminalidade e os indicadores econômicos e sociais dos presos da Penitenciária Agrícola de Santarém-Pará.

Segundo Guimarães (2008), o tema criminalidade tem despertado o interesse de estudiosos do Brasil e do resto do mundo. Nesse sentido, tem-se observado vários estudos sobre esse assunto, porém com diferentes abordagens. Com a criação dos indicadores por bairros das cidades anunciadas anteriormente, objetiva-se uma melhor visualização do aumento da criminalidade, além de proporcionar à sociedade e aos órgãos competentes a criação de políticas públicas de combate à criminalidade.

O uso de tecnologia de georreferenciamento, combinado com dados concretos retirados da própria polícia militar, torna-se uma poderosa alternativa para a instrumentalização de políticas públicas de combate à criminalidade urbana. Neste contexto, a apresentação de um sistema de armazenamento, consulta e análise de dados referentes à criminalidade na região do Tapajós é a finalidade principal deste estudo, abrindo um leque de visualizações, não apenas para a sociedade em geral, mas também para as autoridades responsáveis pela segurança pública, demonstrando o uso de localização no mapa como uma alternativa de grande valor para o tratamento de questões relacionadas à segurança pública.

A presente pesquisa encontra-se estruturada da seguinte forma: na seção 2, são apresentados os trabalhos correlatos; na seção 3, apresentam-se os objetivos, geral e específico; na seção 4 são conduzidas as metodologias utilizadas para o desenvolvimento do sistema; a seção 5 descreve os resultados obtidos; e na seção 6 anunciam-se as conclusões e trabalhos futuros decorrentes desta pesquisa.

2 TRABALHOS CORRELATOS

Nesta seção serão apresentados estudos relacionados ao tema criminalidade, com enfoque aos sistemas que utilizaram mapas para apresentação das informações. Para cada um destes sistemas será descrito o

seu funcionamento e a forma com que o criador buscou solucionar o problema de segurança pública no desenvolvimento de atividades pertinentes à área de conhecimento.

O ambiente desenvolvido por Bornhofen e Tenfen (2008) descreve um sistema de informação geográfico (SIG) como forma de inclusão da informática nos setores da polícia que ainda se utilizavam de mapas de alfinetes para a elaboração de estratégias de análise e planejamento de combate à criminalidade. Entretanto, a grande dificuldade encontrada por eles foi a aquisição de uma base cartográfica, ou seja, de um mapa georreferenciado da região policiada. A solução então encontrada pelos dois policiais do 10º Batalhão de Polícia Militar do município de Blumenau, Santa Catarina, foi a criação de um sistema que utiliza dados armazenados no sistema do Centro de Operações Policial Militar (COPOM) para apresentação por meio do *Google Maps*, produzindo uma ferramenta que não gerasse custos adicionais aos cofres públicos desse município. O trabalho apresenta as ocorrências listadas no mapa, com a descrição das mesmas, juntamente com os seus respectivos ícones personalizados.

Em trabalho mais recente (SANTANA et al., 2013), também há uma clara demonstração da necessidade do emprego das tecnologias como forma de prevenção e até mesmo resolução dos problemas encontrados na área de segurança pública. O ambiente desenvolvido descreve a criação de um sistema que se utiliza de algoritmos genéticos e de recursos do *Google Maps* para agrupamento de ocorrências policiais e identificação de pontos estratégicos por meio da identificação de centroides (Centros Geométricos de Agrupamentos), com a finalidade de preveni-las, proporcionando assim uma melhor alocação de recursos humanos e materiais do efetivo policial. No ambiente apresentado, os criadores descrevem que, apesar de os sistemas disponíveis no país utilizarem, em sua maioria, apenas bases de dados de ocorrências e consultas parametrizadas, alguns com visualização cartográfica de dados, os sistemas ainda oferecem pouco ou nenhum tipo de direcionamento para as ações de segurança pública, ou seja, uma indicação que auxilie os

gestores na tomada de decisão. O sistema apresenta o mapa com os pontos separados por cores para cada crime. Os pontos centrais são destacados com um X para identificar o local onde deve ser feita a intervenção policial.

Como visto, observa-se que os estudos relacionados à segurança pública têm ganhado foco nos últimos anos em todo o país. O sistema de Bornhofen e Tenfen (2008) busca apresentar os crimes na cidade de uma maneira geral, sem a divisão por bairros ou categorias. Outro ponto é que os autores buscaram trabalhar com dados oriundos de ligações destinadas à central de polícia, que por dia recebe diversos tipos de contatos, “trotes” ou não, o que dificulta a visualização dos crimes de maneira precisa e eficaz. Já no sistema de Santana (2013), apesar de também se utilizar de dados vindos de uma central, nota-se que o autor apresenta uma forma de tratamento das informações apresentadas visando a não apenas mostrar as ocorrências no mapa, mas sim à utilização de algoritmos que apresentem formas de intervenção policial em locais com um número excessivo de ocorrências de determinado crime.

No OBCRIT a intenção inicial do criador era criar indicadores de criminalidades dividindo-os em categorias de crimes por bairros: Crimes contra a Pessoa; Contra a Dignidade Sexual; Contra o Patrimônio; Tráfico de Drogas; e Acidentes de Trânsito, a partir de dados oriundos dos Boletins de Ocorrências da Polícia Militar. Ou seja, de situações que realmente ocorreram e que podem ser utilizadas de maneira a apresentar a real situação em que se encontra a cidade. Porém, no decorrer do desenvolvimento, foram surgindo novas ideias de visualização, buscando formas de identificar a incidência dos crimes em diversas áreas da cidade. A diversidade faz com que o usuário veja os pontos no mapa de uma maneira geral (em toda a cidade), de uma maneira restrita (apenas em um bairro) ou de uma maneira específica (por determinado crime), facilitando a criação de políticas públicas de prevenção por parte das autoridades. Afinal, não há a necessidade de criação de barreiras policiais (*blitz*) em ruas onde há pouco movimento, ou até mesmo palestras de tráfico de drogas em locais onde há um maior índice de violência doméstica. A polícia não pode estar em todos os lugares ao mesmo tempo e, portanto, é

preciso criar estratégias eficazes de prevenção. Segundo Chiavegatto (2000, p. 218): “Já é sabido que não é a tecnologia, mas sim o seu uso apropriado que cria valor agregado, pois, na era do conhecimento, a capacidade de adquirir, tratar, interpretar e utilizar a informação de forma eficaz é que promove o diferencial estratégico”.

3 OBJETIVOS

3.1 Objetivo Geral

O objetivo principal desse trabalho é apresentar para a população os indicadores de criminalidade por bairros e a visualização dos crimes nas cidades da região do Tapajós, neste momento: Santarém, Almeirim e Oriximiná. Para que isso ocorra, o sistema desenvolvido utiliza os dados dos boletins de ocorrências do 3º Batalhão de Polícia Militar do Estado do Pará e das funcionalidades contidas na API do *Google Maps*.

3.2 Objetivos Específicos

Para alcançar o objetivo principal, o estudo foi dividido em etapas menores, são elas:

- a) Levantamento dos dados do BO/PM (Boletim de Ocorrência da Polícia Militar do Estado do Pará);
- b) Utilização do *Google Maps*;
- c) Criação de um *software online* de cadastro;
- d) Criação um *site*.

4 METODOLOGIA

4.1 Colaboradores do Projeto

Para o desenvolvimento das atividades específicas do estudo empírico foram necessários os dados e a ajuda de alguns colaboradores. São eles:

- a) **3º Batalhão de Polícia Militar do Estado do Pará (3º BPM-PA)**: Forneceu os dados dos Boletins de Ocorrências das cidades envolvidas, contribuindo nas tabulações e no processo de especificação das categorias de crimes.

b) Capes: Um grande parceiro que contribuiu com o apoio financeiro de todo o projeto Rede Brasil-Amazônia de Gestão Estratégica em Defesa, Segurança Pública e Desenvolvimento.

c) Polícia Civil do Estado do Pará: Contribuiu na escolha das categorias de crimes e nos tipos de dados que seriam cadastrados no banco de dados do projeto.

d) Universidade Federal do Oeste do Pará: Contribuiu no espaço físico para a elaboração dos trabalhos, na contribuição financeira para bolsistas e voluntários e com alunos e professores que fazem parte desta instituição de ensino.

4.2 *Google Maps*

A utilização da API (segundo o *site* Tecmundo, acrônimo de *Application Programming Interface* ou, em português, Interface de Programação de Aplicativos) *Google Maps* ocorre devido à maioria dos usuários estarem familiarizados com os recursos dessa ferramenta. Para quem não conhece, o *Google Maps* é um serviço de pesquisa e visualização de mapas e imagens de satélite da Terra, lançado em fevereiro de 2005. Ele conta com vastas funcionalidades, dentre elas, pode-se destacar o *Street View* que nada mais é que um recurso do *Maps* que disponibiliza vistas panorâmicas permitindo aos usuários ver partes de algumas regiões do mundo ao nível de rua. Essas ferramentas são gratuitas na *web*, fornecidas e desenvolvidas pela empresa Google.

No trabalho desenvolvido por Bornhofen e Tenfen (2008), afirma-se que a importância do *Google* é algo inegável, pois, além de constituir uma ferramenta de buscas, oferece uma gama de aplicativos para as mais diferentes áreas ou necessidades. Como o acesso e o uso do *Google Maps* são gratuitos, e o próprio sistema incentiva que se desenvolvam novas formas de utilização, por meio do oferecimento dos chamados códigos fontes, a opção de escolha da ferramenta torna-se algo totalmente viável, pois elimina a necessidade de aquisição de um mapa georreferenciado, o que geralmente envolve um grande investimento.

4.3 Ferramentas de Desenvolvimento Utilizadas

a) **MySQL Workbench:** é uma ferramenta visual unificada para arquitetos de bancos de dados e desenvolvedores. Ela fornece modelagem de dados, desenvolvimento de *SQL* e ferramentas de administração abrangentes para configuração do servidor, administração de usuários, *backup* e muito mais. Disponível para sistemas operacionais Windows, Linux e Mac OS X. Ela inclui tudo o que um modelador de dados precisa para a criação de modelos entidade-relacionamento complexos, e engenharia reversa, e também oferece recursos essenciais para a realização de tarefas de gestão e documentação de mudanças difíceis que normalmente requerem muito tempo e esforço (*MYSQL WORKBENCH*, 2014).

b) **SQLYog:** é um programa desenvolvido pela WEByog *Enterprise* que possibilita a edição de bancos de dados *MySQL*, que são baseados na linguagem *SQL*. Utilizado na criação, edição, sincronização de banco de dados internos e em servidores (*SQLYog*, 2014).

c) **Wamp Server:** é um *software* publicado sob a GNU *General Public License* desenvolvido pela *PHP Team*. É usado para instalar rapidamente no computador os softwares *PHP 5*, *MySQL* e *Apache*, disponibilizando suporte ao uso de scripts *PHP* localmente no *Windows* (*WAMP SERVER*, 2014).

d) **Dreamweaver:** é uma excelente ferramenta de gerenciamento de *sites* e criação de páginas da Web que gerencia todas as principais tarefas de criação de sites, da criação do código *HTML*, *CSS* e *JavaScript* ao gerenciamento de arquivos e *links* e o *upload* de páginas concluídas para a Web (*DREAMWEAVER*, 2014).

e) **FileZilla:** Cliente *FTP*, *FTPS* e *SFTP* simplificado e multiplataforma com diferentes recursos, além de uma interface gráfica simples, com todas as funções do programas distribuídas em abas. Com o auxílio desse *software* é possível enviar arquivos de qualquer computador pessoal, *notebook* ou qualquer outro dispositivo que possua suporte ao programa, para os servidores de hospedagem de *sites* da Internet (*FILEZILLA*, 2014).

f) **Hostinger Brasil:** Hospedagem de *site* com suporte a diversos tipos de linguagens de programação e ilimitados serviços de: espaço em disco,

transferência de dados, números de *websites*, banco de dados, acesso *FTP*, entre outros (HOSTINGER Brasil, 2014).

g) *Visual Paradigm for UML*: é uma ferramenta CASE com várias opções de modelagem com os diagramas da *UML2* e que também oferece suporte a diagramas de requisitos SysML e a diagramas ER (Entidade-relacionamento). A ferramenta possui um bom ambiente de trabalho, o que facilita a visualização e manipulação do projeto de modelagem. É uma ferramenta comercial e também oferece suporte a transformações específicas para códigos-fonte de algumas linguagens de programação como, por exemplo, *C++* e *Java* (VISUAL PARADIGM, 2014).

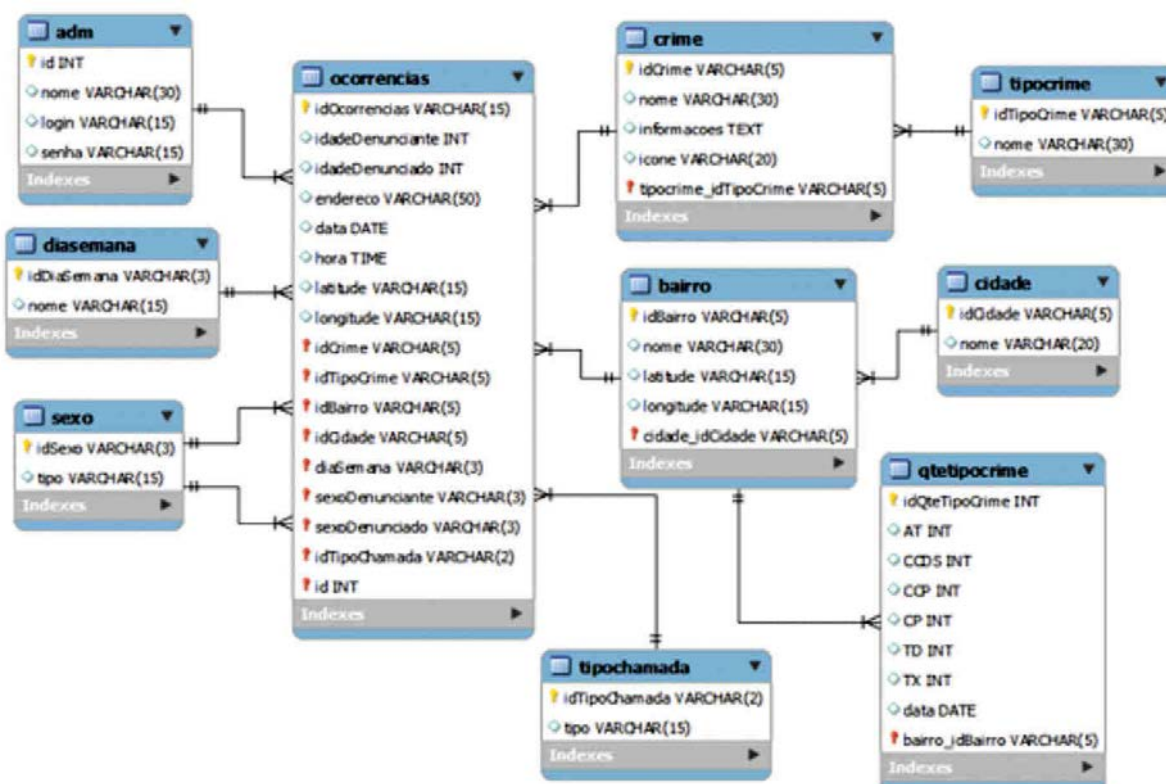
4.4 Diagrama de Entidade-Relacionamento

O diagrama de Entidade-Relacionamento (Figura 1) ilustra como estão divididas as tabelas e os relacionamentos entre as mesmas no banco de dados do OBCRIT. A tabela Cidade faz o seu único relacionamento com a tabela Bairro, a partir da premissa que uma cidade contém vários bairros, mas um bairro pertence apenas a uma única cidade. Esse tipo de relacionamento evita conflitos de nomenclaturas, pois caso ocorra de algum bairro ter o mesmo nome que outro, as cidades serão diferentes. Portanto cada bairro se torna único para aquela cidade, não interferindo nos demais dados cadastrados. O mesmo ocorre com as tabelas Tipos de Crime (*tipocrime*) e Crime.

A premissa nesse momento é que um tipo de crime contém vários crimes dentro dele, por exemplo, agressão e assassinato são crimes contra a pessoa, por outro lado, furto e roubo são crimes contra o patrimônio, não podendo assim existir um crime pertencendo a dois tipos de crimes diferentes. Ao existir esse relacionamento de “um” para “muitos”, as tabelas que recebem o símbolo de vários, conhecido popularmente como “pé de galinha”, acaba também recebendo uma chave estrangeira, que nada mais é do que a chave primária da outra tabela do relacionamento. Na Figura 1 também é ilustrado que a tabela Crime está com um campo em vermelho, simbolizando a chave primária da tabela *tipocrime*. Sabendo disso, é possível entender o relacionamento das tabelas *adm*, *diasemana*, *sexo* e *tipochamada* com a tabela

Ocorrências. Um administrador pode realizar vários cadastros de ocorrências, bem como um dia da semana pode estar em várias delas. A tabela Sexo realiza duas ligações para ilustrar o sexo do denunciante e denunciado e a tabela Tipo de Chamada apresenta a origem daquela ocorrência (via 190, denúncia, entre outros). Ao final do diagrama, o banco de dados do OBCRIT estava com um total de 9 tabelas, mas ainda restava solucionar o problema das cidades que forneciam apenas os tipos de crimes por mês, como é o caso da cidade de Almeirim. Para isso, foi criada a última tabela denominada *qtetipocrime*, com os campos correspondentes a cada tipo de crime: AT, CCDS, CCP, CP, TD e TX, respectivamente, Acidente de Transito, Crimes Contra a Dignidade Sexual, Crimes contra a Pessoa, Crimes contra o Patrimônio, Tráfico de Drogas e Taxa de Homicídios. Nessa tabela são cadastradas apenas as quantidades de cada tipo de crime servindo apenas para esse tipo de visualização e evitando que a cidade fosse retirada do trabalho.

Figura 1 – Diagrama de Entidade-Relacionamento do OBCRIT.



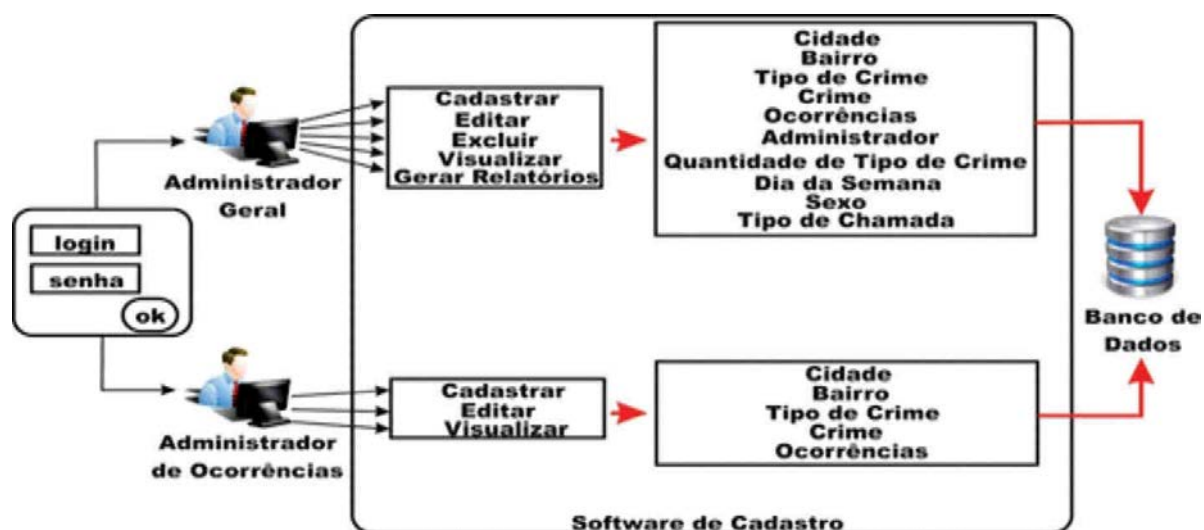
Fonte: Elaborado pelos autores.

4.5 Visão dos Administradores

Para que o usuário tenha acesso visual às informações no mapa é necessário que estas estejam previamente cadastradas no banco de dados. A Figura 2 ilustra como ocorre o cadastro dos dados contidos nos Boletins de Ocorrência na base de dados do sistema OBCRIT. Primeiramente, antes de ter acesso ao cadastro, o usuário habilitado deve previamente fornecer os dados de *login* e senha para que o sistema possa realizar a validação. A partir daí o usuário é verificado de duas formas possíveis: Administrador Geral e Administrador de Ocorrências. O primeiro citado pode realizar todas as atividades que o segundo faz, porém com alguns privilégios a mais, por exemplo, excluir qualquer tipo de informação, cadastrar administradores, cadastrar novo dia da semana, sexo, e tipo de chamada, entre outros. Além de também ter acesso à tabela Quantidade de Tipo de Crime (*qtetipocrime*), que como mencionada anteriormente, serve para cadastro de dados em cidades que não fornecem os boletins de ocorrências ao trabalho. Os administradores de ocorrências, por outro lado, só podem cadastrar, editar e visualizar as informações na base de dados, apenas das tabelas Cidade, Bairro, Tipo de Crime, Crime e Ocorrências. Esse tipo de divisão evita que pessoas, por qualquer intenção que seja, possam excluir ou danificar as informações do banco. Ao final de cada cadastro, o nome da pessoa que realizou a operação é salvo juntamente com a ocorrência, mantendo a integridade do sistema.

Um ponto considerado forte é que o sistema de cadastro está inserido diretamente no *site*, ou seja, está disponível totalmente *online*, facilitando o acesso dos administradores a qualquer momento e em qualquer lugar, sendo necessária apenas uma conexão e um navegador de Internet. Outro fator diz respeito à automação do sistema, já que, no momento em que as informações são salvas no banco, elas já podem ser visualizadas pelo usuário instantaneamente, sem a necessidade de qualquer atualização ou intervenção a partir desse ponto.

Figura 2 – Software de Cadastro do OBCRIT.



Fonte: Elaborado pelos autores.

4.6 Criação dos Pontos no Mapa

Ao ter acesso ao *site*, hoje hospedado no domínio www.obcrit.com, o usuário tem acesso a um menu principal, contendo Informações sobre o Trabalho, Galeria de Fotos, Fale Conosco e Estatística da Criminalidade. Nesse último menu, o usuário acessa o mapa da criminalidade que contém o mapa propriamente dito e o *ranking* dos crimes por bairros. No primeiro momento, por padrão, o mapa é inicializado com as informações referentes aos tipos de crimes de todos os bairros de Santarém no mês de julho de 2013. A partir daí a escolha fica a critério do usuário, podendo ser alterada sem maiores problemas. A Figura 3 ilustra o momento de interação do usuário e como ocorre a inserção dos pontos no mapa. A etapa 1 mostra que após as escolhas do usuário, um arquivo escrito em linguagem *Ajax* retém as informações e envia para o arquivo *JavaScript* contido na própria API do *Google Maps* num instante de pré-processamento da consulta. Esse tipo de mecanismo evita que seja feita uma atualização da página no momento da inserção dos pontos, o que levaria a várias aberturas da API do *Google Maps*. Vale ressaltar que toda essa etapa se faz necessária devido à quantidade limitada que o Google disponibiliza gratuitamente para a abertura do mapa, apenas 20.000 (vinte

mil) acessos diários. Na etapa 2, o arquivo é preparado pelo *JavaScript* para ser enviado ao arquivo *pontos.php*, responsável por realizar a conexão com o banco de dados e obter a consulta conforme solicitado. Nesse momento, já na etapa 3 o arquivo *pontos.php* recebe as escolhas e realiza a consulta escrevendo ocorrência por ocorrência resultante em um arquivo *Json*, conforme indica a etapa 4. Por fim, na etapa 5, o *JavaScript* do *Google Maps* aguarda o arquivo *Json* ser finalizado para automaticamente ler e escrever ponto a ponto no mapa. Vale a pena ressaltar que os pontos só são apresentados a partir dos valores de latitude e longitude informados em cada ocorrência e em cada bairro cadastrado no banco de dados.

Figura 3 – Etapas de Criação dos Pontos no Mapa.



Fonte: Elaborado pelos autores.

5 Resultados Obtidos

5.1 Ferramenta de Cadastro das Informações

A Figura 4 ilustra a visão dos administradores do OBCRIT. No lado esquerdo é possível visualizar o nome do Administrador (Bruno Machado) e logo abaixo o menu de cadastro. Ao ter acesso no sistema, o Administrador

Geral pode realizar o cadastro de outros administradores, excluir qualquer tipo de informação e gerar relatórios, tudo em um só lugar, enquanto o administrador de ocorrências apenas possui a visualização das cidades, bairros, tipos de crime, crimes e ocorrências, conforme apresentado na figura 2 deste trabalho.

Figura 4 – Software de Cadastro do OBCRIT.

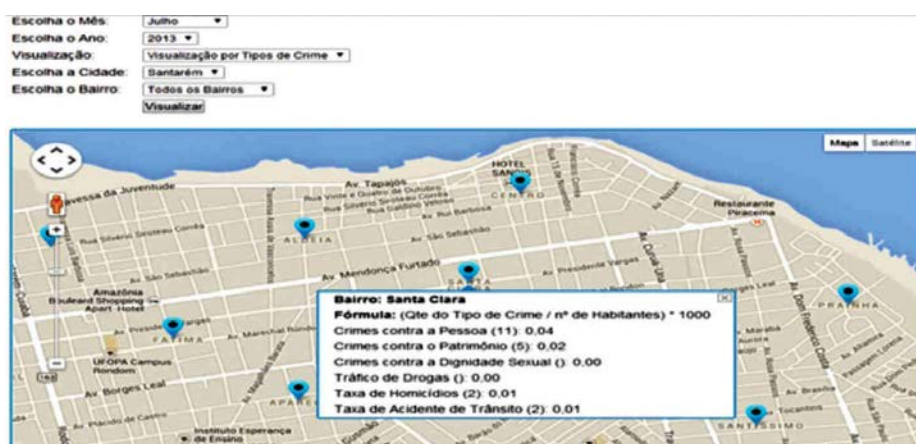
Id Ocorrências	Sexo Denunciante	Idade Denunciante	Sexo Denunciado	Idade Denunciado	Id Cidade	Id Bairro	Id Tipo Crime	Id Crime	Endere
01	Não Informado	0	Masculino	0	Santarém	Diamantino	Crime contra o Patrimônio	Extorsão	Rodov Curua Una
1	Masculino	0	Masculino	0	Santarém	Maracanã	Crime contra Pessoa	Ameaça	Av. Ferna Guillor
10/8	Masculino	0	Não Informado	0	Santarém	Centro	Crime contra Pessoa	Agressão	
100/8	Feminino	0	Não Informado	0	Santarém	Caranazal	Crime contra	Ameaça	

Fonte: Elaborado pelos autores.

5.2 Visualização por Tipos de Crimes

A figura 5 ilustra a visualização por tipos de crimes em cada bairro da cidade de Santarém. É possível visualizar as escolhas do usuário: mês de julho, ano 2013, visualização por tipos de crimes, cidade Santarém e todos os bairros. Cada ponto em azul corresponde a um bairro que ao ser clicado e abre uma janela com informações referentes aos indicadores de: Crimes contra a Pessoa, contra a Dignidade Sexual, contra o Patrimônio, Tráfico de Drogas, Acidente de Trânsito e Homicídios. O cálculo de cada indicador é feito para cada mil habitantes, ou seja, a quantidade de cada tipo de crime é dividida pela população da cidade e o resultado é multiplicado por mil, conforme apresentação na formula abaixo:

Figura 5 – Visualização por Tipos de Crimes.

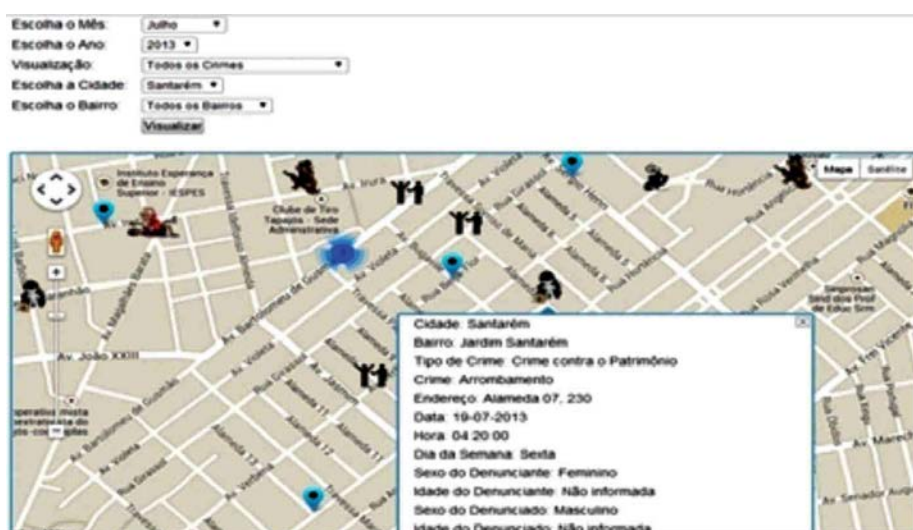


Fonte: Elaborado pelos autores com base nas imagens do site (www.obcrit.com.br).

5.3 Visualização por Todos os Crimes

A Figura 6 ilustra todos os crimes de Santarém, no período de julho de 2013 em todos os bairros. Nesse tipo de escolha o usuário tem uma visão geral de onde estão acontecendo os crimes na cidade. Como observado na Figura 6, alguns crimes possuem ícones personalizados e mesmo os que não possuem são simbolizados pelo ponto azul, por padrão. Do mesmo modo que ocorre na visualização por tipos de crimes, ao clicar no ícone, o usuário tem acesso a algumas informações como: cidade, bairro, tipo de crime, crime, endereço, data, hora, dia da semana, idade e sexo de denunciante e denunciado.

Figura 6 - Visualização por Crimes.

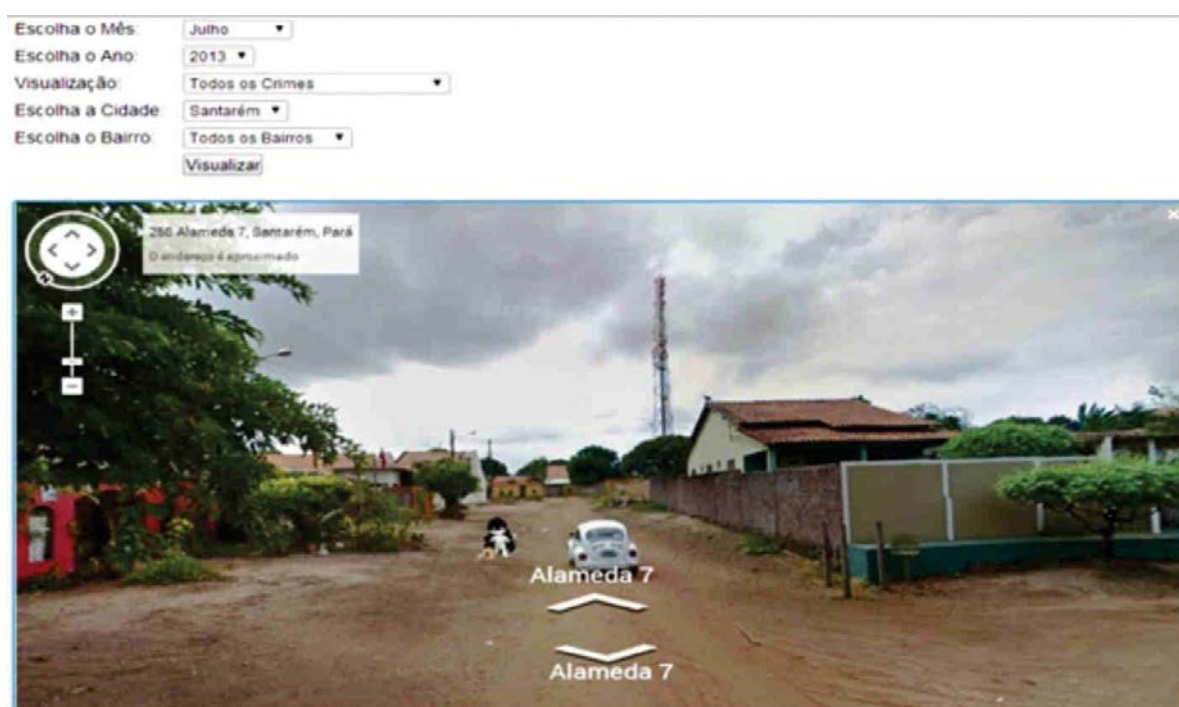


Fonte: Elaborado pelos autores com base nas imagens do site (www.obcrit.com.br).

5.4 Utilizando o *Street View* nas Ocorrências

Como mencionado anteriormente, o *Street View* é uma funcionalidade já contida na API do *Google Maps* que possibilita ao usuário visualizar as informações em nível de rua. Na Figura 7 se vê como o usuário consulta com maiores detalhes a ocorrência escolhida na figura 6 deste trabalho. Como observado anteriormente, o crime da Alameda 7 do bairro Jardim Santarém ocorreu no dia 19/7/2013 (sexta-feira) e foi categorizado como um crime contra o patrimônio, já que se tratava de um arrombamento. A grande vantagem de se utilizar esse tipo de serviço é a “viagem” que o usuário faz até o local do crime, podendo verificar com detalhes o tipo de rua (se é asfaltada ou não), iluminação (poucos postes de iluminação ou não), e a característica que possivelmente possa ter chamado a atenção do criminoso.

Figura 7 – Utilizando a Funcionalidade *Street View* nas Ocorrências.

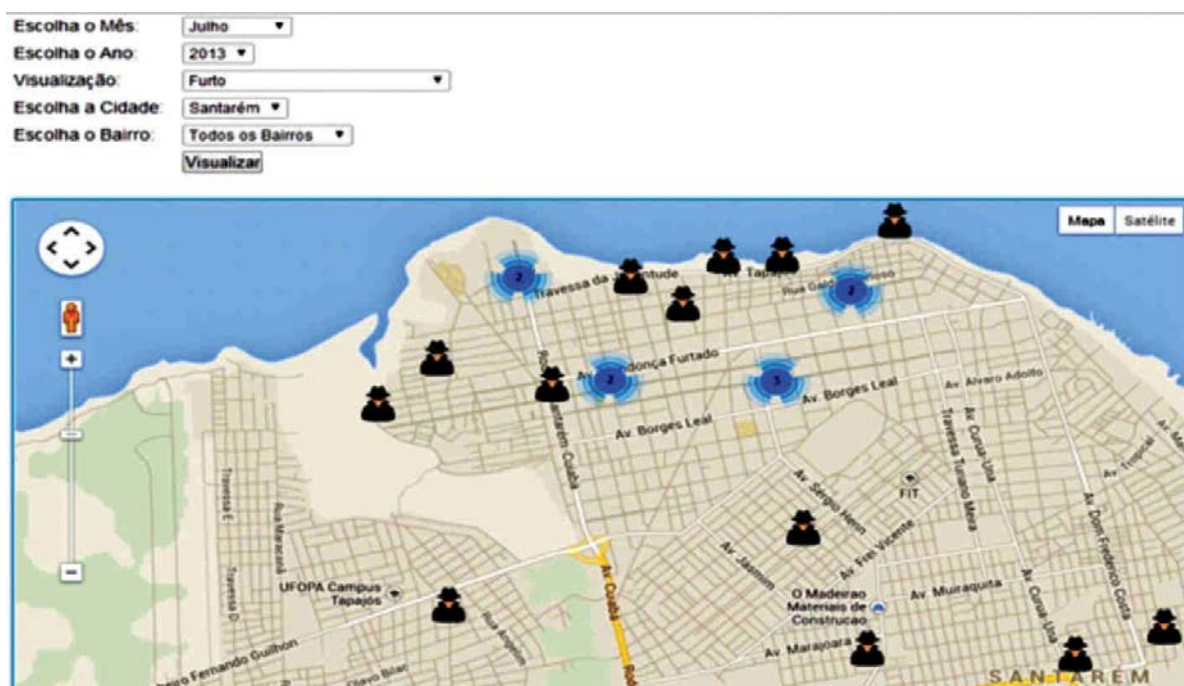


Fonte: Elaborado pelos autores com base nas imagens do site (www.obcrit.com.br).

5.5 Visualização por Crime Específico

A Figura 8 ilustra o usuário tendo uma visualização por um determinado crime escolhido. Os crimes se concentram localizados na região Central da cidade, devido ao grande acúmulo de lojas e de bens duráveis e não duráveis.

Figura 8 – Visualização por um Crime Específico.



Fonte: Elaborado pelos autores com base nas imagens do site (www.obcrit.com.br).

5.6 Busca detalhada

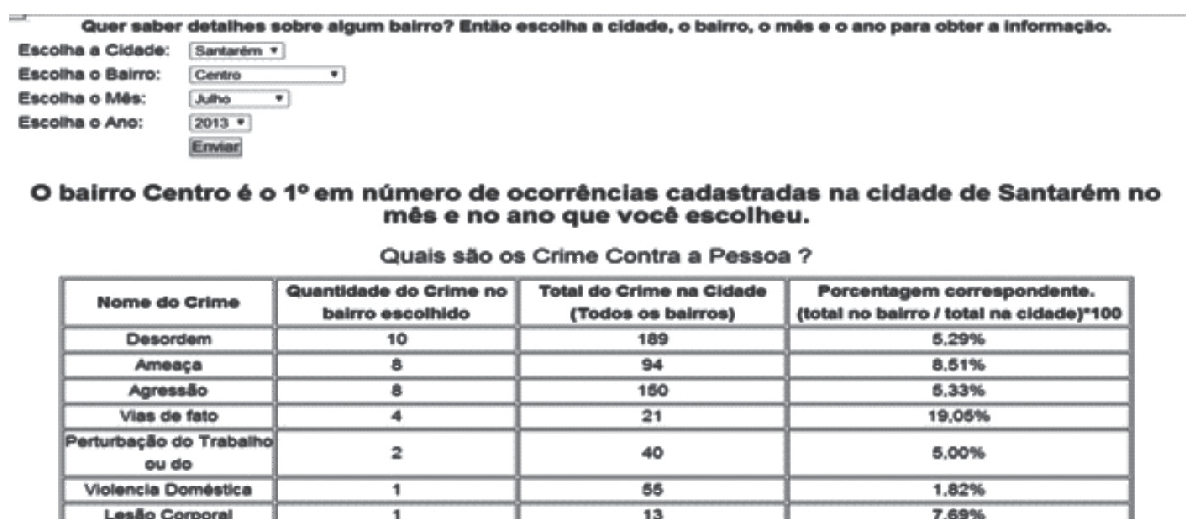
A busca detalhada é uma funcionalidade do OBCRIT para o usuário interessado em saber quais os tipos de crimes e os crimes que estão acontecendo com maior frequência em seu bairro ou em um bairro específico de sua escolha. Essa funcionalidade está inserida no menu de estatísticas da criminalidade e o usuário pode facilmente ter acesso a ela através do menu principal.

Do mesmo modo que ocorre na utilização do mapa da criminalidade, a busca detalhada também requer que o usuário faça escolhas: cidade, bairro, mês e ano. A Figura 9 ilustra a escolha do usuário pelo mês de julho, no ano de 2013, na cidade de Santarém e no bairro Centro. Após realizar a consulta, o sistema retorna que o bairro escolhido se encontra na posição de número 1 em relação aos bairros com maior incidência de ocorrências na cidade, no mês e no ano escolhidos. Após apresentar essa mensagem, a figura mostra que o sistema passa a listar os tipos de crimes, juntamente com os crimes mais reincidentes no período escolhido. Para finalizar, o sistema apresenta ao

usuário a quantidade de crimes na cidade e os compara com o bairro escolhido, estabelecendo uma porcentagem entre eles conforme a fórmula:

A Figura 9 ilustra que o crime de desordem foi o crime contra a pessoa que mais ocorreu no bairro Centro no mês de julho de 2013, com 10 ocorrências cadastradas. Por outro lado, foram registrados 189 crimes dessa natureza na cidade de Santarém, ou seja, os crimes de desordem do bairro centro correspondem a 5,29% em relação aos crimes de desordem cadastrados na cidade de Santarém em julho de 2013.

Figura 9 – Busca Detalhada.

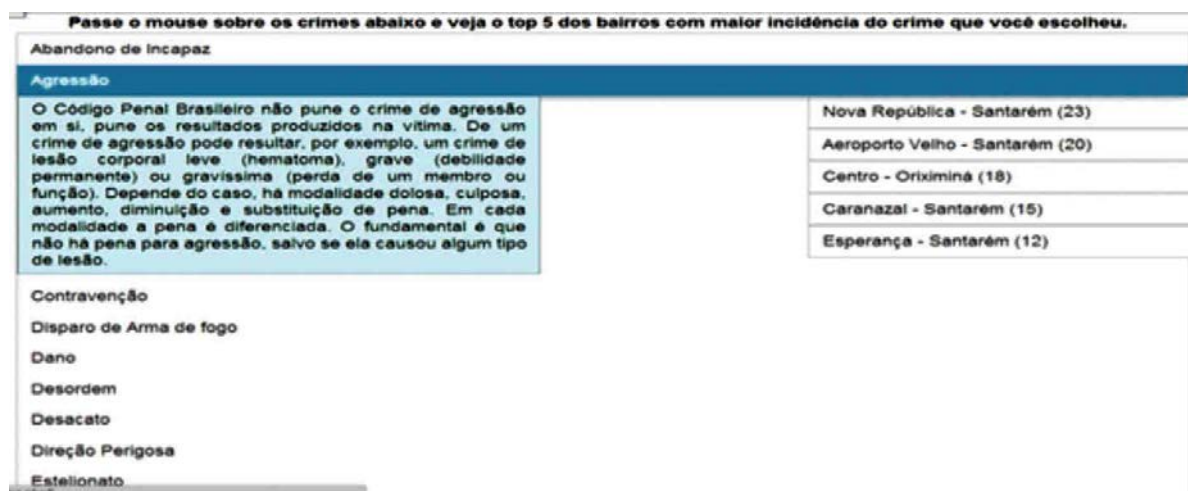


Fonte: Resultados obtidos com base nos dados do site (www.obcrit.com.br).

5.7 Informações e *Ranking* dos Bairros x Crimes

O *ranking* de Bairros x Crimes busca apresentar ao usuário uma visão geral dos bairros com maior incidência de determinado crime. Ao passar o mouse em cima de qualquer crime listado à esquerda (como ilustra a Figura 10), o usuário tem primeiramente uma breve descrição do crime, e após isso uma lista contendo os bairros com maiores números do crime escolhido. No exemplo da Figura 10, o bairro Nova República em Santarém contém, no total, 23 ocorrências de agressão cadastradas no sistema, seguido do Aeroporto Velho, com 20, e Centro da cidade de Oriximiná, com 18 ocorrências cadastradas.

Figura 10 – *Ranking* dos Crimes x Bairros.



Fonte: Resultados obtidos com base nos dados do site (www.obcrit.com.br).

6 CONCLUSÃO E TRABALHOS FUTUROS

Nesse trabalho foi apresentado um sistema denominado Observatório Criminal do Tapajós (OBCRIT), que cria indicadores de criminalidade separados por bairros e por categorias de crimes, além de também disponibilizar ao usuário uma visualização dos crimes em toda a cidade escolhida em determinado período de tempo, com o apoio da API do *Google Maps*. Com o auxílio do sistema o usuário pode facilmente, por meio de acesso à Internet e de um navegador Web, estar atualizado sobre a criminalidade em sua cidade, a qualquer momento e em qualquer lugar, devido ao ambiente disponível a todos os usuários da Internet. O ambiente dispõe de dados retirados dos Boletins de Ocorrências do 3º Batalhão de Polícia Militar do Estado do Pará, dos meses de julho e agosto de 2013, dos municípios da região oeste do Pará (Santarém, Oriximiná e Almeirim), denominada região do Tapajós. A intenção dos desenvolvedores do trabalho é integrar o ambiente à maior quantidade possível de cidades com o passar do tempo, atualizando também os meses das ocorrências para o mais próximo possível do ano corrente.

Outra finalidade, que se pretende incluir com trabalhos futuros, é a utilização de técnicas de mineração de dados na atual base do sistema. Com o auxílio dessas técnicas será possível uma associação entre os crimes, com

os horários e os dias da semana em que eles ocorrem. A mineração de dados na base do OBCRIT ainda está em fase experimental, mas com base nas pesquisas, nota-se que a utilização desse método ajudará no apoio à criação de políticas públicas de prevenção à criminalidade na região do Tapajós.

REFERÊNCIAS

API do *Google Maps*. Disponível em: <code.google.com/intl/pt-BR/apis/maps>. Acesso em: 27 jun. 2014.

BORNHOFEN P. R.; TENFEN, E. Mapeamento criminal por meio da plataforma *Google Maps*. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, ano 3, 2008.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Curso Nacional de Multiplicador de Polícia Comunitária**. 2. ed. Brasília, DF: SENASP, 2007.

CHIAVEGATTO, M. V. As Práticas do Gerenciamento da Informação: Estudo Exploratório na Prefeitura de Belo Horizonte. In: **Anais do Simpósio Internacional de Gestão do Conhecimento/Gestão de Documentos (ISKM/DM)**. Curitiba: PUCPR/CITS, 2000.

DREAMWEAVER. Disponível em: <<http://www.adobe.com/br/products/dreamweaver.html>>. Acesso em: 21 jun. 2014.

ENGEL, L. E. F. **A economia do crime no Paraná**: um estudo de caso na Penitenciária Industrial de Cascavel. Toledo: Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Toledo, 2003.

FILEZILLA. Disponível em: <<https://filezilla-project.org/>>. Acesso em: 17 mar. 2014.

GUIMARÃES, J. L. C. Criminalidade econômica: Análise dos fatores econômicos e sociais que influenciam as categorias de crimes no Município de Santarém-PA. **Revista UDESC em Ação**, v. 2, n. 1. Santa Catarina, 2008.

HARRIES K. **Mapping Crime**: Principle and Practice. U.S. Department of Justice. Washington, D.C: 1999.

HECKMAN, J. Sample selection bias as a specification error. **Econometrica**. [S. l.], v.47, n.1, 1979.

HOSTINGER BRASIL. Disponível em: <<http://www.hostinger.com.br/>>. Acesso em: 21 jun. 2014.

IBGE. Disponível em <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=150680>>. Acesso em: 27 jun. 2014.

JOHNSTON, J.; DINARO, J. **Métodos econométricos**. 4. ed. [S. l.]: Mc Graw Hill, 2001.

MENDONÇA, M. J. C.; LOUREIRO, P. R. A.; SACHIDA, A. **Criminalidade e interação social**. Rio de Janeiro: IPEA, 2003a.

_____. **Criminalidade e desigualdade social no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2003b.

MYSQL WORKBENCH. Disponível em: <www.mysql.com/products/workbench/>. Último acesso em: 21 jun. 2014.

O QUE É API. Disponível em: <<http://www.tecmundo.com.br/programacao/1807-o-que-e-api-.htm>>. Acesso em: 21 jun. 2014.

SANTANA A. J. A. et al. Alocação de Recursos Operacionais para Segurança Pública com a Utilização de Algoritmos Genéticos e *Google Maps*. **Exatas Online**, v. 4, n.2, nov. 2013.

SANTOS, M. J. ; KASSOUF, A. L. Estudos econômicos das causas da criminalidade no Brasil: evidências e controvérsias. **Revista de Economia**, Brasília, DF, v.9, n.2, maio/ago. 2008.

SHIKIDA, C. D. et al. **A moral importa?** Minas Gerais: IBmec MG Working paper – WP31, 2005.

_____. Determinantes do comportamento criminoso: um estudo econométrico nas penitenciárias central, estadual e feminina de Piraquara: Paraná. **Pesquisas & Debates**, São Paulo, v. 17, 2006.

SQLYOG. Disponível em: <<https://www.webyog.com/>>. Acesso em: 21 jun. 2014.

VISUAL PARADIGM. Disponível em: <<http://www.visual-paradigm.com/>>. Acesso em: 21 jun. 2014.

WAMP SERVER. Disponível em: <<http://www.wampserver.com/en/>>. Acesso em: 21 jun. 2014.

9 VITIMIZAÇÃO NA REGIÃO NORTE: UMA ANÁLISE VIA REGRESSÃO LOGÍSTICA

Obede Rodrigues Cardoso¹

Marinalva Cardoso Maciel²

Tarcísio da Costa Lobato³

1 INTRODUÇÃO

O crescimento demasiado da violência urbana e rural em diversas partes do Brasil tem gerado diversos estudos relativos à vitimização em níveis regionais, estaduais e municipais. A vitimização estuda tanto a propensão a ser vítima quanto os vários mecanismos de produção de danos diretos e indiretos sobre a vítima. Tais estudos são desenvolvidos com o intuito de apresentar a realidade dos dados e fornecer subsídios para o desenvolvimento de uma política intensiva e eficiente para reduzir a frequência das ocorrências.

Nesse sentido algumas pesquisas buscam traçar um perfil socioeconômico das vítimas e de suas formas de agir perante a ocorrência do crime; outras estão interessadas nas questões comportamentais associadas a esses eventos, tais como a sensação de segurança e atitudes de prevenção da violência.

Beato Filho, Peixoto e Andrade (2004) e Scorzafave et al. (2011), por exemplo, estimaram modelos que apontam a probabilidade de um indivíduo ser vitimado de acordo com suas características individuais e/ou características

¹ Graduado em Estatística pela Universidade Federal do Pará (2014). E-mail: obedecardoso@gmail.com

² Graduada em Estatística pela Universidade Federal do Pará (1989), Gradua em Matemática pela Universidade Federal do Pará (1989), Mestrado em Estatística pela Universidade Federal de Pernambuco (2001) e Doutorado em Economia pela Universidade Federal de Pernambuco (2007). E-mail: nalva@ufpa.br

³ Graduado em Matemática pela Universidade Estadual do Pará (2012), Graduado em Estatística pela Universidade Federal do Pará (2013) e Mestrado em Estatística pela Universidade Federal do Pará (2014). Professor Assistente I da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). E-mail: tarcisiolobato@yahoo.com.br

do ambiente. Entre tantas questões relacionadas ao tema, o presente trabalho seguirá essa linha de pesquisa, ou seja, o interesse será analisar o perfil da vítima, buscando responder às questões: Quais as características do indivíduo vitimado? Quem está exposto à violência?

Considerando as dimensões do Brasil, há indícios de que, em termos gerais, o perfil de vitimização terá suas características particulares em cada localidade; para tanto é necessária a realização de estudos que possam caracterizar os indivíduos com maior chance de serem vítimas. Os resultados irão subsidiar políticas públicas voltadas às condições de convivência e segurança pública da sociedade de cada localidade.

De acordo com Sant'Anna e Scorzafave (2012), a questão sempre será estimar como determinados aspectos influenciam na probabilidade de um indivíduo ser vítima de algum tipo de crime. Assim, é interessante avaliar se características individuais da vítima (idade, renda, cor/raça, estado civil), bem como características do ambiente (tipo de residência, o local da residência, o perfil dos vizinhos) no qual está inserido e peculiaridades do comportamento (modo pelo qual se dirige ao trabalho, horário que costuma sair ao trabalho, atividades de lazer fora do ambiente familiar, etc.) podem afetar a chance de o indivíduo ser vítima de algum crime.

No Brasil diversos estudos vêm sendo realizados objetivando analisar quais as características dos indivíduos que estão mais relacionadas com a chance de eles serem vítimas de algum tipo de violência, como roubo, furto, agressão e tentativa de roubo ou furto. Estudos setoriais nessa área já foram desenvolvidos para Belo Horizonte por Beato Filho, Peixoto e Andrade (2004); para São Paulo por Gomes e Paz (2004), e em trabalhos mais recentes, Madalozzo e Furtado (2011) estudaram a temática para o estado de São Paulo; Xavier e Oliveira (2012) para o Rio Grande do Sul.

No âmbito nacional, Souza e Cunha (2012) estudaram os determinantes da vitimização no Brasil comparando resultados de 1988 e 2009 e Sant'Anna e Scorzafave (2012) realizaram estudo similar para 2009, adicionando uma classificação dos estados brasileiros pela taxa de crime por 100 mil habitantes e pela proporção de vitimados.

A eficiência desses trabalhos, tanto para a segurança de um modo geral quanto para tomar melhores medidas de segurança, tem esbarrado em alguns obstáculos, como o problema da subnotificação da violência, com atos criminosos que não são contabilizados nas estatísticas oficiais.

De acordo com Sant'Anna e Scorzafave (2012), que trabalham com dados da PNAD de 2009 para todo o Brasil, os estados da região Norte figuram nas primeiras posições como os estados mais violentos (violência na modalidade roubo, furto, agressão ou tentativa de furto/roubo). Adicionalmente, a Pesquisa Nacional de Vitimização, realizada em 2012 pelo Ministério da Justiça analisando 12 modalidades de violência, comprovou que a taxa de vitimização da região Norte é a maior do país.

Nesse contexto é de fundamental importância um estudo focado na região Norte, pois além de apresentar um perfil dos vitimados, é importante entender se o efeito de determinadas características individuais sobre a probabilidade de vitimização de indivíduos moradores na região Norte é diferente do efeito para o resto do País, o que pode embasar a elaboração de políticas públicas e estudos mais detalhados sobre a temática.

2 VITIMIZAÇÃO

Pesquisas de vitimização são estudos destinados a captar as ocorrências de eventos criminais junto à população com o fim de comparar os dados oficiais registrados pelas polícias com a ocorrência efetiva dos crimes, classificando-os por localidade, estrato social, cor da pele, idade, sexo, renda e outros critérios sociológicos de mensuração. Respeitam as mesmas etapas de todas as demais pesquisas: coleta, tratamento, análise e divulgação dos dados (BRASIL. Ministério da Justiça, 2014).

As primeiras pesquisas foram feitas nos Estados Unidos, em 1960, objetivando fornecer informações sobre as ocorrências criminais que não eram reportadas às autoridades (KAHN et al., 2002 apud SANT'ANNA;

SCORZAFAVE, 2012). Atualmente as pesquisas de vitimização estão interessadas em determinar os fatores que levam uma pessoa a ser vitimada.

Outra informação importante é saber quais as situações de vitimização estudadas em Criminologia. Em alguns tópicos do Direito Penal são estudadas a vitimização primária, a secundária e a terciária.

Segundo Barros (2008), a vitimização primária é normalmente entendida como aquela provocada pelo cometimento do crime, pela conduta violadora dos direitos da vítima – pode causar danos variados, materiais, físicos, psicológicos, de acordo com a natureza da infração, personalidade da vítima, relação com o agente violador, extensão do dano, dentre outros. Em outras palavras, é o processo pelo qual uma pessoa sofre, de modo direto ou indireto, os efeitos nocivos derivados do crime ou fato traumático, sejam estes materiais (ex.: prejuízo econômico de um roubo) ou psíquicos (ex.: transtornos por estresse pós-traumático).

Por vitimização secundária ou sobrevivimização entende-se aquela causada pelas instâncias formais de controle social, no decorrer do processo de registro e apuração do crime. De outra forma, entende-se que abrange os custos pessoais derivados da intervenção do sistema legal e, paradoxalmente, os padecimentos da vítima (ex.: a dor que causa a ela reviver a cena do crime ao declará-lo perante o juiz; o sentimento de humilhação que experimenta quando a defesa do acusado a culpa, argumentando que foi ela própria que, com sua conduta, provocou o delito; o impacto traumatizante que podem causar na vítima os interrogatórios policiais, o exame médico-forense ou o reencontro com o agressor em juízo etc.).

Já a vitimização terciária é levada a cabo no âmbito dos controles sociais, mediante o contato da vítima com o grupo familiar ou em seu meio ambiente social, como no trabalho, na escola, nas associações comunitárias, na igreja ou no convívio social. Barros (2008, p. 72) diz: “Como exemplo temos o conjunto de custos da penalização sobre quem a suporta pessoalmente ou sobre terceiros (ex.: preso que sofre tortura ou é vítima de erro judiciário)”.

No presente trabalho será abordada a vitimização primária, especificamente a vitimização causada por roubo, furto, agressão e tentativa

de roubo ou furto. O artigo 157 do Código Penal (CP) define roubo como ato ou ação de subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência à pessoa vitimizada. O artigo 155 tipifica furto como ato ou ação de subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia móvel sem violência contra a pessoa. A agressão física é a violência relacionada com um dano corporal à vítima e pode ter maior ou menor intensidade. Se lesionar a integridade corporal ou a saúde de outrem, será um ato definido como crime no CP no artigo 129.

Cohen e Felson (1979) afirmam que o ato criminoso está em função da maior aproximação entre estas ocorrências: vítima potencial, criminoso e ausência de segurança, ou seja, falta de policiamento neste local, o que de fato, hoje, já é considerado uma questão lógica, que a falta de segurança pública ou privada irá aumentar a probabilidade de que um criminoso cometa o delito conforme este ponto de vista. Mais tarde esta teoria foi reestudada e a chamaram de Teoria de Vitimização Predatória, em que se envolviam cinco fatores: exposição, proximidade, segurança, atratividade e natureza de certo tipo de crime. Os três primeiros foram citados anteriormente, enquanto que a atratividade se refere a atributos que facilitem o crime ou despertem o interesse do criminoso. Já a natureza de certos crimes (por exemplo, furto de carros que dependem da distração do motorista em não travar as portas de seu carro) também não era anteriormente considerada no modelo (SANT'ANNA; SCORZAFAVE, 2012).

2.1 Estudos sobre Vitimização

Estudos evidenciam que existe uma relação entre a probabilidade de um indivíduo ser vítima de alguns tipos de crimes e as suas características individuais, tendo em vista que essas ajudam a determinar o estilo de vida e, com isso, a rotina de cada pessoa (COHEN; FELSON, 1979). Nesse sentido, analisar a probabilidade de vitimização consiste em tarefa útil, pois

busca identificar o perfil dos indivíduos que sofrem com maior frequência determinados tipos de delitos.

No Brasil, Beato Filho, Peixoto e Andrade (2004) e Madalozzo e Furtado (2011) de alguma forma se basearam nas teorias já apresentadas anteriormente, realizando estudos setoriais. Estimaram modelos com variáveis dependentes binárias com a finalidade de encontrar os fatores que mais explicam a probabilidade de um indivíduo ser vítima.

Beato Filho, Peixoto e Andrade (2004) utilizaram a pesquisa de vitimização realizada pelo Centro de Estudos em Criminalidade e Segurança Pública (CRISP), em fevereiro/março de 2001 em Belo Horizonte, e seus resultados sugerem que, para os crimes com motivação econômica (furto, roubo e tentativa de roubo) os atributos pessoais, exceto escolaridade e condição na atividade econômica, não são muito importantes. Entretanto, para os crimes de agressão, a idade passa a ser relevante – indivíduos mais jovens têm maior chance de serem vítimas.

Madalozzo e Furtado (2011) utilizaram em seu estudo uma pesquisa de vitimização realizada em São Paulo nos anos de 2003 e 2008 pelo Centro de Políticas Públicas (CPP) do Instituto de Ensino e Pesquisa (INSPER) e verificaram que os hábitos pessoais, as variáveis demográficas e as condições econômicas dos indivíduos são as características que mais impactam a probabilidade de vitimização. Por outro lado, quanto maior a exposição e atratividade da possível vítima, maiores as chances de o crime se consumir, ao mesmo tempo que, quanto mais o indivíduo se protege, menor a probabilidade de ele vir a ser vítima de um crime.

Nas pesquisas de vitimização já realizadas no Brasil, verifica-se o tamanho limitado da amostra e a baixa abrangência geográfica das pesquisas nacionais. A exceção foram as pesquisas realizadas pelo IBGE como suplemento às PNAD's de 1988 e 2009. Sant'anna e Scorzafave (2012) utilizaram a base de dados da PNAD de 2009 para todo o Brasil e destacaram que a probabilidade de vitimização nos estados brasileiros é diferente, o que possibilitou a elaboração de um *ranking* nacional sobre a violência. Esse

estudo evidenciou ainda um relacionamento não linear entre a renda e a vitimização, ou seja, conforme a renda do indivíduo aumenta, a probabilidade de ele ser vitimado aumenta até determinado ponto, passando a cair com maiores incrementos de renda.

Apesar das limitações das pesquisas realizadas no Brasil, a comunidade acadêmica tem realizado estudos que possam estimular as autoridades competentes a desenvolver pesquisas de vitimização com cobertura, periodicidade e qualidade maiores que as existentes. Carneiro (2007) destaca a importância de tais pesquisas perante o problema de sub-registros, uma vez que a partir delas as estimativas da taxa de criminalidade são mais altas que as estimadas por meio de estatísticas oficiais com base nos boletins de ocorrência.

3 METODOLOGIA

A análise exploratória de dados servirá como ponto de partida, inicialmente caracterizando a amostra e em seguida cruzando as informações da variável de interesse, a situação de vitimização, com diversas características individuais dos indivíduos, buscando avaliar o efeito de cada uma delas, desconsiderando as demais.

Segundo Fávero et al. (2009), a estatística exploratória de dados ou estatística descritiva permite ao pesquisador uma melhor compreensão do comportamento dos dados por meio de tabelas e gráficos e medidas-resumos, identificando tendências, variabilidade e valores atípicos.

Na modelagem será avaliado o efeito conjunto das variáveis explicativas sobre a vitimização. No modelo de regressão aqui utilizado, o modelo de regressão logístico, a variável dependente é do tipo binária, identificando a presença ou não da característica de interesse, ou seja, se o indivíduo pesquisado foi vítima ou não de um determinado tipo de violência.

De acordo com Kutner, Nachtsheim e Neter (1998), a análise de regressão constitui um conjunto de métodos estatísticos com o objetivo de

interpretar a relação funcional entre variáveis que apresentem relação de causa e efeito, de maneira que seja possível a estimação ou previsão de uma variável (resposta) por meio de uma ou mais variáveis (preditoras).

Superficialmente descrevendo, o modelo de regressão logístico é semelhante ao modelo de regressão linear. No entanto, no modelo logístico a variável resposta Y_i é binária. Uma variável binária assume dois valores, como por exemplo, $Y_i=0$ e $Y_i=1$, denominados “fracasso” e “sucesso”, respectivamente. Neste caso, “sucesso” é o evento de interesse, ou seja, $Y_i=1$ será a referência para todo este estudo.

Segundo Kutner, Nachtshein e Neter (1998), o modelo de regressão logística binária múltipla é uma extensão do modelo logístico binário simples, a diferença reside no fato de que não será utilizada apenas uma variável preditora X_i (independente ou explicativa); serão utilizadas, no caso múltiplo, duas ou mais variáveis explicativas X_1, X_2, \dots, X_n com os respectivos coeficientes de regressão para cada variável $\beta_0, \beta_1, \dots, \beta_{p-1}$, onde p representa o p -ésimo, parâmetro associado a n -ésima variável envolvida no estudo. A forma vetorial do modelo de regressão logística binária múltipla é dada por

$$\beta_p \times 1 = \begin{bmatrix} \beta_0 \\ \beta_1 \\ \beta_2 \\ \cdot \\ \cdot \\ \cdot \\ \beta_{p-1} \end{bmatrix} X_{i,n} + 1 = \begin{bmatrix} 1 \\ X_{i,1} \\ X_{i,2} \\ \cdot \\ \cdot \\ X_{i,n} \end{bmatrix}$$

E a partir da equação (1), chega-se à função logística binária múltipla, onde Y_i são variáveis aleatórias independentes de distribuição Bernoulli com $E\{Y_i\} = \pi_i$, onde

$$E(Y_i/X_i) = \pi_i(X_i) = \frac{\exp(\beta'X_i)}{1+\exp(\beta'X_i)}$$

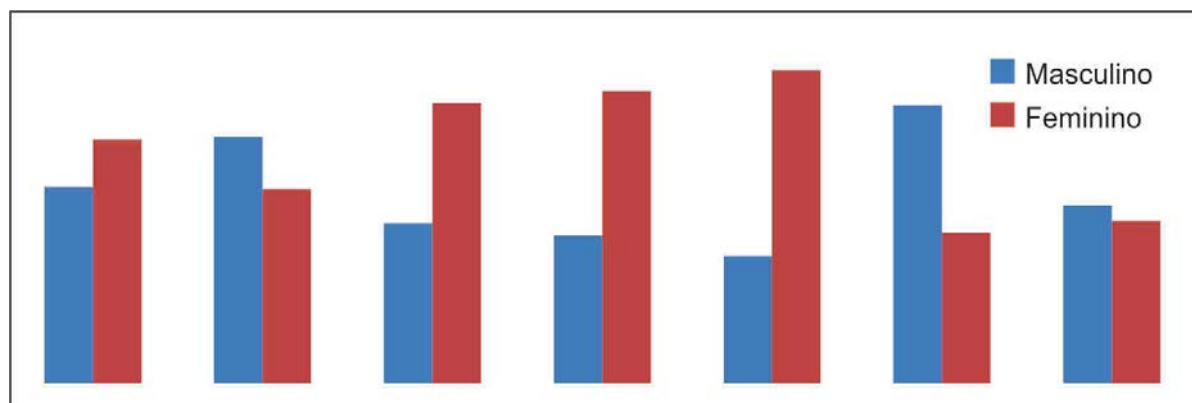
vitimização para indivíduos moradores da região Norte. Para tanto foram utilizadas diversas características pessoais e socioeconômicas como variáveis explicativas no modelo de regressão logística.

Inicialmente será traçado um perfil da amostra, seguida da análise exploratória específica para vitimização, buscando identificar características relevantes para a modelagem e finalizando com a análise de regressão logística.

4.1 Perfil da amostra

No Gráfico 1 apresenta-se a distribuição da amostra por gênero e estado em que se localiza o seu domicílio. Percebe-se que em quatro estados: Pará, Amazonas, Roraima e Rondônia, a maioria dos entrevistados são mulheres.

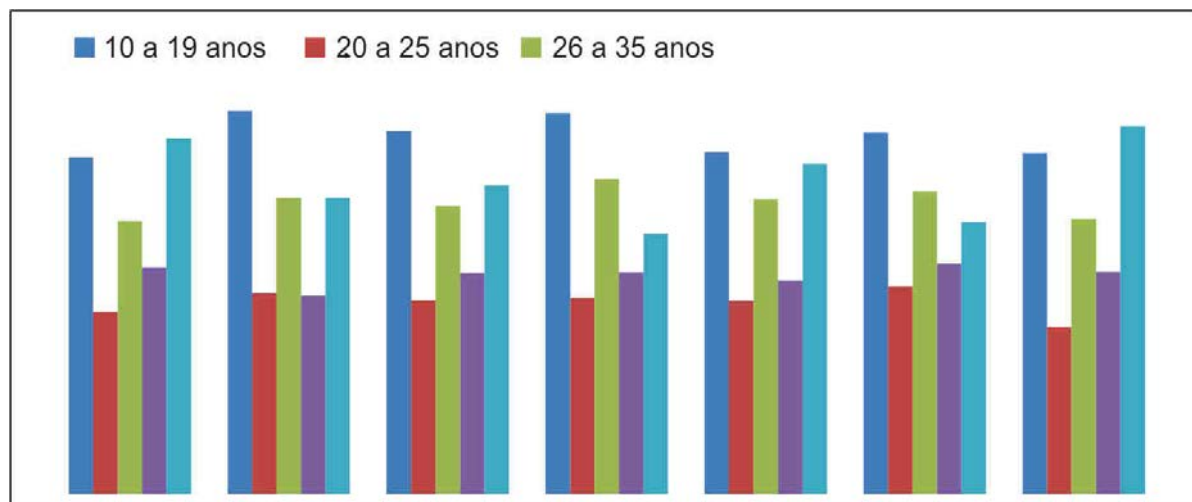
Gráfico 1 – Distribuição do gênero por Estado. Região Norte. Brasil. 2009.



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da temática de vitimização da PNAD de 2009.

A variável idade foi subdividida em cinco faixas etárias, visto que é de extrema importância considerar que alguns trabalhos mostram uma maior probabilidade de vitimização para os jovens em relação aos adultos. O Gráfico 2 apresenta a distribuição da amostra por faixa etária, onde se observa distribuição similar entre os estados, estando a maioria dos entrevistados na faixa etária de 10 a 19 anos, e apenas no estado de Roraima os entrevistados na faixa de 26 a 35 anos sobrepõem-se aos da faixa de mais de 45 anos, indicando uma prevalência de jovens nesse estado.

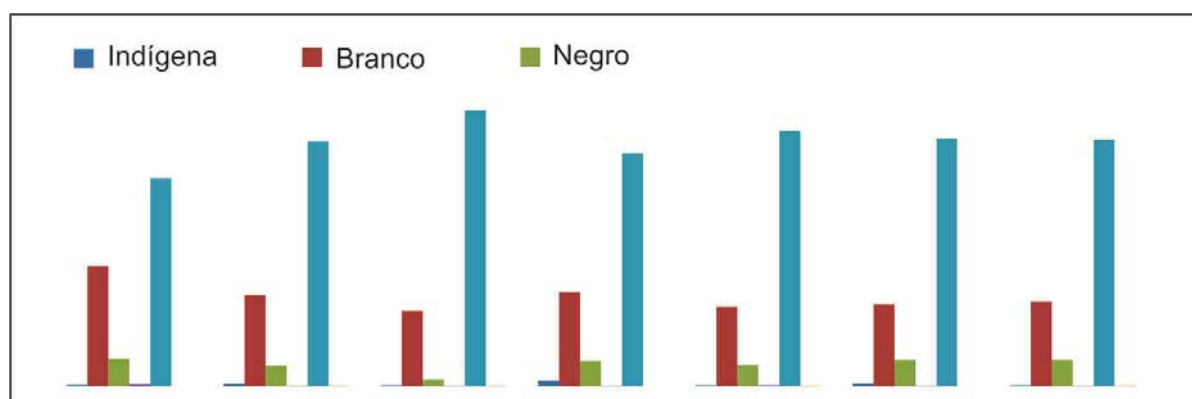
Gráfico 2 – Distribuição do percentual da amostra por faixa etária por Estados. Região Norte. Brasil. 2009.



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da temática de vitimização da PNAD de 2009.

Considerando a distribuição racial da região, percebe-se no Gráfico 3 que em todos os estados a grande maioria são os pardos, que em muitas vezes passaram dos 60% em todos os estados, logo em seguida os brancos, com mais de 23% em todos os estados, e por fim os negros, com menos de 10% em todos os estados.

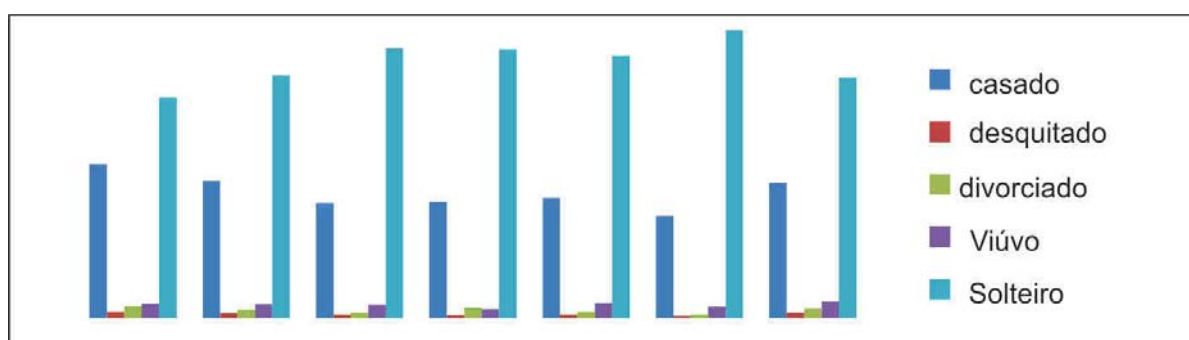
Gráfico 3 – Distribuição do percentual dos entrevistados por raça em cada Estado. Região Norte. Brasil. 2009.



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da temática de vitimização da PNAD de 2009.

No perfil da amostra para o estado civil, apresentado no Gráfico 4, percebe-se que em todos os estados da região Norte mais de 50% dos entrevistados são solteiros, seguidos dos casados, que ultrapassaram os 25% em todos os estados.

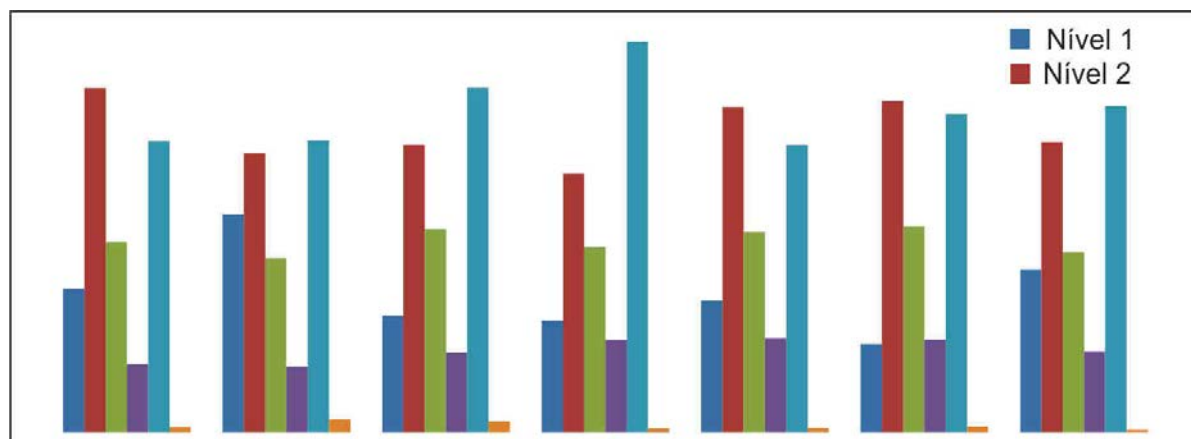
Gráfico 4 – Distribuição do percentual para Estado Civil, considerando os Estados. Região Norte. Brasil. 2009.



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da temática de vitimização da PNAD de 2009.

Relativamente à escolaridade, a variável original da PNAD, anos de estudo, foi classificada em cinco níveis, a saber: Nível 1- 0 a 1 ano de estudo; Nível 2- 2 a 5 anos de estudo; Nível 3- 6 a 8 anos de estudo; Nível 4- 9 a 10 anos de estudo; e nível 5- 11 ou mais anos de estudo. Percebe-se no Gráfico 5 que os níveis 2 e 5, passando dos 25%, são os mais representativos na amostra.

Gráfico 5 – Distribuição do percentual para anos de estudo, por estado. Região Norte. Brasil. 2009.

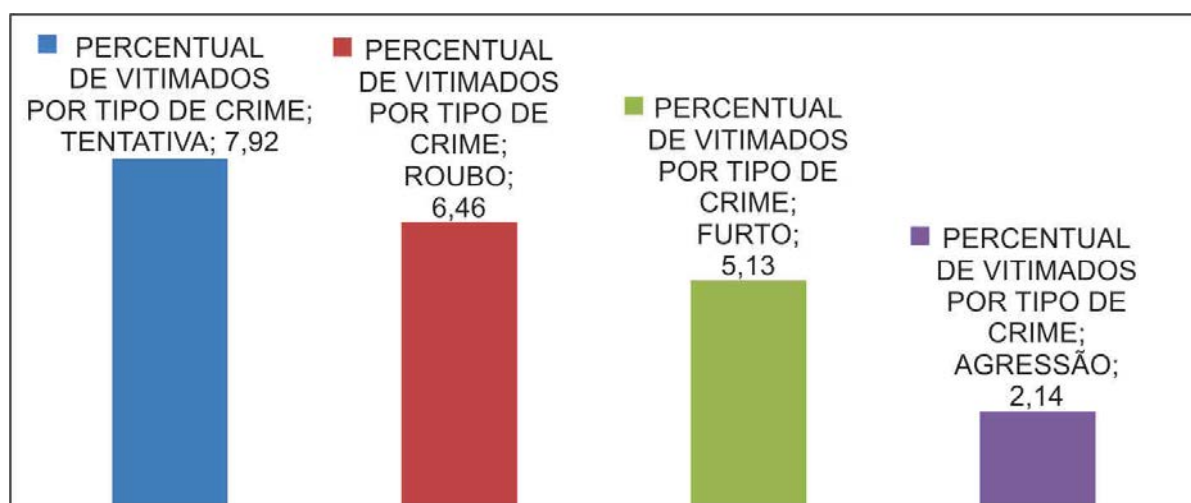


Fonte: Elaboração própria com base nos dados da temática de vitimização da PNAD de 2009.

4.2 Vitimização

O Gráfico 6 apresenta o percentual de vitimados por tipo de violência sofrida. Nela verifica-se que a tentativa de furto e roubo apresentou quase 8%, sendo superior à consumação dos fatos registrados, como roubo 6,46% e furto com 5,13%. Uma pequena observação é que, destes vitimados, 17 indivíduos sofreram os quatro tipos de vitimizações. Comparando com os resultados de Xavier e Oliveira (2012) para o Rio Grande do Sul, também com dados da PNAD de 2009, a tentativa de roubo e furto também liderou, foi relatada por 6,68% da população da amostra. Na segunda posição, a ocorrência de furtos se deu em 4,50% dos indivíduos entrevistados. Finalizando a lista, têm-se os roubos, responsáveis pelo relato de 3,53% das pessoas questionadas. Observa-se que os nortistas encontram-se mais expostos à violência do que os moradores do Rio Grande do Sul.

Gráfico 6 – Percentual de vitimados por tipo de crime, na região Norte em 2009.



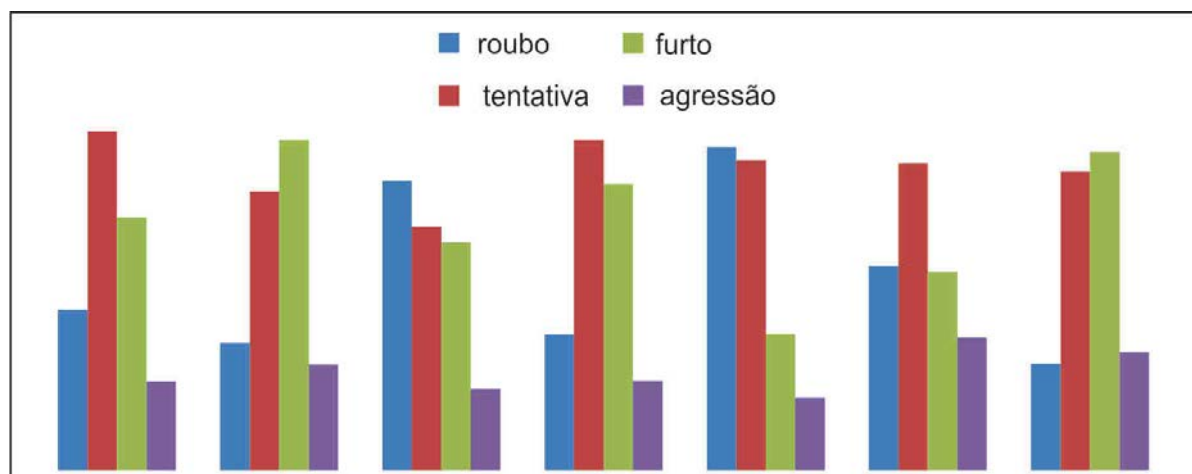
Fonte: Elaboração própria com base nos dados da temática de vitimização da PNAD de 2009.

Considerado o relato de Sant'anna e Scorzafave (2012) sobre as diferenças na situação de vitimização entre as unidades da federação, optou-se por apresentar uma análise exploratória na região Norte também por

estado. O gráfico 7 apresenta a distribuição do percentual de vitimados por tipo de violência entre as unidades da federação, onde fica evidente que o comportamento é distinto, mesmo se analisando somente a região Norte, reforçando a necessidade da inclusão de variáveis indicadoras de estados no modelo.

Nos estados do Pará e do Amazonas percebem-se maiores percentuais de vitimização por roubo, com 38% e 34% respectivamente, enquanto que nos outros estados, as tentativas de roubo/furto junto com a ocorrência de furtos são predominantes; já as vítimas por agressão possuem um baixo percentual para todos os estados.

Gráfico 7 – Distribuição do percentual de Vitimização por Estado. Região Norte. Brasil. 2009.

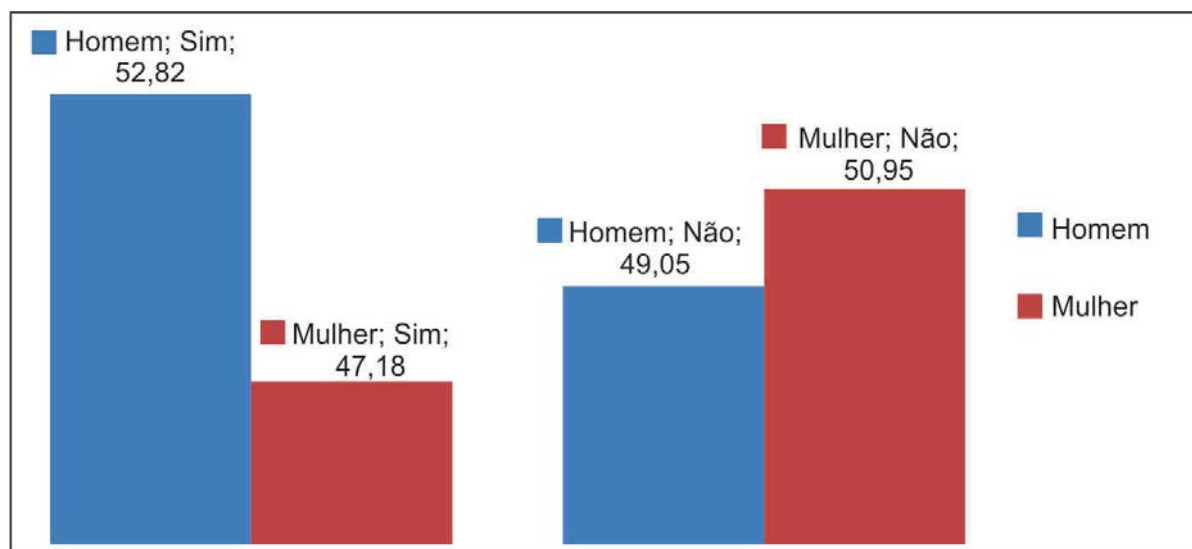


Fonte: Elaboração própria com base nos dados da temática de vitimização da PNAD de 2009.

Na análise por tipo de violência, considerando as vítimas relacionadas a furto, o gráfico 8 apresenta o percentual dos vitimados e não vitimados da amostra por estado, onde se pode observar que, considerando o gênero, os homens são as maiores vítimas no caso de furto. Tal resultado está de acordo com os resultados de Souza e Cunha (2012) para o caso nacional e corrobora a Teoria de Vitimização Predatória para o fator exposição do alvo relativo à característica gênero, pois homens tendem a sofrer mais delitos, visto que se

expõem com maior frequência a locais públicos e em horários considerados inapropriados.

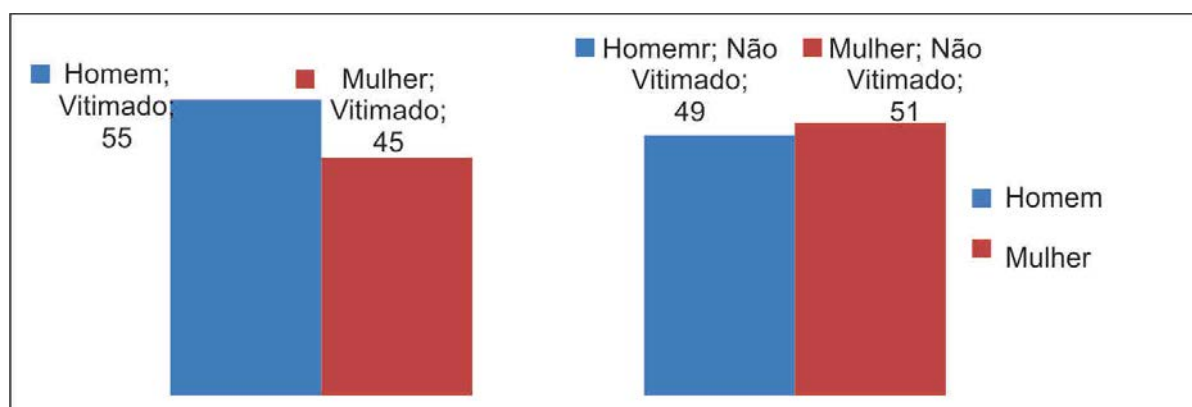
Gráfico 8 – Distribuição por gênero de vitimados e não vitimados por furto.



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da temática de vitimização da PNAD de 2009.

De modo similar apresenta-se a distribuição para a vitimização por roubo (Gráfico 9), confirmando o resultado anterior para furto.

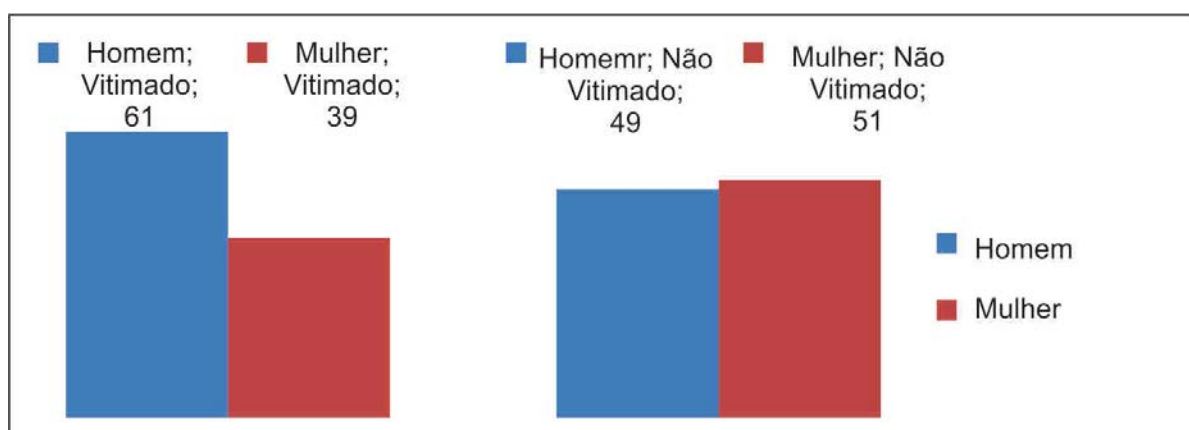
Gráfico 9 – Distribuição por gênero de vitimados e não vitimados por roubo.



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da temática de vitimização da PNAD de 2009.

No caso de agressão, a diferença a favor das pessoas do sexo masculino é maior ainda, isso pode ser observado no Gráfico 10.

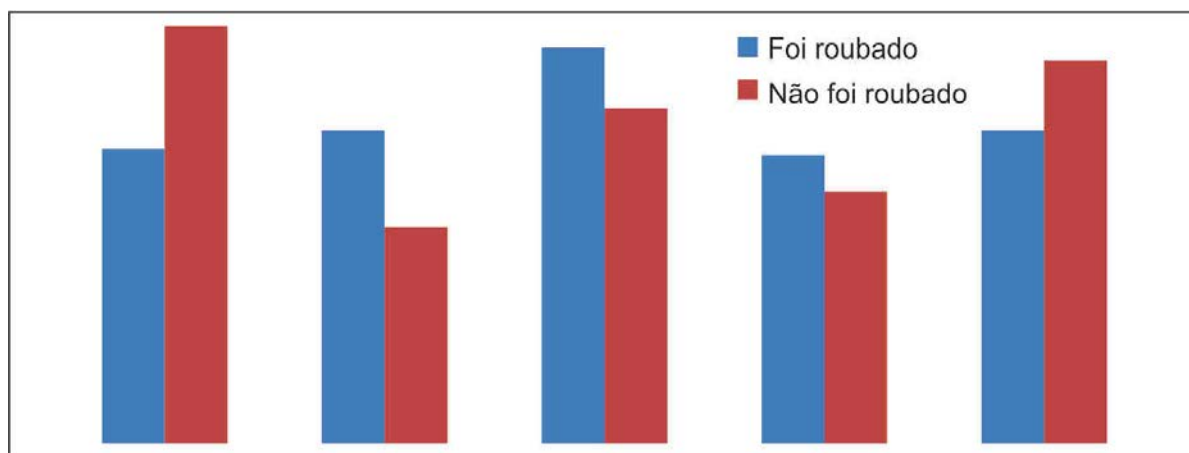
Gráfico 10 – Distribuição por gênero de vitimados e não vitimados por agressão.



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da temática de vitimização da PNAD de 2009.

Na distribuição por faixa etária, na vitimização em decorrência de roubo, verifica-se que somente na faixa etária mais jovem, de 10 a 19 anos, e na faixa etária superior, mais de 45 anos, há uma prevalência de indivíduos não vitimados; nas demais, o percentual de vitimados é sempre superior, especialmente na faixa de 20 a 25 anos, onde a diferença é maior.

Gráfico 11 – Distribuição por gênero de vitimados e não vitimados por agressão.



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da temática de vitimização da PNAD de 2009.

No Gráfico 12 pode ser visualizado que as faixas etárias de 20 a 25 anos e 26 a 35 anos possuem um maior risco de vitimização por agressão.

Gráfico 12 – Percentual de vitimização por faixa etária e vitimização por agressão. Região Norte. Brasil. 2009.



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da temática de vitimização da PNAD de 2009.

4.3 Resultados de regressão logística

As estimativas do modelo logístico para os crimes de agressão, furto, roubo e tentativa de furto/roubo para o ano 2009 estão na Tabela 1. Em geral, os coeficientes estimados foram estatisticamente significativos e explicam a probabilidade de vitimização para grande parte das variáveis preditoras, e os valores do pseudo- R^2 , que indicam o ajuste dos modelos, estão de acordo com o esperado e encontram-se superiores aos encontrados nos trabalhos de Souza e Cunha (2012) e Sant'anna e Scorzafave (2012).

Para o crime de agressão física, indivíduos do sexo masculino têm maior probabilidade de ser vitimados, ao passo que a cor não é um fator determinante nesse tipo de crime. Indivíduos que moram na região metropolitana ou área urbana têm maior chance de vitimização por agressão. Pessoas que trabalham têm maior chance de vitimização do que as demais.

Em relação à idade, todas as faixas etárias foram estatisticamente significativas e com coeficiente positivo, indicando que todas as faixas tem maior chance de vitimização por agressão quando comparadas com a categoria

de referência, que é a idade maior de 45 anos. O estado civil não foi significativo na maioria das categorias, apenas no caso da pessoa casada, em que há uma redução na chance de ela sofrer agressão física relativamente a uma pessoa solteira, que é a categoria de referência.

Em relação aos níveis educacionais, apenas os indivíduos dos níveis 2 e 3 foram estatisticamente significativos e positivos, indicando que indivíduos nessas categorias de escolaridade têm maior probabilidade de sofrer agressão do que os indivíduos do nível inferior de escolaridade, a categoria de referência.

As variáveis indicadoras das unidades da federação, tendo o Pará como referência, mostraram-se não significativas para os estados de Rondônia e Tocantins, mostrando que estes não diferem em relação ao Pará nesse tipo de crime. Entretanto, observa-se que moradores do Acre, Roraima e Amapá têm maior chance de ser vítimas de agressão do que os paraenses, enquanto que os moradores do estado do Amazonas têm menor probabilidade de sofrer agressão quando comparados com os paraenses.

O modelo logístico para furto também apresentou efeito positivo para indivíduos do sexo masculino. Curiosamente, a vitimização por furto em área metropolitana é inferior à de áreas não metropolitanas. Sant'anna e Scorzafave (2012) também encontraram efeito negativo, porém o coeficiente não era estatisticamente significativo. Moradores de área urbana têm maior probabilidade de serem vítimas de furto do que os que residem em área rural, e se o indivíduo trabalha também terá aumentada sua chance de ser furtado.

Em relação à idade, as três faixas de idade inferiores apresentaram impacto negativo, indicando que as pessoas com idade superior a 45 anos (categoria de referência) têm maior chance de ser vítimas de furto. A variável migrante e as categorias da variável estado civil, casado e desquitado, não foram estatisticamente significativas; entretanto, observa-se que indivíduos divorciados e viúvos tem maior chance de vitimização por furto em relação a solteiros.

Os níveis de escolaridade são todos significativos e com impacto positivo crescente, indicando que a chance de ser furtado aumenta com a escolaridade. Em relação às diferenças por unidades da federação, observa-se que em Rondônia, Amapá e Tocantins não foram estatisticamente significativas, indicando que não diferem do Pará (categoria de referência) quanto à vitimização por furto. Por outro lado, moradores do Acre e Roraima apresentam maior chance de vitimização por furto relativamente ao Pará, e os que moram no Amazonas têm menor probabilidade de serem vítimas de furto em relação aos que residem no Pará.

Tabela 1 - Estimativas do Modelo de regressão logística para a probabilidade de vitimização por modalidade de crime. Região Norte do Brasil, 2009.

Variável	Agressão	Furto	Roubo	Tentativa
Homem	0,401	0,118	0,269	0,106
Branco	-0,101*	-0,001*	0,072*	0,118
Metropolitana	0,412	-0,539	1,040	0,349
Área Urbana	0,338	0,716	0,812	0,773
Trabalha	0,539	0,488	0,583	0,525
10 A 19 anos	0,375	-0,575	0,024*	-0,313
20 A 25 anos	0,589	-0,189	0,251	-0,030*
26 A 35 anos	0,515	-0,173	0,042*	-0,049*
36 A 45 anos	0,357	0,039*	0,078*	0,001*
Migrante	-0,068*	-0,065*	-0,144	-0,061*
Casado	-0,434	0,026*	-0,205	-0,004*
Desquitado	-0,683*	0,170*	0,282*	0,169*
Divorciado	0,277*	0,234	0,109*	0,371
Viúvo	-0,181*	0,362	-0,336	0,227
Nível edu 2	0,276	0,208	0,177	0,158
Nível edu 3	0,229	0,452	0,587	0,462
Nível edu 4	0,159*	0,452	0,848	0,636
Nível edu 5	-0,183*	0,476	0,632	0,557
Rondônia	0,139*	0,036*	-0,398	-0,047*
Acre	0,547	0,619	-0,335	0,046*
Amazonas	-0,380	-0,536	-0,247	-0,868
Roraima	0,359	0,367	-0,470	0,096*
Amapá	0,717	0,010*	0,054*	0,087*

Tocantins	0,178*	0,008*	-1,103	-0,453
Cons	-5,189	-4,050	-4,557	-3,864
Amostra	43385	43385	43385	43385
Pseudo r ²	0,1015	0,0550	0,0423	0,0336
Log likelihood	8914,0203	10744,837	8085,6541	-4249,8232
(PROB>CHI ₂)	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000

Nota: * não estatisticamente significativo ao nível de 10%.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da temática de vitimização da PNAD de 2009.

Para a vitimização por roubo, observou-se que ser homem, residir em área metropolitana ou urbana e trabalhar aumentam a probabilidade de uma pessoa ser vítima de roubo. Quanto à idade, somente a faixa etária de 20 a 25 anos foi estatisticamente significativa indicando que pessoas dessa faixa de idade têm maior chance de vitimização por roubo em relação a pessoas maiores de 45 anos (categoria de referência).

Um resultado inesperado é o impacto negativo e significativo apresentado pela variável *migrante*, indicando uma menor chance de vitimização por roubo para migrantes, o que é um resultado discordante com o resultado de Sant’anna e Scorzafave (2012). Para o estado civil, ser casado ou viúvo reduz a chance de vitimização em relação aos solteiros e, como no caso do furto, a maior escolaridade aumenta a chance de vitimização por roubo.

As indicadoras dos estados evidenciam não haver diferença na vitimização por roubo no Amapá e Pará, enquanto que todos os moradores dos demais estados têm menor chance de vitimização quando comparados aos moradores do Pará.

Para finalizar, levando-se em conta o modelo logístico para tentativa de furto/roubo, pode ser observado que ser do sexo masculino, da cor branca, residir em região metropolitana ou em área urbana e trabalhar aumenta a probabilidade de vitimização de um indivíduo em uma dessas situações.

Para a idade, entretanto, apenas a faixa de 10 a 19 anos foi estatisticamente significativa e com impacto negativo, indicando menor chance de vitimização

por tentativa de furto/roubo dos indivíduos nessa faixa relativamente aos indivíduos maiores de 45 anos, que é a categoria de referência.

Diferente do resultado encontrado para o Brasil por Sant'anna e Scorzafave (2012), a variável migrante aqui não apresentou impacto positivo, ou seja, na região Norte ser migrante não aumenta a chance de vitimização por tentativa de furto/roubo. Quanto ao estado civil, apenas as categorias divorciado e viúvo tiveram significância estatística, indicando que pertencer a uma dessas categorias aumenta a chance de uma pessoa ser vítima de tentativa de furto/roubo.

Novamente os níveis educacionais foram significativos e positivos, evidenciando uma maior probabilidade de vitimização conforme aumenta a escolaridade. Por fim, nessa categoria de violência, só tiveram significância estatística os estados do Amazonas e Tocantins e os resultados de ambos indicaram que moradores desses locais têm menor chance de vitimização em relação a moradores do Pará.

5 CONCLUSÃO

Este trabalho teve como objetivo aplicar a técnica Regressão Logística para identificar os determinantes de vitimização da região Norte, considerando quatro categorias de violência: agressão, furto, roubo e tentativa de furto/roubo. Foram utilizados os dados da PNAD de 2009, que é a maior pesquisa realizada nacionalmente com a temática de vitimização.

Considerando que a região Norte já havia sido apontada pela literatura acadêmica especializada como a região de maior incidência de vitimização nos tipos de violência pesquisados na PNAD, fazia-se necessário um estudo setorial específico para a região Norte, buscando avaliar possíveis diferenças nos resultados para outros locais já estudados, para fomentar análises mais aprofundadas e fornecer base teórica para a implementação de políticas públicas direcionadas para a região.

A aplicação evidenciou que, se for avaliado de modo geral, não existem grandes diferenças entre os resultados da região Norte e os resultados do Brasil; entretanto deve-se atentar para as diferenças entre os estados da região Norte, pois foi detectado na análise exploratória e na análise de regressão que os resultados são divergentes entre os estados, o que indica a necessidade de políticas específicas por estado para uma maior eficácia.

REFERÊNCIAS

BARROS, Flaviane de Magalhães. **A participação da vítima no processo penal**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

BEATO FILHO, C.; PEIXOTO, B. T.; ANDRADE, M. V. Crime, oportunidade e vitimização. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 19, n. 55, p. 18, 2004.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Pesquisa Nacional de Vitimização**. Disponível em <<http://portal.mj.gov.br/data/Pages/MJ1C5BF609PTBRNN.htm>>. Acesso em: 20 jul. 2014.

CARNEIRO, L. P. Pesquisas de vitimização e gestão da segurança pública. **São Paulo em Perspectiva**, v. 21, n. 1, p. 60-75, 2007.

COHEN, L. E.; FELSON, M. Social change and crime rate trends - Routine activity approach. **American Sociological Review**, v. 44, n. 4, p. 588-608, 1979.

FÁVERO, L. P. et al. **Análise de Dados: modelagem multivariada para tomada de decisões**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. 646 ISBN 978-85-352-3046-8.

GOMES, Fábio Augusto R.; PAZ, Lourenço S. The determinant of criminal victimization in São Paulo state. In: *Anais do Encontro Nacional de Economia*. João Pessoa, 2004.

KUTNER, M.H.; NACHTSHEIM, C. J.; NETER, J.; LI, W. **Applied linear statistical models**. 5.th ed. Boston, Mass: McGraw-Hill, 1998. p.

MADALOZZO, R.; FURTADO, G. Um estudo sobre a vitimização para a cidade de São Paulo. **Revista de Economia Política**, v.31, n.1, p. 160-180, 2011.

SANT'ANNA, E. G.; SCORZAFAVE, L. G. Uma Análise da Vitimização no Brasil. In: Anais do Encontro Nacional de Economia. Porto de Galinhas-PE, 2012.

SOUZA, J. P. M. C.; CUNHA, M. S. Uma Análise do Perfil da Vitimização no Brasil. In: Anais do Encontro Regional de Economia da Região Sul, Porto Alegre – RS. Porto Alegre, 2012. Disponível em: <<http://www.pucrs.br/eventos/encontroeconomia/download/mesas/PerfilDaVitimizacao.pdf>>. Acesso em: 25 Jun. 2014.

XAVIER, G. H. P.; OLIVEIRA, C. A. **Determinantes da Vitimização Criminal no Estado do Rio Grande do Sul**. Rio Grande do Sul: FURG e PPGOM/UFPEL, 2012.

SCORZAFAVE, L.; SANTOS, M.; KASSOUF, A. **Determinantes da vitimização e do sub-registro de crimes na cidade de São Paulo**. Relatório de Pesquisa. CPP-Insper, 2011.

10 DA CARACTERIZAÇÃO À INCIDÊNCIA DO FENÔMENO MULTIFACETADO DA VIOLÊNCIA E SUA IMPLICAÇÃO EM DIFERENTES AMBIENTES INSTITUCIONAIS ENTRE JOVENS E ADOLESCENTES NO OESTE PARAENSE

*Abner Vilhena de Carvalho*¹

*Jarsen Luis Castro Guimarães*²

1 INTRODUÇÃO

A discussão acerca da criminalidade é um debate que vem ganhando cada vez mais espaço dentro das instituições, seja no campo científico, político, religioso etc. Procurar entender as motivações dos indivíduos a cometer um crime foi, é, e sempre será um dos pilares de objeto de pesquisa do Observatório Criminal do Tapajós (OBCRIT)³.

Algumas pesquisas aplicaram em sua metodologia o estudo das motivações dos crimes, como por exemplo, Guimarães (2008; 2012), Shikida

¹ Mestre em Economia Pelo Programa de Pós-Graduação em Economia da UFPA. Professor da Universidade Federal do Oeste do Pará. Pesquisador CAPES. Pesquisador do OBCRIT. E-mail: abnervilhena@hotmail.com. E-mail: abnervilhena@hotmail.com.

² PhD pela Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). Doutor em Ciências: Desenvolvimento Socioambiental pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU) – NAEA/UFPA. Professor do Programa de Ciências Econômicas e Desenvolvimento Regional (PCEDR), Diretor do Instituto de Ciências da Sociedade (ICS)/UFOPA e Coordenador do OBCRIT. E-mail: jarsen@bol.com.br.

³ O Observatório Criminal do Tapajós (OBCRIT) é um grupo de pesquisa vinculado à Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) ligado ao Projeto de Pesquisa Rede Brasil-Amazônia de Gestão Estratégica em Defesa, Segurança Pública, Desenvolvimento, financiado pela Capes. O tripé fundamental do observatório é: 1) verificar as motivações dos crimes; 2) identificar a incidência dos crimes; e 3) Propor políticas de prevenção e combate aos crimes no município de Santarém e na Região Oeste do Pará/Brasil. E-mail: jarsen@bol.com.br.

et al. (2005; 2006) etc. Neste trabalho, buscou-se verificar não o crime após o julgado em sentença, mas sim a partir de uma característica pré-existente, a qual não deixa de estar diretamente relacionada àquela variável, um fenômeno de forte presença na sociedade contemporânea, a **violência**, a qual pode ser interpretada como um precedente importante para o estudo da criminalidade no Brasil e no mundo.

Com o intuito de estudar, identificar e analisar a incidência do fenômeno da violência na cidade e no campo, o OBCRIT, com parceria da Pastoral Social⁴ STM/PA, foi em busca do objetivo almejado.

Identificando, através de dados de pesquisa de campo, os tipos de violência e a frequência com que ela se apresenta, verificou-se a relação da violência – maus tratos, agressões, ou qualquer meio violento – vinculando-as com as variáveis de identificação (sexo, idade e residência). Analisaram-se os fatores psicossociais, ou seja, sua posição psíquica e emocional em seus ambientes de convívio (família e escola – descrevendo como o jovem se sente, em um aspecto subjetivo) e, por fim, a caracterização da incidência do fenômeno, analisando se o jovem presenciou, atuou ou sofreu algum ato violento e quais seriam as motivações para que este indivíduo chegasse a tomar atitudes.

A análise apresentará alguns tipos de violência, por exemplo, abusos, humilhações, ou preconceitos em um determinado período de tempo, digo, a frequência com que a vítima ou os agressores encaravam essas situações.

Diante dos resultados, e com o apoio educativo da Pastoral, pretende-

⁴ A Pastoral Social, no sentido singular, é a solicitude de toda a Igreja para com as questões sociais, ela deve estar presente em cada diocese, paróquia, comunidade, setor, pastoral e movimentos; ou seja, deve ser preocupação essencial para a ação evangelizadora. Já as Pastorais Sociais, no plural, são serviços específicos a categorias de pessoas e/ou situações específicas da realidade social. Constituem ações voltadas concretamente para os diferentes grupos ou diferentes facetas da exclusão social, tais como a realidade do campo, da pesca, da criança e do adolescente, do/a idoso/a, dos/as encarcerados/as e assim por diante. A Pastoral tem como objetivo “contribuir, à luz da Palavra de Deus e das Diretrizes Gerais da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), para a transformação dos corações e das estruturas da sociedade em que vivemos, em vista da construção de uma nova sociedade, o Reino de Deus”.

se despertar nas pessoas, instituições e sociedade como um todo, uma ação e uso da cultura de paz, com meios para denunciar as diversas formas de exploração e ameaça à vida das pessoas nessa região, combatendo assim a violência e, possivelmente, a futura criminalidade.

2 O FENÔMENO MULTIFACETADO DA VIOLÊNCIA: O ENTRE-LACE CONCEITUAL

É fato que grande parte da população brasileira já presenciou, sofreu e até atuou em algum tipo de violência, seja esta representada nas formas de agressão (maus-tratos) física, sexual e psicológica. Diariamente são noticiadas inúmeras situações daqueles tipos nos mais diversos ambientes institucionais; contudo, é importante reconhecermos as diversas faces desse fenômeno, a violência.

A violência é um fenômeno multifacetado que está presente na sociedade, manifestada nas mais diversas instituições – família, escola, bairro etc. – e apresentando-se de inúmeras formas, independente de sexo, cor/raça, idade.

A tipologia proposta por Dahlberg e Krug (2006) divide a violência em três amplas categorias, segundo as características daqueles que cometem o ato violento: *a) violência autodirigida; b) violência interpessoal; c) violência coletiva.* A categorização inicial estabelece uma diferença entre a violência que uma pessoa inflige a si mesma, a violência infligida por outro indivíduo ou por um pequeno grupo de indivíduos e a violência infligida por grupos maiores, como estados, grupos políticos organizados, grupos de milícia e organizações terroristas. Estas três categorias amplas são ainda subdivididas, a fim de melhor refletir tipos mais específicos de violência.

A *violência autoinfligida* é subdividida em comportamento suicida e agressão autoinfligida. O primeiro inclui pensamentos suicidas, tentativas de suicídio – também chamadas em alguns países de “parassuicídios” ou “autoinjúrias deliberadas” – e suicídios propriamente ditos. A autoagressão inclui atos como a automutilação.

A *violência interpessoal* divide-se em duas subcategorias: 1) violência de família e de parceiros íntimos – isto é, violência principalmente entre membros da família ou entre parceiros íntimos, que ocorre usualmente nos lares; 2) violência na comunidade – violência entre indivíduos sem relação pessoal, que podem ou não conhecer-se. Geralmente ocorre fora dos lares. O primeiro grupo inclui formas de violência tais como abuso infantil, violência entre parceiros íntimos e maus-tratos de idosos. O segundo grupo inclui violência da juventude, atos variados de violência, estupro ou ataque sexual por desconhecidos e violência em instituições como escolas, locais de trabalho, prisões e asilos.

A *violência coletiva* acha-se subdividida em violência social, política e econômica. Diferentemente das outras duas grandes categorias, as subcategorias da violência coletiva sugerem possíveis motivos para a violência cometida por grandes grupos ou por países. A violência coletiva cometida com o fim de realizar um plano específico de ação social inclui, por exemplo, crimes carregados de ódio, praticados por grupos organizados, atos terroristas e violência de hordas. A violência política inclui a guerra e conflitos violentos a ela relacionados, violência do Estado e atos semelhantes praticados por grandes grupos. A violência econômica inclui ataques de grandes grupos motivados pelo lucro econômico, tais como ataques realizados com o propósito de desintegrar a atividade econômica, impedindo o acesso aos serviços essenciais, ou criando divisão e fragmentação econômica. É certo que os atos praticados por grandes grupos podem ter motivação múltipla.

A violência familiar ocorre, em geral, em casa, e inclui, principalmente, os maus-tratos às crianças. A violência comunitária ocorre entre indivíduos que podem ou não conhecer-se, mas que não têm laços familiares, estando incluída neste caso a violência juvenil, assaltos por estranhos, crimes contra a propriedade, violência nos locais de trabalho, nas escolas e outras instituições.

Além daquelas três tipologias definidoras de violência, ainda existe uma classificação em *função da natureza* da mesma, que pode apresentar-se nas formas: física, sexual, psicológica e na forma de privação ou negligência (KRUG et al., 2008).

Na instituição da família, por meio de estudos e pesquisas, é possível identificar qual a influência que o sofrimento causado por atitudes violentas tem na formação de cada pessoa, principalmente quando o campo de atuação desta violência está no âmbito familiar.

A família é a primeira instituição em que o homem inicia sua relação social, sendo esta responsável pela educação e imposição de valores morais e éticos. Contudo, um evento bem mais comum do que supõe o senso-comum é a violência familiar (KRUG et al., 2008).

Em uma interpretação geral, a família representa um grupo primário que pode influenciar ou sofrer influência de pessoas ou grupos geralmente ligados por descendência a partir de um ancestral comum matrimonial ou adoção (ARIÈS, 1981).

As primeiras interações da criança com o contexto no qual se desenvolvem aspectos ligados à reciprocidade, vinculação e estabilidade influenciam diretamente a qualidade da sua adaptação. Fora do contexto familiar, o contato da criança com seu grupo de iguais, como na escola, proporciona oportunidades de cooperação, negociação e trocas que são essenciais à aprendizagem e ao desenvolvimento de interações saudáveis. Entretanto, interações pobres, conflituosas, infrequentes ou ausentes geram sentimentos de rejeição e aumentam a probabilidade de prejuízos ao desenvolvimento, manifestos através de comportamentos desajustados (BANDURA; WALTERS, 1959).

As agressões podem ser de nível leve ou grave, podendo ser classificadas como verbal ou física, e que normalmente, se encontram nos intervalos ou dentro de sala. Duas formas básicas de violência na escola são: física (brigas, agressões e depredações) e não física (ofensas verbais, discriminações, humilhações e desvalorização com palavras e atitudes de desmerecimento), sendo a última, muitas vezes, disfarçada e de difícil diagnóstico (CAMACHO, 2000).

A violência nas escolas engloba não só atos de vandalismo, mas também práticas de agressões interpessoais, sobretudo entre o público

estudantil, sendo mais frequentes as agressões verbais e as ameaças. Certifica-se que estes comportamentos são meros reflexos do convívio conflituoso, muitas vezes presentes no meio familiar. Neste trabalho, mediante pesquisa quantitativa, relacionaremos fatores emocionais às variáveis identificadoras, a fim de explicar qual o sentimento do aluno em relação ao seu ambiente escolar (GONÇALVES; SPOSITO, 2002).

O comportamento agressivo é definido como toda ação que causa ou implica danos ou prejuízos a alguém, e é expresso de forma confrontativa e/ou não confrontativa. As formas confrontativas incluem atos diretos, físicos e verbais, como chutar, bater, morder, destruir objetos pessoais e de outros, machucar a si próprio, iniciar discussões, falar palavrões e xingamentos, fazer deboches, ameaças, ridicularizações e/ou provocações. As formas não confrontativas incluem atos hostis indiretos, como atacar a reputação de outra criança, prejudicar o bom andamento das atividades, perturbar ambientes (incomodando, agitando-se) e provocar intrigas (LADD; BURGEES, 1999; LOEBER; HAY, 1997 apud LISBOA; KOLLER, 2001).

3 O FENÔMENO MULTIFACETADO DA VIOLÊNCIA: ASPECTOS METODOLÓGICOS

O diferencial deste trabalho não está em seu objeto de pesquisa propriamente dito – violência – mas em sua metodologia inovadora. Procurar entender não só a incidência do fato, mas, principalmente, a posição psíquica e emocional dos indivíduos em seus diferentes ambientes institucionais – família, escola, bairro etc. – é dar um passo atrás – *ex ante* – em relação à execução do fato.

Para se alcançarem os objetivos, resultados e se chegar a conclusões nesta pesquisa, fez-se necessário um levantamento da realidade, com aplicação de questionários individuais e por amostragem trabalhados nas escolas, comunidades, grupos, associações e demais entidades que vivenciam a prática da violência no seu cotidiano.

Diversas instituições e entidades ajudaram na obtenção de dados para criar o material de análise. Dividimos, então, em escolas municipais, como por exemplo, a E. M. Fluminense, E. E. Princesa Isabel e E. M. E. F. Haroldo Veloso; estaduais e privadas, por exemplo, como o Colégio Dom Amando, a Escola Diocesana São Francisco e E. E. E. F. M. Júlia Gonçalves Passarinho. E como entidades públicas, além das pastorais, contamos com a ajuda de algumas associações de bairros de Santarém, do Conselho Tutelar e da FUNCAP/Penitenciária. Em meio a todos os questionários aplicados por indivíduos avaliados, deu-se um total de 199 (cento e noventa e nove), os quais serão expostos a partir daqueles dados coletados, o estudo qualitativo e quantitativo de incidências adolescentes e jovens em situação de risco (maus-tratos e agressões), sendo estes todos relacionados a fatores de identidade pessoal, como sexo e idade, familiar (por exemplo, o tipo de residência: mora com os pais, avós, tios ou outros) e fatores emocionais e psicossociais (retrato de como eles se sentem).

Os questionários utilizados na pesquisa de campo tinham como foco identificador principal a idade dos entrevistados, seu sexo, o meio no qual residem, além da situação psicoemocional dentro de sua estrutura familiar e escolar, visando a um aspecto subjetivo emocional dentro da convivência nesses ambientes citados.

Em algumas questões, principalmente nas que se referem aos aspectos relacionados à violência, o tempo é um fator importante para verificar além de sua incidência, a sua persistência habitual, e a partir dele saber com que frequência o sujeito presenciou, sofreu ou atuou nas provocações (maus-tratos e agressões) que geram a violência na escola e no bairro em que residem.

As visitas às instituições e entidades ocorreram em agosto de 2013. Os questionários foram aplicados em grupos de 15 a 20 pessoas nos meses de setembro e outubro daquele mesmo ano. A devolução dos questionários deu-se nos dias 15 a 20 de outubro de 2013.

a) Apresentação das Variáveis de Identificação

O questionário aplicado na pesquisa de campo agregou os entrevistados por três variáveis-chaves com base na identificação: Sexo, Idade e Residência (com quem eles residem – pais, avós, tios ou outros).

Aquelas três variáveis anteriormente citadas e definidas serão apresentadas com suas respectivas distribuições de frequências, nas Tabelas 1, 2 e 3, todas a seguir:

Tabela 1 – Descrição dos Indivíduos por Sexo.

Distribuição das Idades dos Acolhidos		Frequência Simples (<i>f_i</i>)	Frequência Relativa (<i>f_{ri}</i>) %	Frequência Acumulada Relativa (<i>F_{ri}</i>) %
Sexo	Feminino	115	57.79	57.79
	Masculino	84	42.21	100.00
Total		199	100.00	

Fonte: Dados Internos da Pastoral - Elaboração dos Autores.

Percebe-se, com base na tabela acima, que a maioria dos entrevistados é do sexo feminino, com percentual de aproximadamente 58% do total, ou seja, em termos absolutos, um total de 115 indivíduos dentre os 199 entrevistados.

Considerando a população amostral dos entrevistados por idade, e com base na tabela acima, percebe-se que aproximadamente 84% dos entrevistados são menores.

Considerando idade menor e/ou igual a 18 anos, apresentada em 94% dos entrevistados, logo apenas 6%, aproximadamente, têm idade superior a 18 anos.

Tabela 2 – Descrição dos Indivíduos por Idade.

Distribuição das Idades dos Acolhidos		Frequência Simples (<i>fi</i>)	Frequência Relativa (<i>fri</i>) %	Frequência Acumulada Relativa (<i>Fri</i>) %
Idade	Desconhecido	18	9.05	9.05
	10	2	1.01	10.05
	12	2	1.01	11.06
	13	2	1.01	12.06
	14	8	4.02	16.08
	15	33	16.58	32.66
	16	41	20.60	53.27
	17	60	30.15	83.42
	18	20	10.05	93.47
	19	9	4.52	97.99
	20	1	0.50	98.49
	21	1	0.50	98.99
	22	1	0.50	99.50
	30	1	0.50	100.00
Total		199	100.00	

Fonte: Dados Internos da Pastoral - Elaboração dos Autores.

Tabela 3 – Descrição dos Indivíduos por Residência.

Distribuição da residência dos Acolhidos		Frequência Simples (<i>fi</i>)	Frequência Relativa (<i>fri</i>) %	Frequência Acumulada Relativa (<i>Fri</i>) %
Reside	Pais	152	76.38	76.38
	Avós	15	7.54	83.92
	Tios	17	8.54	92.46
	Outros	15	7.54	100.00
Total		199	100.00	

Fonte: Dados Internos da Pastoral - Elaboração dos Autores.

Quanto à informação acerca da residência da amostra populacional dos entrevistados, com base na tabela acima, apresentou-se que 84,92% dos entrevistados moram com os pais ou avós, e restringindo a análise apenas àqueles entrevistados que residem com os pais, esta parcela percentual é de 76,38% do total. Aos tios e outros, o percentual é de 8,54% e 7,54% dos entrevistados, ou seja, em termos absolutos são 17 e 15 indivíduos do total de 199.

b) Relacionando as Variáveis de Identificação: Idade, Sexo e Residência

Neste subitem relacionaram-se as variáveis de identificação entre si: na Tabela 4, apresenta-se a relação entre as idades e sexo dos entrevistados.

Tabela 4 – Distribuição dos Indivíduos por Idade e Sexo.

Distribuição das Frequências Simples (<i>f_i</i>)		Sexo		
	Tipo	Feminino	Masculino	Total
Idade	Desconhecido	12	6	18
	10	1	1	2
	12	1	1	2
	13	1	1	2
	14	5	3	8
	15	26	7	33
	16	23	18	41
	17	31	29	60
	18	10	10	20
	19	2	7	9
	20	1	0	1
	21	0	1	1
	22	1	0	1
	30	1	0	1
	Total		115	84

Fonte: Dados Internos da Pastoral - Elaboração dos Autores.

Tomando por base a tabela acima, percebe-se que a faixa etária dos entrevistados de maior incidência fica entre quinze e dezoito anos respondendo por aproximadamente 67% do total dos entrevistados e, deste intervalo, isoladamente a idade que responde por 30% do total de entrevistados é a idade equivalente aos dezessete anos, além do fato de que, assim como no somatório dos entrevistados, nesta faixa etária destaca-se, também, o fato de que a maioria dos entrevistados é do sexo feminino. Logo, percebe-se, de forma geral, que é no intervalo entre 15 a 18 anos que está a maior concentração de indivíduos. Contudo, neste intervalo, a diferença percentual entre os sexos é ínfima. Todavia, considerando os indivíduos com idade igual a 14 e 15 anos, esta diferença por sexo apresenta-se visível, pois em ambas o quantitativo de indivíduos é superior em 25% e 57%, respectivamente.

Na Tabela 5, encontra-se a relação entre as idades e tipo de residência dos entrevistados.

Tabela 5 – Distribuição dos Indivíduos por Idade e Tipo de Residência.

Distribuição das Freqüências Simples (<i>f_i</i>)		Residência				
	Tipo	Pais	Avós	Tios	Outros	Total
Idade	Desconhecido	14	1	1	2	18
	10	2	0	0	0	2
	12	1	1	0	0	2
	13	2	0	0	0	2
	14	6	1	1	0	8
	15	27	4	2	0	33
	16	29	3	5	4	41
	17	46	3	6	5	60
	18	13	2	1	4	20
	19	8	0	1	0	9
	20	1	0	0	0	1
	21	1	0	0	0	1
	22	1	0	0	0	1
	30	1	0	0	0	1
	Total		152	15	17	15

Fonte: Dados Internos da Pastoral - Elaboração dos Autores.

Na tabela acima, de um total de 60 entrevistados com idade igual a dezessete anos, 46 declararam morar com os pais, ou seja, aproximadamente 77%, enquanto que nas idades de dez e treze anos dos total de 6 entrevistados, 4 moram com os pais, ou seja 66,66% do total.

Cabe ressaltar que, no intervalo entre 15 a 18 anos, está a maior concentração de indivíduos entrevistados, com valor igual a 77,38, e deste total, 74,67 moram com os pais. Cabe ressaltar também que, do total de indivíduos com idade maior que 18 anos, menos de 1% não reside com os pais. Logo, percebe-se que em maior percentual estão os indivíduos que residem com os pais. Apesar de esta tendência se manter em todas as idades, é no intervalo de 15 a 18 anos que se concentra o maior número de indivíduos da amostra, estando presente neste intervalo de idade o maior número de indivíduos que não residem com os pais, ao passo que nos intervalos com idade superior àquele intervalo (idade > 18 anos) aumenta o percentual dos indivíduos que moram com os pais.

Na Tabela 6, apresenta-se a relação entre as idades e tipo de residência dos entrevistados.

Tabela 6 – Descrição dos Indivíduos por Sexo e Residência.

A						
Distribuição das Frequências Simples (<i>f_i</i>)		Residência				
Sexo		Pais	Avós	Tios	Outros	Total
	Feminino	85	12	12	6	115
	Masculino	67	3	5	9	84
Total		152	15	17	15	199

Fonte: Dados Internos da Pastoral - Elaboração dos Autores.

Sabe-se que a maioria dos entrevistados é do sexo feminino, respondendo por aproximadamente 58% do total de entrevistados, enquanto o sexo masculino responde por aproximadamente 42% do total. Contudo, com base na tabela acima, se levarmos em conta somente o número de entrevistados

do sexo masculino, do total de 84 entrevistados, 67 declaram morar com os pais, ou seja, aproximadamente 80% desse total, enquanto do sexo feminino, de 115 entrevistados, 85 declaram morar com os pais respondendo por aproximadamente 74% de pessoas do sexo feminino entrevistadas; logo, apesar de a maioria dos entrevistados ser do sexo feminino, percebe-se que a maior parcela percentual que reside com os pais é do sexo masculino.

c) Apresentação das Variáveis de Presença (Ativa ou Passiva) em Agressão

Neste subitem descreveremos acerca da caracterização quanto à agressão, mais especificamente quanto à presença, a forma de participação e seu respectivo tempo de agressão.

Posteriormente, segue-se a metodologia do trabalho, relacionando os questionamentos sobre agressão com as variáveis pessoal e familiar dos entrevistados: sexo, idade e com quem residem.

A seguir na Tabela 7 apresentam-se as frequências das presenças nos atos de violência (maus-tratos e/ou agressão) na escola e no bairro, respectivamente:

Tabela 7 – Quanto à Presença em Alguém Tipo de Agressão.

Local / Presença em atos violentos		Frequência Simples (<i>fi</i>)	Frequência Relativa (<i>fri</i>) %	Frequência Acumulada Relativa (<i>Fri</i>) %
Escola	Não	75	37.69	37.69
	Sim	124	62.31	100.00
	Total	199	100.00	
Bairro	Não	51	25.63	25.63
	Sim	148	74.37	100.00
	Total	199	100.00	

Fonte: Dados Internos da Pastoral - Elaboração dos Autores.

Percebe-se que aproximadamente 62% dos entrevistados já presenciaram algum tipo de agressão na escola, e aproximadamente 74% dos entrevistados já presenciaram algum tipo de maus-tratos em seu bairro.

A seguir na Tabela 8 apresentam-se as frequências do tempo de presença em atos de violência (agressão e/ou maus-tratos) na escola e no bairro, respectivamente:

Tabela 8 – Quanto ao Tempo que presenciou Maus-Tratos.

Tempo da Violência por Local Específico / Categorias de Tempo de Maus-Tratos e/ou Agressão		Frequência Simples (<i>f_i</i>)	Frequência Relativa (<i>f_{ri}</i>) %	Frequência Acumulada Relativa (<i>F_{ri}</i>) %
Maltrato na Escola	Nunca	78	39.20	39.20
	Uma vez p/Semana	88	44.22	83.42
	Duas vezes p/ semana	6	3.02	86.43
	Mais de duas vezes p/Semana	27	13.57	100.00
	Total	199	100.00	
Maus-Tratos no Bairro	Nunca	68	34.17	34.17
	Uma vez p/Semana	90	45.23	79.40
	Duas vezes p/ semana	7	3.52	82.91
	Mais de duas vezes p/ Semana	34	17.09	100.00
	Total	199	100.00	

Fonte: Dados Internos da Pastoral - Elaboração dos Autores.

Percebe-se que, dentre os entrevistados que já presenciaram atos de violência de colegas, a maioria presenciou a ocorrência desses casos uma vez por semana, correspondendo a 44% da amostra, e nota-se a partir da tabela acima que 66% já viram algum tipo de violência no bairro pelo menos uma vez por semana, 45% deles no mínimo uma vez.

A seguir na Tabela 9 apresentam-se as frequências dos posicionamentos – ativo ou passivo – junto aos atos de violência por sua ocorrência, respectivamente:

Tabela 9 – Quanto à Atividade e/ou Passividade nos Maus-Tratos.

Posição junto à ocorrência do ato agressivo		Frequência Simples (<i>fi</i>)	Frequência Relativa (<i>fri</i>) %	Frequência Acumulada Relativa (<i>Fri</i>) %
Agrediu / Maltratou	Não	131	65.83	65.83
	Sim	68	34.17	100.00
	Total	199	100.00	
Agredido / Maltratado	Não	141	70.85	70.85
	Sim	58	29.15	100.00
	Total	199	100.00	

Fonte: Dados Internos da Pastoral - Elaboração dos Autores

Com base na tabela acima, percebemos que aproximadamente 34% dos entrevistados já cometeram algum tipo de ato violento e, aproximadamente, 30% dos entrevistados já sofreram algum tipo de ato violento.

A seguir na Tabela 10 apresentam-se as frequências do tempo dos atos de violência (maus-tratos) com relação ao seu posicionamento, ativo ou passivo por sua ocorrência, respectivamente:

Com base na tabela, levando em consideração somente os índices de atividade em atos violentos, percebe-se que 71% afirmam nunca ter praticado algum tipo de violência, ao passo que 29% já haviam praticado algum tipo de ato violento no mínimo uma vez por semana. Quanto à passividade em atos violentos, percebe-se também que, aproximadamente, 66% afirmam nunca ter sofrido nenhum tipo de violência (maus-tratos/agressão), ao passo que, aproximadamente, 35% já sofreu algum tipo de violência, no mínimo uma vez por semana.

Tabela 10 – Quanto ao Tempo de Atividade e/ou Passividade nos Maus-Tratos.

Tempo de Maus-Tratos / Categorias de Tempo de Maus-Tratos		Frequência Simples (<i>f_i</i>)	Frequência Relativa (<i>f_{ri}</i>) %	Frequência Acumulada Relativa (<i>F_{ri}</i>) %
Agrediu / Maltratou	Nunca	141	70.85	70.85
	Uma vez p/Semana	44	22.11	92.96
	Dois vezes p/ semana	5	2.51	95.48
	Mais de duas vezes p/Semana	9	4.52	100.00
	Total	199	100.00	
Agredido / Maltratado	Nunca	131	65.83	65.83
	Uma vez p/Semana	56	28.14	93.97
	Dois vezes p/ semana	4	2.01	95.98
	Mais de duas vezes p/Semana	8	4.02	100.00
	Total	199	100.00	

Fonte: Dados Internos da Pastoral - Elaboração dos Autores.

a) Relacionando as Variáveis de Presença em Ato de Violência – local e posição – com a Variável Identificadora do Sexo

A seguir na Tabela 11 estão relacionados os índices de tempo de presença de maus-tratos na escola e/ou bairro, como também a condição (posicionamento) nos maus-tratos por sexo:

Do total de entrevistados que presenciaram ou atuaram em algum tipo de ato violento, conforme tabela acima, nota-se que, apesar de a maioria dos entrevistados serem do sexo feminino, aproximadamente 60% e 65% dos entrevistados presenciaram casos de violência na escola e no bairro, respectivamente, no mínimo uma vez por semana,

No que tange à forma de atuação em atos violentos, nota-se que 34% e 30% dos entrevistados afirmam ter atuado e sofrido algum tipo de violência, respectivamente, seja na escola e/ou seja no bairro.

Tabela 11 – Tempo de Presença em Maus-Tratos por Sexo na Escola e/ou Bairro.

Tempo em que Presenciou Violência na Escola							
Sexo		Nunca	1 vez p/ semana	2 vezes p/semana	Mais de 2 vezes p/ semana	Total	%
	Feminino	57	44	1	13	115	57.79
	Masculino	21	44	5	14	84	42.21
	Total	78	88	6	27	199	100.00
Tempo que Presenciou Violência no Bairro							
	Feminino	43	56	3	13	115	57.79
	Masculino	25	34	4	21	84	42.21
	Total	68	90	7	34	199	100.00
Tempo que Atuou em Violência por Sexo							
	Feminino	78	29	3	5	115	57.79
	Masculino	53	27	1	3	84	42.21
	Total	131	56	4	8	199	100.00
Tempo que Sofreu Violência por Sexo							
	Feminino	85	24	2	4	115	57.79
	Masculino	56	20	3	5	84	42.21
	Total	141	44	5	9	199	100.00

Fonte: Dados Internos da Pastoral - Elaboração dos Autores.

Logo, 40% e 35% de ambos os sexos afirmam nunca terem presenciado algum tipo de violência, na escola e no bairro, respectivamente. Diferente de 66% e 70% dos entrevistados, que afirmaram nunca ter atuado e nem sofrido, respectivamente, qualquer tipo de ato violento, seja na escola ou no bairro.

De forma geral, a maior parte dos entrevistados afirma ter presenciado, mas a minoria afirma ter atuado e/ou sofrido algum tipo de ato violento.

b) Relacionando as Variáveis de Presença em Ato de Violência – local e posição – com a Variável Identificadora da Idade

A seguir na Tabela 12 estão relacionados os indicadores da presença em atos violentos na escola e/ou bairro com a idade dos entrevistados:

Tabela 12 – Tempo de Presença em Violência por Idade na Escola e/ou Bairro.

Tempo em que Presenciou Violência na Escola						Tempo em que Presenciou Violência no Bairro							
Ida- de		Nun- ca	1 vez / Se- mana	2 ve- zes/ sema- na	> 2 vezes / Sema- na	Total	Ida de		Nunca	1 vez / Semana	2 ve- zes/ semana	> 2 vezes / Sema- na	To- tal
	Desc.	6	9	1	2	18		Desc.	6	7	1	4	18
	10	1	0	0	1	2		10	0	1	1	0	2
	12	0	1	1	0	2		12	0	0	1	1	2
	13	0	2	0	0	2		13	1	1	0	0	2
	14	6	1	0	1	8		14	6	1	0	1	8
	15	14	12	1	6	33		15	14	10	3	6	33
	16	19	17	1	4	41		16	14	21	1	5	41
	17	18	31	1	10	60		17	19	30	0	11	60
	18	8	11	0	1	20		18	5	11	0	4	20
	19	3	3	1	2	9		19	2	6	0	1	9
	20	1	0	0	0	1		20	1	0	0	0	1
	21	0	1	0	0	1		21	0	0	0	1	1
	22	1	0	0	0	1		22	0	1	0	0	1
	30	1	0	0	0	1		30	0	1	0	0	1
Total		78	88	6	27	199	Total		68	90	7	34	199

Fonte: Dados Internos da Pastoral - Elaboração dos Autores.

Com base na tabela acima, percebe-se que a maior incidência do fenômeno encontra-se na faixa etária dos 15 aos 17 anos. Do total de entrevistados, 62% e 65% relataram sua presença em atos violentos na escola e no bairro, respectivamente, no mínimo uma vez na semana da incidência.

Na Tabela 13 está relacionado o tempo da violência, disposto quanto ao posicionamento dos entrevistados nos atos com a idade:

A tabela 13 mostra que a maior incidência do fenômeno encontra-se na faixa etária dos 15 aos 18 anos. Do total de entrevistados, 35% e 30% relataram sua atividade e passividade em atos violentos, respectivamente, no mínimo uma vez semana da incidência.

c) Relacionando as Variáveis de Presença em Ato de Violência – local e posição – com a Variável Identificadora da Residência

A seguir na Tabela 14 estão relacionados os indicadores da presença em atos violentos na escola e/ou bairro com a idade dos entrevistados.

Do total de entrevistados apreende-se, com base na tabela acima, que a maioria dos entrevistados, 60% aproximadamente, já presenciou algum tipo de violência na escola. Daqueles, dos que residem com os pais, 34% aproximadamente afirmam que os maus-tratos ocorreram pelo menos uma vez por semana. Observa-se também que 12% entrevistados que presenciaram maus-tratos de colegas afirmam que isso ocorreu mais de duas vezes por semana. É relevante a informação de que a maioria dos entrevistados reside na casa dos pais, aproximadamente 76% do total de entrevistados.

Ao reportar-se esta presença em algum tipo de violência no bairro, a tabela acima mostra novamente que a maioria dos entrevistados, 66% aproximadamente, afirma já ter presenciado algum tipo de violência, sendo que 46% disseram ter presenciado pelo menos uma vez por semana, e 84% destes residem na casa dos pais.

Tabela 13 – Tempo de Presença em Violência por Idade Escola e/ou Bairro.

Tempo em que Atuou em Atos Violentos							Tempo em que Sofreu Atos Violentos							
		Nunca	1 vez / Semana	2 ve- zes/ semana	> 2 vezes / Se- mana	To- tal			Nunca	1 vez / Semana	2 ve- zes/ semana	> 2 vezes / Se- mana	To- tal	
254	Ida- de	Desc.	9	8	0	1	18	Ida- de	Desc.	11	5	0	2	18
	10	2	0	0	0	2	10		1	1	0	0	2	
	12	1	0	1	0	2	12		1	0	0	1	2	
	13	2	0	0	0	2	13		1	1	0	0	2	
	14	6	2	0	0	8	14		7	1	0	0	8	
	15	20	11	1	1	33	15		23	9	1	0	33	
	16	26	13	1	1	41	16		30	9	1	1	41	
	17	40	15	1	4	60	17		42	15	0	3	60	
	18	16	4	0	0	20	18		17	2	0	1	20	
	19	6	3	0	0	9	19		5	1	3	0	9	
	20	0	0	0	1	1	20		0	0	0	1	1	
	21	1	0	0	0	1	21		1	0	0	0	1	
	22	1	0	0	0	1	22		1	0	0	0	1	
	30	1	0	0	0	1	30		1	0	0	0	1	
Total		131	56	4	8	199	Total		141	44	5	9	199	

Fonte: Dados Internos da Pastoral - Elaboração dos Autores.

Tabela 14 – Tempo de Presença (Escola ou Bairro) em Atos de Violência por Tipo de Residência.

Tempo em que Presenciou Violência Na Escola							
		Nunca	1 vez / Semana	2 vezes/ semana	> 2 vezes / Semana	Total	%
Reside	Pais	58	66	5	23	152	76.38
	Avós	6	8	0	1	15	7.54
	Tios	12	5	0	0	17	8.54
	Outros	2	9	1	3	15	7.54
Total		78	88	6	27	199	100
Tempo em que Presenciou Violência No Bairro							
Reside	Pais	46	75	5	26	152	76.38
	Avós	5	7	1	2	15	7.54
	Tios	13	3	0	1	17	8.54
	Outros	4	5	1	5	15	7.54
Total		68	90	7	34	199	100.00
Tempo em que Atuou em Atos Violentos							
Reside	Pais	103	40	3	6	152	76.38
	Avós	9	5	1	0	15	7.54
	Tios	12	5	0	0	17	8.54
	Outros	7	6	0	2	15	7.54
Total		131	56	4	8	199	100.00
Tempo em que Sofreu Violência							
Reside	Pais	106	34	5	7	152	76.38
	Avós	13	2	0	0	15	7.54
	Tios	12	5	0	0	17	8.54
	Outros	10	3	0	2	15	7.54
Total		141	44	5	9	199	100.00

Fonte: Dados Internos da Pastoral - Elaboração dos Autores.

Assim, quanto à atuação em algum tipo de ato violento, a maioria dos entrevistados afirma não ter maltratado alguém, ou seja, 66% do total de

entrevistados. Dos que afirmam ter auferido algum tipo de violência, a maioria ocorreu pelo menos uma vez por semana, 29% dos casos, sendo que 67% destes afirmam residir na casa dos pais. Ao passo que, dos 23% que sofreram maus-tratos no mínimo uma vez por semana, 53%, aproximadamente, residiam com os pais.

4 APRESENTAÇÃO DOS ATOS VIOLENTOS CARACTERIZADA EM TIPO DE AGRESSÃO

a) Relacionando a Violência Ativa na forma de Agressão com as Variáveis Identificadoras do Sexo, Idade e Residência

A seguir na Tabela 15 encontra-se a distribuição dos atos violentos, caracterizados nas mais diversas formas ativa de agressão:

Tabela 15 – Distribuição da Violência por Tipo de Agressão.

Distribuição das Agressões		Frequência Simples (<i>f_i</i>)	Frequência Relativa (<i>f_{ri}</i>) %	Frequência Acumulada Relativa (<i>F_{ri}</i>) %
Agrediu com Xingamentos	Não	117	58.79	58.79
	Sim	82	41.21	100.00
	Total	199	100.00	
Agrediu com violência física	Não	157	78.89	78.89
	Sim	42	21.11	100.00
	Total	199	100.00	
Agrediu com Risadas	Não	115	57.79	57.79
	Sim	84	42.21	100.00
	Total	199	100.00	
Agrediu com Ameaças	Não	184	92.46	92.46
	Sim	15	7.54	100.00
	Total	199	100.00	

Agrediu com Apelidos	Não	146	73.37	73.37
	Sim	53	26.63	100.00
	Total	199	100.00	
Agrediu com Puxão de Cabelo	Não	185	92.96	92.96
	Sim	14	7.04	100.00
	Total	199	100.00	
Agrediu Ignorando-a	Não	153	76.88	76.88
	Sim	46	23.12	100.00
	Total	199	100.00	
Agrediu Insultando	Não	183	91.96	91.96
	Sim	16	8.04	100.00
	Total	199	100.00	
Agrediu com humilhação por Homofobia	Não	190	95.48	95.48
	Sim	9	4,52	100.00
	Total	199	100	
Agrediu de Forma Racista	Não	192	96.48	96.48
	Sim	7	3.52	100.00
	Total	199	100.00	
Agrediu Perseguiu	Não	188	94.47	94.47
	Sim	11	5.53	100.00
	Total	199	100.00	
Agrediu com Assédio	Não	194	97.49	97.49
	Sim	5	2.51	100.00
	Total	199	100.00	

Fonte: Dados Internos da Pastoral - Elaboração dos Autores.

Com base na tabela acima, verificou-se que aproximadamente 42% do total dos entrevistados já agrediram com xingamentos alguém ao longo da vida; 21% do total chegaram a cometer agressão física, 43% dos entrevistados já zombaram de alguém com risadas; e aproximadamente 74% dos entrevistados nunca apelidaram alguém, e que a diferença entre *não agrediu* e *agrediu puxando cabelo* é aproximadamente de 86%. Também, aproximadamente 23% dos entrevistados já ignoraram alguém; aproximadamente 8% dos entrevistados já insultaram alguém; aproximadamente 5% dos entrevistados admitiram ter alguma atitude homofóbica com alguém; e aproximadamente

4% dos entrevistados admitiram ter alguma atitude racista com alguém. Aproximadamente 6% dos entrevistados admitiram ter perseguido alguém e aproximadamente 3 % dos entrevistados admitiram ter assediado alguém.

A seguir na Tabela 16 estão descritos os atos violentos, caracterizados nas mais diversas formas de agressão relacionadas ao gênero sexual dos indivíduos entrevistados:

Tabela 16 – Distribuição da Violência (Agressão) por Sexo.

Agrediu com Xingamento					
Sexo		Não	Sim	Total	%
	Feminino	70	45	115	39,13
	Masculino	47	37	84	44,05
Total		117	82	199	41,21
Agrediu com Violência Física					
Sexo		Não	Sim	Total	%
	Feminino	94	21	115	18,26
	Masculino	63	21	84	25
Total		157	42	199	21,1
Agrediu com Risada					
Sexo		Não	Sim	Total	%
	Feminino	69	46	115	40
	Masculino	46	38	84	45,24
Total		115	84	199	42,21
Agrediu com Ameaças					
Sexo		Não	Sim	Total	%
	Feminino	109	6	115	5,22
	Masculino	75	9	84	10,71
Total		184	15	199	7,54
Agrediu com Apelido					
Sexo		Não	Sim	Total	%
	Feminino	90	25	115	21,74
	Masculino	56	28	84	33,33
Total		146	53	199	26,63

Agrediu Puxando Cabelo					
Sexo		Não	Sim	Total	%
	Feminino	105	10	115	8,69
	Masculino	80	4	84	4,76
	Total	185	14	199	7,03
Agrediu com o Ignorar					
Sexo		Não	Sim	Total	%
	Feminino	83	32	115	27,83
	Masculino	70	14	84	16,67
	Total	153	46	199	23,11
Agrediu com Insulto					
Sexo		Não	Sim	Total	%
	Feminino	108	7	115	6,09
	Masculino	75	9	84	10,71
	Total	183	16	199	8,04
Agrediu com Humilhação Sexual					
Sexo		Não	Sim	Total	%
	Feminino	114	1	115	0,87
	Masculino	76	8	84	9,52
	Total	190	9	199	4,52
Agrediu com Racismo					
Sexo		Não	Sim	Total	%
	Feminino	113	2	115	1,74
	Masculino	79	5	84	5,95
	Total	192	7	199	3,52
Agrediu com Perseguição					
Sexo		Não	Sim	Total	%
	Feminino	110	5	115	4,35
	Masculino	78	6	84	7,14
	Total	188	11	199	5,53

Agrediu com Assédio					
		Não	Sim	Total	%
Sexo	Feminino	114	1	115	0,87
	Masculino	80	4	84	4,76
	Total	194	5	199	2,51

Fonte: Dados Internos da Pastoral - Elaboração dos Autores.

Tomando por base os dados da tabela acima, verifica-se, de forma geral, que dos atos de violência, caracterizados nas mais diversas formas de agressão, quando considerado apenas o gênero masculino, fizeram-se presentes os atos agressivos na forma de ameaças, apelidos, insultos, humilhação sexual, racismo e assédio moral e sexual. Já para o gênero feminino, prevaleceu a agressão nas formas de risada, puxão de cabelo, o ignorar. Ressalta-se que em ambos os gêneros se fez presente a agressão nas formas de agressão física propriamente dita e de perseguição, demonstrando-se que, na atualidade, de forma geral a agressão caracterizada na sua forma mais violenta independe do gênero sexual.

A seguir na Tabela 17 estão descritos os atos violentos, caracterizados nas mais diversas formas de agressão relacionadas à idade dos indivíduos entrevistados:

Tabela 17 – Distribuição da Violência (Agressão) por Idade.

Agrediu com Xingamento					Agrediu com Violência Física						
		Não	Sim	Total	%		Não	Sim	Total	%	
Idade	Desc.	12	6	18	9,05	Idade	Desc.	15	3	18	9,05
	10	2	0	2	1,01		10	1	1	2	1,01
	12	2	0	2	1,01		12	2	0	2	1,01
	13	1	1	2	1,01		13	2	0	2	1,01
	14	6	2	8	4,02		14	6	2	8	4,02
	15	18	15	33	16,58		15	22	11	33	16,58
	16	21	20	41	20,60		16	36	5	41	20,60
	17	34	26	60	30,15		17	48	12	60	30,15
	18	15	5	20	10,05		18	14	6	20	10,05
	19	3	6	9	4,52		19	8	1	9	4,52
	20	0	1	1	0,50		20	0	1	1	0,50
	21	1	0	1	0,50		21	1	0	1	0,50
	22	1	0	1	0,50		22	1	0	1	0,50
	30	1	0	1	0,50		30	1	0	1	0,50
Total		117	82	199	100,00	Total		157	Total	199	100,00

Agrediu com Risadas					Agrediu com Ameaças						
		Não	Sim	Total	%		Não	Sim	Total	%	
Idade	Desc.	11	7	18	9,05	Idade	Desc.	18	0	18	9,05
	10	2	0	2	1,01		10	2	0	2	1,01
	12	1	1	2	1,01		12	2	0	2	1,01
	13	2	0	2	1,01		13	2	0	2	1,01
	14	6	2	8	4,02		14	8	0	8	4,02
	15	19	14	33	16,58		15	29	4	33	16,58
	16	23	18	41	20,60		16	39	2	41	20,60
	17	32	28	60	30,15		17	54	6	60	30,15
	18	14	6	20	10,05		18	18	2	20	10,05
	19	4	5	9	4,52		19	8	1	9	4,52
	20	0	1	1	0,50		20	1	0	1	0,50
	21	0	1	1	0,50		21	1	0	1	0,50
	22	1	0	1	0,50		22	1	0	1	0,50
30	0	1	1	0,50	30	1	0	1	0,50		
Total		Total	84	199	100,00	Total		184	15	199	100,00

Agrediu com Apelido					Agrediu Puxando Cabelo							
		Não	Sim	Total	%		Não	Sim	Total	%		
Idade	Desc.	14	4	18	9,05	Idade	Desc.	17	1	18	9,05	
	10	2	0	2	1,01		10	2	0	2	1,01	
	12	2	0	2	1,01		12	2	0	2	1,01	
	13	2	0	2	1,01		13	2	0	2	1,01	
	14	8	0	8	4,02		14	7	1	8	4,02	
	15	23	10	33	16,58		15	28	5	33	16,58	
	16	29	12	41	20,60		16	40	1	41	20,60	
	17	45	15	60	30,15		17	57	3	60	30,15	
	18	14	6	20	10,05		18	18	2	20	10,05	
	19	4	5	9	4,52		19	9	0	9	4,52	
	20	0	1	1	0,50		20	0	1	1	0,50	
	21	1	0	1	0,50		21	1	0	1	0,50	
	22	1	0	1	0,50		22	1	0	1	0,50	
30	1	0	1	0,50	30	1	0	1	0,50			
Total		Total	53	199	100,00	Total		Total	185	Total	199	100,00

Agrediu com o Ignorar						Agrediu Insultando					
		Não	Sim	Total	%			Não	Sim	Total	%
Idade	Desc.	15	3	18	9,05	Idade	Desc.	17	1	18	9,05
	10	2	0	2	1,01		10	2	0	2	1,01
	12	2	0	2	1,01		12	2	0	2	1,01
	13	2	0	2	1,01		13	2	0	2	1,01
	14	6	2	8	4,02		14	7	1	8	4,02
	15	22	11	33	16,58		15	30	3	33	16,58
	16	32	9	41	20,60		16	38	3	41	20,60
	17	46	14	60	30,15		17	54	6	60	30,15
	18	18	2	20	10,05		18	19	1	20	10,05
	19	7	2	9	4,52		19	8	1	9	4,52
	20	0	1	1	0,50		20	1	0	1	0,50
	21	1	0	1	0,50		21	1	0	1	0,50
	22	0	1	1	0,50		22	1	0	1	0,50
	30	0	1	1	0,50		30	1	0	1	0,50
Total		Total	46	199	100,00	Total		183	Total	199	100,00

Agrediu com Humilhação Sexual					Agrediu com Racismo						
		Não	Sim	Total	%		Não	Sim	Total	%	
Idade	Desc.	18	0	18	9,05	Idade	Desc.	18	0	18	9,05
	10	2	0	2	1,01		10	2	0	2	1,01
	12	2	0	2	1,01		12	2	0	2	1,01
	13	2	0	2	1,01		13	2	0	2	1,01
	14	8	0	8	4,02		14	8	0	8	4,02
	15	32	1	33	16,58		15	32	1	33	16,58
	16	39	2	41	20,60		16	40	1	41	20,60
	17	56	4	60	30,15		17	58	2	60	30,15
	18	19	1	20	10,05		18	18	2	20	10,05
	19	8	1	9	4,52		19	8	1	9	4,52
	20	1	0	1	0,50		20	1	0	1	0,50
	21	1	0	1	0,50		21	1	0	1	0,50
	22	1	0	1	0,50		22	1	0	1	0,50
	30	1	0	1	0,50		30	1	0	1	0,50
Total		Total	9	199	100,00	Total		Total	199	100,00	

Agrediu com Perseguição					Agrediu com Assédio						
		Não	Sim	Total	%		Não	Sim	Total	%	
Idade	Desc.	18	0	18	9,05	Idade	Desc.	18	0	18	9,05
	10	2	0	2	1,01		10	2	0	2	1,01
	12	2	0	2	1,01		12	2	0	2	1,01
	13	2	0	2	1,01		13	2	0	2	1,01
	14	7	1	8	4,02		14	8	0	8	4,02
	15	30	3	33	16,58		15	32	1	33	16,58
	16	39	2	41	20,60		16	40	1	41	20,60
	17	56	4	60	30,15		17	58	2	60	30,15
	18	19	1	20	10,05		18	19	1	20	10,05
	19	9	0	9	4,52		19	9	0	9	4,52
	20	1	0	1	0,50		20	1	0	1	0,50
	21	1	0	1	0,50		21	1	0	1	0,50
	22	1	0	1	0,50		22	1	0	1	0,50
30	1	0	1	0,50	30	1	0	1	0,50		
Total	Total	11	199	100,00	Total	194	Total	199	100,00		

Fonte: Dados Internos da Pastoral - Elaboração dos Autores.

Com base na tabela anterior, verificou-se que a maioria dos entrevistados que relataram ter cometido agressão encontram-se na faixa etária de 15 a 17 anos. Aproximadamente 41% dos entrevistados relataram ter agredido alguém através de xingamentos; 22% dizem já ter batido em alguém. Quanto a ter dado risadas em algum momento para alguém de forma agressiva, do total de entrevistados, 43% já cometeram tal ato.

Na distribuição das agressões por ameaças, apenas 8% assumem já ter ameaçado alguém. Sobre agressões por apelidos, aproximadamente 27% apelidaram alguém. Ter agredido alguém com puxão de cabelo: apenas 8% dos indivíduos dizem já ter cometido tal ato. Apenas 3 relatam já ter puxado o cabelo de alguém, a maioria afirma nunca ter agredido alguém puxando o cabelo. Apenas 14 indivíduos dizem já ter cometido tal ato. Esses mesmos indivíduos estão na faixa etária de 15 a 18 anos. A grande maioria dos entrevistados possui 17 anos; em um total de 60 indivíduos nessa faixa de idade, absolutamente apenas 3 relatam já ter puxado o cabelo de alguém. Podemos verificar que 77% dos indivíduos dizem nunca ter ignorado alguém em algum momento. Quanto à agressão através de insultos, apenas 8% já cometeram a violência, ao passo que 96% dos entrevistados afirmaram nunca ter agredido alguém através de humilhações de qualquer tipo. Apenas 5% indivíduos dizem ter humilhado alguém em algum momento. Quanto às agressões raciais, a maioria dos entrevistados afirma não ter agredido alguém por causa de sua cor, apenas 4% afirmam já ter agredido utilizando-se do preconceito contra a cor/raça. Já na agressão por perseguição, a maioria dos entrevistados, ou seja, 95% dos indivíduos, disseram nunca ter agredido alguém através de perseguição. A maioria dos entrevistados, 98%, relatou nunca ter assediado alguém.

A seguir na Tabela 18 encontram-se as descrições acerca das formas de atuação aplicadas nas agressões por residência:

Tabela 18 – Distribuição das Agressões por Tipo de Residência.

Agrediu com Xingamento					
		Não	Sim	Total	%
Reside	Pais	88	64	152	76,38
	Avós	8	7	15	7,54
	Tios	11	6	17	8,54
	Outros	10	5	15	7,54
	Total	117	82	199	100,00
Agrediu com Violência Física					
	Reside	Não	Sim	Total	%
Reside	Pais	121	31	152	76,38
	Avós	12	3	15	7,54
	Tios	13	4	17	8,54
	Outros	11	4	15	7,54
	Total	157	42	199	100,00
Agrediu com Risadas					
		Não	Sim	Total	%
Reside	Pais	85	67	152	76,38
	Avós	9	6	15	7,54
	Tios	14	3	17	8,54
	Outros	7	8	15	7,54
	Total	115	84	199	100,00
Agrediu com Ameaças					
		Não	Sim	Total	%
Reside	Pais	142	10	152	76,38
	Avós	14	1	15	7,54
	Tios	16	1	17	8,54
	Outros	12	3	15	7,54
	Total	184	15	199	100,00
Agrediu com Apelidos					
	Reside	Não	Sim	Total	%
Reside	Pais	112	40	152	76,38
	Avós	10	5	15	7,54
	Tios	14	3	17	8,54
	Outros	10	5	15	7,54
	Total	146	53	199	100,00

Agrediu Puxando Cabelo					
	Reside	Não	Sim	Total	%
Reside	Pais	141	11	152	76,38
	Avós	13	2	15	7,54
	Tios	17	0	17	8,54
	Outros	14	1	15	7,54
	Total	185	14	199	100,00
Agrediu Ignorando-a					
		Não	Sim	Total	%
Reside	Pais	116	36	152	76,38
	Avós	8	7	15	7,54
	Tios	17	0	17	8,54
	Outros	12	3	15	7,54
	Total	153	46	199	100,00
Agrediu com Insulto					
	Reside	Não	Sim	Total	%
Reside	Pais	140	12	152	76,38
	Avós	14	1	15	7,54
	Tios	17	0	17	8,54
	Outros	12	3	15	7,54
	Total	183	16	199	100,00
Agrediu com Humilhação Sexual					
		Não	Sim	Total	%
Reside	Pais	146	6	152	76,38
	Avós	14	1	15	7,54
	Tios	17	0	17	8,54
	Outros	13	2	15	7,54
	Total	190	9	199	100,00
Agrediu com Racismo					
		Não	Sim	Total	%
Reside	Pais	147	5	152	76,38
	Avós	14	1	15	7,54
	Tios	17	0	17	8,54
	Outros	14	1	15	7,54
	Total	192	7	199	100,00

Agrediu com Perseguição					
		Não	Sim	Total	%
Reside	Pais	144	8	152	76,38
	Avós	15	0	15	7,54
	Tios	16	1	17	8,54
	Outros	13	2	15	7,54
	Total	188	11	199	100,00
Agrediu com Assédio					
		Não	Sim	Total	%
Reside	Pais	148	4	152	76,38
	Avós	15	0	15	7,54
	Tios	17	0	17	8,54
	Outros	14	1	15	7,54
	Total	194	5	199	100,00

Fonte: Dados Internos da Pastoral - Elaboração dos Autores.

Como a maior concentração dos entrevistados, tomando por base a idade dos mesmos, encontra-se na faixa etária entre 14 e 18 anos, e a maioria destes reside com os pais, com base na tabela acima pode-se perceber que aproximadamente 42% dos entrevistados que residem com os pais já xingaram alguém, enquanto este percentual entre os que residem com os avós sobe para aproximadamente 47%. Aproximadamente 20% dos entrevistados que residem com os pais já agrediram fisicamente alguém, 44% já agrediram com risadas alguém, 6% dos entrevistados que residem com os tios já ameaçaram alguém, enquanto dos que residem com os pais esse percentual é de aproximadamente 7%. A tabela também nos mostra que aproximadamente 26% dos entrevistados que residem com os pais já apelidaram alguém, e que aproximadamente 7% já puxaram o cabelo de alguém. Aproximadamente 24% dos entrevistados que residem com os pais já ignoram algum terceiro. Aproximadamente 8% já insultaram alguém e 4% já tiveram atitude homofóbica. 3% dos entrevistados já tiveram atitude racista, 5% já perseguiram alguém e 3% já assediaram alguém.

5 CONCLUSÃO

Considerando a estrutura metodológica empregada neste trabalho, de forma geral, percebeu-se que, ao analisar-se o fenômeno da violência, relacionando-a às variáveis identificadoras individuais: sexo, idade e residência, concatenam-se aqui os resultados com as demais pesquisas Brasil afora, no que tange às múltiplas faces com a quais o fenômeno da violência têm-se apresentado, independente do ambiente institucional. Contudo, aqui também, refuta-se a incidência da mesma, quando analisada conjuntamente com as variáveis identificadoras individuais.

Ao analisar-se o fenômeno, considerando-se o sexo dos indivíduos, percebeu-se que tanto a incidência – seja ativa ou passiva – quanto as motivações diferem de acordo com cada gênero. Todavia, a violência caracterizada na forma de xingamento e agressão física apresentou-se independente do gênero sexual para o estudo.

Com relação à idade, percebeu-se que, de forma geral, existe um grupo intervalar de faixa etária – 14 a 18 anos – no qual se encontra não só a maior incidência, mas também uma maior vulnerabilidade quanto à posição social com relação ao seu estado emocional, junto ao ambiente de convívio.

Por fim, separando os indivíduos entrevistados por tipo de residência, percebeu-se não apenas uma maior concentração de indivíduos que residem com os pais – aproximadamente 78% –, mas a diferença que traz esse tipo de residência, apresentada na instituição da família, tanto para a posição dos entrevistados, com relação ao seu estado psíquico e emocional, mas também nas incidências do fenômeno da violência, tanto em sua atividade quanto na passividade.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, P. **História Social da Criança e da Família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BANDURA, A; WALTERS, R. H. **Adolescent aggression**: A study of the influence of child-training practices and family interrelationships. Oxford: England, Ronald, 1959. 475 p.

CAMACHO, L. M. Y. As sutilezas das faces da violência nas práticas escolares de adolescentes. **Educ Pesq**, São Paulo, v. 27, n. 1, jun. 2001.

CAMACHO, L. M. Y. **Violência e indisciplina nas práticas escolares de adolescentes**: um estudo das realidades de duas escolas semelhantes e diferentes entre si. 205 f. 2000. Tese (doutorado). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2000.

DAHLBERG, L. L.; KRUG, E. G. Violência: um problema global de saúde pública. **Ciênc. saúde coletiva** [online]. v. 11, p.1163-1178 supl. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v11s0/a07v11s0.pdf>>.

GONCALVES, L. A. O.; SPOSITO, M. P. Iniciativas públicas de redução da violência escolar no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 115, Mar. 2002 .

GUIMARÃES, J. L. C. Criminalidade econômica: Análise dos fatores econômicos e sociais que influenciam as categorias de crimes no Município de Santarém-PA. **Revista UDESC em Ação**, v. 2, n. 1. Santa Catarina, 2008.

_____. **Motivações do crime segundo o criminoso**: condições econômicas, interação social e herança familiar. 180 f. 2012. Tese de (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável)- Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

KRUG E. G. et al. (Edt.). **Relatório mundial sobre violência e saúde**. Genebra: OMS; 2002.

_____. World report on violence and health. Geneva: World Health Organization; In: MOURA, T.M.S.; MORAES, C.L.; REICHENHEIM, E. M. Detecção de maus-tratos contra a criança: oportunidades perdidas em serviço de emergência na cidade de São Paulo, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro; 2008.

LADD, G. & BURGESS, K. Charting the relationship trajectories of aggressive, withdrawn and aggressive/withdrawn children during early grade school. **Child Development**. 70, 910-929, 1999.

LISBOA, C. S. de M.; KOLLER, S. H. Construção e validação de conteúdo de uma escala de percepção, por professores, dos comportamentos agressivos de crianças na escola. **Psicologia em Estudo**. [online]. v. 6, n. 1, p. 59-69, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v6n1/v6n1a08.pdf>>. Acesso em: 10 maio, 2014.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Relatório Mundial sobre Violência e Saúde**. OMS, Organização Mundial de Saúde. Genebra: OMS; 2002. Version of the Introduction to the World Report on Violence and Health (WHO): Geneve: WHO, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v11s0/a07v11s0>>. Acesso em: 10 maio, 2014.

SHIKIDA, Cláudio D. et al. **A moral importa?** Minas Gerais: IBmec MG Working paper – WP31, 2005.

_____. Determinantes do comportamento criminoso: um estudo econométrico nas penitenciárias central, estadual e feminina de Piraquara: Paraná. **Pesquisas & Debates**, São Paulo, v. 17, 2006.

